

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO

LAÍS DUARTE CORRÊA

**HISTÓRIAS DO PASSADO REVELADAS NO PRESENTE: AS ENTIDADES
REPRESENTATIVAS E POLÍTICO-ORGANIZATIVAS DO SERVIÇO SOCIAL NO
CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO**

Porto Alegre
2024

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

LAÍS DUARTE CORRÊA

**HISTÓRIAS DO PASSADO REVELADAS NO PRESENTE: AS ENTIDADES
REPRESENTATIVAS E POLÍTICO-ORGANIZATIVAS DO SERVIÇO SOCIAL NO
CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO**

Tese de doutorado apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Jane Cruz Prates

PORTO ALEGRE

2024

LAÍS DUARTE CORRÊA

**HISTÓRIAS DO PASSADO REVELADAS NO PRESENTE: AS ENTIDADES
REPRESENTATIVAS E POLÍTICO-ORGANIZATIVAS DO SERVIÇO SOCIAL NO
CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO**

Tese de doutorado apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

Aprovada em: ____ de _____ de ____.

BANCA EXAMINADORA:

Dr^a Roberta Sperandio Traspadini - UNILA

Dr^a Tatiana Reidel - UFRGS

Dr^a Berenice Rojas Couto – aposentada PUCRS

Dr^a Jane Cruz Prates – PUCRS - Orientadora

**PORTO ALEGRE
2024**

Ficha Catalográfica

C825h Corrêa, Laís Duarte

Histórias do passado reveladas no presente : as entidades representativas e político-organizativas do Serviço Social no capitalismo dependente brasileiro / Laís Duarte Corrêa. – 2024.

250f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Jane Cruz Prates.

1. Entidades representativas do Serviço Social. 2. ENESSO. 3. ABEPSS. 4. CFESS/CRESS. 5. Capitalismo dependente brasileiro. I. Prates, Jane Cruz. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

A ARTE DA MEMÓRIA
(Mauro Luis Iasi)

Recolha cada poeira esquecida
Recolha cada memória guardada
Recolha cada rua anônima

Recolha cada gesto indeciso
Cada intenção abandonada
Lembre-se que o caminho é feito
Também por trilhas não trilhadas

[...]

Lembre-se sempre
Que o produto esconde o processo
O suor e o cansaço

Aquele que constrói raramente aparece
Fica ali no canto, invisível,
Sem nome, sem rosto
Sem corpo, sem gosto

Nunca esqueça dos esquecidos
Existem em sua inexistência
Como traço de luz no vinho tinto
Alma partida depois do filme findo

Recolha tudo: o visível e o invisível
Então terá mais que nomes e fotos
Mais do que biografias frias
Mais que simples história

[...]

Então seremos eles e seus sonhos
E suas dores e seus partos
E suas lutas e seus amores
Sua fome e seu farto

Seguirão em nós
Porque seguimos
Não morrerão
Porque não desistimos

AGRADECIMENTOS

Meu profundo agradecimento aos meus pais, Loerci e Lúcia, que sempre me apoiaram e incentivaram nesta longa jornada de ser estudante e filha ao mesmo tempo, díade que constitui a maior parte da minha vida com eles e, ao meu irmão Leonardo, que sempre torceu por mim!

Ao Victor, meu melhor amigo, por toda a paciência e calma em todo o processo que não teve pausa nenhuma desde quando nos conhecemos no período do mestrado. Como é bom te ter na vida e caminhar ao teu lado!

À Ingrid e à Nicole, minhas irmãs de coração. Que lindo é poder dividir a vida com vocês desde a graduação. Como eu já disse um dia, “o mar está em constante mudança, mas continua sendo mar. Não há nada além dele com que eu possa comparar com a nossa amizade nestes anos”. Vocês são mulheres, profissionais e amigas incríveis. Nossos encontros foram respiro nesse processo de escrita, e seguirão acontecendo onde estivermos. Floripa é logo ali!

À Helô Teles, que desempenhou tantos papéis em meu processo formativo e que se tornou amiga e parceira de vida, me incentivando sempre a voar. Sempre me inspiras, e me provocas a ser mais crítica, me apresentando novas perspectivas de análise. Tens grande parte nesta conquista! Além disso, sou imensamente grata por trazeres o Quimquim para nossas vidas e me permitir ser sua tia de coração.

À Taty Reidel, meu presente de vida que com tanta sensibilidade me inspira e incentiva a passos que nem eu mesma acredito serem possíveis. Hoje me sinto “dentro do olhar da professora”, tal como a crônica que um dia leste conosco naquela aula de ética no mestrado. Saibas que a temática aqui apresentada é lapidação do teu trabalho desde as orientações daquele processo. Gratidão por tanto amor e confiança, e pelo teu olhar tão sensível.

À Bete Bertele, com quem dividi a Coordenação do Curso de Serviço Social da UCS, e passei a dividir também a vida como amiga. Que presente te reencontrar e poder te conhecer e admirar ainda mais pela profissional, professora, coordenadora e, sobretudo, mulher que és. Quero me aposentar linda assim como tu!

À Ana Camardelo, com quem dei os primeiros passos na pesquisa como bolsista de iniciação científica e que hoje também é minha amiga e colega na UCS. Ainda lembro com muito carinho das tuas palavras desde a minha banca de TCC. Obrigada por dispor do teu

tempo para me acolher em mais esse percurso, que desde a graduação me incentivaste a percorrer. Te admiro imensamente!

À gigante Beta Traspadini! Tu foste um presente neste doutorado. Te conhecer em plena pandemia e ter aula contigo, mesmo que online, deu sentido ao estudo que traduz e transforma a vida. Eu amo a dialética entre furação e calma que és como mulher, pesquisadora, docente...Me inspiras e instigas em sensibilidade, compromisso e rigor com o estudo como arma crítica e potente para a transformação da realidade, mesmo em meio à desafiadora “sociedade do roubo do tempo”. Amo-te!

À minha orientadora Jane Prates que aceitou o desafio de me acompanhar, em meio às tantas outras orientações, atividades e golpamentos nesse percurso. Tu és dessas pessoas que a gente que é do interior fica maravilhada em conhecer. És a referência que saiu do papel. Tenho um profundo respeito e admiração por ti. Obrigada por ser tão incansável em proporcionar para nós, até o fim, a excelência como Coordenadora, e suprir, dentro de todas as limitações, nossas inquietações teóricas como estudantes do PPG proporcionando espaços tão essenciais em nossa formação. A ti, meu reconhecimento!

À professora Berenice Couto! Não imaginas a minha felicidade ao saber que irias compor minha banca. És mais uma dessas referências que sai do papel. Ao longo desta minha trajetória te conheci naquelas que tiveram o privilégio de serem tuas alunas e orientandas, especialmente a Helô e a Taty, que sempre fizeram menção ao teu nome com tanto carinho referenciando a tua generosidade, sensibilidade e compromisso ético-político. És uma grande inspiração para mim!

Aos grupos de estudos e pesquisas que integro e cujas reflexões e aprendizados coletivos fizeram toda a diferença neste processo: Coletivo Veias Abertas (UFSC); Grupo de Estudos Ruy Mauro Marini, NEPES, Saberes em Movimento (UNILA), GEPTFESS (UFRGS), NEPPPS (UCS). Das gentes queridas que encontrei nestes grupos, um carinhoso agradecimento ao Paulo, Monique e Letícia, pelos tantos estudos d'O Capital aos sábados em nosso isolamento social; Duda, Dyulia, Rô, queridas do Veias, obrigada por tanta construção e afeto! À Tati, Fran e Lily do Saberes, pelo encontro tão perto mesmo que de longe, possibilitado pelos tantos atravessamentos da pandemia. E, aos queridos e que do GEPTFESS, especialmente àqueles(as) com quem dividi a experiência de pesquisa internacional (Espanha) e interestadual (RN): Anderson, Carol, Lisi e Malu.

Aos/às estudantes com quem tive o privilégio de compartilhar e aprender nesses quatro anos como docente na UCS. Vocês me ensinam e dão sentido para a docência

cotidianamente! Muitas das reflexões produzidas em sala de aula com vocês foram registradas nesta produção. Em especial, agradeço Rubi, Maurem, Dani e Luana que foram passarinhas incríveis neste processo, e com quem compartilhei espaços para além da sala de aula, seja em manifestações nas ruas, ou junto às entidades representativas, tema desta tese. Vejo em vocês a potência desses espaços para a formação profissional!

À Rubi que compartilhou comigo tantos cafezinhos, poemas e reflexões desde a sua inserção no Serviço Social da UCS. Vejo na construção do carinho e respeito entre nós a materialização dos escritos de Bell Hooks. Amar nossos/as estudantes é transformador! Obrigada por partilhar comigo da construção desta tese e pela tua leitura atenta e tão sensível a essas páginas. Te levo para a vida, meu bem!

À Rubi, Maurem, ao Paulo e Moisés, que fizeram a gentileza de ler algumas partes dessa construção e que contribuíram para qualificá-las. Gratidão pelo tempo, pelas devolutivas, e pelas trocas!

À gestão da ABEPSS “Seguimos atentas e fortes: Luciana Cantalice, presente! (2023-2024) que tive o privilégio de integrar na Regional Sul I, com colegas aguerridas em defesa da formação em Serviço Social pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada!

Aos/às professores/as, funcionários/as e colegas do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS. Sou grata pelas tantas trocas construídas ao longo destes quatro anos tão desafiadores e pelas nossas construções coletivas, especialmente desde agosto de 2022 quando do anúncio de fechamento do PPGSS! Em práxis, construímos um movimento lindo e potente na defesa da nossa profissão e do que acreditamos! Especialmente, em todo esse processo que também foi transbordante de afeto, agradeço à Ana, Milena, Ariel, e Kathy pelo nosso bonito encontro nessa jornada. Sigamos!

Aos/às usuários(as) trabalhadores(as), que encontrei e tanto aprendi nestes anos. O debate aqui apresentado é permeado pelo compromisso e pela defesa de uma sociedade mais justa e igualitária que desejo um dia compartilhar com vocês.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo estímulo à pesquisa e à produção do conhecimento e, em especial, pela bolsa de estudos concedida para a realização deste Doutorado.

Ao meu avô João que nos deixou neste processo de construção da tese. Trabalhou arduamente até o fim como a maioria dos trabalhadores latino-americanos e, com amor, me ensinou sobre a riqueza de nossas memórias-histórias.

RESUMO

Essa tese versa sobre a temática das entidades representativas do Serviço Social no capitalismo dependente brasileiro. O recorte temporal data da década de 1940, quando da gênese das primeiras entidades, até a atualidade, uma vez que se trata de uma análise destas entidades na sua relação intrínseca com a trajetória do Serviço Social na realidade brasileira. Buscamos, portanto, investigar como se constituem as entidades representativas do Serviço Social no capitalismo dependente brasileiro, enquanto dimensão constituinte dos Fundamentos do Serviço Social e um dos componentes que materializam os elementos do projeto ético-político profissional, a partir do resgate e análise da memória histórica das entidades, considerando sua relação com a questão social, formação e trabalho profissional. Para respondermos ao objetivo proposto, partimos da contribuição da Teoria de Marx e da sua complementação pela Teoria Marxista da Dependência. Consequentemente, o método adotado foi o Materialismo Histórico-Dialético e suas categorias nucleares: mediação, historicidade, totalidade e contradição. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, para a qual nos utilizamos de fontes bibliográficas e documentais oriundas da Revista Temporalis, eventos da área e revisão bibliográfica sobre os fundamentos do Serviço Social e sobre o capitalismo dependente. Essas fontes, compuseram os diferentes ângulos da técnica de triangulação de dados utilizadas na pesquisa. Quanto ao tratamento dos dados utilizamos a técnica de análise de conteúdo. A síntese expositiva dos resultados da pesquisa nos permitiu aferir que as entidades representativas e político-organizativas do Serviço Social brasileiro são (re)construções histórico-políticas da profissão, que, inscritas no capitalismo dependente, expressam, ao longo de sua trajetória, características e interesses atrelados à dinâmica da luta de classes nesta particularidade, sob distintos projetos profissionais. Nesta dinâmica, imprimem direção e materialidade aos fundamentos do Serviço Social, cuja expressão se manifesta tanto na formação quanto no exercício profissional. Na atualidade, essas entidades compreendem: o conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS e a ENESSO, e, sua articulação, historicamente conquistada, tem sido um componente estratégico, tanto para a construção do projeto ético-político profissional, quanto para a sua manutenção, espraiamento e inteligibilidade entre a categoria profissional, de forma ampla e democrática. Essa articulação, entretanto, transcende a categoria, pois, as dificuldades que perpassam o trabalho e a formação profissional na particularidade do Serviço Social se inscrevem em uma tecitura que só pode ser superada na perspectiva da luta de classes.

Palavras-Chave: Entidades representativas do Serviço Social; ENESSO; ABEPSS; CFESS/CRESS; Capitalismo Dependente Brasileiro.

RESUMÉN

Esa tesis versa sobre la temática de las entidades representativas del Trabajo Social en el capitalismo dependiente brasileño. El recorte temporal data de la década de 1940, cuando de la génesis de las primeras entidades, hasta la actualidad, una vez que se trata de un análisis de estas entidades en su relación intrínseca con la trayectoria del Trabajo Social en la realidad brasileña. Buscamos, por lo tanto, investigar cómo se constituyen las entidades representativas del Trabajo Social en el capitalismo dependiente brasileño, como dimensión constituyente de los Fundamentos del Trabajo Social y uno de los componentes que materializan los elementos del proyecto ético-político profesional, a partir del rescate y análisis de la memoria histórica de las entidades, considerando su relación con la cuestión social, formación y trabajo profesional. Para responder al objetivo propuesto, partimos de la contribución de la Teoría de Marx y de su complementación por la Teoría Marxista de la Dependencia. Consecuentemente, el método adoptado fue el Materialismo Histórico-Dialéctico y sus categorías nucleares: mediación, historicidad, totalidad y contradicción. Se trató de una investigación cualitativa, para la cual nos utilizamos de fuentes bibliográficas y documentales oriundas de la Revista Temporalis, eventos del área y revisión bibliográfica sobre los fundamentos del Trabajo Social y sobre el capitalismo dependiente. Estas fuentes, compusieron los diferentes ángulos de la técnica de triangulación de datos utilizada en la investigación. En cuanto al tratamiento de los datos utilizamos la técnica de análisis de contenido. La síntesis expositiva de los resultados de la investigación nos permitió evaluar que las entidades representativas y político-organizativas del Trabajo Social brasileño son (re) construcciones histórico-políticas de la profesión, que, inscritas en el capitalismo dependiente, expresan, a lo largo de su trayectoria, características e intereses ligados a la dinámica de la lucha de clases en esta particularidad, bajo distintos proyectos profesionales. En esta dinámica, imprimen dirección y materialidad a los fundamentos del Trabajo Social, cuya expresión se manifiesta tanto en la formación como en el ejercicio profesional. En la actualidad, esas entidades comprenden: el conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS y ENESSO, y su articulación, históricamente conquistada, ha sido un componente estratégico, tanto para la construcción del proyecto ético-político profesional, como para su mantenimiento, reparto e inteligibilidad entre la categoría profesional, de forma amplia y democrática. Esa articulación, sin embargo, trasciende la categoría, pues, las dificultades que atraviesan el trabajo y la formación profesional en la particularidad del Trabajo Social se inscriben en una tectura que solo puede ser superada en la perspectiva de la lucha de clases.

Palabras-Clave: Entidades representativas del Trabajo Social; ENESSO; ABEPSS; CFESS/CRESS; Capitalismo Dependiente Brasileño.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Gravações eletrônicas selecionadas para a tese.....	35
Quadro 2: Fontes Bibliográficas da Revista Temporalis selecionadas	37
Quadro 3: Fontes Documentais da Revista Temporalis selecionadas	39
Quadro 4: Principais elementos do Escravismo Pleno e do Escravismo Tardio	72
Quadro 5: Grupos Temáticas de Pesquisa no âmbito da ABEPSS	195
Quadro 6: Resoluções do CFESS identificadas nas fontes documentais e bibliográficas da pesquisa	199

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Publicações sobre as entidades representativas do Serviço Social brasileiro na Revista Temporalis	37
Tabela 2: Quantidade de UFAs que ofertam Curso de Serviço Social por regional e filiação à ABEPSS.....	210

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: O desenvolvimento do capitalismo na Europa.....	57
Figura 2: O desenvolvimento do capitalismo na Europa.....	82
Figura 3: O início de fato do III CBAS	137

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABAS	Associação Brasileira de Assistentes Sociais
ABESS	Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
AIB	Aliança Integralista Brasileira
ALAETS	Asociación Latinoamericana de Trabajo Social
ANAS	Associação Nacional de Assistentes Sociais
ANAMPOS	Articulação Nacional dos Movimentos Sindicais e Populares
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
APAS	Associação Profissional de Assistentes Sociais
APG	Associação de Pós-Graduandos
CAPES	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CASS	Centro Acadêmico de Serviço Social
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CBSS	Congresso Brasileiro de Serviço Social
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CEDEPSS	Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
CELAM	Documentos do Conselho Episcopal Latino-Americano
CELATS	Centro Latino-americano de Trabajo Social
CENEAS	Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais e Pré-Sindicais de Assistentes Sociais
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CFAS	Conselho Federal de Assistentes Sociais
CFE	Conselho Federal de Educação
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
Clacso	Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa

CONESS	Conselho Nacional de Estudantes de Serviço Social
CPEAS	Comissão Permanente de Estudos dos Assistentes Sociais
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRAS	Conselho Regional de Assistentes Sociais
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CSUCA	Conselho Superior Universitário Centro-americano
CTT	Comissão Temporária de Trabalho
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DASS	Diretório Acadêmico de Serviço Social
DIEESE	Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
EaD	Ensino à Distância
ELESS	Encontro Local de Estudantes de Serviço Social
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
ENESS	Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
ERE	Ensino Remoto Emergencial
ERESS	Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social
Fies	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
Flacso	Faculdades Latino-Americana de Ciências Sociais
GEFESS	Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação e Exercício Profissional em Serviço Social
GT	Grupo de Trabalho
GTEMPP	Grupo de Estudos sobre Teoria Marxiana, Ensino e Políticas Públicas
GTP	Grupo Temático de Pesquisa
IAP	Instituto de Aposentadoria e Pensão
IES	Instituição de Ensino Superior
INCOOP	Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
JK	Juscelino Kubitschek
JUC	Juventude Universitária Católica
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MEB	Movimento de Educação de Base

MEC	Ministério da Educação
MESS	Movimento Estudantil em Serviço Social
MN	Movimento Negro
MNU	Movimento Negro Unificado
NEPES	Núcleo de Pesquisa em Políticas e Economia Social
NEPPPS	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Sociais
Nº	Número
NUCRESS	Núcleos do Conselho Regional de Serviço Social
ONU	Organização das Nações Unidas
PEP	Projeto Ético-Político
PNE	Política Nacional de Estágios
PPG	Programa de Pós-Graduação
PPGSS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PR	Paraná
Prouni	Programa Universidade para Todos
RS	Rio Grande do Sul
RJ	Rio de Janeiro
SASERJ	Sindicato de Assistentes Sociais do Rio de Janeiro
SEBES	Secretaria de Bem-Estar Social
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SESSUNE	Subsecretaria de Serviço Social na União Nacional dos Estudantes
SC	Santa Catarina
SP	São Paulo
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TMD	Teoria Marxista da Dependência
UCISS	União Católica Internacional de Serviço Social
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UDN	União Democrática Nacional
UFAS	Unidades de Formação Acadêmicas

UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Unisinos	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

Esta tese de doutorado foi construída com bolsa integral do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	22
1.1 A RELAÇÃO ENTRE A REALIDADE E O OBJETO DE PESQUISA: “PÉS NO CHÃO- A CABEÇA PENSA ONDE OS PÉS PISAM”.....	22
1.2 O CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA: “FAÇAMOS NÓS POR NOSSAS MÃOS”	30
1.3 ORGANIZAÇÃO DA TESE	40
2. A QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO: “NA LUTA DE CLASSES NÃO HÁ EMPATE”	43
2.1 O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NA EUROPA E A SUCCÃO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE	47
2.2 AS RAÍZES DO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO E OS <i>ESCOMBROS DE UM PASSADO QUE AINDA CARREGA EM SEU OMBRO</i>	63
3. AS ENTIDADES REPRESENTATIVAS E POLÍTICO-ORGANIZATIVAS DO SERVIÇO SOCIAL: “UMA PROFISSÃO INSCRITA NO BRASIL”	85
3.1 A GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL SOB AS MARCAS DO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO.....	87
3.2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL E O SURGIMENTO DAS PRIMEIRAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DA PROFISSÃO.....	98
3.3 A RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E AS ENTIDADES DA PROFISSÃO: “NÃO TEM RUA TUTOIA QUE NOS PARE. Ó NÓS AÍ OUTRA VEZ!”	
117	
4. A “VIRADA” DAS ENTIDADES DO SERVIÇO SOCIAL E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL: “OS NOSSOS SONHOS NÃO ENVELHECERAM” .	140
4.1 OS DESDOBRAMENTOS DO “CONGRESSO DA VIRADA” NO SERVIÇO SOCIAL E NAS SUAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS: “A CERTEZA NA FRENTE, A HISTÓRIA NA MÃO”.....	142
4.2 O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E O PROTAGONISMO DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DA PROFISSÃO: “SE MUITO VALE O JÁ FEITO, MAIS VALE O QUE SERÁ...”	166
4.3 AS ENTIDADES REPRESENTATIVAS E POLÍTICO-ORGANIZATIVAS DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE AOS DESAFIOS DA FORMAÇÃO E DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL NA CENA CONTEMPORÂNEA: “O QUE FOI FEITO É PRECISO CONHECER PARA MELHOR PROSSEGUIR”.....	181
4.3.1 Ações das entidades representativas do Serviço Social frente à contrarreforma da política de educação	182
4.3.2 Ações das entidades representativas do Serviço Social em tempos de reestruturação produtiva.....	198
4.3.3 Algumas notas reflexivas: desafios postos às entidades representativas no capitalismo dependente brasileiro	207
5. CONCLUSÃO	216
REFERÊNCIAS	228

APÊNDICE A- INSTRUMENTO COLETA DE DADOS EM PERIÓDICOS.....	245
APÊNDICE B- INSTRUMENTO PARA ANÁLISE DE DOCUMENTOS.....	246
APÊNDICE C- CONSELHOS REGIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL	247
APÊNDICE D- COMPOSIÇÃO DAS DIRETORIAS EXECUTIVAS NACIONAL E REGIONAIS DA ABEPSS	249

1. INTRODUÇÃO

*“Um refúgio? Uma barriga? Um abrigo
onde se esconder quando estiver se
afogando na chuva, ou sendo quebrado
pelo frio, ou sendo revirado pelo vento?
Temos um esplêndido passado pela frente?
Para os navegantes com desejo de vento, a
memória é um ponto de partida”
(Eduardo Galeano, 1994, p.96)*

Na tese de doutorado que ora apresentamos, nos propusemos a investigar sobre *as entidades representativas do Serviço Social*, temática esta delimitada ao capitalismo dependente brasileiro. Como todo objeto de pesquisa, este se desdobra de uma trajetória coletiva, perpassada por muitas gentes que, ao fazerem essa história, também lhe imprimem sentido.

Isto posto, apresentamos a trajetória da pesquisadora, sua afinidade com o objeto de pesquisa e a relevância intelectual e política do estudo realizado para o Serviço Social, no primeiro item desta Introdução. Este, segue com a apresentação do percurso metodológico realizado, com a indicação do tipo de pesquisa, do método e das técnicas de análise dos dados. Por fim, no último item, a opção expositiva que adotamos na construção desta tese.

1.1 A RELAÇÃO ENTRE A REALIDADE E O OBJETO DE PESQUISA: “PÉS NO CHÃO- A CABEÇA PENSA ONDE OS PÉS PISAM¹”

Esta tese, conforme já referimos, fundamenta-se em dois pressupostos, quais sejam: a afinidade da autora e a relevância intelectual e política deste estudo para a profissão. No que diz respeito à afinidade, importa destacar que a relação com as entidades representativas do Serviço Social emerge de múltiplas mediações de sua trajetória pessoal-acadêmica-profissional.

Durante a graduação em Serviço Social, realizada na Universidade de Caxias do Sul (UCS), contribuiu para a construção do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) na gestão do Diretório Acadêmico de Serviço Social (DASS) “Quem não se movimenta não

¹ Referência à nomenclatura da gestão da ENESSO (2011/12) (Lima, 2019).

sente as correntes que o prendem” (2014-2015) em sua articulação com a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). Essa não foi uma experiência isenta de desafios, pois além de ocorrer concomitante à inserção em atividades de pesquisa e extensão, no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Sociais (NEPPPS) da UCS, acompanhou a realização de estágios², que, como espaços formativos, também se apresentam na forma de trabalho precário.

Em meio à desafiadora realidade que apresenta diversos impasses à participação e à construção política e que atravessam a vida de estudantes da classe trabalhadora no Brasil, principalmente das mulheres-estudantes-trabalhadoras responsabilizadas cotidianamente em decorrência de papéis social e historicamente construídos na sociedade, organizou o I Encontro Local de Estudantes de Serviço Social (ELESS) na cidade de Caxias do Sul com estudantes do DASS/UCS e de outras Instituições de Ensino Superior (IES) da região e com a participação efetiva de representações da ENESSO.

Somada a essas experiências, estagiou em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e ali vislumbrou possibilidades coletivas da intervenção profissional junto às(aos) usuárias(os), assim como impasses para a sua realização devido às dificuldades, tanto decorrentes das condições objetivas de participação, quanto da incompreensão acerca da importância destes espaços para a construção de estratégias e ações de resistência às expressões da questão social atendidas e vivenciadas, tanto pelas profissionais, quanto pelas usuárias³.

Essa experiência, portanto, endossou as inquietações suscitadas nas demais vivências deste processo, desdobrando-se na proposta de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Serviço Social, ainda que de forma inconclusa, que buscou *refletir sobre os entraves e as possibilidades na efetivação do trabalho de assistentes sociais no âmbito coletivo e sua importância no enfrentamento das expressões da questão social*. O TCC, ainda que tomando a forma de uma síntese provisória, permitiu uma aproximação com algumas categorias como classes sociais, luta de classes e trabalho, em sua mediação com o trabalho dos(as) Assistentes Sociais sob a perspectiva do projeto ético-político⁴ do Serviço Social brasileiro.

² Dos estágios realizados, destacam-se aqueles remunerados, estratégia de sobrevivência e permanência na universidade de inúmeros(as) estudantes brasileiros(as).

³ Conforme dados do Censo SUAS (2016) há uma predominância de mulheres que acessam os serviços da política pública social de assistência social, em detrimento de homens.

⁴ O projeto ético-político é o atual projeto profissional hegemônico do Serviço Social que se fundamenta na teoria social crítica e em valores emancipatórios.

Entretanto, e dados os limites de uma produção de nível de graduação⁵, não foi possível uma maior aproximação das particularidades dessas categorias no Brasil, nem tampouco na América Latina e Caribe.

Vale acrescentarmos, que foi durante o ano de construção do TCC (2016) e finalização do Curso que a estudante participou de mobilizações nas cidades de Caxias do Sul e Porto Alegre, primeiro, contra o golpe que levou ao *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff, e, depois, contra os inúmeros ataques aos direitos da classe trabalhadora no Brasil durante a interinidade de Michel Temer. Neste ínterim, inseriu-se em um serviço terceirizado onde sentiu na pele os rebatimentos das transformações do mundo do trabalho, ainda que muitas delas encobertas por trás de uma *cortina de fumaça*⁶.

Diante disso, compartilhou, no espaço de trabalho, junto a trabalhadores(as) de outras categorias profissionais, as inseguranças advindas deste processo. Assim, a fome em desvendar as particularidades desses impactos ao trabalho como Assistente Social, bem como das possibilidades de resistência que conformam a realidade, porque contraditória, não cessou, desdobrando-se na sua inserção no mestrado acadêmico, do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 2018.

No mestrado, inseriu-se na Linha de Pesquisa intitulada de Fundamentos do Serviço Social, Formação e Trabalho Profissional, integrando: o Grupo de Pesquisa Platão, Marx e a Dialética, que permitiu maiores aproximações com a obra de Marx, bem como com a tradição dialética; e, o Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação e Exercício Profissional em Serviço Social (GEFESS) no qual teve a oportunidade de aprender e conviver com docentes generosas cujas temáticas de estudo se debruçam sobre os fundamentos do Serviço Social e seus eixos articuladores.

Ainda no GEFESS, pode aprofundar estudos relativos à categoria trabalho e sua mediação com o Serviço Social, principalmente por meio da inserção na Pesquisa Interinstitucional “*Perfil, Formação e Trabalho do(a) Assistente Social no estado do Rio Grande Do Sul*”, realizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Conselho Regional de Serviço Social (CRESS)-10ª Região, que teve como objetivo geral *Investigar como se*

⁵ Vale destacar que essa dificuldade se deve não só ao curto prazo para a produção de um TCC, mas também ao não acesso de referências latino americanistas e caribenhas no decorrer da graduação. Dificuldade esta que se apresenta também no âmbito da pós-graduação.

⁶ Alusão ao documentário produzido pela Brasil de Fato, dirigido por Rodrigo Mac Niven, lançado em 2010.

configura o perfil, a formação e o trabalho do(as) Assistentes Sociais no estado do Rio Grande do Sul com o intuito de delinear desafios e estratégias profissionais para atuação das entidades da categoria e de Unidades de Ensino com vistas a contribuir para o/no fortalecimento da hegemonia do Projeto Ético-Político Profissional, reafirmando, em tempos à contracorrente, a importância da articulação entre Unidades de Formação e Conselho Regional.

Essa inserção resultou em sua dissertação de mestrado, que teve como temática o *trabalho do(a) Assistente Social no contexto contemporâneo, analisando como se dá o trabalho dos(as) Assistentes Sociais vinculado(a)s às Seccionais do CRESS 10ª Região, seus desafios e resistências, frente aos impactos da contrarreforma do Estado e a crescente precarização das políticas sociais.* Nesta pesquisa, além da aproximação com o CRESS, particularmente com as suas Seccionais no RS, foi possível aprofundar estudos sobre o Estado, as políticas sociais, o trabalho no Brasil e a mediação com o trabalho do(a) Assistente Social e as entidades representativas da categoria profissional.

Mesmo que de forma incipiente, pois um pescador não dá conta de conhecer a lagoa pescando apenas um peixe⁷, aproximou-se de autores latino-americanos como Agustín Cueva, Jaime Osório, Eduardo Galeano e Jacob Gorender, fundamentais para a compreensão da particularidade latino-americana e caribenha, sem, contudo, aprofundar o debate sobre a dependência e a superexploração da força de trabalho.

Neste percurso, foram diversas as possibilidades de diálogo nas disciplinas e entre os Grupos de Pesquisa, para as quais destacamos: a realização do estágio docente na disciplina de Trabalho e Serviço Social; as disciplinas de Fundamentos do Serviço Social e de Tópicos Especiais em Políticas Sociais II - Fundamentos, memória e particularidades do Serviço Social no Rio Grande do Sul; estas permitiram a apropriação de subsídios teóricos que tiveram relação direta com o objeto de pesquisa da autora, e, paralelamente, contribuíram com a revisão teórica da dissertação, além de se constituírem como importantes espaços de socialização de pesquisa sobre a memória da profissão no Rio Grande do Sul.

Frente aos dados sobre o trabalho de Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul, suas dificuldades e desafios, e tomando as entidades representativas da profissão como espaços de resistência, a pesquisa evidenciou concepções sobre as suas atribuições que nem sempre

⁷ Referência ao texto Pescadores e Anzóis do livro *Filosofia da Ciência: introdução ao jogo e suas regras* de Rubem Alves: “Cuidado [...] com a arrogância do pescador que, com um peixinho na mão, pretende haver desvendado o mistério da lagoa ...” (Alves, 1981, s/p)

convergem com o que lhes é estabelecido, assim como a dificuldade em encontrar produções que versam sobre a sua história.

Assim sendo, se “é a fome que põe em funcionamento o aparelho pensador. [Se a] Fome é afeto. [E se] O pensamento nasce do afeto, nasce da fome” (Alves, 1981, s/p, entre colchetes nosso), foi a partir da fome em interpelar sobre as entidades representativas do Serviço Social que se deu o ingresso no curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) em 2020.

Contraditoriamente à alegria de ingressar em um Programa de importância histórica no RS e no Brasil afora, as primeiras semanas de aula e atividades foram acompanhadas pelo início do isolamento social em decorrência da Pandemia da Covid-19, que se estendeu até 2021. Neste mesmo período, cursou, na modalidade de Ensino Remoto Emergencial (ERE), as disciplinas do Programa, dentre as quais: “Fundamentos do Serviço Social”, “Introdução à Teoria Marxiana e o Método em Marx”, e, “Produção do Conhecimento e Serviço Social”. Além disso, também realizou estágio docente no curso de graduação em Serviço Social, na disciplina de “Fundamentos do Serviço Social”, cujas reflexões e aprendizados se transversalizaram nesta tese.

Além das disciplinas do PPG, teve a possibilidade de cursar outras como aluna especial em outros PPG, inclusive, de outros estados, como a disciplina “Questão Agrária, Imperialismo e Dependência” na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) ministrada pela professora Roberta Sperandio Traspadini, que escancarou janelas para a realidade latino-americana e caribenha, a história e a memória dos nossos povos, a centralidade da questão agrária nas relações capitalistas, à luz da Teoria Marxista da Dependência (TMD). A partir desta disciplina, foi possível cursar outras com a mesma professora, assim como participar de um grupo de estudos sob a sua coordenação: “Saberes em Movimento”.

Ainda em se tratando da TMD, acompanhou como estagiária docente em 2020, também por meio do ERE, a disciplina do curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), intitulada Lutas Sociais na América Latina, ministrada pelas professoras Heloísa Teles e Dilceane Carraro, na qual pode estudar autores como Vânia Bambirra, Jaime Osório, Ruy Mauro Marini e C.L.R. James. Nesta mesma universidade, ingressou no Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho e Política Social na América Latina CNPq/UFSC no Coletivo Veias Abertas, cujos encontros foram

fundamentais para mediar a TMD com a realidade concreta, principalmente por meio da realização das leituras concomitantes dos diários de Carolina Maria de Jesus. Neste percurso, ainda em meio à Pandemia, teve a oportunidade de compartilhar estudos no Grupo Ruy Mauro Marini, um grupo independente, criado por estudantes do PPGSS da PUCRS.

No doutorado, a pesquisadora também se inseriu no Núcleo de Pesquisa em Políticas e Economia Social (NEPES) no Grupo de Estudos sobre Teoria Marxiana, Ensino e Políticas Públicas (GTEMP/PUCRS), vinculado à PUCRS, integrando pesquisas que possibilitaram aprofundar a compreensão sobre a realidade da América Latina e Caribe, bem como da formação em Serviço Social. O PPGSS da PUCRS, além das disciplinas, também oportunizou minicursos e semanas acadêmicas com debates profícuos e contributivos para os estudos e reflexões aqui presentes, dentre os quais se destaca o minicurso “Imperialismo e dependência na América Latina: o que o passado denuncia ao presente, e o que o presente anuncia ao futuro”, ministrado pela professora Roberta Traspadini. Todos estes espaços, possibilitaram à autora desta tese maior aproximação com a TMD e com a realidade latino-americana.

Contudo, mesmo diante da relevância do referido Programa, reconhecido com nota máxima pela CAPES, de importância incontestada no estado e no país, lamentavelmente, em 2022 foi anunciado, pela PUCRS, o seu fechamento. Neste ínterim, foram articuladas diversas ações pelo Movimento Resiste PPGSS contra o fechamento e pela retomada do Programa, que contaram, desde o início, com o apoio das entidades representativas do Serviço Social, dentre outras. Aqui, ressaltamos a importância da ABEPSS, ENESSO e do Conjunto CFESS/CRESS na participação e mobilização contra o fechamento e pela retomada de processos seletivos no PPGSS da PUCRS.

A pesquisadora, na condição de representante discente do PPGSS, esteve à frente das ações, de agosto de 2022 a maio de 2023, não só em relação ao PPGSS, mas também em articulação com demais PPG da PUCRS e da Unisinos, onde foram fechados mais 12 PPG, construindo coletivamente ações em prol da defesa e fortalecimento da pós-graduação. Citamos, com isso, a criação de uma Comissão pró-Associação de Pós-Graduandos(as) (APG) na PUCRS em cujas articulações iniciais a pesquisadora também esteve presente.

Atualmente, ainda que não esteja mais na condição de representante discente do Programa, encontra-se inserida como representante discente dos PPGs vinculados à área de Serviço Social da regional sul I (RS, SC, PR) da Associação Brasileira de Ensino em Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), gestão 2023-2024. Integra, desde então, a Comissão

Temporária de Trabalho (CTT) das Universidades Comunitárias e Confessionais, assim como o Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Trabalho, Questão Social e Serviço Social. E, no âmbito do CRESS-RS, também compõe a Comissão de Formação e Trabalho desde 2021 na condição de professora do Curso de Serviço Social da UCS.

Como evidenciamos, há sem dúvidas implicação da pesquisadora com a temática das entidades representativas do Serviço Social, visto que participa desde a graduação de espaços a ela vinculados, seja na sua construção, ou por meio de estudos que instigam a avançar e a contribuir com o conjunto da categoria, e, conseqüentemente, com a classe trabalhadora. Além disso, é perceptível em sua trajetória, a presença de discussões e de estudos sobre a América Latina e sobre a TMD, o que demonstra também o seu interesse, suas inquietações, e, a importância que passou a assumir em seus estudos.

Já no que tange à relevância da temática, evidencia-se, mormente, na recuperação da memória-histórica das entidades representativas. Essa é uma tarefa difícil, principalmente porque vivemos em uma sociedade cujo traço característico da cultura contemporânea é o presentismo, “[...] isto é, o apagamento do passado e o obscurecimento do futuro: os indivíduos são induzidos a tomar por real tão somente o que percebem no presente imediato, num agora cada vez mais efêmero e evanescente”. (Netto, 2019, p.17).

Para uma geração de assistentes sociais que já se depararam desde a formação com a existência das entidades representativas e sua articulação com o projeto ético-político profissional, em tempos de presentismo, isso é perigoso, justamente porque o “presentismo incide no Serviço Social de modo a desistoricizar o PEP” (Netto, 2019, p.18), assim como as próprias entidades representativas, o que oculta as contradições que as perpassam e os diferentes projetos profissionais por elas defendidos ao longo da trajetória da profissão.

Ocorre que o apagamento do passado e obscurecimento do futuro, mais do que um traço característico da cultura contemporânea, é um traço construído como estratégia de dominação na América Latina e Caribe, e conseqüentemente no Brasil, desde a sua invasão, pois, desde o início deste processo, ocorreu aqui um verdadeiro memoricídio: a memória histórica da América Latina e Caribe foi desnaturalizada, queimada, censurada, destruída, saqueada, impondo sobre os povos que aqui viviam outras formas de ser e de viver por meio da incorporação forçada da cultura dominante (Báez, 2010).

Nesta perspectiva, o que se pretende refletir, é que, estamos com os pés fincados em uma região onde o povo pouco sabe de si⁸, e poucas memórias tangíveis ou intangíveis podem acessar para resgatar essa identidade, afinal, “não há identidade onde não há memória. Por sua vez, não há memória sem identidade” (Báez, 2010, p.259). Em outras palavras, somos o que recordamos que somos, “não podemos fazer aquilo que não sabemos, nem comunicar nada que desconhecamos, isto é, nada que não esteja em nossa memória”. (Izquierdo, 2018, p.1). Desta forma, a memória se configura como “eixo ontológico” de identidades individuais ou coletivas (Báez, 2010).

A memória é, pois, um retorno ao coração, pois a própria palavra procede do latim *memor-oris* – “o que se lembra”, e recordação, de *re-cordis*- “voltar ao coração”. Logo, “onde há memória, há vida”. Por outro lado, “onde há esquecimento, há dissolução [...] O esquecimento é uma maneira de romper o laço da identidade” (Báez, 2010, p.260).

Assim, o passado, nossas memórias, nossos esquecimentos (sejam eles voluntários ou não, porque produzidos por processos sangüinários e violentos), não só nos dizem quem somos, como também nos permitem projetar o que seremos; isto é, nos dizem quem podemos ser, pois, como afirma Izquierdo: “O passado contém o acervo de dados, o único que possuímos, o tesouro que nos permite traçar linhas a partir dele, atravessamos, rumo ao futuro, o efêmero presente em que vivemos.” (2018, p.1).

Dito isso, nesta tese, retomamos a memória-história das entidades representativas do Serviço Social, como possibilidade de reafirmarmos a identidade que estamos construindo nas últimas décadas enquanto profissão: calcada em valores emancipatórios e em defesa da classe trabalhadora, contribuindo, desta forma, com o fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social, que mais do que nunca, precisa ser reafirmado e fortalecido tendo em vista as disputas que conformam a sociedade de classes e dos retrocessos no campo dos direitos sociais e trabalhistas que se acirraram desde o período de crise sanitária desencadeada pela Covid-19.

Além desses aspectos, consideramos relevante a análise destas entidades desde o capitalismo dependente brasileiro, que apresenta e reproduz limites próprios da legalidade burguesa nessa sociedade atrelados à formação sócio-histórica, cujas particularidades incidem diretamente nas lutas sociais que aqui são construídas. Para tanto, avançar na

⁸ Com o processo de memoricídio, etnocídio e genocídio praticados desde a invasão colonial, temos dificuldade de acessar acervos tangíveis e intangíveis acerca de nossa história. Contudo, expressões desta história permanecem, em resistência, presentes na cultura popular, mesmo que marginalizadas frente à história homogeneizadora oficial.

compreensão desses limites, e das possibilidades inscritas nesta realidade, é fundamental para construirmos estratégias que de fato possibilitem ações de transformação social.

Isto posto, no próximo subitem, apresentamos o caminho metodológico que adotamos para a construção desta pesquisa.

1.2 O CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA: “FAÇAMOS NÓS POR NOSSAS MÃOS”⁹

Uma vez apresentadas a implicação da pesquisadora com a temática e a sua relevância para o Serviço Social, indicamos que o “núcleo duro” desta pesquisa sintetizou-se a partir do seguinte problema de pesquisa: “Como se constituem as entidades representativas do Serviço Social no capitalismo dependente brasileiro a partir de sua relação intrínseca com a questão social, formação e trabalho profissional?”

Esta delimitação ancorou-se na compreensão de que a pesquisa sobre as entidades é indissociável da análise da profissão que, por sua vez, é parte e expressão da história da sociedade, o que representa uma compreensão para além de “uma visão endógena, focalista, uma visão ‘de dentro’ do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos” (Iamamoto, 2015b, p.20), afirmando a necessária relação entre profissão e realidade social.

Esse pressuposto parte da apreensão de que o Serviço Social no Brasil tem como elemento fundante a “questão social”, ou seja, é fruto da necessidade social de intervenção nas múltiplas expressões da relação entre capital e trabalho no modo de produção capitalista que neste país tem suas raízes no “escravismo colonial” (Gorender, 2019) que “descamba no capitalismo dependente” (Moura, 2020).

Portanto, para compreender as entidades representativas do Serviço Social, partimos de um “mergulho na realidade social do país”, superando o plano do *dever ser*, a fim de alargar os horizontes de análise da profissão sem perder ou diluir as suas particularidades, mas poder iluminá-las com maior nitidez. Para isso, foi preciso “olhar para mais longe”: para o movimento e particularidades das classes sociais, bem como sua organização; para o Estado em suas relações com a sociedade (Iamamoto, 2015b); situados no capitalismo dependente; buscando compreendê-los, a partir das determinações estruturais germinadas na formação social, histórica, política e econômica do Brasil.

⁹ Referência à nomenclatura da gestão da ENESSO (2013/14) (Lima, 2019).

Assim, considerando a própria profissão e suas entidades representativas inseridas neste movimento histórico da sociedade brasileira, tomamos, para esta pesquisa, conforme sinalizamos na epígrafe desta introdução, “a memória como ponto de partida”, buscando apreender os elementos do passado que configuram o presente em nossa realidade e na profissão, e, conseqüentemente, nas suas entidades representativas. Isso porque, como já analisava Marx (2017, p.79), “além das misérias modernas, aflige-nos toda uma série de misérias herdadas [...]. Padecemos não apenas por causa dos vivos, mas também por causa dos mortos. *Le mort saisit le vif!*[O morto se apodera do vivo!]”.

A partir da delimitação do tema de pesquisa e da pergunta norteadora, formulamos questões auxiliares que sintetizaram o conjunto de variáveis identificadas como fundamentais para explicar o problema de pesquisa (Prates, 2016), as quais relacionamos a seguir: a) Como se caracteriza e se configura o capitalismo dependente no Brasil?; b) Como se constituíram e se desenvolveram as entidades representativas do Serviço Social como organizações políticas de classe na relação com o capitalismo dependente brasileiro?; c) Quais ações as entidades representativas do Serviço Social têm construído para o trabalho e a formação profissional? d) Quais desafios postos para o fortalecimento das entidades representativas da categoria frente à atual conjuntura e à condição de dependência do capitalismo brasileiro?

O objetivo geral da pesquisa consistiu, portanto, em investigar como se constituem as entidades representativas do Serviço Social no capitalismo dependente brasileiro, enquanto dimensão constitutiva dos Fundamentos do Serviço Social e um dos componentes que materializam os elementos do projeto ético-político profissional a partir do resgate e análise da memória histórica das entidades, considerando sua relação intrínseca com a questão social, formação e trabalho profissional, com vistas a contribuir com a qualificação da formação e do trabalho profissional e construir um registro histórico acerca da importância das entidades organizativas como componente dos fundamentos da profissão.

Como desdobramento do objetivo geral, elaboramos os seguintes objetivos específicos, os quais se articularam, também, às variáveis consideradas fundamentais para responder ao problema de pesquisa: a) Compreender as características e configurações do capitalismo dependente no Brasil; b) Investigar a gênese e o desenvolvimento das entidades representativas do Serviço Social como organizações políticas de classe na sua relação com o capitalismo dependente brasileiro; c) Identificar ações das entidades representativas frente à formação e ao trabalho profissional; d) Refletir sobre desafios postos para o fortalecimento

das entidades representativas da categoria frente à atual conjuntura e à condição de dependência do capitalismo brasileiro.

Para responder as questões que suscitaram a realização desta pesquisa, partimos da contribuição da teoria de Marx que “sistematizou categorias e leis que, sob formas particulares, manifestam-se em todos os países nos quais o modo de produção capitalista se desenvolveu” (Gorender, 2019, p.77) e da sua complementação pela Teoria Marxista da Dependência (TMD), “sobretudo por se dedicar à compreensão do papel das formações econômico-sociais latino-americanas no desenvolvimento do capitalismo” (Traspadini; Amaral, 2022, p.2), e por permitir o que se deve esperar de uma teoria: “que encaminhe ao conhecimento da realidade em vez de obstruir o acesso a ela” (Gorender, 2019, p.76).

Em consonância, utilizamos do método¹⁰ Materialista Histórico-Dialético, uma vez que ele “[...] apropria-se das categorias que emanam da realidade e volta a ela utilizando-as para explicar o movimento de constituição dos fenômenos, a partir de sucessivas aproximações e da constituição de totalizações provisórias, passíveis de superação sistemática, porque históricas”. (Prates, 2012, p.117).

Este método

É a consciência da forma, do movimento interno do conteúdo. E é o próprio conteúdo, o movimento dialético que este tem em si, que o impele para a frente incluída a forma. A lógica dialética acrescenta a antiga lógica, a captação das transições, do desenvolvimento, da ligação interna e necessária das partes no todo. (Lefebvre, 1991, p. 21).

Assim sendo, e, buscando ser coerente ao método de análise adotado, destacamos a categoria *totalidade* que permitiu uma análise dialética e a apreensão contraditória entre o objeto de estudo com o todo, visto um possuir interconexão com o outro, ou ainda, que esse objeto é parte do todo, e ambos se relacionam. Portanto, buscamos compreender a singularidade do capitalismo dependente no Brasil na particularidade latino-americana, e sua relação com o capitalismo internacional. Da mesma forma, a particularidade: do Serviço Social inscrito na realidade brasileira; do Estado dependente; das classes sociais; e, da sua organização.

A segunda categoria utilizada foi a *historicidade*, que remete à análise de que um fato não pode ser assimilado sem um exame de todo o processo que se sucedeu para que ele

¹⁰ Qualquer estudo, conforme Minayo (2014, p.78, entre colchetes nossos) “tem, implícitas ou explícitas, marcas teóricas [e políticas] de filiação”, afinal, para a autora, nenhuma teoria da sociedade é neutra.

acontecesse. Por meio dela, buscamos compreender o capitalismo dependente a partir de um resgate histórico de sua constituição, bem como suas metamorfoses, e relação com o Serviço Social. Da mesma forma, a profissão e as suas entidades foram apreendidas em sua relação com a formação sócio-histórica brasileira, buscando estabelecer a relação dialética entre passado-presente. Na mesma direção e considerando que se faz história no presente, o sentido de processualidade ou de movimento é outra característica fundamental dessa categoria, portanto, a partir dela, nega-se os estados petrificados, reconhecendo não só o movimento do real, mas também a finitude de seres e processos.

Ainda, utilizamos da categoria da *mediação*, sem a qual as interconexões entre Serviço Social-entidades representativas-capitalismo dependente-formação sócio-histórica, não seriam possíveis, uma vez que é ela que possibilita que “[...] os contrários se relacionem de modo dialético e contraditório” (Cury, 1995, p.27). Para a apreensão do objeto, as mediações a partir da trajetória e inserções da pesquisadora, bem como do conhecimento construído na área foram fundamentais.

Por fim, mas não menos importante, a categoria da *contradição* que reflete o movimento mais originário do real (Cury, 1995) e se constitui na essência da dialética, permitiu-nos não só compreender, mas também apreender, as contradições postas na sociedade capitalista, que se conforma de diferentes classes, com diferentes interesses. Essa mesma contradição que gira o motor da história também imprime movimento nas profissões e na luta de classes, pois os contrários em disputa se acirram provocando a superação dialética. Assim, buscamos as contradições postas na questão social, desde a Lei Geral da Acumulação Capitalista, e na profissão e em suas entidades, inscritas na sociedade brasileira.

Em relação à metodologia, ou, caminho de aproximação com o objeto, utilizamos a pesquisa qualitativa, assim como a técnica de triangulação. Esta técnica, conforme Triviños (2019, p.138),

[...] tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo. Parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macrorrealidade social. (Triviños, 2019, p.138).

Aqui, retomamos o método materialista histórico-dialético, utilizado nesta pesquisa, e o quanto a técnica da triangulação dialoga com ele, uma vez que, ao apreendermos a interconexão entre os fatos a partir de diferentes abordagens, permite-nos

superar o isolamento, a fragmentação ou até mesmo a focalização do objeto em detrimento do todo do qual faz parte.

Partimos, portanto, da observação dos três aspectos, ou ângulos, sistematizados por Triviños em se tratando da técnica da triangulação: a) percepções dos sujeitos, por meio de formas verbais; b) os elementos produzidos pelo meio, tais como documentos, leis, decretos, pareceres, regulamentos, regimentos, e outros; c) análise dos “processos e produtos originados pela estrutura sócio econômica e cultural do macroorganismo social no qual está inserido o sujeito”, abarcando as classes sociais, os diferentes modos de produção, as forças e relações de produção (Triviños, 2019, p.139). Quanto a esses ângulos, utilizamos diferentes fontes de dados, bibliográficas e documentais, ambas descritas a seguir.

a) Fontes Bibliográficas

Como fontes bibliográficas dos dados utilizados nesta tese, consideramos nesta pesquisa: gravações eletrônicas e artigos oriundos de periódicos da área. No que tange às gravações eletrônicas, que se constituem em um tipo de fonte bibliográfica (Marconi; Lakatos, 2021), buscamos acessar memórias da categoria sobre marcos importantes na profissão e neles, aquelas sobre as entidades representativas do Serviço Social. Para tanto, os materiais foram acessados nos seguintes canais eletrônicos do Youtube: a) TV ABEPSS; 2) CFESS vídeos; 3) CRESS-MG; e, Cortez Editora.

Nestes, foram selecionados 24 meios audiovisuais, os quais estão relacionados à: Comemoração de 70 anos da ABEPSS; Projeto Serviço Social, Memórias e Resistências contra a ditadura; Comemoração aos 30 anos do Código de Ética; Comemoração aos 30 anos do Congresso da Virada; e, 9ª Seminário Anual de Serviço Social relativo aos 80 anos da profissão no Brasil. Em relação às gravações eletrônicas disponibilizadas nos canais do CRESS-MG, daquelas 18 (dezoito) disponibilizadas sobre os 30 anos do Congresso da Virada, somente 10 (dez) foram selecionadas por conterem depoimentos de assistentes sociais. Já quanto às gravações do 9º Seminário Anual de Serviço Social, no canal da Cortez Editora, foram encontrados apenas dois vídeos, dos quais selecionamos somente 1 (um) referente à participação na Mesa “O Serviço Social no Brasil: história, fundamentos, tendências e desafios para reafirmação do projeto ético-político na história do Serviço Social”. Nos demais canais, havia apenas 1 (um) documentário acerca dos 70 anos da ABEPSS; e 3 (três) sobre o “Projeto Serviço Social, Memórias e Resistências contra a

ditadura” do CFESS. Portanto, consideramos 16 gravações eletrônicas para esta pesquisa, conforme constam no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1: Gravações eletrônicas selecionadas para a tese

Nº	Título	Autoria	Modalidade	Meio de Divulgação	Ano
1	Palestra com Bia Abramides - Congresso da Virada, 30 anos.	CFESS, CRESS-SP, ABEPSS e ENESSO	Gravação Eletrônica	CRESS-MG	2014
2	Palestra de Elaine Behring- Congresso da Virada, 30 anos.	CFESS, CRESS-SP, ABEPSS e ENESSO	Gravação Eletrônica	CRESS-MG	2014
3	Palestra com Lucia Barroco- Congresso da Virada, 30 anos.	CFESS, CRESS-SP, ABEPSS e ENESSO	Gravação Eletrônica	CRESS-MG	2014
4	Palestra de Luiza Erundina- Congresso da Virada, 30 anos.	CFESS, CRESS-SP, ABEPSS e ENESSO	Gravação Eletrônica	CRESS-MG	2014
5	Palestra com Regina Marconi-Congresso da Virada, 30 anos.	CFESS, CRESS-SP, ABEPSS e ENESSO	Gravação Eletrônica	CRESS-MG	2014
6	Palestra de Socorro Cabral- Congresso da Virada, 30 anos	CFESS, CRESS-SP, ABEPSS e ENESSO	Gravação Eletrônica	CRESS-MG	2014
7	Palestra de Maria Inês Bravo. Congresso da Virada, 30 anos.	CFESS, CRESS-SP, ABEPSS e ENESSO	Gravação Eletrônica	CRESS-MG	2014
8	Palestra de Celia Vilarinho- Congresso da Virada, 30 anos	CFESS, CRESS-SP, ABEPSS e ENESSO	Gravação Eletrônica	CRESS-MG	2014
9	Palestra com Marcia Biondi-Congresso da Virada, 30 anos.	CFESS, CRESS-SP, ABEPSS e ENESSO	Gravação Eletrônica	CRESS-MG	2014
10	Palestra com Rosalina Santa Cruz- Congresso da Virada, 30 anos.	CFESS, CRESS-SP, ABEPSS e ENESSO	Gravação Eletrônica	CRESS-MG	2014
11	9º Seminário Anual de Serviço Social	Cortez Editora	Gravação Eletrônica	Cortez Editora	2016

12	Projeto Serviço Social, memórias e resistências contra a ditadura	CFESS	Gravação Eletrônica	CFESS Vídeos	2016
13	Serviço Social, Memórias e Resistências contra a ditadura	CFESS	Gravação Eletrônica	CFESS Vídeos	2016
14	Exposição Projeto Serviço Social, memórias e resistências contra a ditadura	CFESS	Gravação Eletrônica	CFESS Vídeos	2016
15	Documentário ABEPSS 70 anos	ABEPSS	Gravação Eletrônica	TV ABEPSS	2017
16	30 anos do Código de Ética da/o Assistente Social: o Reencontro	CFESS	Gravação Eletrônica	CFESS Vídeos	2023

Fonte: construído pela autora, 2024.

Já para a coleta dos artigos, realizamos o estado da arte, objetivando mapear como a produção de conhecimentos na área tem explicitado as ações construídas pelas entidades representativas nos últimos anos. Para a efetivação desta pesquisa, realizamos um levantamento de artigos já publicados, entre 2010 e 2021, acessíveis de forma *online* mediante instrumento de coleta (Apêndice A), a partir dos seguintes descritores: entidades representativas da categoria, entidades organizativas, entidades representativas, entidades político-organizativas, Movimento Estudantil de Serviço Social, ABEPSS, CFESS, CRESS, ENESSO, e suas variáveis por extenso.

A pesquisa foi realizada na Revista *Temporalis*, vinculada à ABEPSS, e criada no ano 2000, disponibilizada de forma eletrônica desde 2010. Nesse sentido, utilizamos para esta pesquisa o sítio eletrônico da revista, no qual obtivemos num primeiro momento, 90 publicações. Estas, foram organizadas e armazenadas num banco de dados especificamente criado para este fim em planilha do *Excel*. Importante mencionarmos que, nas buscas realizadas, diferentes descritores obtiveram as mesmas publicações, entretanto, uma vez já inseridas em planilha do *Excel*, não houve inserção como nova publicação.

A partir da conclusão deste primeiro momento, utilizamos como critério de inclusão somente aquelas publicações com os descritores supramencionados constantes no título e/ou resumo e/ou palavras-chaves. Além dos descritores já mencionados, incluímos o descritor GTP, pois se relaciona diretamente com a ABEPSS. Consideramos ainda, apenas as publicações cuja autoria não fossem as entidades, pois nosso intuito foi identificar as produções sobre a temática pela área. Neste segundo momento, restaram 43 publicações.

Após essa segunda seleção, os materiais foram submetidos a leitura, na qual identificamos 1) um artigo sobre processo singular de uma universidade que também foi excluído da amostra. Restou, dessa forma, 42 produções que constituíram o *corpus de análise* desta tese. Os dados obtidos no primeiro, segundo e terceiro momento da pesquisa constam na Tabela 1.

Tabela 1: Publicações sobre as entidades representativas do Serviço Social brasileiro na Revista Temporalis

Revista	Publicações encontradas com os descritores	1ª seleção após critérios (N e%)	2ª seleção após critérios (N e%)
Temporalis	90	43	42

Fonte: construído pela autora, 2023.

Das 42 publicações, identificamos maior concentração de artigos (34) em relação aos documentos (8), as quais foram organizadas nos Quadros 2 e 3 para melhor visualização.

Quadro 2: Fontes Bibliográficas da Revista Temporalis selecionadas

Nº	Título	Modalidade	Ano
1	A importância da articulação entre ABEPSS, conjunto CFESS/CRESS e ENESSO para a construção do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro	Artigo	2011
2	“Compromisso de Classe por uma sociedade emancipada” -notas para reflexão	Artigo	2011
3	A pós-graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado	Artigo	2011
4	O Serviço Social nos programas de residência em saúde: resultados iniciais do mapeamento da ABEPSS	Artigo	2013
5	Ética e Serviço Social: um itinerante caminhar	Artigo	2013
6	O Estágio supervisionado em Serviço Social: desafios e estratégias para a articulação entre formação e exercício profissional	Artigo	2013
7	A experiência da “ABEPSS Itinerante”: a atualidade do projeto de formação profissional frente à contrarreforma da educação	Artigo	2013
8	A transversalidade do ensino da prática na formação profissional do assistente social e o projeto ABEPSS Itinerante	Artigo	2013
9	Desafios para a pesquisa na formação profissional do Assistente Social: um olhar a partir da experiência do curso “ABEPSS-Itinerante”	Artigo	2013
10	Desafio da ABEPSS Itinerante na defesa da qualidade na formação em Serviço Social	Artigo	2013

11	O lugar da pesquisa na formação profissional: algumas questões a partir dos relatórios das regionais da ABEPSS	Artigo	2013
12	Capitalismo, patriarcado e Serviço Social: reivindicações feministas na agenda profissional contemporânea	Artigo	2015
13	Discente em ABEPSS: que bicho é esse?	Artigo	2016
14	As Diretrizes Curriculares da ABEPSS e os valores éticos e políticos para a formação profissional em Serviço Social	Artigo	2016
15	Educação Permanente e Serviço Social: apontamentos sobre a formação profissional	Artigo	2016
16	Privatização e precarização da política de educação superior no Brasil- impactos para a formação profissional em Serviço Social	Artigo	2016
17	Docência e Serviço Social: condições de trabalho e saúde	Artigo	2016
18	Estágio supervisionado em Serviço Social: desfazendo os nós e construindo alternativas	Artigo	2016
19	Ensino à distância e suas implicações para a formação dos assistentes sociais: uma reflexão dos cursos EaD no Estado de Pernambuco	Artigo	2017
20	Agenda feminista em construção e a direção emancipatória do conjunto CFESS/CRESS	Artigo	2017
21	Fiscalização do exercício profissional dos/as assistentes sociais e suas peculiaridades	Artigo	2018
22	A proposta das oficinas nas diretrizes curriculares: elementos para debate	Artigo	2018
23	Diretrizes Curriculares da ABEPSS e a questão agrária	Artigo	2019
24	Comissão de empresa: espaço de interlocução profissional e resistência	Artigo	2019
25	40 anos do Movimento Estudantil de Serviço Social: desafios e perspectivas na atualidade	Ensaio	2019
26	Ante à radicalização hetero-patriarcal: resistências e possibilidades ético-políticas no Serviço Social	Artigo	2019
27	Fundamentos do Serviço Social: atribuições e competências profissionais	Artigo	2020
28	As diretrizes curriculares da ABEPSS e a temática família	Artigo	2020
29	Pensamento social brasileiro e formação profissional em Serviço Social	Artigo	2020
30	Aproximações do Serviço Social com a política de educação: a contribuição das Comissões de Educação dos Conselhos Regionais de Serviço Social no Brasil	Artigo	2020
31	Estágio Supervisionado em Serviço Social: a indissociabilidade entre formação e trabalho profissional	Artigo	2020
32	Serviço Social e movimentos sociais: debatendo articulações no âmbito da formação profissional	Artigo	2020
33	Perfil, condições e relações de trabalho de assistentes sociais gaúchos(as)	Artigo	2021
34	Capital Pandêmico e ensino remoto emergencial: o posicionamento político do Serviço Social	Artigo	2021

Fonte: construído pela autora, 2024.

As gravações eletrônicas foram transcritas, e, juntamente com os artigos, foram lidas e categorizadas utilizando um instrumento de análise (Apêndice B). A partir daí, as

categorias teóricas explicativas da realidade, advindas do problema de pesquisa e das questões norteadoras subsidiaram a análise, que foi realizada a partir da técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2009), privilegiando os recortes frequenciais e temáticos para os dados coletados. Essas narrativas, abarcam “percepções dos sujeitos, por meio de formas verbais” e “os elementos produzidos pelo meio” (Triviños, 2019, p.139), que constituem ângulos da técnica de triangulação de dados por nós adotado nesta pesquisa, conforme mencionamos.

b) Fontes Documentais

As fontes documentais foram utilizadas observando o ângulo de análise da técnica de triangulação de dados que dispõe sobre “os elementos produzidos pelo meio, tais como documentos, leis, decretos, pareceres, regulamentos, regimentos e outros” (Triviños, 2019, p.139), mas também apresentaram “percepções dos sujeitos, por meio de formas verbais” (Triviños, 2019, p.139).

Para Prates e Prates (2009, p. 114-115),

Os documentos expressam discursos, normativas, sentidos atribuídos, regras, conceitos (ora explicitados, ora vagos) pressupostos, delimitações, valores, descrições de fatos, enfim uma infinidade de elementos que permitem complementar a análise de processos ou mesmo constituir-se em fontes únicas para algumas investigações de extrema relevância.

Para tanto, consideramos como documentos para esta tese a concepção de Marconi e Lakatos (2021), valendo-nos de documentos públicos oficiais que coletamos na pesquisa realizada junto aos periódicos da área, conforme Quadro 3.

Quadro 3: Fontes Documentais da Revista Temporalis selecionadas

Nº	Título	Modalidade	Ano
1	Gestão ABEPSS 2003-2004 “Quem é de luta avança!”	Documento	2011
2	ABEPSS Gestão 2001-2002	Documento	2011
3	ABEPSS 2009-2010: estágio, pesquisa e consolidação institucional	Documento	2011
4	A formação profissional e o fortalecimento do Serviço Social como área de conhecimento: estratégias e desafios da ABEPSS no biênio 2007-2008	Documento	2011
5	De ABESS a ABEPSS: crise, transição e conquistas	Documento	2011
6	Discurso de Marieta Koike na oficina Nacional da ABEPSS	Documento	2011

7	Desafios e atuação da ABEPSS no contexto da “reforma” do ensino superior no final dos anos 1990: gestão 1998-2000	Documento	2011
8	O debate dos fundamentos do Serviço Social: o projeto ABEPSS Itinerante	Documento	2020

Fonte: construído pela autora, 2024.

Os materiais encontrados, também foram organizados e armazenados em um banco de dados especificamente criado para este fim. Os documentos foram lidos e categorizados, a partir de um roteiro de análise (Apêndice B) com base na técnica de análise de conteúdo de Bardin (2009). Concluída esta etapa, os materiais, tanto documentais, quanto bibliográficos, foram avaliados e selecionados para a constituição do *corpus de análise*.

Na mesma direção realizamos, ainda, revisão bibliográfica sobre o capitalismo dependente brasileiro, observando o ângulo de análise dos “processos e produtos originados pela estrutura socioeconômica e cultural do macroorganismo social no qual está inserido o sujeito”, abarcando as classes sociais, os diferentes modos de produção, as forças e relações de produção conforme destacado por Triviños (2019, p.139). A revisão bibliográfica também abarcou as produções da área acerca dos fundamentos do Serviço Social, valendo-nos de autores e de produções históricas da categoria.

Por fim, e considerando os aspectos éticos relacionados à pesquisa, foi submetida, mediante projeto prévio, ao Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS, sendo aprovada pelo parecer CAAE 59632222.6.0000.5336. Ainda, em consonância ao próprio método utilizado na pesquisa que não só busca compreender a realidade, mas também é “um guia para a ação” (Marx; Engels, 1886 apud Lênin, 1920, p.31), os resultados obtidos além de apresentados à Banca Avaliadora da Faculdade de Serviço Social/PUCRS, também serão divulgados em eventos de caráter científico, em periódicos, além de eventos para a socialização com a categoria profissional e entidades representativas da profissão, buscando contribuir para a apreensão, valorização e construção desses espaços.

1.3 ORGANIZAÇÃO DA TESE

O percurso metodológico que apresentamos conduziu a um processo investigativo que resultou em cinco capítulos, incluindo esta introdução, na qual apresentamos as motivações que conduziram a realização desta pesquisa, o percurso metodológico

desenvolvido, e a organização dos demais capítulos, em cujo desenvolvimento, pudemos desenvolver a tese desta tese.

O segundo capítulo, intitulado “A questão social no capitalismo dependente brasileiro: na luta de classes não há empate”, contém dois subcapítulos. No primeiro, “O desenvolvimento do capitalismo na Europa e a sucção da América Latina e Caribe”, apresenta de forma breve a relação entre o desenvolvimento capitalista e o papel da América Latina e Caribe na acumulação originária, ou primitiva, de capital. Já no segundo, “As raízes do capitalismo dependente brasileiro e os escombros de um passado que ainda carrega em seu ombro” apresenta a transição do escravismo colonial ao capitalismo no Brasil, demonstrando as raízes da dependência, e, conseqüentemente, da questão social, em nossa particularidade. Assim, neste capítulo, buscamos apreender os elementos estruturantes da questão social no Brasil, uma vez que compreendemos que é a partir dela que o Serviço Social emerge, e nas suas mais diversas expressões, intervém.

O terceiro capítulo, intitulado, “As entidades representativas e político-organizativas do Serviço Social: uma profissão inscrita no Brasil” encontra-se subdividido em três itens. O primeiro, apresenta “A gênese do Serviço Social sob as marcas do capitalismo dependente brasileiro”, no qual buscamos os elos entre a emergência do Serviço Social com a questão social em nosso país sob a égide do conservadorismo da sociedade e da Igreja Católica a qual se vincula. O segundo, avança para “A institucionalização do Serviço Social e o surgimento das primeiras entidades representativas da profissão”, localizando-as a partir do movimento que vai se desenvolvendo na profissão a partir do aprofundamento da questão social, impondo novas necessidades à formação e ao exercício profissional. Já o terceiro, intitulado “A renovação do Serviço Social brasileiro e as entidades da profissão: não tem Rua Tutoia que nos pare, ó nós aí outra vez!”, resgata o processo de crítica ao conservadorismo na profissão que, mesmo em meio ao contexto adverso da ditadura militar, se desenvolve e ganha protagonismo durante o final da década de 1970. A partir daí, acompanhamos um processo de virada democrática não só na sociedade brasileira, mas também na profissão e nas suas entidades representativas.

O quarto capítulo, intitulado “A ‘virada’ das entidades do Serviço Social e o projeto ético-político profissional: os nossos sonhos não envelheceram”, subdivide-se em três itens. O primeiro, evidencia “Os desdobramentos do ‘Congresso da Virada’ no Serviço Social e nas suas entidades representativas: a certeza na frente, a história na mão”, momento localizado na década de 1980 em que ocorre um processo de democratização nas entidades

representativas da profissão, e consolidação do projeto de intenção de ruptura com o conservadorismo. Já no segundo, “O projeto ético-político do Serviço Social e o protagonismo das entidades das entidades representativas da profissão: se muito vale o já feito, mais vale o que será” avança na construção do projeto ético-político profissional que vai até o início dos anos 2000, momento em que, contraditoriamente avança o neoliberalismo e o aprofundamento da dependência entre nós.

Assim, o terceiro item, “As entidades representativas do Serviço social frente aos desafios da formação e do exercício profissional na cena contemporânea: o que foi feito é preciso conhecer para melhor prosseguir”, apresenta os dados encontrados na pesquisa realizada junto à Revista *Temporalis* e foi dividida em três partes. Na primeira, apresentamos as ações das entidades voltadas para a formação profissional; na segunda, as ações das entidades voltadas ao exercício profissional, e, na terceira, tecemos algumas reflexões sobre os desafios postos às entidades no capitalismo dependente brasileiro no atual contexto.

Seguidos os capítulos, apresentamos a conclusão, com a tese elaborada a partir da pesquisa realizada, as referências e os apêndices.

2. A QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO: “NA LUTA DE CLASSES NÃO HÁ EMPATE”¹¹

A questão social, cuja expressão¹², apesar de estranha ao universo marxiano (Iamamoto, 2001), tem sido analisada e estudada a partir da teoria social crítica desde a década de 1980¹³. A partir de então, o Serviço Social tem logrado importantes e exitosas formulações para a análise da questão social como indissociável das relações sociais capitalistas e da luta de classes (Lara; Maranhão, 2019).

Tais formulações compreendem a questão social desde a sua anatomia revelada na lei geral da acumulação capitalista contida no vigésimo terceiro capítulo d'O Capital (Netto, 2001), no qual Marx analisa as consequências do crescimento de capital sobre o destino da classe trabalhadora quando afirma que “quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva” (Marx, 2017, p. 719).

Esse exército industrial de reserva, ou, superpopulação relativa, conformado por trabalhadores desempregados, do qual todo trabalhador faz parte durante o tempo em que está parcial ou inteiramente desocupado (Marx, 2017), é criado pelo ajuste do número de trabalhadores às necessidades de valorização do capital a partir de mecanismos da produção e da acumulação capitalista, que resultam na elevação da composição técnica de capital¹⁴.

¹¹ Alusão à Campanha do CFESS do dia do(a) Assistente Social de 2017 com temática “Na luta de classes não há empate”.

¹² Não é nossa intenção traçar um panorama sobre o surgimento do termo e os debates em torno dele. Entretanto, concordamos com Souza e Teles (2021) que “situar os projetos profissionais do serviço social, em particular no contexto do processo de “reconceitualização”, nas décadas de 1960-1970, com atenção aos embates políticos que circundam a elaboração pela categoria, da sua intenção de ruptura com o conservadorismo, pode ser revelador das motivações políticas da definição do termo questão social como central à explicação da profissão” (p.45).

¹³ Trata-se da década em que a profissão aprofunda o seu diálogo com as obras marxiana e marxistas após assumir um compromisso ético-político com a classe trabalhadora no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, sobre o qual abordaremos no próximo capítulo. Como produção pioneira da questão social a partir da teoria social crítica, Closs (2017) destaca a obra *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica* que “é produto dos trabalhos de Marilda Villela Iamamoto e Raul de Carvalho, vinculados ao projeto de investigação do CELATS [Centro Latino-Americano de Trabalho Social] sobre História do Trabalho Social na América Latina”(CELATS, 2010, p.9).

¹⁴ Conforme Marx (2017, p.700-701): “Com a acumulação do capital desenvolve-se, assim, o modo de produção especificamente capitalista e, com ele, a acumulação do capital. Esses dois fatores econômicos provocam, de acordo com a conjugação dos estímulos que eles exercem um sobre o outro, a mudança na composição técnica do capital, o que faz com que o seu componente variável se torne cada vez menor em comparação ao componente constante”. Em outras palavras, diz respeito ao estágio do desenvolvimento das forças produtivas e da relação entre trabalho vivo e trabalho morto em que o segundo se amplia em relação ao

Tal exército é composto por três formas: flutuante, latente e estagnada: 1) A camada flutuante, compõe-se por trabalhadores que transitam entre o emprego/desemprego e cujas ocupações se determinam pelas necessidades da indústria ou dos ramos da produção que acompanham as condições estruturais do capitalismo; 2) A camada latente, resulta “da mecanização e do desenvolvimento das relações de produção capitalista no campo que eliminam muitas ocupações e forçam os trabalhadores a migrar para as cidades ou outros locais que ofereçam emprego” (Lara; Maranhão, 2019, p.42). E, 3) a camada estagnada, é composta por “trabalhadores que têm suas vidas no trabalho marcadas pela instabilidade e sempre compõem o quadro daqueles que executam atividades temporárias ou sem vínculos fixos” (Lara; Maranhão, 2019, p.42).

Na análise marxiana, ainda há o lumpemproletariado, considerado “o sedimento mais baixo da superpopulação relativa” (Marx, 2017, p.719), que ocupa os porões do mercado de trabalho e já teve sua força de trabalho demasiadamente degradada (Lara; Maranhão, 2019).

Ocorre que o crescimento do exército industrial de reserva acompanha o aumento das potências da riqueza e, “quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho” (Marx, 2017, p.719), o que incide, sobremaneira, no aprofundamento das condições precárias de vida de toda a classe trabalhadora, seja ela ativa ou não no mercado de trabalho.

Isso ocorre porque, além da precariedade da vida daqueles que integram o exército industrial de reserva por conta da ausência de salários ou baixíssima remuneração, este desempenha um papel crucial “na regulação e na flutuação do preço da força de trabalho [e] a transforma em um instrumento eficaz e necessário de ampliação e extração de mais-valia e na contenção dos efeitos da lei da queda tendencial da taxa de lucros” (Lara; Maranhão, 2017, p.43), incidindo, desta forma, nas condições de vida e de trabalho da população ativa.

Ora, as condições de vida da classe trabalhadora tornam-se cada vez mais aviltadas justamente porque a apropriação dos frutos da riqueza por ela produzida é feita de forma privada, e, aqui está posta a contradição fundamental da sociedade capitalista:

[...] o desenvolvimento nesta sociedade redundando, de um lado, em uma enorme possibilidade de o homem ter acesso à natureza, à cultura, à ciência, enfim, desenvolver as forças produtivas do trabalho social; porém, de outro lado e na sua

primeiro de forma gradativa, A composição técnica do capital tem relação direta com a composição orgânica, ou seja, a relação entre capital constante (gastos com meios de produção, matérias-primas e instalações) e capital variável (gastos com a força de trabalho-salários).

contraface, faz crescer a distância entre a concentração/acumulação de capital e a produção crescente da miséria, da pauperização que atinge a maioria da população [...]. (Iamamoto, 2015b, p.27-28)

Contudo, a questão social, como produto da acumulação capitalista, “[...] sendo desigualdade é também rebeldia por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem” (Iamamoto, 2015b, p.28). Ou seja, a questão social é conformada pela relação contraditória estabelecida pela exploração impetrada pelo capitalismo e pelas lutas e resistências travadas pela classe trabalhadora nesse contexto ante às consequências das mais diversas desigualdades, inerentes a esse modo de produção, as quais são “mediadas por disparidades nas relações de gênero[/sexo], características étnico-raciais, mobilidades espaciais, formações regionais e disputas ambientais” (Iamamoto¹⁵, 2018, p.72).

É nesta contradição que se inserem os(as) assistentes sociais trabalhando com as mais diversas desigualdades e resistências que se expressam cotidianamente na vida da população atendida, assim como em suas próprias vidas, uma vez que também se constituem em trabalhadores(as) assalariados(as) (Raichelis, 2011). Torna-se, portanto, indispensável decifrar a questão social e as novas mediações por meio das quais se expressa, seja para “apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais – sua produção e reprodução ampliada- quanto projetar e forjar formas de resistência e de defesa da vida” (Iamamoto, 2015b, p.28).

Destarte, explica-se os esforços alçados pelo Serviço Social nos estudos e análises acerca da questão social, conforme mencionamos, tendo em vista o significado que essa categoria assume para a profissão: além de se constituir como objeto de trabalho de Assistentes Sociais em suas múltiplas expressões, também se constitui como categoria central para a apreensão do Serviço Social uma vez que nela tem “a base de sua fundação como especialização do trabalho” (Iamamoto, 2015b) e “sem ela não há sentido para esta profissão” (Netto, 2001, p.49).

Neste sentido, e, considerando as entidades representativas e político-organizativas do Serviço Social, temática deste trabalho, entendemos que estas, como parte e expressão da profissão, precisam ser apreendidas a partir das estruturas econômica e político-ideológica

¹⁵ Na produção aqui referenciada, que compõe o livro *A nova morfologia do Trabalho no Serviço Social*, organizado por Raquel Raichelis, Damares Vicente e Valéria Albuquerque, publicado pela editora Cortez em 2018, a professora Maria Carmelita Yazbek (2021) observa que Yamamoto atualiza o conceito de questão social oferecendo “algumas mediações históricas que configuram as expressões particulares da questão social brasileira e latino-americana que necessitam problematização e aprofundamento” (p.24).

que conformam a questão social na sociedade brasileira, uma vez que as suas determinações e metamorfoses atravessam e conformam a organização de classes, e, conseqüentemente, a organização da categoria profissional de Assistentes Sociais. Além disso, ao discorrermos acerca dela, reforçamos que a sua apreensão é indiscutível se almejamos, por meio destas entidades, construir estratégias de resistências frente às conseqüências barbáricas da acumulação de capital junto a outros segmentos da classe trabalhadora.

Entretanto, uma vez que delimitamos nossa construção ao território brasileiro, demarcamos que, apesar de fundamental, a anatomia da questão social brevemente aqui apresentada, a partir da lei geral da acumulação capitalista, nos permite compreendê-la de forma generalista (Souza; Teles, 2021), justamente porque nos permite a apreensão do movimento geral tendencial no modo de produção capitalista, mas não adentra no processo sob o qual a contradição entre capital e trabalho ganha dinamismo e se particulariza do lado de cá.

Ou seja, a “caracterização da lei geral da acumulação capitalista oferecida por Marx sofre importantes particularidades quando levamos em consideração as especificidades das diversas regiões em que ocorre o desenvolvimento capitalista” (Lara; Maranhão, 2019, p.45), sendo necessário “buscar, na realidade concreta, as diferencialidades que constituem singularidades face ao caráter universal do antagonismo entre as classes exploradas” (Souza; Teles, 2021, p.48). Ou seja, supõe-se o próprio método materialista histórico-dialético, pois, se desejamos captar o movimento da realidade em sua totalidade, as mediações entre universalidade e particularidade e singularidade são insuprimíveis para a sua análise.

Dessa forma, para compreendermos a questão social em nossa particularidade, Lara e Maranhão (2019) apontam a necessidade de entendermos a nossa formação sócio-histórica e, para isso, retomarmos o “debate sobre a acumulação primitiva como possível chave analítica para indicar os caminhos dos estudos sobre a “questão social” na realidade brasileira” (p.45), pois, “na história do capitalismo dependente da América Latina, o Capítulo XXIV [a assim chamada acumulação primitiva] se apresenta como o capítulo I” (Traspadini, 2022, p.171).

Assim, uma vez que a questão social é indissociável do metabolismo da sociedade capitalista, buscamos apresentar o papel da América Latina no desenvolvimento do modo de produção capitalista, o que consta no subitem 2.1 que se intitula “O desenvolvimento do capitalismo na Europa e a sucção da América Latina e do Caribe”. Tal compreensão é

indispensável para chegarmos à sua particularidade no Brasil, território sob o qual está circunscrito o objeto de análise deste trabalho.

Apresentamos, por sua vez, no subitem 2.2 intitulado de “As raízes do capitalismo dependente brasileiro: *escombros de um passado que ainda carrega em seu ombro*”, alguns elementos de nossa formação sócio-histórica para a apreensão histórico-estrutural da questão social no Brasil, intencionando possibilitar uma aproximação menos abstrata de seu movimento concreto da realidade na qual nos inserimos “tanto como classe trabalhadora, quanto pela natureza da profissão, como sujeitos políticos que compõem a engrenagem dos mecanismos de dominação instituídos pelas classes dominantes por meio do Estado” (Souza; Teles, 2021, p.46).

Ressaltamos que, oferecemos aqui apenas alguns elementos que consideramos relevantes e ainda pouco explorados para a posterior compreensão da profissão e das suas entidades, a partir da perspectiva de análise que adotamos, dentro dos limites impostos pelo tempo, e pela delimitação da temática, esperando indicar pistas reflexivo-analíticas e contribuir com novas indagações.

2.1 O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NA EUROPA E A SUCCÃO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

O modo de produção tipicamente capitalista, conforme brevemente situamos na introdução deste capítulo, não iniciou com um amplo exército industrial de reserva. Tampouco, caracterizando-se como um modo de produção em escala mundial em sua fase inicial. Sua gênese se situa na Europa, especificamente na Inglaterra, cujo processo particular de desenvolvimento inicial¹⁶ se deu entre o século XVIII e início do século XIX.

Sua gestação, contudo, emerge das entranhas do feudalismo europeu, em um longo “processo de transformação econômico social ocorrido na Inglaterra entre os séculos XV a XVIII que conformarão o berço do capitalismo originário mundial” (Traspadini, 2022, p.163).

¹⁶ De acordo com a autora, este é o período em que ocorre o processo particular de desenvolvimento do capital industrial na Inglaterra, “em contraposição ao avanço das forças produtivas a partir de 1870, em que ocorre a maturação do capitalismo industrial e a lógica inicial de um grande número de pequenas indústrias que é substituído pela potência da concorrência capitalista protagonizada pelo grande capital monopolista” (Traspadini, 2022, p.156-157).

Este processo é conhecido como acumulação primitiva de capital, em que se encontra o seu fundamento histórico, sua pré-história, ou, ainda, o seu ponto de partida (Marx, 2017). Em outras palavras, “a constituição do modo de produção capitalista, qualquer que seja a via pela qual se processe, tem sempre uma fase precedente- a da acumulação originária (também chamada primitiva¹⁷) do capital” (Gorender, 1998, p.7).

O papel que a acumulação primitiva desempenha na economia política é comparado por Marx ao papel do pecado original na teologia¹⁸, com o pecado original econômico, do qual “datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender, a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar.” (Marx, 2017, p.785).

Isso só foi possível devido à existência antagônica de duas classes sociais fundamentais detentoras de diferentes mercadorias, as quais “não podem ir por si mesmas ao mercado e trocar-se umas pelas outras” (Marx, 2017, p.159). É necessário que seus guardiões estabeleçam uma relação entre si, reconhecendo-se mutuamente como proprietários privados que conformam essas duas classes sociais: de um lado os possuidores de dinheiro, dos meios de produção e de subsistência e, por outro lado, os vendedores da própria força de trabalho (Marx, 2017).

Essa relação social capitalista se constituiu pela separação dos trabalhadores da propriedade das condições para a realização do seu trabalho ao longo de um processo histórico marcado pela violência, pois “o capital nasce escorrendo sangue e lama por todos os poros, da cabeça aos pés” (Marx, 2017, p.830). O autor explica, neste sentido, que a acumulação primitiva se deu (e entendemos que ainda se dá) por meio de um processo violento, de conquista, subjugação e assassinio para roubar, expropriar e separar, pois “os métodos da acumulação primitiva podem ser qualquer coisa, menos idílicos” (Marx, 2017, p.786).

Assim, a classe trabalhadora em formação, é enxotada para os centros urbanos, em um constante roubo de todos os seus meios de produção e de todas as garantias para a sua existência, visto que, por meio dos cercamentos da terra, os camponeses foram expulsos e

¹⁷ “Trata-se de uma acumulação do capital realizada por meio de mecanismos ainda não essencialmente capitalistas, não se baseando, portanto, na produção de mais-valia mediante a exploração do trabalho assalariado livre. Ao atingir certo nível e num quadro social já transformado, a acumulação originária do capital culmina na constituição do modo de produção capitalista” (Gorender, 1998, p.7).

¹⁸ Adão comeu o fruto proibido e, com isso, o homem foi condenado a comer o seu pão com o suor de seu rosto.

até mesmo exterminados de onde viviam¹⁹. Destituídos da terra²⁰, e impossibilitados de dar conta de suas necessidades, tornaram-se vendedores livres de sua força de trabalho, único meio que lhes restou, e, assim, foram impelidos aos centros fabris, garantindo massas cada vez maiores de proletários que se tornavam também consumidores de mercadorias: cria-se, então, o mercado interno²¹.

Desta forma:

A gênese da acumulação do capital inglês foi conformada pela propriedade privada da terra e pela implementação do trabalho alienado para os camponeses e artesãos, rumo a uma nova dinâmica moderna atrelada à ideia de liberdade²² e futuro assalariamento do trabalho nas cidades fabris. (Traspadini, 2022, p.156)

Vale ressaltarmos que essa população impelida aos centros urbanos e à venda de sua força de trabalho, vivia em condições insalubres em todas as dimensões da satisfação das necessidades humanas, observando que, quando submetida a uma dieta pobre, esta vinha precedida por outras tantas privações de acordo com o relatório geral sobre a saúde pública do dr. Simon que Marx (2017, p.731) resgata n’O Capital: “muito antes que a insuficiência nutricional gravite no plano sanitário [...] o lar já terá sido privado de todo conforto material. O vestuário e o aquecimento escassearão ainda mais do que a comida”.

Contudo, esse processo de nascimento e desenvolvimento do capitalismo é atravessado por seis obstáculos, conforme sintetiza Gorender (1998): 1) a vinculação dos camponeses à terra, sob diferentes formas; 2) a propriedade não alodial da terra, salvo exceções pouco expressivas, devendo-se pagar tributos privados para o senhorio da nobreza, para o clero ou ao monarca; 3) o instituto morgadio e grande parte das terras sob o domínio

¹⁹ Marx, ao registrar os métodos realizados por ordem da duquesa de Sutherland, aponta que “todos os seus vilarejos foram destruídos e incendiados; todos os seus campos transformados em pastagens. Soldados britânicos foram incumbidos da execução dessa tarefa e entraram em choque com os nativos. Uma anciã morreu queimada na cabana que ela se recusara a abandonar” (Marx, 2017, p.802)

²⁰ Nas *Formen*, Marx (2011) expõe que, um dos pressupostos para o trabalho assalariado e uma das condições históricas do capital é a necessidade de trabalho livre e a troca deste por dinheiro; assim como o outro pressuposto é “a separação do trabalho livre das condições objetivas de sua efetivação- dos meios e do material do trabalho. Isto significa, acima de tudo, que o trabalho deve ser separado da terra enquanto seu laboratório natural” (p.65).

²¹ “De fato, os acontecimentos que transformam os pequenos camponeses em assalariados, e seus meios de subsistência e de trabalho e elementos materiais do capital, criam para este último, ao mesmo tempo, seu mercado interno. Anteriormente, a família camponesa produzia e processava os meios de subsistência e matérias-primas que ela mesma, em sua maior parte, consumia. Essas matérias-primas e meios de subsistência converteram-se agora em mercadorias [...]” (Marx, 2017, p.818).

²² Ressaltamos: trata-se de uma liberdade precedida pela expropriação de todos os meios de produção e subsistência, até então aqui recuperados e explicitados em Marx (2017), permitindo questionar: que liberdade é esta já que não se tem outra escolha a não ser a de vender a sua força de trabalho para sobreviver?

da Igreja; 4) o controle da produção industrial sob as corporações e guildas; 5) tráfego inseguro de mercadorias entre os feudos e sua tributação; 6) privilégios estamentais da Igreja e da nobreza, os quais foram superados devido às revoluções burguesas europeias.

Em resumo:

[...] as revoluções burguesas desvincularam os camponeses da terra e jogaram parte deles (na Inglaterra, praticamente todos) no mercado de trabalho assalariado, onde podiam ser livremente contratados pelos capitalistas. A terra tornou-se alodial, completamente isenta de encargos privados. Extinguiu-se o morgadio e a Igreja teve os seus domínios confiscados e postos à venda. Criou-se um mercado capitalista de terras. As corporações foram dissolvidas, suas regulamentações anuladas e a instalação de manufaturas e fábricas deixou de sofrer qualquer restrição. Unificou-se o mercado nacional e ficou estabelecida a uniformidade monetária, tributária e de pesos e medidas. Cumpriu-se o lema dos economistas liberais: *laissez-faire, laissez-passer* (liberdade para produzir e circular). Aboliram-se os privilégios estamentais da nobreza e do clero. (Gorender, 1998, p.17).

Longe de pretender esmiuçar detalhes deste processo na Europa, lança-se nosso esforço em apresentar as consequências e o papel da América Latina e Caribe no desenvolvimento capitalista, visto que “a descoberta das terras auríferas e argentíferas na América [aquelas que contêm ouro e prata], o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista”. (Marx, 2017, p.821)

Nesta perspectiva, é impensável compreendermos o desenvolvimento do modo de produção capitalista sem apreender o papel da América Latina e Caribe para aquele, ao incorporar-se neste sistema em formação “no momento da expansão mercantilista europeia do século XVI” (Marini, 2017, p.47). Isto porque, a América Latina e Caribe, transformados em distintas colônias de exploração, tiveram seus territórios anexados às metrópoles em guerra e transição, cujas riquezas oriundas dos distintos modos de produção²³ vigentes até à invasão (os quais foram sufocados²⁴, no sentido dialético), serviram “ao fim mercantil da acumulação primitiva-baseada no saqueio, na espoliação e-, não menos importante, na implementação interna de novos processos produtivos ancorados na abundância de terra e

²³ Corroboramos com a apreensão de Traspadini de que não podemos definir tais modos de produção como primitivos “quando levamos em consideração as especificidades próprias de um processo continental em que já existiam no período da conquista grandes centros comerciais, políticos, econômicos, como Tenochtitlan no México, Potosí na Bolívia, Cuzco no Peru” (2022, p.167).

²⁴ Na mesma perspectiva, Souza (2020a, p.64) aponta que “os processos de transição a modos de produção historicamente particulares na América Latina, após a invasão colonial em 1492, foram engendrados a partir da imposição colonialista e interromperam o desenvolvimento próprio dos modos de produção dos povos originários”.

de trabalho” (Traspadini, 2022, p.157). Em síntese: “a massa da humanidade expropriou a si mesma para a glória da ‘acumulação do capital” (Marx, 2017, p.837).

Dessa forma:

A invasão da América Latina do Caribe foi decisiva para a acumulação originária europeia²⁵ não somente pelo que se descobriu quanto à riqueza natural, somada à aprendizagem de técnicas e de organizações sociais que comporiam a estrutura de poder nascente da burguesia no continente europeu. Também pelo que estaria por explorar, o que poderia vir a ser na apropriação da riqueza oriunda da terra e do trabalho no continente. (Traspadini, 2022, p.157)

Se por um lado demarcamos a violência presente no solo europeu, esta, como parteira de toda história (Marx, 2017), não esteve distante deste processo na América Latina e no Caribe. Além do *genocídio*²⁶ cometido contra os povos que aqui viviam, eliminando-os tanto pelo trabalho escravo, quanto pelo assassinato quando de suas manifestações em resistência aos dominadores, o venezuelano Fernando Báez (2010) apresenta dois outros termos que representam outros crimes violentos praticados em nossa região: o *memoricídio* e o *etnocídio*, ambos acompanhados pela *transculturização*²⁷. A rapina, conforme o autor, não foi exclusivamente econômica, ela foi cultural:

Cada assassinio proporcionava desculpas para aniquilar com mais força os símbolos das vítimas; cada novo tormento exigia uma transculturização mais acelerada. Desde o primeiro instante, na etapa de exploração, a desnaturalização da memória histórica da América Latina significou manipulação, queima, desarticulação ou censura e isto foi uma infâmia constante que prevaleceu em todas as nações que contribuíram para crimes tão indignos (Báez, 2010, p.37)

²⁵ Marini (2017) aponta que “a decadência dos países ibéricos, que primeiro se apossaram dos territórios americanos, engendra aqui situações conflituosas, derivadas dos avanços das demais potências europeias. Mas é a Inglaterra, mediante sua dominação imposta sobre Portugal e Espanha, que finalmente prevalece no controle e na exploração desses territórios” (p.47).

²⁶ “Os informes mais recentes estimam de setenta milhões a cem milhões de vítimas do grande massacre da América Latina [e Caribe]” (Báez, 2010, p.310). Galeano (2016) indica que além dos mortos de forma direta pelos colonizadores, muitos indígenas como os de Dominicana “se antecipavam ao destino imposto por seus novos opressores brancos: matavam seus filhos e se suicidavam em massa. O cronista oficial Fernández de Oviedo assim interpretava, em meados do século XVI, o holocausto dos antilhanos: ‘muitos deles se matavam com veneno para não trabalhar, e outros se enforcavam com as próprias mãos” (Galeano, 2016, p.33-34).

²⁷ “Contra a América Latina [e o Caribe] se perpetraram um memoricídio, sem dúvida, mas houve uma vinculação inegável a outros processos como os de transculturização, genocídio e etnocídio, categorias descritivas designadas com palavras novas cunhadas pelos antropólogos e etnólogos no século XX, porque não se dispunha de maneira mais correta para explicar a prática da interminável destruição da memória coletiva tangível ou intangível. Estes conceitos sobre destruição maciça também foram aplicados a situações similares na África e na Ásia, onde o colonialismo arruinou conhecimentos milenares” (Báez, 2010, p.302)

De acordo com o autor, “60% de toda a memória coletiva da América Latina foram roubados ou devastados com mesquinhez. Nada se salvou da depredação.” (Báez, 2010, p.38). Acrescenta ainda que:

Povos inteiros arrasados ou submetidos à assimilação de valores alheios, aldeias queimadas ou bombardeadas, 90% dos indígenas mortos por assassinato ou epidemias importadas, seis milhões de africanos mortos depois de serem convertidos em escravos, milhões de quilômetros quadrados apropriados indevidamente, contaminação e ecocídio, milhares de tradições musicais desaparecidas, milhões de obras de arte fundidas como metais preciosos ou traficadas para constituir a base de coleções artísticas individuais ou institucionais, [...] bibliotecas inteiras convertidas em cinzas [...]” (Báez, 2010, p.302).

Essa “pilhagem e devastação cultural era incontrolável e não se restringiu aos séculos XVI e XVII: a verdade é que o descalabro jamais cessou” (Báez, 2010, p.40-41). Além da destruição e afastamento da memória/história na América Latina, ocorreu o processo de transculturação, ou seja, de substituição de uma diversidade de modos de produção de vida originários, a partir da incorporação forçada de uma cultura dominante.

Se formos tomar a língua como exemplo, o autor refere que “seis línguas europeias substituíram mais de mil idiomas indígenas e o método de extinção aplicado significou o maior genocídio da história do homem²⁸” (Báez, 2010, p.310). Além da substituição da memória/história, portanto, o etnocídio foi acompanhado por um fenômeno de eliminação da memória (memoricídio), destruindo o patrimônio simbólico das inúmeras etnias latino-americanas e caribenhas (Báez, 2010).

Essas violências expressam, de um lado a perversidade dos colonizadores e sua “civilização doente” e “moralmente atingida” (Césaire, 2020), mas também as resistências empreendidas pelos povos originários que aqui viviam e aqueles que mais tarde foram sequestrados da África para a escravização, conformando verdadeiras guerras. Neste sentido, conforme Báez (2010), a primeira coisa que se ataca numa guerra é a memória coletiva: “qualquer guerra fica incompleta se não causar desconcerto por meio do ataque aos símbolos

²⁸ Vale refletirmos que a história de muitas etnias, tal como refere Rostrowski (1999), no livro “Historia del Tahuantinsuyu”, ao tratar sobre os incas, mantêm-se vivas no presente através dos relatos orais, uma vez que “unos cuantos siglos no son una barrera para la conservacion de relatos orales” (p.27), o que também se evidencia na película peruana, em linguagem Quechua, intitulada Kukuli (1961) dirigida por Luis Figueroa, Eulogio Nishiyama e Cesar Villanueva. Ocorre que, com o genocídio, esses relatos orais também tendem a desaparecer, tendo em vista que a história de muitas culturas permanece viva somente na memória de seus membros. Mesmo que etnias inteiras tenham sido exterminadas, ainda há muitas cujas histórias e cultura resistem por meio dos relatos orais. Nos resta o compromisso enquanto pesquisadores(as) o seu registro e a denúncia do genocídio, memoricídio e etnocídio que se perpetuam ainda hoje.

de identidade, que são fundamentais para a resistência. Quem duvida de seus próprios valores, quem vacila porque sua memória se alterou, é uma presa fácil num conflito”. (Báez, 2010, p.300)

Assim, a estratégia utilizada pela Europa na América Latina e Caribe é a *domnatio memoriae*, ou seja, a “condenação da memória”, que se trata de “uma espécie de esquecimento decretado e uma censura aplicada pelo autoritarismo para proteger uma hegemonia política” (Báez, 2010, p.297), excluindo qualquer possibilidade de acesso a referências que possam despertar interesse nessa memória.

Trata-se de um verdadeiro plano de extermínio:

arrasar a erva, arrancar pela raiz até a última plantinha ainda viva, regar a terra com sal. Depois, matar a memória da erva. Para colonizar as consciências, suprimi-las; para suprimi-las, esvaziá-las de passado. Aniquilar toda prova de que na comarca houve mais que silêncio, cadeias e tumbas. Está proibido lembrar. (Galeano, 2019, p.200)

Porém, longe de esquecermos, apesar das dificuldades impostas para “lembrar” conforme supramencionamos, o signo da cruz se encontra nas empunhaduras das espadas, afinal, “a América era um vasto império do Diabo, de redenção impossível ou duvidosa” (Galeano, 2016, p.31). Assim, a Igreja Católica²⁹ desde o século XV empreendeu uma cruzada de evangelização que tem resultado, até os nossos dias, na aniquilação da memória coletiva latino-americana e caribenha (Báez, 2010) além de outras “abomináveis consequências colonialistas e racistas, cujas vítimas seriam os [indígenas], amarelos e negros” (Césaire, 2020, p.11). Vale dizer que não só as consequências racistas, como o próprio o racismo é uma das consequências deste processo uma vez que “a escravidão não nasceu do racismo: pelo contrário, o racismo foi consequência da escravidão³⁰” (Williams, 2012, p.34).

Foi por meio desses processos violentos, encharcados de sangue, que, num primeiro momento, o litoral latino-americano e caribenho vestiu-se de vermelho, cor esta que depois

²⁹ Eric Williams refere que quando Portugal iniciou o movimento de expansão internacional “reivindicou os novos territórios alegando que se enquadravam nos termos de uma bula papal de 1455, autorizando o Reino a reduzir todos os povos infiéis à servidão” (2012, p.29), e indica que, mais tarde, em 1493, o papa teria emitido uma série de bulas estabelecendo a demarcação entre as possessões coloniais tanto de Portugal quanto da Espanha que disputavam as colônias. Tal arbitragem papal sofreu recusas, mas o que queremos registrar é a presença da Igreja na autorização/bênção aos mecanismos de violência utilizados.

³⁰ Como afirmou Marx “a produção das ideias, das representações, da consciência está em princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real (Marx, 2017, p.31).

coloriu também o oceano no sequestro da população negra escravizada orquestrado pelos europeus durante a colonização. Isso pois a América Latina e o Caribe experimentaram um longo processo de escravidão, ao qual, Williams (2012); Moura (2020); Césaire (2020) e Gorender (2019) coadunam ao indicar que, num primeiro momento os povos indígenas foram submetidos, e, posteriormente³¹, os povos africanos.

A escravidão, contudo, não se deu por questões morais, mas sim, econômicas, não se tratando de uma escolha em detrimento do trabalho livre. Conforme escreve Williams (2012, p.33), não houve outra escolha, pois, “com a população reduzida da Europa no século XVI, não haveria como prover quantidade necessária de trabalhadores livres para uma produção em grande escala de cana-de-açúcar, tabaco e algodão no Novo Mundo”. Ainda segundo o autor, em certas circunstâncias, principalmente na produção das mercadorias já mencionadas, a escravidão apresentava vantagens evidentes, conseguindo-se um uso mais rentável da terra do que o camponês proprietário ou o pequeno agricultor, além do barateamento da produção.

Para tanto, a escravidão exigia o tráfico de escravos negros, fazendo-se necessário, para isso, “a preservação e o aperfeiçoamento do tráfico na África” (Williams, 2012, p.63) para fins de comercialização destes escravizados sequestrados de suas origens, suas famílias, comunidades, em suma, suas raízes. Para esse comércio de escravizados, a liberdade “só se diferenciava da liberdade concedida a outras atividades num único detalhe: a mercadoria em questão era o ser humano” (Williams, 2012, p.65-66).

Contudo, e como já mencionamos, não se tratou apenas de submeter à força indígenas e africanos ao trabalho escravizado, mas sobretudo, com os mecanismos etnocidas, memoricidas e de transculturação (Báez, 2010), roubar-lhes o seu ser, extirpando-lhes o sentido da vida ao proibir seus rituais religiosos e destruir a sua comunidade, as suas memórias/histórias coletivas.

Em outras palavras, a escravidão não foi apenas de corpos, foi de sentidos, pondo “de manifesto que a função colonial é mais densa do que o saqueio e a pilhagem” injetando “uma forma de ser condicionada ao conteúdo europeu” (Traspadini, 2022, p.162), e, construindo “sob a força e a violência, a ideologia da inferioridade das raças³² não-cristãs-

³¹ Williams (2012) refere que após a utilização do trabalho escravizado indígena, a Europa incentivou em muito o tráfico de engajados, constituídos por pessoas brancas condenadas, consideradas “vagabundas e desocupadas”.

³² Mais tarde, será utilizada da academia e da pseudociência racista para justificação da barbárie (Souza, 2020a).

europeias” (Souza, 2020a, p.45). Mas como já mencionamos, ela não foi isenta de resistências, inclusive porque até nos navios negreiros os povos negros que ali se encontravam em condições degradantes³³, rebelavam-se (Williams, 2012)

Nesse sentido, se os séculos XVII e XVIII foram considerados os séculos do comércio, para a Inglaterra, este correspondia basicamente ao comércio marítimo triangular:

No comércio marítimo triangular, a Inglaterra-bem como a França e a América colonial- fornecia os navios e os produtos de exportação; a África, mercadoria humana; as fazendas, as matérias-primas coloniais. O navio negreiro saía da metrópole com uma carga de artigos manufaturados. Estes eram trocados com lucros por negros na costa da África, os quais eram vendidos nas fazendas com mais lucro, em troca de uma carga de produtos coloniais que seriam levados de volta ao país de partida. Aumentando o volume do tráfico, o comércio triangular foi suplementado, mas nunca suplantado, por um comércio direto entre a Inglaterra e as Índias Ocidentais, no qual as manufaturas de produção eram trocadas diretamente por produtos coloniais. (Williams, 2012, p.90).

Portanto, a escravidão teve importância não só para o barateamento das mercadorias e rentabilidade da terra conforme exposto, mas, o comércio marítimo triangular contribuiu com um impulso à indústria britânica, ao comércio e à navegação desconhecido até então (Marx; Engels, 2010). Os lucros obtidos a partir do comércio marítimo triangular “forneceram um dos principais fluxos da acumulação do capital que, na Inglaterra, financiou a Revolução Industrial” (Williams, 2012, p.90).

Esse processo possibilitou o desenvolvimento da indústria do lado de lá devido a um forte incremento da classe operária industrial europeia, e, em geral, da população urbana ocupada na indústria e no setor de serviços, o que não teria sido possível sem a América Latina e o Caribe, que, por meio da produção de origem agropecuária, derivada da escravidão, possibilitou tal incremento (Marini, 2005a). Isso porque “o desenvolvimento industrial supõe uma grande disponibilidade de produtos agrícolas, que permita a especialização de parte da sociedade na atividade especificamente industrial” (Marini, 2005a, p.143).

Assim,

A participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia

³³ Os navios costumavam ser superlotados, os alimentos e a água tinham dificuldades de serem mantidos em condições salubres; os escravizados eram transportados acorrentados, e possuíam um espaço muito pequeno para movimentar-se, considerado menor do que um homem num caixão (Williams, 2012).

absoluta para a de mais-valia relativa³⁴, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador (Marini, 2005a, p.144).

Aumentando a classe operária industrial em virtude de uma produção de matérias-primas possibilitada pelo trabalho escravizado na América Latina e no Caribe, e, conseqüentemente, a sua capacidade produtiva, ocorre a formação de um mercado de matérias-primas industriais devido ao seu aumento em maior proporção, o que também não teria sido possível sem a *Nuestra América* (Marini, 2005a).

Vale acrescentarmos que o aumento do fluxo de mercadorias foi acompanhado da expansão dos meios de pagamento, permitindo não só o desenvolvimento do capital comercial, mas também do capital bancário na Europa (Marini, 2005a), os quais, “produziram aos poucos um aparato formal de legitimidade e legalidade, implementando o moderno Estado de direito, estabelecido sob a ideia fetichista de liberdade e igualdade” (Traspadini, 2022, p.164). Essas duas formas de capital e a ampliação de trabalhadores livres nos países centrais, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria (Marini, 2005a).

Ao mesmo tempo em que é palpável a relação dialética estabelecida entre as colônias e as metrópoles, e que tal relação possibilitou o estopim do desenvolvimento do capitalismo, não podemos afirmar que a acumulação de riquezas se deu de igual forma em ambos os pólos do sistema colonial, pois "os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíam à metrópole e lá se transformavam em capital" (Marx, 2017, p.823)

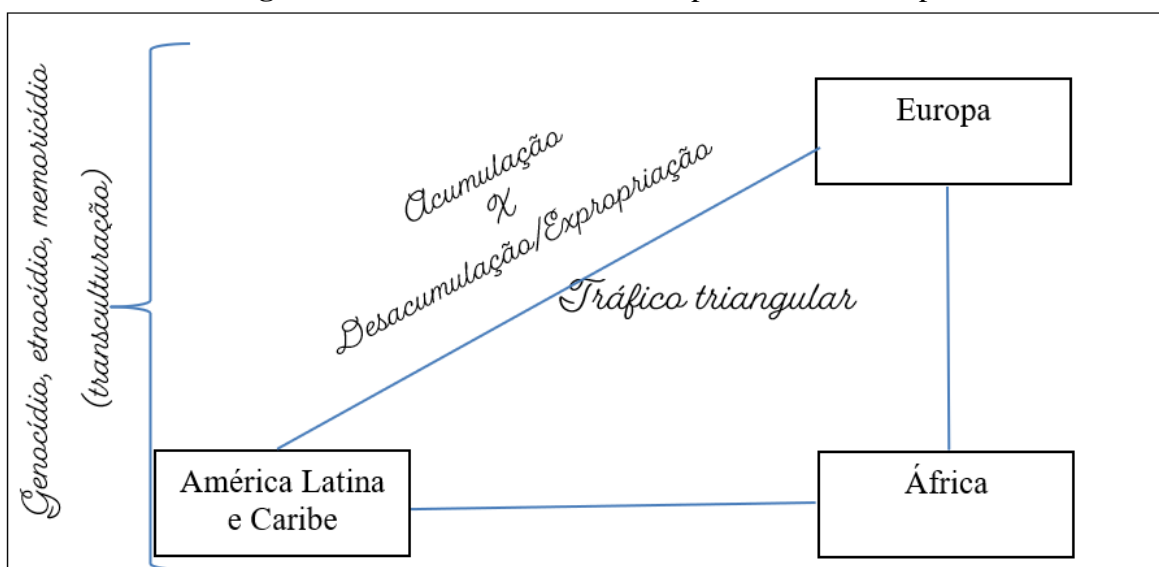
Ou seja, enquanto na Europa ocorria a acumulação originária de capital, na América Latina e Caribe, ocorria expropriação de riquezas e “desacumulação originária” (Cueva, 1990), justamente porque, conforme observa Eduardo Galeano (2016), ela cravou os dentes na garganta da América Latina e no Caribe, região cujas veias foram brutalmente abertas, drenando nossas riquezas que se transformam em capital europeu (e mais tarde norte-americano).

³⁴ Marini (2005a) explica que “ao aumentar a produtividade, o trabalhador só cria mais produtos no mesmo tempo, mas não mais valor; é justamente esse fato o que leva o capitalista individual a procurar o aumento de produtividade, já que isso permite reduzir o valor individual de sua mercadoria, em relação ao valor que as condições gerais de produção lhe atribuem, obtendo assim uma mais-valia superior à de seus competidores- ou seja, uma mais-valia extraordinária” (p.145).

Apesar de a América Latina e o Caribe terem a sua acumulação a partir de sua base interna, esta foi afetada pela prática de sucção através de um intercâmbio desigual, da exportação de superlucros e pilhagem pura e simples dos países neocoloniais (Cueva, 1990), tendo em vista que se trata de um contexto marcado pela dominação e sucção externa.

Em forma de síntese, elaboramos a Figura 1, a seguir, para ilustrar o processo até aqui exposto:

Figura 1: O desenvolvimento do capitalismo na Europa



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Williams (2012); Baéz (2010) e Césaire (2020)

Diante da Figura 1, é possível visualizar a relação estabelecida entre Europa, África, América Latina e Caribe em meio ao tráfico triangular que, como vimos, teve um papel fundamental para a Europa, especificamente a Inglaterra, ao fornecer-lhe um dos principais fluxos da acumulação do capital para a revolução industrial. Os corpos negros sequestrados e escravizados, não sem resistências, foram levados para as colônias de exploração e proporcionaram, por meio da extração de matérias-primas e produção de alimentos, a subsistência na nascente classe operária na metrópole, e contribuíram, assim, para o incremento da produção manufatureira, ampliando o capital comercial e bancário. Todavia, se em um dos polos houve a acumulação originária de capital que financiou o desenvolvimento do capitalismo, do outro, houve expropriação e desacumulação, o que só foi possível mediante diversas violências sobre corpos, mentes e corações orquestradas pela metrópole às colônias de exploração: o genocídio, o etnocídio e o memoricídio.

Ocorre que esse processo violento de expropriação e dominação da metrópole sobre as colônias de exploração durante a acumulação primitiva de capital, constitui a raiz de todo desdobrar do modo de produção capitalista, já que o processo de transição de um modo de produção para outro se deu “totalmente distinto do que seria uma transição clássica, de um movimento de contradição, superação e síntese” (Souza, 2020a, p.44).

Dessa forma, esta “cooperação antagonica entre colônia-metrópole define a terra e o trabalho vinculado a ela como as sementes orgânicas da germinação enraizadora do capital no continente”. (Traspadini, 2022, p.172) que se desdobrará na dependência³⁵ da América Latina e do Caribe às economias centrais.

Isso porque:

A revolução industrial [...] corresponde na América Latina à independência política que, conquistada nas primeiras décadas do século 19, fará surgir, com base na estrutura demográfica e administrativa construída durante a colônia, um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra. Os fluxos de mercadorias e, posteriormente, de capitais têm neste seu ponto de entroncamento: ignorando uns aos outros, os novos países se articularão diretamente com a metrópole inglesa e, em função dos requerimentos desta, começarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e- quando a exportação supera as importações – de dívidas (Marini, 2005a, p.140).

Se durante as primeiras décadas do século XIX, ocorrem “as independências, o nascimento dos estados nacionais, o fim do tráfico de escravos e a consolidação das soberanias formais” (Traspadini, 2022, p.178), entre meados deste mesmo século e início do século XX, “a América Latina seguirá funcional à lógica de produção de valor mundial, sob a tônica da exportação de capitais e da partilha do mundo entre os grandes capitais financeiros e suas potências nacionais sedes” (Traspadini, 2022, p.178) a partir de uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho (DIT).

Com a DIT, são definidas “as funções de cada rincão do planeta na produção social geral da riqueza capitalista” (Souza, 2017, p.489), reconfiguradas a cada fase do capitalismo (Traspadini, 2022) porque pautadas na lógica determinante da acumulação e da valorização do capital em uma relação integrada entre os países que não está posta para ser resolvida “em termos de igualdade, exatamente porque se nutre das relações desiguais” (Traspadini; Stédile, 2005, p.33).

³⁵ Isso não significa que a dependência já estava presente no sistema colonial. Pelo contrário, “a situação colonial não é o mesmo que a situação de dependência. Ainda que se dê uma continuidade entre ambas, não são homogêneas” (Marini, 2005a, p.141). Em outras palavras, “a dependência não se demarca no período colonial. Mas os traços que a dão vida sim” (Traspadini, 2022, p.172).

Neste sentido, Marini (2017) discorre sobre as mudanças que vão ocorrendo desde meados do século XIX até o século XX, sobre as respostas da América Latina às exigências do mercado internacional que passa desde a exportação de alimentos e matérias-primas, ao desenvolvimento da indústria leve, e posterior, da indústria pesada, sem que tais fases suprimam uma à outra, mas sejam combinadas dialeticamente.

A cada avanço da indústria latino-americana, vai se afirmando “portanto, com maior força, sua dependência econômica e tecnológica frente aos centros imperialistas” (Marini, 2017, p.65), e, a terra, subordinada à forma-mercadoria, torna-se quanto mais aprisionada à produção extensiva para a exportação (Traspadini, 2022) garantindo que a nossa produção permaneça sendo drenada para fora, num processo em que as “veias abertas” (Galeano, 2016) tornam-se cada vez mais dilaceradas.

Por dependência, entendemos a “relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (Marini, 2005a, p.141). É, em suma, “o mecanismo central de subordinação do território, do espaço, dos sujeitos, dos países subdesenvolvidos, como forma de perpetuação do poder de reprodução do capitalismo na esfera internacional” (Traspadini; Stédile, 2005, p.33).

As consequências dessa dinâmica “estruturada pela articulação dependente e a cooperação antagônica³⁶, é a perpetuação da condição de parceiro menor de capital hegemônico mundial e de todas as iniquidades a ele inerentes”. (Souza, 2017, p.590). Nesta condição, uma parte variável da mais-valia que aqui se produz é drenada para as economias centrais, e, para tanto, as classes dominantes locais tratam de compensar essas perdas, submetendo a classe trabalhadora à superexploração da força de trabalho (Marini, 2005a; 2005b, 2017).

A superexploração da força de trabalho se constitui a partir de três mecanismos necessários ao capitalista para incrementar a massa de valor produzida: 1) o aumento da intensidade do trabalho; 2) o prolongamento da jornada de trabalho; e, 3) a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para refazer sua força de trabalho (Marini, 2005a). É mais bem definida “pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição

³⁶ Esta categoria é utilizada por Ruy Mauro Marini (2017) e, conforme aponta Souza (2017, p.494), “foi cunhada pelo marxista alemão August Thalheimer com a qual buscou demonstrar que a integração imperialista desenvolve as contradições intrínsecas ao capital e que, ainda que a necessidade de autodefesa das economias imperialistas na contemporaneidade não leve a rupturas que culminem em guerras como nos períodos anteriores, outras formas de conflitos emergem dessa relação.”

à exploração resultante do aumento de sua produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo do seu valor real” (Marini, 2005b, p.189).

Constitui, portanto, a superexploração da força de trabalho, “o princípio fundamental da economia subdesenvolvida, com tudo que isso implica em matéria de baixos salários, falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial” (Marini, 2017, p.52), justamente porque, diferentemente dos trabalhadores dos países centrais que transformaram-se em operários e consumidores, como vimos ao longo deste capítulo, na América Latina, submetidos à superexploração da força de trabalho, os trabalhadores não se transformaram em sujeitos de consumo porque o salário que recebem “sequer repõe as forças gastas pelo trabalhador no ambiente de trabalho” (Traspadini; Stédile, 2005, p.35).

Esse processo “expõe a lógica interna de movimentação da burguesia nacional, frente a suas reais limitações de posicionamento externo” (Souza, 2017, p.590), visto que, a subordinação desta à burguesia do capitalismo central é requisito para a sua sobrevivência, o que não exclui possíveis conflitos. Essa relação subordinada, por sua vez, “provoca o enfraquecimento ou a ausência nas classes dominantes do capitalismo dependente-pelo menos em seus setores mais poderosos- de projetos autônomos de desenvolvimento e de projetos nacionais” ou até mesmo subordinação/associação de projetos à lógica imperialista³⁷ (Osório, 2019, p.206).

Além da relação explicitada entre burguesias nacionais e imperialistas, podemos identificar a relação entre a classe burguesa e a classe trabalhadora em nosso território, visto que “o desenvolvimento capitalista integrado reforça o divórcio entre a burguesia e as massas populares, intensificando a superexploração a que estas estão submetidas e negando-lhes sua reivindicação mais elementar: o direito ao trabalho” (Marini, 2017, p.62). E, este, além disso, tornou-se livre na América Latina “sem as garantias formais da ideia de liberdade projetada como ideologia sem concreção pelo processo de internacionalização da concepção mercantil-capitalista” (Traspadini, 2018, p.1697).

Osório (2019) aponta que, devido à limitada expansão da estrutura produtiva no capitalismo dependente, há uma redução de trabalhadores empregados, o que amplia o exército industrial de reserva que, como já vimos, possui um papel central para o aumento da intensidade do trabalho e das jornadas de trabalho daqueles trabalhadores ativos. Além

³⁷ Marini (2017) discorre sobre algumas tentativas de projetos nacionais, mencionando inclusive o Brasil, que acabaram sendo derrotadas no trânsito da década de 1950.

do mais, se os processos produtivos que aqui se gestam para o atendimento das necessidades de reprodução do capital, no interior da DIT, as necessidades da maioria da população são ignoradas. As consequências disso se revelam em “ilhas de riqueza no meio de um mar de pobreza, trabalhadores esgotados prematuramente, miséria e desemprego”. (Osório, 2019, p.209).

Aliás, se aqui há um grande exército de reserva, alijado do mercado formal de trabalho, estes não acessam a maioria dos direitos sociais na região, pois, “na medida em que a maioria da força de trabalho na América Latina é submetida à superexploração, os direitos sociais a ela destinados só podem corresponder a esquemas próprios” (Paiva; Ouriques, 2006, p.169) e estes, configuram-se na lógica do mercado formal (Paiva; Rocha; Carraro, 2010) , ou seja, somente são acessados mediante contribuição, o que é impossível a uma classe trabalhadora que mal recebe para comer.

Em suma, nos parece que:

A chuva que irriga os centros do poder imperialista afoga os vastos subúrbios do sistema. Do mesmo modo, e simetricamente, o bem-estar de nossas classes dominantes- dominantes para dentro, dominadas de fora- é a maldição de nossas multidões, condenadas a uma vida de bestas de carga (Galeano, 2016, p.19).

Ao mesmo tempo, em que a classe trabalhadora vive “o limite de um processo civilizatório baseado na apropriação privada, sem precedentes e sem fronteiras, da riqueza e renda por poucos em contraposição à miséria de muitos” (Traspadini, 2005, p.44), tem-se um Estado que está de costas para essas necessidades.

Isto, pois, trata-se de um Estado subsoberano, “caracterizado pelas relações restritas de soberania frente às formações econômico-sociais e regiões que apresentam exercícios mais plenos em termos de soberania” (Osório, 2019, p.207), pois, conforme Bambirra (1978), a partir de Fidel Castro: “[...] não há independência se não há independência econômica, [...] a independência política é uma mentira se não há independência econômica” (p.65, tradução nossa).

Dessa maneira, buscando reproduzir os interesses do capital em meio à debilidade produtiva latino-americana, o Estado no capitalismo dependente opera no sentido de reproduzi-lo, e tem papel fundamental para impulsionar projetos hegemônicos. Uma vez que ignora as necessidades da população, com respostas frágeis ou inexistentes em termos de proteção social, e, frente aos conflitos sociais que daí emergem, o Estado utiliza de mecanismos coercitivos e autoritários, mesmo que sob a aparência democrática, reprimindo

as insurreições populares, para a manutenção da ordem social, e, com isso, garante a manutenção do sistema capitalista (Osório, 2019).

Diante das determinações da superexploração da força de trabalho e suas consequências na América Latina, entendemos que as suas consequências, sejam sociais ou ideológicas, são: “do esvaziamento dos espaços de luta do mundo do trabalho e da transformação dos processos revolucionários da construção do novo em meras relações de sobrevivência cotidiana” (Traspadini; Stédile, 2005, p.44).

Afinal, “os ninguéns”³⁸, superexplorados, com intensas e extensas jornadas de trabalho, desterrados, e sem o atendimento de suas necessidades mínimas³⁹, nem por meio do consumo, nem por meio do Estado, o qual apresenta-se, não para a proteção senão para a repressão e a cooptação das lutas sociais, resta, para a classe trabalhadora latino-americana, a luta diária pela sobrevivência, impondo “desafios ainda maiores na sua constituição enquanto classe para si”⁴⁰ (Souza, 2017, p.490).

Entretanto, encontramos na história/memória da América Latina, ainda que com todos os mecanismos para o seu apagamento, a presença de povos aguerridos, que “sempre se levantaram, evidenciando que a história da América Latina é uma história de resistências, lutas e superações” (Traspadini, 2020, s/p) que guardam consigo, no sentido dialético,

³⁸ “As pulgas sonham em comprar um cão, e os ninguéns com deixar a pobreza, que em algum dia mágico a sorte chova de repente, que chova a boa sorte a cântaros; mas a boa sorte não chove ontem, nem hoje, nem amanhã, nem nunca, nem uma chuvinha cai do céu da boa sorte, por mais que os ninguéns a chamem e mesmo que a mão esquerda coce, ou se levantem com o pé direito, ou comecem o ano mudando de vassoura. Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada. Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos, mal pagos; Que não são, embora sejam; Que não falam idiomas, falam dialetos. Que não praticam religiões, praticam superstições. Que não fazem arte, fazem artesanato. Que não são seres humanos, são recursos humanos. Que não têm cultura, e sim folclore. Que não têm cara, têm braços. Que não têm nome, têm número. Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local. Nos ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata” - Texto “Os Ninguéns”. (Galeano, 2020, p.71).

³⁹ Para os conceitos de necessidades mínimas e básicas ver em Pereira (2011).

⁴⁰ “Como se sabe, o conceito de classe social, tão fecundo em vastas áreas de pesquisa macrosociológicas subdivide-se em classe em si e classe para si. Essa dicotomização do conceito vem possibilitar a análise de classe desde a sua formação e emergência, quando ela é apenas objeto no contexto social, até a fase mais plena da sua afirmação na sociedade, quando adquire consciência de que existe somente em confronto e fricção com outra ou outras que se comprimem no espaço social pode reconhecer-se como específica, isto é, com objetivos próprios e independentes [classe em si]. A partir do nível de reconhecer-se específica, ela cria valores parciais próprios que funcionam como mantenedores dessa especificidade, e, ao mesmo tempo, uma ideologia que a dinamiza do ponto de vista mais abrangente [classe para si]. Quando a classe chega a esse ponto, a sua ideologia deverá ser tão globalizadora que refletirá interesses mais gerais daqueles segmentos, camadas e grupos que se encontram em um processo de desenvolvimento e se situam, da mesma forma que a classe que adquiriu consciência de si mesma, de um lado em consonância com o desenvolvimento das forças produtivas, e, de outro, em antagonismo com as relações de produção existentes” (Moura, 2021, p.264-265).

possibilidades de ser-viver-produzir⁴¹ alternativas à barbárie, as quais foram um dia, e ainda podem vir a ser.

Tais elementos aqui brevemente situados revelam algumas pistas necessárias à compreensão particular do modo de produção capitalista na América Latina e no Caribe, os quais nos permitem situar o terreno das lutas que construímos coletivamente, assim como quem somos como sujeitos nessas lutas e as condições concretas que temos para empreendê-las. Além disso, apontam o “para quê”, o “para quem”, o “com quem”, e o “contra o quê” lutamos para que outra sociabilidade seja possível.

Contudo, as tendências aqui assinaladas “incidem de forma diversa nos diferentes países latino-americanos, segundo a especificidade de sua formação social” (Marini, 2005b, p.182). Assim sendo, e tendo em vista o objeto e delimitação deste trabalho, adentraremos na particularidade do capitalismo brasileiro que é reflexo do desenvolvimento do capitalismo na região e que se deu de forma distinta ao capitalismo imperialista no que diz respeito às condições históricas, internas e externas, gerando assim, uma fisionomia própria (Cueva, 1990), ou seja, “um capitalismo sui generis” (Marini, 2005), como apresentaremos no próximo item.

2.2 AS RAÍZES DO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO E OS ESCOMBROS DE UM PASSADO QUE AINDA CARREGA EM SEU OMBRO⁴²

O capitalismo nem sempre existiu em nosso país. Durante muitos anos, ele foi habitado somente pelos povos originários que constituíam sua população e que possuíam modos de produzir e, conseqüentemente, relações sociais, que divergem das que conhecemos hoje. Se estabelecia aí uma outra relação com a terra, com a natureza, com a comunidade. Esses modos de produção foram, contudo, sendo destruídos, quando não transformados e desorganizados pelo processo de invasão no Brasil, assim como nos demais países latino-

⁴¹ Conforme registra Traspadini “os povos originários do nosso continente tinham de território e produção de vida, dista muito da concepção mercantil referente à lógica societária capitalista. Enquanto no primeiro grupo a centralidade estava na conformação de um tipo de (cons)ciência centrada na relação sol-lua-terra-pessoas, no segundo, sob a tirania do tempo da máquina, sobressaem todas as demais formas de compreensão sobre vida, relações sociais, história” (2018, p.1696).

⁴² Este título faz alusão à música América Latina cantada por Fábio Brazza. Disponível em: [\(6761\) Fabio Brazza - América Latina \(DVD Colírio da Cólera\) - YouTube](#).

americanos. Isso porque, “aqui, como em qualquer parte, a violência desempenhou o papel de parteira da história” (Cueva, 1990, p.24)

Com a invasão, forjou-se aqui o modo de produção denominado por Gorender (2016) de escravismo colonial, que, como apontamos no item anterior, não se desenvolveu a partir de modos de produção precedentes, pois estes tiveram a sua espiral dialética sufocada. Assim sendo, o modo de produção escravista colonial “não pode ser explicado como síntese de modos de produção preexistentes” (Gorender, 2016, p.84) seja no Brasil, seja em Portugal.

Para o autor:

[...] o escravismo colonial surgiu e se desenvolveu dentro de determinismo socioeconômico rigorosamente definido, no tempo e no espaço. Deste determinismo de fatores complexos, precisamente, é que o escravismo colonial emergiu como um modo de produção de características novas, antes desconhecidas na história da humanidade. (Gorender, 2016, p.84)

Além disso, afirma que no Brasil, a formação social escravista sofreu particularidades que só nele se encontrarão em relação aos demais países escravistas do continente, considerando que “justamente aqui, o escravismo colonial teve duração e riqueza de determinações maiores do que em qualquer outra parte” (Gorender, 2016, p.88).

Vale acrescentarmos que a escravidão, conforme assinala o autor, em si mesma não indica um modo de produção. “No entanto, desde que se manifesta como tipo fundamental e estável de relações de produção, a escravidão dá lugar não a um único, mas a dois modos de produção diferenciados: o escravismo patriarcal [...] e o escravismo colonial” (Gorender, 2016, p.89). O autor diferencia esses dois modos de produção, sendo que o primeiro se caracteriza por uma economia predominantemente natural, enquanto o segundo, é voltado para a produção de bens comercializáveis, ou seja, o que diferencia ambos é o caráter mercantil.

A escravidão que no Brasil durou mais de três séculos, contou, para a produção desses bens, tanto com os povos indígenas, num primeiro momento, quanto com os povos negros (Moura, 2020), que, seguindo a regra do que ocorreu na América Latina, foram sequestrados da África. Isto posto, o argumento de Williams (2012) de que a escravidão se deu por questões econômicas⁴³, encontra-se em consonância com o modo de produção aqui desenvolvido, de acordo com Gorender (2016).

⁴³ A escravidão apresentava vantagens evidentes, tanto com o uso mais rentável da terra quanto do barateamento da produção, o que não era possível através da exploração do camponês proprietário ou do

Clóvis Moura (2020) divide a escravidão em dois momentos, distintos por aspectos demográficos, sociais, políticos e culturais, pelos quais percorreremos no sentido de encontrarmos os elementos estruturantes do capitalismo dependente brasileiro, e, por conseguinte, da questão social, considerando que “[...] foram as contradições estruturais que determinaram [...] a dinâmica desse processo e ensejaram, nas suas linhas mais gerais e significativas, do ponto de vista de dinâmica social, a passagem do escravismo para o trabalho livre” (Moura, 2020, p.32).

O primeiro momento, que se estende, aproximadamente, do ano de 1550 até 1850, chamado de *escravismo pleno*, abrange todo o período colonial totalizando mais de trezentos anos. É nesta primeira fase que se estrutura em toda a sua plenitude o modo de produção escravista, que irá configurar “o comportamento das classes fundamentais dessa sociedade: senhores e escravos. Isto levará a que as demais camadas, segmentos ou grupos, direta ou indiretamente, também tenham a sua conduta e seleção de valores sociais subordinadas a essa dicotomia básica” (Moura, 2020, p.31-32).

É importante destacarmos que as classes sociais aqui se formaram diferentemente do contexto europeu, apresentando o componente racial em sua dinâmica. Dessa forma, no que tange à classe explorada, não se trata de uma classe homogênea formada por artesãos, artífices e camponeses, tais como aqueles grupos que foram expulsos do campo para os centros urbanos em que se gestou a revolução industrial. Aqui, trata-se de uma classe conformada por grupos etnicamente diversificados.

Estes grupos foram subjugados de forma violenta e incorporados ao sistema colonial (Moura, 1995), sobrando-lhes somente “[...] espaço para o trabalho forçado, a intimidação, a pressão, a polícia, os impostos, o roubo, o estupro, a imposição cultural, o desprezo, a desconfiança, o necrotério, a presunção, a grosseria, as elites descerebradas, as massas aviltadas” (Césaire, 2020, p.24), justificados, em um primeiro momento, por argumentos bíblicos (Moura, 1995).

Assim sendo, e considerando distintas classes sociais do modo de produção sobre o qual estamos tratando, Moura (1995) apresenta, outras diferenças entre as classes exploradas tanto na Europa, quanto no Brasil:

Enquanto na Europa operários tinham relações contratuais com os exploradores, regulamentando a venda da força de trabalho, na área do sistema colonial havia

pequeno agricultor, nem mesmo por meio do trabalho livre (Williams, 2012), “caso contrário seria um sistema antieconômico” (Moura, 2020, p.72).

um tipo de relação nas quais os trabalhadores eram considerados simples coisas, na qualidade de escravos, circulando eles próprios como mercadorias que podiam ser vendidas da mesma forma como era vendido um saco de açúcar ou cacau por ele produzido. Não havia relações contratuais, mas a posse absoluta do senhor sobre o escravo, que podia usar a máquina de trabalho humano sem nenhuma norma ou regulamento. Isto sequer era cogitado na sociedade colonial. (Moura, 1995, p.44).

Contra essas relações, estabeleceu-se a luta de classes que, no Brasil, “teve seu eixo de dinamismo, até 1888, centrado nas lutas dos escravos (inicialmente [indígenas], posteriormente negros) contra o estatuto da escravidão”, refletindo, com isso, “o antagonismo fundamental entre exploradores e explorados” (Moura, 1995, p.43).

O autor revela que a única saída era “a negação do trabalho, quer através das fugas, quer através das insurreições ou outras formas de manifestação e protesto” (Moura, 1995, p.44), e tem a quilombagem como uma constante durante todo o período colonial, com registros desde 1573.

A quilombagem representou lutas radicais contra o regime da escravidão, as quais se deram essencialmente pelos negros que ocasionalmente se juntavam aos indígenas (Moura, 1995). Os quilombos⁴⁴ percorreram toda a extensão territorial, sendo registrados “no Rio de Janeiro, Bahia, Alagoas, Maranhão, Rio Grande do Sul, finalmente onde quer que a escravidão se estruturava, ali também estavam os quilombos para negá-la pela fuga ou pela violência” (Moura, 1995, p.45).

Mesmo aqueles que não fugiam, criavam grupos de resistência nas senzalas, reunindo-se também para objetivos religiosos ou de lazer, “mas que funcionavam como mecanismos de distensão contra a rigidez do regime de trabalho a que estavam submetidos” (Moura, 2021, p.266).

Contudo, acrescentamos que nem todos os escravizados se posicionaram da mesma forma durante a escravidão. Isto porque, havia diferenças ocupacionais⁴⁵ entre a classe explorada escravizada, o que, segundo Moura (2020), refletia-se na sua conduta, “quer em relação aos demais escravos, quer em relação à classe senhorial” (p.32), derivando-se tanto

⁴⁴ O maior quilombo constituído, com existência mais prolongada e que foi o mais conhecido, foi o quilombo de Palmares. “Segundo o historiador Rocha Pitta, a República de Palmares se originou de 40 negros que fugiram, no final do século XVI ou início do XVII, de Porto Calvo, levando suas famílias. As terras eram férteis e inacessíveis. A região rica de caça e água. O crescimento demográfico do quilombo continuou a partir desse núcleo básico de forma ininterrupta” (Moura, 1995, p.46-47).

⁴⁵ O autor elucida que havia no Brasil uma estratificação social no interior das relações escravistas que se diferenciava de acordo com o gênero produzido: escravos de oito ou destinados a atividades extrativas; escravos na mineração; escravos domésticos nas cidades e casas grandes em geral; escravos de ganho nos centros urbanos; entre outros. (Moura, 2020).

naqueles que se opunham e se rebelavam contra o sistema, quanto naqueles que se mantiveram impassíveis e estáticos sem friccioná-lo, buscando sobreviver dentro dele (Moura, 2020).

Contra aqueles que se rebelavam, havia o Poder Judiciário, centralizado na pessoa do Ouvidor Geral, ao qual estavam subordinadas as medidas a respeito de crimes. “Com essa centralização, racionalizava-se o sistema de governo da Colônia, dando-lhe unidade administrativa e judiciária, e, ao mesmo tempo, criavam-se as condições de reprimir as revoltas de negros e de [indígenas], [...]” (Moura, 2020, p.60). Assim, forjou-se um Estado escravista para reprimir quaisquer rebeldias, o qual, como analisa Moura (2020, p.62) “era uma força necessária e eficaz para poder manter o equilíbrio social”,

Tais mecanismos foram essencialmente necessários para a garantia de produção a ser escoada ao exterior via monopólio comercial exercido pela metrópole, tendo em vista o papel desempenhado pela América Latina e Caribe como Colônia de exploração produtora de metais preciosos e produtos agrícolas, fundamental para o desenvolvimento do modo de produção capitalista, conforme já mencionamos.

Isso converge com a exposição de Williams (2012) e Gorender (2016) em relação à justificativa e função exercida pelo modo de produção escravista colonial, expressando a cooperação antagônica entre colônia-metrópole (Traspadini, 2022) e um Estado que está posto para reproduzi-la.

Dessa forma:

O modo de produção escravista [...] que se instalou no Brasil era uma unidade econômica que somente poderia sobreviver *com e para* o mercado mundial, mas, por outro lado, esse mercado somente podia dinamizar seu papel de comprador e acumulador de capitais se aqui existisse, como condição indispensável, o modo de produção escravista. Um era dependente do outro, e se completavam. (Moura, 2020, p.62, grifos do autor)

O autor explica que para o sistema colonial se desenvolver e sobreviver, garantindo a venda das mercadorias aqui produzidas, era indispensável a compra de outra mercadoria, qual seja, escravos, considerada a mola propulsora que dava vida a esse sistema (Moura, 2020). É aqui que encontramos a vinculação do escravismo colonial com o tráfico triangular (Williams, 2012), o qual permitiu o incremento massivo da população escravizada durante o período do escravismo pleno e que foi mecanismo essencial para acumulação na Metrópole (Williams, 2012; Moura, 2020).

Além do tráfico triangular que permitia acumulação na Metrópole, essa era ampliada pelo pagamento de dízimos, impostos, obrigações e contribuições, arrecadados na Colônia. Esta dinâmica, além de revelar a subordinação da Colônia à Metrópole, também revela que tal economia não permitia acumulação interna suficiente para a sua independência (Gorender, 1991; Moura, 2020), pois “o escravismo criava os seus próprios mecanismos de estagnação econômica e social internos e era estrangulado externamente de forma quase completa pelo polo de poder da Metrópole” (Moura, 2020, p.78).

Apesar desta cooperação antagônica entre Colônia e Metrópole, ressaltamos que partimos da compreensão de que “as leis que funcionavam no interior dessa economia, especialmente a extração de todo o sobretabalho através da coerção econômica e extraeconômica do trabalhador, eram leis do modo de produção escravista, e não de qualquer outro” (Moura, 2020, p.65). Ou seja, não se pode dizer que o modo de produção aqui existente era capitalista, porque era ligado a Europa na fase do capitalismo mercantil, pois as leis que funcionavam no interior de cada economia eram diferentes, apesar da relação comercial que estabeleciam⁴⁶.

No escravismo, além da produção voltada para fora e do Estado repressivo, há que se mencionar a questão agrária, que desde a invasão foi expropriada e associada à classe dominante branca, pois a sua divisão, no período escravista, foi feita por meio das sesmarias “àqueles que provassem ser homens de qualidade, isto é, além da condição de donos de escravos serem possuidores de uma linhagem pura, sem sangue negro, judeu ou herege.” (Moura, 2020, p.60), garantindo, desde então, grandes extensões territoriais, os latifúndios, como forma fundamental de propriedade.

Estes são alguns dos elementos que caracterizam o escravismo pleno que, ao seu fim traz consigo dois marcos importantes: a abertura dos portos, decretada pelo Regente D. João em 1808, e, a Independência formal política, conquistada em 1822. Entretanto, conforme destaca Gorender (1991, p.9) esses acontecimentos “não alteraram em nada a essência do modo de produção dominante na formação social vigente no Brasil. O modo de produção continuou tão escravista e tão colonial (no sentido econômico) quanto o fora sob o domínio da Metrópole portuguesa”.

⁴⁶ Nessa perspectiva “é preciso entender que a produção de riqueza, através do trabalho, é diferente de acumulação de capital, nos termos capitalistas. Circulação simples de mercadorias é diferente do processo de valorização do capital” (Souza, 2020a, p.68). Enquanto uma se dá na esfera da circulação, a outra se dá na esfera da produção.

Ocorre que, com a Independência formal, “o Brasil adquiriu um Estado nacional unificado, sob um Poder político fortemente centralizado, apropriado à defesa da instituição escravista, conforme o interesse da classe dominante dos plantadores (Gorender, 1991, p.19), fator que será de fundamental importância quando do início do segundo momento do modo de produção escravista colonial, o *escravismo tardio*, quando as relações sociais escravistas começam a se deteriorar.

Esse momento inicia com a Lei Eusébio de Queirós (4 de setembro de 1850⁴⁷) que se tratou de uma medida que proibiu o tráfico de africanos no Brasil, causando, por isso, o estancamento da principal mão de obra na Colônia (Moura, 2020), que, até 1850, somava 2.500.000 escravizados, em termos estimativos (Gorender, 1991).

O autor refere que:

esta lei entrou imediatamente em vigor, produzindo verdadeiro pânico entre os traficantes e aqueles interessados, direta ou indiretamente, no comércio de escravos. [...] O certo, porém, é que as autoridades governamentais atacaram definitivamente o contrabando. Os proprietários das embarcações presas não encontravam mais espaços de manobras políticas, ou chicanas jurídicas respaldadoras e eram punidos (Moura, 2020, p.126).

Apesar das tentativas de burlar esta lei, com apoio de representantes da Igreja, assim como de agentes políticos, essas foram frustradas sob a vigilância inglesa e do governo imperial brasileiro (Gorender, 1991; Moura, 2020). Para os autores, a Lei Eusébio de Queirós é uma das medidas centrais na decomposição do escravismo, que é acompanhada, na análise de Moura (2020), por outras quatro medidas: 1) a Tarifa Alves Branco, que antecede o escravismo tardio (1844); 2) a Lei de Terras (1850); 3) a Guerra do Paraguai (1865-70); e, 4) a política imigrantista.

A Tarifa Alves Branco, racionalizou o escravismo, estimulando e protegendo a indústria nascente, abrindo perspectivas para a absorção da mão-de-obra estrangeira sobrando no meio rural. Ao mesmo tempo, ao contingente de negros escravizados e dos não brancos, anteciparam-se as barreiras para sua integração a essa nova ordem econômica que brotava das entranhas do modo de produção escravista.

Cabe mencionarmos que o desenvolvimento da indústria, e, conseqüentemente das relações capitalistas que aqui foram se desenvolvendo neste período, “não surgem quase

⁴⁷ Dois anos antes, em 1848, já circulava na Europa o Manifesto do Partido Comunista, de Marx e Engels (Moura, 1995).

nunca da nossa acumulação interna, mas foram injetadas de fora, implantadas por todo o complexo subordinador que atuava dinamicamente no polo externo, condicionando-nos econômica, social e culturalmente.” (Moura, 2020, p.121).

A injeção de recursos se deu principalmente pelos fluxos de investimentos ingleses, que são transferidos, principalmente para São Paulo e Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo em que dinamizavam essa modernização no Brasil, sobretudo tecnológica⁴⁸, impediam⁴⁹ e controlavam a nossa economia, além de serem beneficiados pelo protecionismo governamental.

Já a Lei de Terras, promulgada no mesmo ano da Lei Eusébio de Queirós, colocava a terra nas mãos do deus mercado, e, desta forma, tornou-a mercadoria, somente podendo adquiri-la aqueles que dispusessem de dinheiro. Ao mesmo tempo em que essa medida impossibilitava que a população negra tivesse terras em sua posse, porque despojados de condições para adquiri-la, incentivava migrantes, que viam a possibilidade de se tornar pequenos proprietários.

Com essa lei, mantinha-se a propriedade de grandes latifúndios nas mãos de brancos, fossem eles ligados às oligarquias latifundiárias ou aos migrantes, negando agora aos trabalhadores negros, não só o trabalho livre e a inserção na indústria, mas também o direito à terra.

Além das medidas aqui mencionadas, a Guerra do Paraguai desempenhou um papel de “desagregador final” do sistema escravista que já estava em crise e em declínio desde 1850. Em detrimento da deserção quase total da classe senhorial, esta guerra contou, de forma compulsória⁵⁰ e sob a promessa de liberdade, com a participação de negros

⁴⁸ “Estradas de ferro, portos, agroindústrias, cabos submarinos, companhias de seguro, navegação fluvial, transportes coletivos”, entre outros (Moura, 2020, p.84).

⁴⁹ Quando alguns brasileiros procuravam competir com os ingleses na área em que eles estavam interessados em investir, eram por eles barrados. “O exemplo de Mauá é ilustrativo porque iniciou sua carreira sob proteção dos ingleses e teve a sua falência decretada por solicitação deles em consequência de sua projeção como capitalista e investidor nacional” (Moura, 2020, p.91). O caso também é relatado por Gorender (1991) que refere acerca da importância do então notabilizado barão e visconde de Mauá no regime escravista, contribuindo para tornar viável seu funcionamento. Conforme o autor, o então Visconde faliu “quando o Império se recusou a cobrir os débitos do Banco [e] porque, na construção da Estrada de Ferro Santos e Jundiá (que veio a se chamar São Paulo Railway), recebeu uma rasteira do capital inglês, ao qual diversas vezes recorreu, antecipando um comportamento comum à burguesia brasileira posterior” (Gorender, 1991, p.12-13).

⁵⁰ Apesar de alguns voluntários, considerando a promessa de liberdade, a maioria foi engajada de forma compulsória: capoeiras, negros forros, mulatos, desocupados etc., caçados arbitrariamente e violentamente para serem voluntários da pátria. Verdadeiras razias eram feitas no interior e nas cidades prendendo, coagindo ou obrigando os membros da plebe a serem incorporados ao Exército. Milhares de cidadãos tiveram de seguir contra a vontade, enquanto os membros das classes senhoriais, seus protegidos e de políticos influentes na Corte permaneciam assistindo à guerra. Por isto, o viajante alemão Max von Versen quando passou no Rio de Janeiro com destino ao Paraguai, à época da guerra, escreveu: “não tem produzido impressão favorável o que

escravizados no Exército brasileiro, os quais vieram a óbito em grande número⁵¹ na luta contra um país onde não existia escravidão. Entretanto, o nível de consciência sobre a escravidão daqueles que retornaram era muito mais abrangente, e estes passaram a exercer influência sobre os cativos, auxiliando-os também em fugas (Moura, 2020).

No entanto,

a evolução da consciência de classe dos escravos, traduzida no aumento do número de ações coletivas, não podia alcançar a formulação abrangente de uma proposta de transformação revolucionária da sociedade existente. Os escravos queriam a liberdade e decidir por si mesmos do seu destino. O que significava, para a grande maioria deles, o abandono dos senhores sob cujo domínio sofreram as humilhações da escravidão. Demais disso, os escravos não dispunham de condições estruturais para formular um projeto nacional e ultrapassar o âmbito local ou regional, na ação prática (Gorender, 1991, p.164).

Apesar disso, as ações realizadas pelos negros e escravizados tiveram importância fundamental ao empurrar o movimento abolicionista adiante, constituindo-se, na análise de Gorender (1991) como fator principal de sua radicalização.

Além do que expusemos, a guerra do Paraguai contribuiu para a compensação demográfica de escravos: se por um lado a proibição do tráfico internacional de africanos fazia crescer os custos de um escravo, e aqueles já existentes eram enviados compulsoriamente para substituição da classe senhorial na guerra, os paraguaios prisioneiros eram transformados em escravos “objetivando repor os claros que essa tática produziu, procurando, com isto, restabelecer o equilíbrio demográfico, a viabilidade e a racionalidade da escravidão” (Moura, 2020, p.141).

Além deste “ganho”, o conflito também serviu internamente “de anteparo ideológico” para que se desse continuidade ao sistema escravista. Contudo, o país saiu da guerra imerso em dívidas, recorrendo, assim, a empréstimos com a Inglaterra. Estes, por sua vez, sustentarão a dependência econômica e política mais tarde, constituindo-se como uma verdadeira “máquina de endividamento” (Moura, 2020)

Outra medida mencionada pelo autor, diz respeito à Política Imigrantista, impulsionada principalmente após o fim do tráfico de africanos. Esta, incentivou o ingresso

tenho visto até agora do exército deste país. Nas fileiras estão alistados somente negros, mulatos e a escória da população branca” (Moura, 2020, p.138).

⁵¹ Segundo J. J. Chiavenatto “voltaram 20 mil negros depois de cinco anos de lutas, e morreram na guerra entre 60 e 100 mil- este número consegue-se burilando as estimativas mais sérias, que aliás merecem mais crédito que as estatísticas oficiais, omissas ou intencionalmente mentirosas (e não raro desaparecidos muitos documentos da época” (apud Moura, 2020, p.136)

de migrantes no país, principalmente de brancos, para a ocupação dos postos de trabalho da indústria nascente, assim como na agricultura, nos postos de trabalho que surgiam em detrimento do contingente populacional de recém libertos da escravização. Além disso, havia “um movimento de proteção a esses imigrantes, através de uma política dirigida e de planos integrativos, enquanto o ex-escravo era sistematicamente repellido” (Moura, 2021, p.49).

A proteção, contudo, não se deu apenas aos migrantes, mas aos próprios escravizados como mercadorias valorizadas pela impossibilidade da sua reposição (Moura, 2020) dadas as barreiras já assinaladas. Dentre essas medidas, Moura (2020) cita: A Lei do Ventre Livre⁵² (1871); Lei dos Sexagenários (1885); Lei que extingue a pena do açoite (1886) e a Lei que proíbe a venda separada de escravos casados (1869). Não nos deteremos na exposição delas, pois o nosso objetivo é apenas assinalar uma outra face do Estado, a protetiva (de forma muito controversa⁵³), ao mesmo tempo em que mantinha a repressiva, principalmente contra aqueles fugitivos e que se rebelavam contra o sistema (Moura, 2020).

Para sintetizar os elementos que expusemos até então, referentes aos dois momentos do modo de produção escravista colonial, elaboramos o Quadro 4 a seguir:

Quadro 4: Principais elementos do Escravismo Pleno e do Escravismo Tardio

Categoria	Escravidismo Pleno (1550-1850)	Escravidismo Tardio (1850-1888)
Modo de produção	<ul style="list-style-type: none"> • Ascensão do modo de produção escravista 	<ul style="list-style-type: none"> • Decadência do modo de produção escravista
Terra	<ul style="list-style-type: none"> • Forma fundamental de propriedade • Sob a posse das elites oligárquicas 	<ul style="list-style-type: none"> • Torna-se mercadoria • Permanece sob a posse das elites oligárquicas com possibilidades de acesso por migrantes
Mão de Obra	<ul style="list-style-type: none"> • Escravizada 	<ul style="list-style-type: none"> • Escravizada e livre
Produção	<ul style="list-style-type: none"> • Essencialmente Agrícola voltada para o mercado externo 	<ul style="list-style-type: none"> • Permanece essencialmente agrícola voltada para o mercado externo
Estado	<ul style="list-style-type: none"> • Raízes de um Estado repressivo • Consolidação de um Estado Escravista subordinado aos interesses das oligarquias latifundiárias e manutenção do 	<ul style="list-style-type: none"> • Estado nacional subordinado aos interesses das oligarquias latifundiárias • Incentivador do desenvolvimento capitalista

⁵² À época da discussão desta lei, o proletariado europeu francês já havia instalado pela primeira vez um Estado operário, a Comuna de Paris, chamada por Engels de a primeira ditadura do proletariado (Moura, 1995).

⁵³ A própria Lei do Ventre Livre era muito controversa, pois libertava apenas os filhos da mulher escravizada. Como poderiam os filhos estarem livres se suas mães não estavam?

	modo de produção escravista colonial <ul style="list-style-type: none"> ● Estado nacional defensor da instituição escravista 	<ul style="list-style-type: none"> ● Associa repressão/proteção à população escravizada ● Protege e incentiva a vinda migrantes ao país
--	---	---

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Moura (2020); Gorender (1990; 1991; 2016)

Em síntese, o conjunto de medidas criadas pelo Estado, garantiu as condições para a perpetuação e a garantia dos interesses vinculados às oligarquias latifundiárias, sustentando-se na ideologia do branqueamento- racista- da sociedade brasileira. Tratava-se, nos termos de Moura (2020), de uma “modernização sem mudança”, na qual, ao mesmo tempo em que se gestava o progresso, com relações capitalistas, este se fazia conservando uma estrutura arcaica, o escravismo (ainda que em fase de decomposição), mantendo os privilégios de uma classe sobre a outra. Além disso, essa modernização-subalterizadora se fez sem a participação da população negra escravizada, evidentemente a excluindo quando não exterminando-a.

Especialmente após a Guerra do Paraguai, “as manifestações humanistas, emancipacionistas sucedem-se e o silêncio é rompido, discutindo-se à luz do dia a substituição da escravidão pelo trabalho livre [...] em cujo bojo de reivindicações se incluía a Abolição” (Moura, 2020, p.119) que apresentava ideias tímidas nas décadas anteriores⁵⁴ (Gorender, 1991). A Abolição, por sua vez, não causava temor sobre as classes senhoriais, uma vez que as medidas até então encabeçadas pelo Estado mantinham “tudo sob controle” para elas.

A Abolição, contudo, deu-se somente em 13 de maio de 1888, mais de dez anos após o fim da Guerra do Paraguai, e se constituiu em uma conquista revolucionária da luta autônoma dos escravos, dinamizada por “fugas, abandono em massa das fazendas, incêndios de canaviais, conflitos, grandes atos de propaganda, rachaduras no aparelho de Estado- tudo isto colocou a instituição servil em estado pré-cadavérico”, sendo conjugada à militância do abolicionismo urbano-popular (Gorender, 1991, p.181-182).

Apesar de as oligarquias latifundiárias perderem a hegemonia e serem derrotadas frente aos movimentos abolicionistas, não deixaram de se constituir como classe dominante, o que lhes foi garantido durante o escravismo tardio com as medidas tomadas pelo Estado

⁵⁴ Gorender (1991) refere que “nos anos 60 desponta uma opinião pública favorável à Abolição. A frente dos homens livres perdera sua coesão e deixara de ser unitariamente defensora da permanência do regime escravocrata. Surgem as primeiras associações abolicionistas, dedicadas à propaganda e a coleta de donativos para compra de alforrias. Ações tímidas em comparação com o que o abolicionismo faria mais tarde [...]” (p.142)

nacional, conforme apresentamos. Assim, “a revolução abolicionista deu lugar a uma classe dominante mais propriamente renovada do que nova” (Gorender, 1991, p.184).

Se a questão da terra e da mão de obra preocupavam o bloco de poder durante o escravismo em decadência e o desenvolvimento do capitalismo, esses dois problemas foram resolvidos. A Abolição deixou o latifúndio intocado por dois motivos:

1º) A possibilidade de efetivação da reforma agrária seria concebível somente se já existisse um movimento camponês capaz de lutar por ela em aliança com o movimento abolicionista. Ora, como se sabe, o abolicionismo não encontrou apoio em nenhum movimento camponês.

2º) A mais elevada forma de luta dos escravos consistiu na fuga das fazendas, o que se deu sobretudo em São Paulo, a região do escravismo mais próspero dos anos 80 do século passado [XVIII]. Em consequência, ao abondar as fazendas, os escravos se incapacitavam para a luta pela posse da terra, apesar de manifestarem aspiração nesse sentido (Gorender, 1991, p.21-22).

Dessa forma, a terra permaneceu nas mãos das elites agrárias, que, de senhores de escravos se tornaram fazendeiros, mantendo o monopólio da terra. Ao mesmo tempo, conforme preconizado pelos mecanismos institucionais sobre os quais discorremos, o acesso à terra por outros grupos foi amplamente dificultado (Moura, 2020).

Já a questão da mão de obra, ao mesmo passo que se eliminava formas de exploração já esgotadas, novas e mais adequadas formas de exploração às forças produtivas foram surgindo. Assim, “todos os trabalhadores se tornaram livres e, com isso, a difusão das relações de produção capitalista ficou desembaraçada” (Gorender, 1991, p.22).

Entretanto, as estratégias de dominação antecipadamente estabelecidas, tanto no plano ideológico quanto político, “fizeram com que o antigo escravo não entrasse sequer como força secundária na dinâmica desse processo, ficando como borra, sem função expressiva” (Moura, 2020, p.149), uma vez desqualificados pela ideologia racista criada pelas elites intelectuais, que os repulsava à uma massa marginalizada, cuja mão de obra fora substituída pelos trabalhadores brancos estrangeiros que, por outro lado, tiveram incentivo e proteção estatal⁵⁵.

Assim se dá a passagem do modo de produção escravista colonial para o modo de produção capitalista dependente. Diferentemente do que ocorrera na Europa, Gorender (1991) analisa que a acumulação originária deste último se deu durante a vigência do

⁵⁵ Como exemplo da incorporação de migrantes no país, registra-se a expansão dos cafezais entre 1880 a 1902, que, no estado de São Paulo passou de 105 milhões a 685 milhões, ou seja, teve um acréscimo de 550%. Nesse sentido, o governo subvencionava a vinda de migrantes, financiando o transporte transatlântico a partir de 1881, com maior ênfase entre 1884-1885 (Gorender, 1991).

primeiro, pois considera que a partir da acumulação permitida pelo trabalho escravizado, é que foi possível que empreendimentos industriais capitalistas surgissem no século XIX.

Apesar disso, Moura (2020) demonstra, conforme já vimos apresentando no decorrer deste item, como o capital monopolista internacional, sobretudo inglês, foi sufocando as tentativas de investimentos internas aqui forjadas, levando-as à falência. Para o autor, esse capital “cria um complexo cerrado e dinâmico de dominação naquilo que a economia brasileira deveria dinamizar se tivesse forças econômicas internas (acumulação) de efetuar essa mudança qualitativa a fim de sair do escravismo e entrar na senda do desenvolvimento capitalista autônomo” (Moura, 2020, p.123).

Nesse constante “transplante” econômico do centro para a periferia, traduzido em nosso progressivo endividamento, são criadas as razões do nosso subdesenvolvimento, com implicações políticas e econômicas. Além de um contínuo endividamento, a partir destas injeções de investimentos e empréstimos, há alterações no comportamento da classe senhorial forjando-se, ao nosso ver, uma burguesia⁵⁶ dependente, impossibilitada de competir com os capitais estrangeiros, assim como de sustentar projetos nacionais, senão que estes, para a sua sobrevivência, estivessem subordinados aos ditames exógenos da dominação imperialista “que entra em cena como autor principal do processo de estrangulamento do nosso desenvolvimento como nação” (Moura, 2020, p.121).

Portanto, mesmo que houvesse uma acumulação originária, não havia condições de dinamizar a passagem do modo de produção escravista colonial para um modo de produção capitalista autônomo. Assim, nos termos de Moura “o escravismo tardio descamba no capitalismo dependente” (2020, p. 118).

Nesta dialética entre rupturas e continuidades, não foram poupados esforços para que o modo de produção capitalista se desenvolvesse após a Abolição. Em 1889, com a Proclamação da República, origina-se:

a nova forma estatal, conforme os interesses das oligarquias agrocomerciais regionais. Sistema federativo, com amplas prerrogativas políticas e fiscais atribuídas aos Estados federados, separação entre o Estado e a Igreja católica, registro civil e casamento civil, grande naturalização dos estrangeiros, nova lei das sociedades anônimas de acordo com os interesses do capital [...] (Gorender, 1991, p.188).

⁵⁶ O autor refere que “não houve a possibilidade de formar-se uma classe burguesa nacional nas condições de assumir o comando desse desenvolvimento, mas as suas capas médias- inclusive políticas-foram prestar serviços auxiliares aos grandes incorporadores estrangeiros, investidores e filiais de bancos ou empresas que se instalaram aqui, transformando-nos em um simples entreposto mercantil e bancário dos seus negócios” (Moura, 2020, p.84).

Aqui, percebemos que o Estado segue atendendo aos interesses das elites, ao mesmo tempo em que também sucumbe barreiras para o desenvolvimento do capitalismo no país. A separação entre Estado e Igreja não foi sem interesses, pois como assinala Gorender (1991), o fato de o catolicismo se constituir como religião oficial, restringia outras práticas, impondo, por isto, dificuldades em relação aos imigrantes de outras confissões.

Além disso, a lei acerca das sociedades anônimas, por exemplo, criada em 1860 e parcialmente alterada em 1882, previa que “as sociedades anônimas não podiam ser constituídas sem autorização expressa do Governo e estavam proibidas de colocar suas ações à venda” (Gorender, 1991, p.20). A mudança outorgada nesta lei com a República, respondia, portanto, aos interesses do “novo” modo de produção que aqui se desenvolvia.

Outro ponto importante neste processo de transição se refere ao papel operado pelo país em relação às economias de capitalismo central. Se ao Brasil cabia à exportação de matérias-primas e de produtos agrícolas, “com o desaparecimento do escravismo colonial, o capitalismo brasileiro continuou a girar em torno da exportação de produtos agrícolas” (Gorender, 1991, p.188).

Assim, mesmo que o modo de produção escravista descambe no capitalismo dependente, como vimos, essa “modernização sem mudança” permanece sendo a tônica na passagem para o capitalismo dependente, a partir da qual o arcaico e o moderno convivem de forma dialética, e o último serve ao primeiro (Moura, 2020).

Permanecemos: com um Estado repressivo, cujos interesses e ações encontram-se subordinados às elites e à manutenção do modo de produção do qual emerge; voltando a nossa produção para as necessidades externas; dependentes econômica, política e culturalmente; e, sem acesso à terra. “É o novo enraizado no velho. Como toda raiz, o novo apresentado pela planta/árvore encarna o velho e reforça nos frutos a continuidade histórica de uma genética que, ao longo do desenvolvimento, expõe novos mecanismos de exploração e espoliação” (Traspadini, 2022, p.173).

Ocorre que, com a extinção do escravismo colonial, o modo de produção capitalista não se afirmou de imediato como dominante, pois, o trabalho livre e o pagamento de salários, não indicam, por si mesmos, a vigência de relações de produção capitalistas. Estes, por sua vez, eram combinados com a prevalência do setor agrícola assentado na plantagem ou pecuária. No entanto, sob as novas condições, “difundem-se as relações salariais e amplia-

se num ritmo acelerado o mercado interno” (Gorender, 1991, p.26) as quais não seriam possíveis no modo de produção escravista colonial.

O reordenamento das formas de trabalho no pós-Abolição, incidiu significativamente na vida da população negra, fossem eles nascidos livres ou recém-libertos. Estes constituíam “a maioria da população, mas se distribuíam de maneira muito desigual entre as regiões do país” (Gorender, 1991, p.191-192).

Nas fazendas de café a exclusão completa dos negros pelos imigrantes europeus, no período pós-Abolição, ocorreu ao longo de dez ou quinze anos. As fugas em massa de escravos não trouxeram o esvaziamento total das fazendas pelos negros. Houve, sem dúvida, uma perda definitiva, mas certo número de libertos continuou a trabalhar no café, em geral empregando-se com um novo fazendeiro. Todavia, no decênio seguinte à Abolição, os negros seriam praticamente afastados das fazendas do Oeste de São Paulo. Uma parte se transferiu para o vale do Paraíba, onde não precisaria concorrer com imigrantes. Mas outra parte se somou aos negros da capital do Estado de outras cidades, numa situação de subemprego ou de marginalidade (Gorender, 1991, p.197).

O autor discorre sobre a situação de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.⁵⁷ Quanto à São Paulo, observa que em 1893, mesmo com os negros representando 55% da população residente, 84% dos empregos na indústria eram ocupados por estrangeiros, sendo 81% nos transportes e 72% no comércio. A porcentagem amplia em 1901, quando 92% do proletariado industrial se constituía de trabalhadores estrangeiros. Tal cenário se assemelha no Rio Grande do Sul, ainda que com uma industrialização e um contingente populacional negro em menores proporções. A esse contingente, “inexistia espaço de ocupação regular na indústria e nos serviços urbanos” (Gorender, 1991, p.197).

A situação para estes era mais favorável no Rio de Janeiro, onde “havia uma tradição de emprego de negros, escravos e livres, nas oficinas artesanais e manufaturas” Em 1891, 57% de trabalhadores eram nacionais, dos quais, 30% constituíam-se de negros (Gorender, 1991, p.197), fatores que não excluem a marginalização a qual esses trabalhadores eram (e ainda são) submetidos.

⁵⁷ Moura (2021) também considera que “nesse processo de expulsão do negro livre do centro do sistema de produção para a sua periferia há, evidentemente, particularidades regionais, formas maiores ou menores de marginalização no contexto nacional. [...] a essência dessas diferenças está no desenvolvimento desigual das nossas economias regionais, que ao nível de importância, quer na sua sequência diacrônica, pois, quando algumas áreas escravistas já haviam percorrido o périplo da prosperidade, entrando em declínio acentuado, outras, por surgirem tardiamente, em função de interesses específicos do mercado mundial, tinham início e desabrochavam para o ciclo de desenvolvimento” (p.50).

Evidentemente, há uma contradição entre o trabalhador negro, recém-saído da escravidão e o trabalhador branco, estrangeiro, “que veio para suprir de mão-de-obra uma economia que entrava em um modelo econômico já condicionado pelo imperialismo” (Moura, 1983, p. 133). Se observamos, no entanto, a inserção de migrantes nos postos de trabalho que foram sendo criados, tanto na indústria nascente como na agricultura, observamos também as populações negras sendo transformadas na “reserva de segunda categoria do exército industrial” (Moura, 2020, p.148), categorizada por ele como uma “franja marginal”.

Em outras palavras:

O que sobrou para o ex-escravo neste quadro? Exatamente o subemprego, o desemprego, a marginalização progressiva. O que sobrou para a mulher negra? Os trabalhos não qualificados de doméstica, que substituiu os da Mãe Preta e da mucama, o subemprego nas fábricas e a baixa prostituição forçada. Esta foi a realidade que o negro encontrou para resolver, com as suas próprias forças, depois de quatro séculos de escravidão. (Moura, 2021, p 49).

Como apresentamos no item anterior, o exército industrial de reserva possui um papel essencial na dinâmica de acumulação capitalista, exercendo pressão sobre os trabalhadores ativos. No caso dos negros, essa pressão era o máximo que podiam fazer, “criando uma ameaça latente contra [os migrantes ativos], na medida em que eles procurassem levantar reivindicações mais avançadas” (Moura, 2021, p.49). Dito de outra forma, “havia necessidade da existência de uma grande franja marginal capaz de forçar os baixos salários dos trabalhadores engajados no processo de trabalho. Essa franja foi ocupada pelos negros [e indígenas], gerando uma contradição suplementar (Moura, 1983, p. 133) na relação entre negros e migrantes.

O autor menciona três aspectos responsáveis pela ocupação da população negra (e indígena) na franja marginal do exército de reserva. 1) o primeiro diz respeito ao fato de que, até então, eram uma mercadoria, e, por isso, encontravam-se alienados daquelas que produzia. Esse processo de alienação “o impedia de ver-se e elaborar valores de contestação globais e racionais ao sistema” (Moura, 2021, p. 45-46); 2) o segundo, diz respeito ao não investimento na qualificação e aprimoramento do trabalho do então escravizado, pois uma vez tido como coisa e sendo de fácil reposição (durante a fase do escravismo pleno, principalmente), não havia necessidade deste investimento; e, 3) o terceiro, retoma a política imigrantista e a não criação de uma política de integração dos trabalhadores negros e indígenas ao novo sistema de trabalho. Assim, o Estado dinamiza a marginalização desses

trabalhadores em detrimento do estímulo à vinda de migrantes europeus para o país (Moura, 2021).

Gorender (1991) também analisa a marginalização da população negra e indígena do mercado de trabalho livre no Brasil, resgatando, para isso, a posição de historiadores que consideram que esta condição se deu porque não eram qualificados e se encontravam atrasados culturalmente. Entretanto, o autor contrapõe tais aspectos quando refere que, no que tange à cafeicultura e à lavoura brasileira, os ex-escravos conheciam suas práticas, não havendo uma superioridade tão significativa nos europeus que para cá migravam. Assim, aponta que a substituição do trabalhador nacional, sobretudo do negro, pelo trabalhador europeu teve como “cobertura” a ideologia racista.

Tal ideologia ascendeu na segunda metade do século XIX, a partir de fundamentos pseudocientíficos, amplamente aceitos pela elite cultural e difundidos em escolas e na imprensa diária. O racismo, por sua vez, “teve suas raízes fundamente fincadas na exploração dos escravos” (Gorender, 1991, p.201) durante o regime escravista, entrelaçando-se à sua estrutura, e sendo conservado na passagem para o capitalismo dependente.

Assim:

A relação intrínseca entre o racismo atual e o capitalismo é uma tese que traz importantes esclarecimentos. Os capitalistas agrários e industriais, em nosso país, criaram o exército de reserva às custas da imigração europeia e asiática nas regiões de forte dinamismo econômico e fizeram dos negros o que, a meu ver, constitui uma **reserva da reserva**. Classificar as pessoas segundo a cor tem sido vantajoso ao funcionamento do capitalismo, pois mantém a reserva de segunda linha dos discriminados, sempre disponível para o trabalho em troca de salários rebaixados (Gorender, 1991, p.203).

Diante do que expusemos, compreendemos que, diferentemente da Europa, o capitalismo no Brasil já nasce com um amplo exército industrial de reserva, que assume uma camada particular, a “franja marginal” (Moura, 1983; 2021) ou a “reserva da reserva” (Gorender, 1991), que “jamais pode ser incorporada à dinâmica econômica, restritiva do capitalismo dependente” (Souza; Teles, 2021, p.52), ocupando, as formas mais precárias e informais no mercado do trabalho.

Como vimos, essa camada se constitui em um mecanismo central para a extração de mais-valia, para a qual encontramos diálogo com Marini (2005a), entendendo que ela se relaciona diretamente com a superexploração da força de trabalho no país, condicionando a toda a classe trabalhadora as condições aviltantes de vida e de trabalho, radicalizando as contradições da luta de classes em nosso país.

Reforçamos que não é a população negra e indígena que condiciona essas condições à toda a classe trabalhadora, mas a camada que esta foi empurrada a ocupar no exército de reserva, desde a transição do escravismo para o capitalismo dependente. Em outras palavras “o negro foi atirado compulsoriamente aos últimos estratos da sociedade, quer onde foi marginalizado, quer onde foi integrado em uma economia de miséria” (Moura, 2021, p.52). Sua exclusão se deu assentada em justificativas racistas e foi orquestrada pelo Estado que não garantiu condição alguma para essa inserção, senão para a sua substituição pela população migrante branca.

Nesse sentido, além de ocuparem os porões dos porões do mercado de trabalho no Brasil, sob jornadas intensas e extensas de trabalho, a remuneração que recebem sequer possibilita a satisfação de suas necessidades mínimas, e aqui se identificam os mecanismos da superexploração da força de trabalho elencados por Marini (2005a) sendo vivenciados ao mesmo tempo. Se o marxista considera que esses mecanismos podem se dar de forma combinada, aqui, essa combinação é a tônica permanente sobre a força de trabalho.

Lembremos que essa população, além disso, encontra-se desterrada, dadas as barreiras impostas pelo Estado por meio da Lei de Terras, antes da Abolição. Se a terra permanece sendo uma mercadoria, e a remuneração dos trabalhadores brasileiros, sobretudo negros, não é suficiente para a satisfação de suas necessidades, quiçá para adquirirem um pedaço de terra para morar. Além disso, este mesmo Estado, que tem suas raízes repressivas fincadas no colonialismo, como vimos, segue presente para a essa população em sua forma mais violenta, em contrapartida a todas as desproteções a ela destinadas, conforme registra Moura (2021):

Os aglomerados marginalizados das grandes cidades destacam-se exatamente por isto: não há para os seus habitantes nenhuma garantia de segurança, isto sem destacarmos a falta de estabilidade nos empregos eventuais (pois quase sempre funcionam na faixa do subemprego). A violência é quase cotidianamente usada contra eles, através de razias noturnas no aparelho policial. Há falta de elementos de defesa dos membros dessas comunidades marginalizadas quase total. Muitas vezes registram-se “batidas” coletivas feitas pela política violentamente, invadindo domicílios. Comumente verifica-se o desaparecimento puro e simples de seus membros, muitos deles delinquentes, que são sumariamente eliminados pelos órgãos repressivos, os Esquadrões da Morte, sem que tenham a mínima possibilidade de invocar, muito menos de aplicar seus direitos de cidadãos. [...] o professor Néelson Hungria, dentro de uma abordagem jurídica, destacou a situação em que se encontram as comunidades de negros e mestiços proletarizados no Brasil. Afirmou que os negros atualmente “formam o grosso das ‘favelas’, que não podem deixar de ser perenes focos criminosos ou áreas de delinquência endêmica. Nas zonas rurais o seu teor de vida não é melhor. Dir-se-ia que continuam sendo escravizados, preferidos para os trabalhos mais rudes, vivendo em desabrigadas cafuas de taquara e sapé [...] (Moura, 2021, p.32-33).

O autor, ao discorrer sobre tais condições conclui que de cidadãos, os negros não têm quase nada (Moura, 2021). Ora, se como abordamos, os direitos na América Latina seguem a lógica do mercado formal de trabalho, não nos surpreende que a maioria da população brasileira, principalmente a sua parcela negra, esteja desprotegida pelo Estado.

Dessa forma, compreendemos que as ações e omissões do Estado até aqui, forjadas no racismo, impõem “ao segmento negro o fardo mais pesado. A classificação racial não é, portanto, um epifenômeno, porém um procedimento perverso integrado na dinâmica do capitalismo e que precisa ser denunciado e combatido de maneira específica, aqui e agora” (Gorender, 1991, p.203).

Ao mesmo tempo, lembramos, dessas contradições inerentes ao capitalismo dependente, emergem conflitos sociais (Osório, 2019), cumprindo reconhecer nestes, a práxis negra e indígena, presente desde o escravismo colonial, considerada por Souza e Teles (2021) como “marco inaugural da luta de classes no Brasil” (p.51), mas que continua sendo fundamental na luta de classes em nosso país.

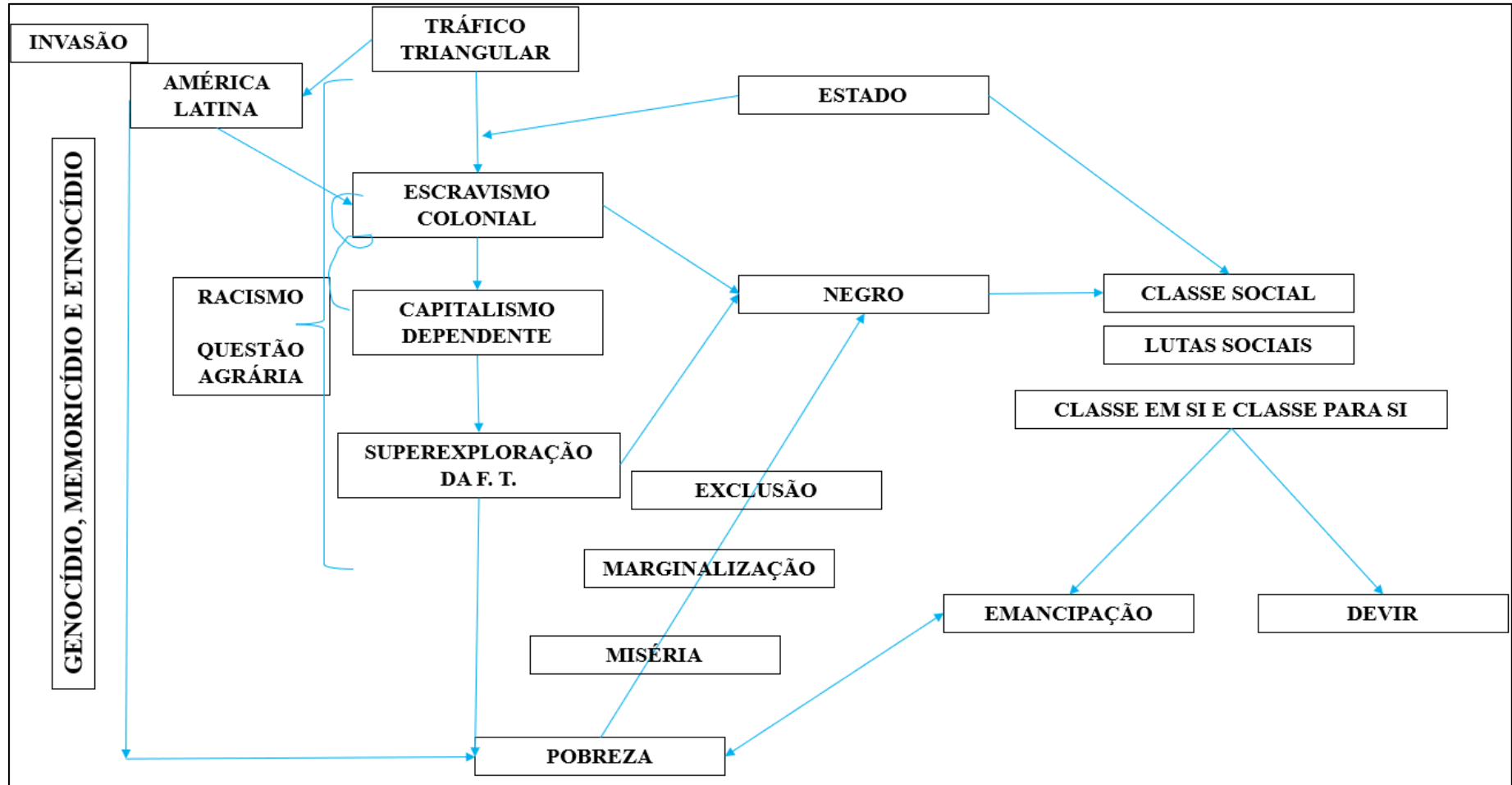
Neste sentido, Moura (2021) aponta acerca da centralidade da participação dos negros, e, acrescentamos, dos indígenas, no processo de emancipação social, econômica e cultural, ainda em curso, no Brasil, e, de forma correspondente, na América Latina, assim como no devir a partir de uma modificação radical que altere o status quo de nossa sociedade.

Para o autor,

o negro [e o indígena] atuou e continua atuando como força social dinâmica e muitas vezes radical na América Latina. Ontem, visando modificar o sistema colonial escravista e atualmente procurando destruir os entraves, obstáculos e limitações da situação de dependência em que se encontram os seus respectivos países. Procura abrir o leque das alternativas no rumo da emancipação continental, única forma que vê para solucionar o seu problema que é cumulativo: como negro, que tem de lutar contra o preconceito de cor, e como pobre, que tem de lutar contra proletarianização, a miséria e a marginalização. (Moura, 2021, p.136-137).

Tal apreensão nos parece salutar para uma análise correta sobre as particularidades da luta de classes em nosso país, assim como, no sentido do materialismo histórico-dialético, para a transformação da realidade, que supõe não desconsiderar a participação destes segmentos de trabalhadores e sua centralidade para a superação da condição de dependência em que vivemos. A Figura 2 a seguir apresenta uma síntese dos elementos expostos até então:

Figura 2: O desenvolvimento do capitalismo na Europa



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Williams (2012); Báez (2010); Moura (2020; 2021) no grupo de Estudos Veias Abertas/UFSC, 2021.

Em síntese, encontramos em nosso passado, marcado pela violência que abre e dinamiza o modo de produção escravista colonial, as raízes onde “foram fincadas as estruturas da dependência após nossa independência formal” (Traspadini, 2021, s/p.), assim como a presença e participação fundamental de negros e indígenas que resistiram, por meio de diferentes estratégias, fossem elas fugas, ou não, contra a escravidão.

É neste mesmo caldo que se encontram as raízes e a estruturação de um Estado posto muito mais para a repressão desta população do que para a sua proteção, em determinado momento servindo à estrutura escravista, e, após, abrindo caminho para o desenvolvimento do capitalismo em meio a uma “modernização sem mudança”

Na transição do escravismo para o capitalismo, encontramos elementos que demonstram que, mesmo que houvesse aqui alguma acumulação capaz de ser investida na indústria nascente, este não foi capaz de permitir a constituição de um capitalismo autônomo, justamente porque foi impedido pelo poderio econômico e político inglês de fazê-lo, não restando outra possibilidade de capitalismo, senão que fosse dependente.

A essência da dependência, a superexploração da força de trabalho, “condição de ser do nosso metabolismo social, é a veia que permanece aberta na drenagem de nossas belezas, na forma da produção e apropriação constitutivas da riqueza mercantil” (Traspadini, 2021, s/p.), e tem seus mecanismos vivenciados de forma conjunta pela classe trabalhadora brasileira.

Lembremos que a classe trabalhadora livre se formou em nosso país de forma diferenciada da Europa, carregando consigo o componente étnico-racial que a fez heterogênea. Se num primeiro momento era composta de negros e indígenas, na passagem para o capitalismo dependente foi dinamizada pelos migrantes. Como propulsor deste processo, temos o Estado que foi fundamental, tanto no tráfico triangular de africanos, quanto com a política imigrantista. Esse mesmo Estado também deixou e ainda deixa a população negra e indígena desterrada e sem teto ao promulgar a Lei de Terras, mantendo a propriedade da terra nas mãos de poucos.

Assim sendo, com a Abolição e a Proclamação da República, não houve espaço para o trabalhador liberto senão ocupar a “reserva da reserva” ou, a “franja marginal” do exército de reserva no Brasil. Assim, se a classe trabalhadora brasileira é submetida à superexploração da força de trabalho, à população negra e indígena, cabe o fardo mais pesado, uma vez inserida em condições de vida e de trabalho cuja degradação é mais amplamente acentuada.

Nesse sentido, e constituindo-se componente fundamental na luta de classes, não podemos desconsiderar as condições da classe trabalhadora em nosso país, principalmente de negros, indígenas e das mulheres, que sob as condições que já assinalamos, e mesmo em meio a construção e manutenção de espaços de resistência, convivem com dificuldades nas condições objetivas para a organização e luta de classes: trabalham a maior parte da carga horária de seus dias e se encontram exauridos frente aos mecanismos de exploração, às violências, às condições de vida e de trabalho aviltantes em que vivem.

É, contudo, neste complexo contraditório em que o Serviço Social emerge, e, posteriormente, as suas entidades representativas e político-organizativas. Sobre essa gênese, trataremos no próximo capítulo.

3. AS ENTIDADES REPRESENTATIVAS E POLÍTICO-ORGANIZATIVAS DO SERVIÇO SOCIAL: “UMA PROFISSÃO INSCRITA NO BRASIL⁵⁸”

*“um dos grandes perigos da atualidade é
embarcar na canoa da novidade
esquecendo como é o mar sobre o qual ela
navega”*
(Eric Nepomuceno, 1990, p.7)

As entidades político-organizativas e representativas do Serviço Social brasileiro, tais como as conhecemos hoje, seja no âmbito do exercício profissional nos Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social (CFESS/CRESS), no âmbito da formação profissional na Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) (Abramides, 2019), ou na organização estudantil, na Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), são construções histórico-políticas da profissão.

A partir desta compreensão, indicamos nosso entendimento de que tais entidades são parte e expressão do Serviço Social, cuja análise, desde a incorporação da teoria social crítica, tem sido realizada a partir de sua relação intrínseca com a realidade social, a qual, segundo Yazbek, Martinelli e Raichelis (2008), é “fundamento das profissões”.

Neste sentido, e, partindo do pressuposto de que as profissões são “construções históricas que somente ganham significado e inteligibilidade se analisadas no interior do movimento das sociedades nas quais se inserem” (Yazbek; Martinelli; Raichelis, 2008, p.6), o Serviço Social, e, conseqüentemente as suas entidades, encontram-se inscritos no âmbito das relações sociais capitalistas (Iamamoto; Carvalho, 2010).

Essa compreensão é essencial, pois quando nos referimos à reprodução das relações sociais, lembramos que esta não se reduz somente à reprodução da vida material e do modo de produção, mas também diz respeito à reprodução espiritual da sociedade. Por isso mesmo, reproduz também um determinado modo de vida, de valores, de cultura, de política, de produção de ideias que se expressam em padrões de comportamento e permeiam as relações da sociedade (Yazbek, 2009b)

Com base nesta premissa, buscamos no capítulo anterior os elementos estruturantes da questão social no Brasil, em sua particularidade na América Latina. Para tanto,

⁵⁸ Alusão à Campanha do CFESS do dia do(a) Assistente Social de 2016 com temática “80 anos do Serviço Social: uma profissão inscrita no Brasil”.

identificamos que aqui se constitui um capitalismo dependente, “sui generis”, assentado no monopólio da terra, no racismo, e na superexploração da força de trabalho, cujas raízes se encontram no modo de produção escravista colonial, em um país em que a escravidão foi a mais duradoura da história. Nesse passado, que ainda se entrelaça com o presente, identificamos que as classes sociais aqui se conformaram de maneira heterogênea. A classe trabalhadora, com uma diversidade étnica, e, a classe dominante, constituída pelos industriais e pelas oligarquias latifundiárias, aliadas à Igreja e ao Estado.

Este Estado, por sua vez, apresenta desde as suas raízes um comportamento que atende aos interesses externos, contribuindo para com a acumulação de capital e, portanto, com as classes dominantes. Primeiro, durante o processo de acumulação originária na Europa, e, posteriormente, para a manutenção dos interesses imperialistas, garantindo, desde a passagem para o capitalismo dependente, a reprodução da superexploração a força de trabalho em nossa economia, sem medidas substantivas para responder às suas consequências, senão pela sua face repressiva por meio da violência dirigida à classe trabalhadora.

Este é o “mar” a partir do qual o Serviço Social e suas entidades emergem e no qual “navegam” justamente por se constituir a “base da sua fundação sócio-histórica” (Iamamoto, 2015a). Por tal concepção, compreendemos que a realidade social não é um pano de fundo que apenas emoldura o Serviço Social e suas entidades. Pelo contrário, a realidade social conforma e atravessa a profissão e sua dimensão político-organizativa, uma vez que não permanecem isentas de suas marcas constitutivas, conferindo-lhes, por isto, características que se explicam no movimento histórico da sociedade.

Desconhecer esse “mar”, como alude a epígrafe deste capítulo, é um grande perigo, justamente porque reduz a análise do Serviço Social e de suas entidades a si mesmos, como se sua existência e características independessem de movimentos exógenos. Eis porque Yamamoto (2015a) assinala a necessidade de lançar esforços para romper “qualquer relação de exterioridade entre profissão e realidade, atribuindo-lhe a centralidade que deve ter no exercício profissional” (Iamamoto, 2015a, p.55), e, conseqüentemente, na formação.

Na mesma perspectiva, Yazbek (2009b) também compreende a necessidade de ultrapassar uma análise do Serviço Social em si mesmo, situando-o no contexto das relações sociais mais amplas que constituem a sociedade capitalista. Em outras palavras, “é importante sair da redoma de vidro que aprisiona os assistentes sociais numa visão de dentro e para dentro do Serviço Social [e de sua representação política]” (Iamamoto, 2015a, p.20).

A premissa de “alargar os horizontes, olhar para mais longe, para o movimento das classes sociais e do Estado em suas relações com a sociedade” (Iamamoto, 2015a, p.20), permite compreendermos a profissão e suas entidades com maior nitidez, sem perder de vista as suas particularidades. Neste sentido, neste capítulo buscamos apresentar a emergência e o desenvolvimento das entidades representativas do Serviço Social, que, como expressão da profissão, não podem ser apreendidas de forma dissociada, nem da profissão, nem da realidade.

Para tanto, no subitem 3.1, tratamos d’ “A gênese do Serviço Social sob as marcas do capitalismo dependente brasileiro”, desde as protoformas da profissão e do caldo cultural, político e social do qual emergem. Já no item 3.2, atravessamos o momento de institucionalização e desenvolvimento do Serviço Social e o surgimento de suas entidades, cujas características, entrelaçam-se aos interesses e características do período que segue até a década de 1970. Por fim, no item 3.3 apresentamos a renovação do Serviço Social, e nesta, a relação com as suas entidades representativas até o III CBAS.

Ressaltamos que o caminho que perquirimos sobre a historicidade da profissão na realidade brasileira já foi analisado por outros autores da área, ao que destacamos a obra pioneira de Yamamoto e Carvalho (2010) que já mencionamos nesta tese. Contudo, o fazemos sobre uma outra perspectiva de análise, buscando dar ênfase para a relação desta trajetória com as entidades representativas da profissão e com o capitalismo dependente brasileiro.

3.1 A GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL SOB AS MARCAS DO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO

O Serviço Social emerge no Brasil associado às demandas advindas da transição recente do escravismo colonial para o capitalismo dependente, sobre cujas características abordamos no capítulo anterior, quando buscamos seus elementos estruturantes desde a nossa formação sócio-histórica.

Como entendemos que tais demandas não surgem de forma endógena à profissão, mas vinculam-se diretamente à sociedade, localizamos o contexto que se conforma no pós-Abolição como aquele em cujas entranhas o Serviço Social começa a brotar. Trata-se de um período em que houve um incremento considerável de migrantes no país, principalmente na passagem do século XIX para o século XX, respondendo por cerca de 10% do nosso crescimento populacional (Silva; Barbosa, 2006).

Estima-se que, um total de quase 5 milhões⁵⁹ de pessoas emigraram entre 1887 e 1957 para o Brasil, especialmente “na última década do Século XIX, quando mais de 1 milhão de imigrantes (majoritariamente italianos, com destino a São Paulo) aportaram aqui, estimando-se que isto representou quase um quarto⁶⁰ do crescimento populacional total no período” (Silva; Barbosa, 2006, p.34). Além dos migrantes externos, houve um fluxo crescente de migração interna em meados do século XX⁶¹ (Silva; Barbosa, 2006).

Iamamoto e Carvalho (2010) apresentam dados sobre a migração urbana-rural oriundos da Secretaria de Agricultura de São Paulo que ilustram a afirmativa de Silva e Barbosa (2006). Os dados demonstram que entre os anos 1881-1920 o número de migrantes estrangeiros em São Paulo era estimado em 1.746.321 de pessoas e de migrantes nacionais de 67.801 pessoas⁶².

Conforme abordamos, os migrantes estrangeiros tiveram, além de incentivo, subvenção do transporte para a suas vindas para o Brasil, como é o caso de São Paulo (Gorender, 1991). Isso se deve, sobretudo, à Política Imigrantista do Estado, que, ao fazê-lo, barrava o ingresso da população recém-liberta da escravidão no mercado de trabalho, fosse nos cafezais e demais setores da agricultura, fosse na indústria nascente, que se concentrava na produção de bens de consumo não-durável (alimentos e tecidos) (Gorender, 1990), verificada no país na década de 1910 (Marini, 2017).

Além de compor a “franja marginal/reserva da reserva” (Moura, 1983;2021, Gorender, 1991) do exército de reserva em formação no Brasil, essa população, desterrada, sem teto, e destituída de quaisquer direitos para dar continuidade às suas vidas fora da senzala, pelos motivos que já expusemos neste trabalho, também é marginalizada dos centros urbanos para os quais migra, uma vez que fora expulsa do campo para dar lugar aos migrantes estrangeiros que aqui chegavam. Assim, começa a ocupar os “quartos de

⁵⁹ Este contingente era formado “em cerca de 32% por italianos, 31% por portugueses, 14% por espanhóis e 4% por japoneses” (Silva; Barbosa, 2006, p.34)

⁶⁰ Os autores indicam que o fluxo migratório externo tem um declínio a partir de 1930. Para maiores detalhes, ver Silva e Barbosa (2006).

⁶¹ Iamamoto e Carvalho (2010) apresentam dados sobre a migração urbana-rural oriundo da Secretaria de Agricultura de São Paulo que ilustram a afirmativa de Silva e Barbosa (2006). Os dados demonstram que entre os anos 1881-1920 o número de migrantes estrangeiros em São Paulo era estimado em 1.746.321 de pessoas e de migrantes nacionais de 67.801 pessoas. Já entre 1921-1930 o número de migrantes estrangeiros cai para 486.249 e o de migrantes nacionais cresce para 221.378. Essa tendência se mantém entre 1931-1946 quando se tem 183.445 migrantes estrangeiros e 659.762 migrantes nacionais no estado.

⁶² No capítulo anterior também apresentamos dados, a partir de Gorender (1991), que analisou que, de 1880 a 1902 São Paulo teve um incremento de 550% em sua população com a vinda de migrantes.

despejo”⁶³ dos grandes centros industriais: os morros e os bairros insalubres, com carência ou falta absoluta de água, sem condições sanitárias, e mesmo, sem condições dignas de habitação e de alimentação⁶⁴.

Ocorre que aquela parcela da população inserida no setor industrial, que, com maior vigor se desenvolvia no Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina⁶⁵ (Gorender, 1991), também não encontrava condições dignas de trabalho: “Os salários eram muito baixos [...] A jornada de trabalho habitual se estendia de onze a doze horas e as condições higiênicas e de segurança, dentro das fábricas, só pode ser caracterizada como calamitosas” (Gorender, 1991, p.48).

Neste sentido, por conta das condições “calamitosas” de segurança, eram muito frequentes os acidentes de trabalho, e, os baixos salários redundavam em um poder aquisitivo ínfimo para uma família média que, mesmo com a maioria de seus membros submetidos ao trabalho extenuante, não tinham o mínimo suficiente para a sua subsistência. (Iamamoto; Carvalho, 2010).

Em particular na indústria têxtil, “o proletariado era constituído, em sua maioria, por mulheres e crianças. Segundo testemunho insuspeito do começo do século XX, a idade mínima para o trabalho fabril era de...cinco anos” (Gorender, 1991, p.48). Nesta perspectiva, Iamamoto e Carvalho (2010) afirmam que o preço da força de trabalho era pressionado para baixo, tanto pelo exército industrial de reserva que se constituía progressivamente, quanto pelo uso da força de trabalho de mulheres e de crianças.

Aqui, identificamos a desigualdade sexual e geracional do trabalho, assim como, aquilo que já apontamos no capítulo anterior: o nascedouro do capitalismo no Brasil já contava com um exército industrial de reserva, cuja camada particular, a “franja marginal/reserva da reserva” é de fundamental importância para a manutenção da superexploração da força de trabalho.

⁶³ Referência ao Diário de Carolina Maria de Jesus que retrata as condições de vida aviltantes que, como mulher negra, favelada, mãe solo e catadora de papel, viveu no Brasil.

⁶⁴ O vídeo “República Velha” da série História do Brasil, apresentado pelo historiador Bóris Fausto ilustra a situação do país e de vida da população brasileira no período por ele narrado. Ver em: [03 - República Velha - Boris Fausto \(youtube.com\)](https://www.youtube.com/watch?v=03-República-Velha-Boris-Fausto).

⁶⁵ O autor menciona que no Rio Grande do Sul se desenvolvia numerosos estabelecimentos fabris como a Gerdau-Johannpeter, Eberle, Renner, Hering, Hansen, Tupy e outros. No Rio de Janeiro, cidade mais populosa e rica do país, concentrou-se um grande centro comercial e bancário, que, associados à amplitude do mercado urbano e rural, fez do estado o maior centro industrial até cerca de 1910. Em relação à São Paulo, correlacionava a cafeicultura e a industrialização, de forma assimétrica. Em 1919, São Paulo representava 33,1% da produção industrial nacional. (Gorender, 1991).

Entretanto, assim como não havia direitos para os trabalhadores recém-libertos da escravidão, também não havia para aqueles que compunham o jovem proletariado brasileiro. Não havia direito a férias remuneradas, descanso semanal remunerado, licença para tratamento de saúde, seguro regulado por lei, contra acidentes, previdência social, garantia empregatícia ou contrato coletivo. Nada que impusesse limite legal à taxa de exploração da força de trabalho (Gorender, 1991; Yamamoto; Carvalho, 2010).

Somente nas grandes empresas, presentificavam-se mecanismos assistenciais na forma de vilas operárias⁶⁶, ambulatórios, escolas, entre outros⁶⁷ (Yamamoto; Carvalho, 2010). Assim, a extensiva exploração a que eram submetidos os trabalhadores nas indústrias eram combinadas com o paternalismo pelo patronato (Gorender, 1991).

Frente a esse cenário, e, tendo em vista que os migrantes estrangeiros traziam consigo experiências anarquistas e socialistas, começam a ser formados os primeiros sindicatos: “na agricultura e nas indústrias rurais a partir de 1903, dos demais trabalhadores urbanos a partir de 1907, quando é reconhecido o direito de organização sindical” (Behring; Boschetti, 2010, p.80).

Aos movimentos que começam a se organizar e ganhar força, e, diante da incapacidade do Estado em propor políticas sociais eficazes face às necessidades da população, resta a repressão policial e a violência, “o mais eficiente instrumento de manutenção da paz social necessária à acumulação capitalista” (Yamamoto; Carvalho, 2010, p.133). Quando não alvo de violência, eram de ações de caridade e de filantropia (Yamamoto; Carvalho, 2010; Cisne, 2012).

⁶⁶ Conforme Herédia (2003, s/p) “a construção de vilas operárias tem como finalidade a imobilização da força de trabalho para o processo fabril, garantindo, através da sua disponibilidade, a reprodução da mesma. No final do século XIX e na primeira década do século XX, não era tarefa fácil contratar força de trabalho especializada para o trabalho industrial. Dessa forma, a existência de vila operária resolvia em grande parte a sistematização da força de trabalho, uma vez que a classe patronal, mantendo a vila com seus operários, reproduzia a força de trabalho dentro do ambiente fabril. Os filhos dos operários aprendiam o ofício com os próprios pais e, além da reprodução do próprio ofício, reproduzia-se à consciência coletiva existente na vila”. A autora cita como exemplo a vila operária do Distrito de Galópolis, no município de Caxias do Sul/RS, cuja estrutura ainda hoje pode ser visitada.

⁶⁷ “O uso desses equipamentos, em geral gratuito ou a preço muito reduzido – à exceção do aluguel das casas – tem uma contrapartida constante no rebaixamento salarial ante as empresas do mesmo ramo que não os possuem, e a sujeição ao controle da sua vida cotidiana, política e reivindicatória. Os benefícios são condicionados ao bom comportamento diante das greves e a uma vida pessoal regrada [...] Nesse sentido, apesar de sempre aparecerem sob uma aura paternalista e benemerente, constituem-se numa atividade extremamente racionalizada, que busca aliar o controle social ao incremento da produtividade e aumentar a taxa de exploração” (Yamamoto; Carvalho, 2010, p.139). Gorender (1991) também considera que esses mecanismos eram vantajosos para o patronato pois “reforçava a subordinação disciplinada do empregado ao patrão” (p.49).

A conjuntura que sucede, marcada pelo fortalecimento do movimento operário, principalmente em decorrência dos principais acontecimentos mundiais como a Primeira Guerra, a Revolução Russa, e a explosão de greves iniciadas em 1917, leva à implantação da primeira medida que regulamenta os acidentes de trabalho no Brasil em 1919 (Gorender, 1991; Yamamoto; Carvalho, 2010).

Seguido da criação do Partido Comunista Brasileiro e da Semana de Arte Moderna em 1922, surge outra importante legislação da Primeira República, a Lei Eloy Chaves, em 1923, que institui a obrigatoriedade da criação das Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs) para algumas categorias estratégicas de trabalhadores, como os ferroviários e os marítimos, os quais estavam diretamente vinculados ao processo de circulação das principais mercadorias produzidas no país, em uma economia fundada basicamente na exportação centrada na monocultura do café⁶⁸ (Behring; Boschetti, 2010), produzido majoritariamente em São Paulo⁶⁹ (Gorender, 1991).

A Lei Eloy Chaves, para as autoras, é chave para compreendermos o formato de política social brasileira (Behring; Boschetti, 2010), pois, em nossa análise, segue a lógica do seguro social, aos moldes do modelo bismarckiano⁷⁰. Dessa forma, não corresponde à realidade social do país, tendo em vista que o acesso aos seus benefícios se dá mediante pagamento prévio e se vincula ao mercado formal de trabalho, que, como temos visto, não abarca a classe trabalhadora como um todo.

Cabe assinalarmos que o empresariado deste período, buscou “impedir, retardar ou boicotar as tentativas de regulamentação externa do mercado de trabalho” assim como aquelas que “possa considerar uma ameaça a seu sagrado direito de arrancar o máximo de trabalho excedente” (Yamamoto; Carvalho, 2010, p.135) dos trabalhadores de quem compra a força de trabalho. Além disso, o empresariado, considerado como “protegido pelo Estado dos fazendeiros”, aplicou ao mínimo, ou, em nada, as legislações aprovadas em termos trabalhistas, além de não reconhecer a organização sindical dos trabalhadores e se utilizar de

⁶⁸ Conforme havíamos mencionado no capítulo anterior, mesmo na passagem para o capitalismo dependente, a economia brasileira continuou a girar em torno da exportação de produtos agrícolas, dentre os quais sobrepunha-se o café (Gorender, 1991).

⁶⁹ Na primeira década do século XX, por exemplo, “dois terços da produção agrícola nacional, em termos de valor, eram exportados e, no total da exportação, o café participava com 53% (seguido pela borracha com 26%). Uma vez que São Paulo fornecia cerca de dois terços do café exportável, compreende-se a força econômica concentrada em mãos dos cafeicultores paulistas” (Gorender, 1991, p.25-26).

⁷⁰ Para compreender o que foi o modelo bismarckiano, ver Behring e Boschetti (2010).

força policial sempre que julgasse necessário. Essa era a outra face do paternalismo e da benemerência do empresariado: a repressão policial⁷¹ (Gorender, 1991).

A sociedade “de bem” da época, que até então desconhecia a “existência da questão operária”, posicionava-se de forma favorável tanto à repressão policial, quanto às ações caridosas, especialmente em momentos de recessão econômica, que, no modo de produção capitalista, tendem a traduzir-se em ônus, sempre sobre a classe trabalhadora. Essa sociedade passa, a partir da década de 1920 a se envolver mais amplamente em ações de cunho assistencialista.

Essas ações se desenvolvem quando essa “sociedade de bem” passa a integrar o movimento católico leigo durante a primeira fase da reação católica, iniciada na segunda metade da Primeira República, que se caracterizou como um processo de reformulação da atividade política religiosa com o objetivo de recuperar os privilégios e prerrogativas perdidos pela Igreja Católica com o início da República (Iamamoto; Carvalho, 2010), pois, conforme assinalamos no capítulo anterior, o Estado separou-se dela (Gorender, 1991).

Durante essa fase, foram criadas instituições como a revista *A Ordem*, em 1921, o Centro Dom Vital, em 1922, buscando recrutar uma aristocracia intelectual, mobilizando, sobretudo, a opinião pública da elite católica. Buscou, ainda, ampliar a sua influência social, criando a Confederação Católica, também em 1922, que foi precursora da Ação Católica, e objetivou centralizar e dinamizar politicamente os “embriões do apostolado laico”. Destes embriões, destacamos as instituições assistenciais que surgiram no período: a Associação das Senhoras Brasileiras, no Rio de Janeiro (1920), e, a Liga das Senhoras Católicas, em São Paulo (1923) (Iamamoto; Carvalho, 2010).

Essas instituições assistenciais são consideradas as protoformas⁷² do Serviço Social, e se referem às obras e às instituições que se desenvolvem após o fim da Primeira Guerra Mundial, durante a primeira fase da reação católica, com vistas a “atender e atenuar

⁷¹ “Operários estrangeiros, que se destacavam na liderança sindical ou política, eram sumariamente deportados como rufiões ou sob outras acusações infamantes. Outros eram confinados em locais isolados e insalubres da Amazônia. As reuniões de trabalhadores costumavam ser dissolvidas a patas de cavalo e golpes de sabre, não raro com mortos e feridos. O refinamento da repressão se aperfeiçoou com a organização das listas negras, nas quais a política e as entidades patronais incluíam os operários suspeitos de subversão e os condenavam, dessa maneira, ao desemprego permanente” (Gorender, 1991, p.50). Note-se a utilização do termo “Lista negra”, com teor racista sob cuja ideologia, estruturante em nossa sociedade, já tratamos nesta tese.

⁷² Trata-se de instituições que se constituem como embriões daquilo que mais tarde se desenvolverá como Serviço Social, pois, o “Serviço Social, enquanto conjunto de atividades legitimamente reconhecidas dentro da divisão social do trabalho, se deverá percorrer um itinerário de mais de duas décadas” (Iamamoto; Carvalho, 2010, p.140).

determinadas sequelas do desenvolvimento capitalista, principalmente no que se refere a menores e mulheres” (Iamamoto; Carvalho, 2010, p.166).

Desde o início são obras que envolvem de forma mais direta e ampla os nomes das famílias que integram a grande burguesia paulista e carioca e, às vezes, a própria militância de seus elementos femininos. Possuem um aporte de recursos e potencial de contatos em termos de Estado que lhes possibilita o planejamento de obras assistenciais de maior envergadura e eficiência técnica. (Iamamoto; Carvalho, 2010, p.166).

Assim, as obras assistenciais direcionadas para a classe trabalhadora brasileira, geralmente oriundas de instituições vinculadas à Igreja Católica (Cisne, 2012), raramente não recebiam algum tipo de subvenção governamental ou não se assentavam em terrenos doados pelo Estado (Iamamoto; Carvalho, 2010).

Foi ao final da década de 1920, e, na passagem para a década seguinte, com a queda da República Velha, que os laços entre Estado e Igreja se estreitaram mais profundamente. Para a Igreja, tal estreitamento permitiu a reconquista de seus privilégios e que adquirisse uns tantos mais. Para o Estado, foi de suma importância para manter a ordem social considerando a crise econômica, política e social no país, que decorreu da crise cafeeira, das reivindicações da classe trabalhadora, das tensões entre as classes dominantes, entre outros, catalisados pela crise de 1929.

A Grande Depressão de 1929-1933 golpeou violentamente a cafeicultura e contribuiu para que, no quadro da nova correção de forças sociais, se tornasse irreversível a substituição da produção exportável pela produção para o mercado interno como eixo do sistema econômico. Com a queda vertical do valor das exportações, caiu também a capacidade para importar e as forças produtivas industriais avançaram com celeridade. (Gorender, 1991, p.64-65).

Diante das contradições que daí confluem, desencadeou-se o movimento político-militar que colocou fim à Primeira República, influenciando em uma “virada” em 1930, que não substituiu de forma imediata o acesso ao poder de uma classe pela outra, ou, sequer representou a constituição de um novo bloco hegemônico (Gorender, 1991; Iamamoto; Carvalho, 2010).

Entretanto, “é inegável que, nos anos 30, a indústria brasileira deu um salto à frente e se reforçou a influência política da burguesia industrial” (Gorender, 1991, p.64), salto este, que se deu devido à capacidade de importação mantida em níveis baixos após a crise (Marini, 2017), e para a qual teve grande incentivo do Estado. Entretanto, isto não se dá de forma

imediatamente, tendo em vista que ao assumir o poder em outubro de 1930, Getúlio Vargas⁷³ e sua equipe não possuíam ainda nenhum projeto para o incentivo inicial deste setor, ao mesmo tempo em que seus esforços ainda se voltavam para a proteção dos setores da agropecuária (Gorender, 1991).

Frente à crise de hegemonia, o Estado não só assumiu uma postura diferente perante as classes dominantes, como também perante a classe trabalhadora, que, ascendeu em sua organização política e sindical para o reconhecimento de suas necessidades radicalizadas dado o aprofundamento da questão social por meio da generalização do trabalho livre.

Assim, esse Estado canaliza para a sua órbita também as reivindicações populares, reconhecendo a questão social no âmbito das relações entre capital e trabalho, buscando enquadrá-las juridicamente (Yazbek, Martinelli; Raichelis, 2008) através da formulação da política social (Iamamoto; Carvalho, 2010) que é introduzida no Brasil durante esta década (Behring; Boschetti, 2010).

Além da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, foram aprovadas leis como as da jornada de oito horas, salário-mínimo, de regulamentação do trabalho de mulheres, das convenções coletivas de trabalho e da extensão da estabilidade aos dez anos de serviço à generalidade das categorias profissionais. O mais importante consistiu, porém, no fato de que, da parte do Estado, houve a percepção de que a legislação trabalhista não devia ficar no papel, mas precisava ser aceita e aplicada pelo patronato a fim de que atingisse sua finalidade de submissão ideológica e organizativa da classe operária. Daí a instituição da Justiça do Trabalho, dotada de elementos burocráticos para impor certo nível de eficiência à legislação específica. (Gorender, 1991, p.67).

Tais legislações, ao contrário do que ainda hoje se dissemina, não foram uma outorga espontânea do Estado, mas sim, uma conquista da classe trabalhadora neste período, porque decorrentes “das lutas sociais dos trabalhadores e dos segmentos sociais mais empobrecidos da população, [uma vez que] as ações de caráter assistencial, religioso e filantrópico desenvolvidas pela solidariedade sociais mostram-se insuficientes para dar conta das necessidades sociais” (Yazbek; Martinelli; Raichelis, 2008, p.7).

Contudo, como podemos perceber, essas sempre foram legislações caolhas, por não abranger a grande camada da população brasileira inserida no exercício de reserva, que foi sendo ampliada cada vez mais à medida em que eram expulsas do campo dado o deslocamento da acumulação baseada na produção ao mercado externo, para a indústria

⁷³ Lembramos que Getúlio Vargas não ascendeu ao poder isento de contradições. As disputas políticas decorridas deste processo são indicadas por Bóris Fausto em “A Era Vargas” disponível em: [História do Brasil por Boris Fausto \(4/7\) - A era Vargas \(youtube.com\)](https://www.youtube.com/watch?v=4777777777).

(Marini, 2005a). Além disso, tais legislações desempenharam o papel de “desmobilização da classe operária e o controle das tensões entre as classes sociais” (Yazbek; Martinelli; Raichelis, 2008, p.8).

Para manter a estabilidade durante este período em que se instala um Estado de Compromisso, a Igreja, como já mencionamos, desempenhará um importante papel para o controle social e ideológico da população. Devido ao aprofundamento de sua relação com o Estado, e, diante dos seus objetivos explícitos em reaver seus privilégios, a partir de 1932 ocorre uma grande diversificação e ampliação do aparato de instituições vinculadas ao movimento católico laico:

Tendo por base as instituições criadas e desenvolvidas metodicamente na década anterior, especialmente o Centro Dom Vital e a Confederação Católica, surgirão a Ação Universitária Católica, o Instituto de Estudos Superiores, a Associação de Bibliotecas Católicas, os Círculos Operários e, posteriormente, a Confederação Nacional de Operários Católicos, e a Liga Eleitoral Católica, além de uma série de instituições centralizadoras do apostolado social, que se firmarão através da Ação Católica Brasileira, criada em 1935. A intelectualidade católica procurará a adaptação à realidade nacional do espírito das Encíclicas Sociais da *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, munindo a hierarquia e o movimento católico de um arsenal de posições, programas e respostas aos problemas sociais [...] (Iamamoto. Carvalho, 2010, p.158).

Dentre tais instituições, não podemos deixar de mencionar o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), criado em 1932 em São Paulo, intrinsecamente relacionado ao movimento católico laico e às protoformas do Serviço Social⁷⁴, “gestado e constituído em plena revolução paulista, momento de grandes agitações e transformações políticas no país” (Yazbek; Martinelli; Raichelis, 2008, p.9). O CEAS, por sua vinculação, teve como objetivo difundir a doutrina e a ação social da Igreja Católica (Iamamoto; Carvalho, 2010).

As instituições que citamos são de fundamental importância se queremos compreender o surgimento do Serviço Social. Isso porque, é como desdobramento da Ação Social e da Ação Católica que surgem as primeiras Escolas de Serviço Social: em 1936, em São Paulo; e, em 1937, no Rio de Janeiro, ambas nos principais polos industriais do país. A primeira, deriva do CEAS, e a segunda, das Semanas de Ação Social que iniciam no estado do Rio.

⁷⁴ Exemplo disso é o próprio CEAS que, “para instalar-se, realizou um acordo com a Liga das Senhoras Católicas, que assumia a responsabilidade de reorganizar e manter os serviços de biblioteca desta entidade em troca de uma sala para funcionamento do Centro” (Yazbek; Martinelli; Raichelis, 2008, p.9).

Tais escolas foram constituídas a partir do ideário franco-belga “[...] fruto de um esforço coletivo de jovens mulheres engajadas na militância da Igreja Católica” (Abramides, 2016, p.458), já vinculadas majoritariamente ao sistema de ensino mantido pela Igreja e das modernas obras sociais, assim como pertencentes aos setores abastados da sociedade (Iamamoto; Carvalho, 2010).

Os referenciais orientadores da ação das assistentes sociais pioneiras estavam fundamentados tanto na Doutrina Social da Igreja⁷⁵, quanto no ideário franco-belga de ação social e no pensamento de São Tomás de Aquino, a partir dos quais a abordagem da “questão social” se dava na sua apreensão como problema moral e religioso, os chamados “problemas sociais”⁷⁶, com prioridade da intervenção no indivíduo e suas famílias como pressuposto para a solução de tais problemas e atendimento das suas necessidades materiais, morais e sociais. (Yazbek, 2009a).

Apesar de não se basear em medidas coercitivas emanadas do Estado, é nítida a relação estreita do surgimento do Serviço Social com o movimento católico laico. Ocorre que há registros, que este último, vinculava-se com a Ação Integralista Brasileira (AIB)⁷⁷ (1932), conhecida como fascismo à brasileira, havendo, inclusive, algumas campanhas de importantes setores do movimento para que católicos se filiassem na AIB⁷⁸, além de grande parte já integrar suas bases (Iamamoto; Carvalho, 2010).

O AIB, por sua vez, tinha vinculação com o Movimento Eugênico⁷⁹, liderado pelo médico Renato Kehl e introduzido no Brasil ainda na Primeira República, a partir da qual

⁷⁵ Vale lembrar que “a doutrina social da Igreja, embora proclamada como humanista, era acentuadamente conservadora, reproduzindo o clima fascista que se respirava no continente europeu. Se a encíclica *Rerum Novarum* de 1891 do papa Leão XIII, tratando das relações capital-trabalho, deixava entrever um colorido conservador, exortando os trabalhadores a observar a prudência e a ética cristã, a de 1931, do papa Pio XI, assumia e reproduzia a visão de mundo dominante da época. Denominada *Quadragesimo Anno* e tematizando a organização profissional e a estrutura da empresa, debruçou-se sobre a questão da ‘restauração e aperfeiçoamento da ordem social’, buscando oferecer soluções para o ‘equilíbrio nas relações entre patrões e empregados’, de forma a torná-las capazes de ‘implantar um clima de justiça social’ (Martinelli, 1989, p.103).

⁷⁶ Pelos referenciais orientadores do Serviço Social neste período, o objeto de intervenção da profissão ainda não era compreendido como sendo as expressões da “questão social” fundamentada na Lei Geral da Acumulação Capitalista.

⁷⁷ Tal relação fica evidente no Documentário “Menino 23: infâncias perdidas no Brasil” (2016) dirigido por Belisário Franca. Disponível em: [\(6761\) MENINO 23 - INFÂNCIAS PERDIDAS NO BRASIL - YouTube](#).

⁷⁸ Importa-nos lembrar que, assim como todos os espaços, a Igreja não está isenta de contradições. Portanto, por mais que nossa ênfase seja o setor conservador da Igreja, ao longo de sua história houveram movimentos contestatórios, críticos e progressistas em seu âmago.

⁷⁹ A eugenia, conforme Kehl é definida como “a ciência do aperfeiçoamento moral e físico da espécie humana” (1923 apud Góes, 2015, p.139), publicada no livro *Melhoremos e Prolonguemos a vida: a Valorização Eugênica do Homem*, publicado ainda em 1923. Góes (2015) defende que a eugenia é uma manifestação do racismo, expressão do conservadorismo em nossa sociedade.

foi se fortalecendo com status de ciência⁸⁰ (Góes, 2015). Esse Movimento contribuiu sumariamente para “a segregação e a eliminação dos negros e indígenas, entendidos como inferiores, desajustados [imorais] e causadores do subdesenvolvimento nacional” (Souza, 2020b, p. 384), e se presentificou nos campos teórico, cultural e político da sociedade, principalmente no âmbito sanitário⁸¹ e educacional⁸².

Tal suporte ideológico, racista, higienista, conservador e anti-humano (Góes, 2015) orientava ações, conforme Souza (2020b), para a “acomodação da força de trabalho, indo de acordo com as necessidades de reprodução do capitalismo dependente, fazendo, dessa forma, a organização da superexploração da força de trabalho, o que lhe é fundamental” (p.384). Afinal, racismo e superexploração da força de trabalho, como temos visto ao longo desta tese, são “gêmeos siameses” (Souza, 2020a).

É nesse caldo cultural, complexo e com múltiplas determinações, que emerge e se desenvolve o Serviço Social. Originado vinculado a grupos e frações restritos das classes dominantes e, posteriormente, ao conjunto das classes dominantes, assume traços de autoritarismo, infantilização, intransigência com o irracional ou imoral (Iamamoto; Carvalho, 2010). Por sua vinculação com a Igreja Católica, (com laços com a AIB), que lhe imprimia um caráter conservador e de apostolado e, cujos referenciais não questionavam a “questão social”, podemos afirmar que o Serviço Social assumia um caráter repressivo e eugenista à população atendida.

Lembremos que, apesar de realizar estágios nos Centros Operários (Iamamoto; Carvalho, 2010), as instituições católicas não se voltavam somente para o atendimento da classe operária, como também daquela marginalizada do mercado de trabalho formal, como vimos, constituída majoritariamente de pessoas negras.

Assim, entendemos que o Serviço Social, não isento das marcas da sociedade da qual emerge, cumpre a determinação do controle e do ajustamento da classe trabalhadora, contribuindo para a mistificação e reprodução da superexploração da força de trabalho e das

⁸⁰ Góes (2015) retoma que Renato Kehl proferiu uma palestra sobre eugenia em 1917 em uma Conferência organizada pela Associação Cristã de Moços de São Paulo e que, no ano seguinte, na Santa Casa de Misericórdia, é fundada a Sociedade Eugênica de São Paulo, primeira instituição eugênica da América Latina.

⁸¹ Decorre deste Movimento a criação da Liga Brasileira de Higiene Mental (LHM), em 1923, influenciada pela perspectiva nazista da psiquiatria. Negros e indígenas eram institucionalizados em manicômios criados no Brasil afora tendo como justificativa a sua inferiorização étnico-racial, sua condição de pobreza, entre outros. O movimento de higiene mental teve uma influência no Serviço Social brasileiro, ainda que de forma indireta, em suas bases conceituais e metodológicas, incidindo no currículo das escolas de Serviço Social. (Vasconcelos, 2000)

⁸² Conforme Constituição da República de 1934.

desigualdades emergentes do desenvolvimento do modo de produção capitalista dependente em nosso país.

Entretanto, como assevera Castro (2011, p.35) “a criação de uma escola, em si mesma, não equivale à abertura de um processo que se quer identificar como o início de uma profissão”. É somente nos anos 1940, durante o regime ditatorial do Estado Novo (1937-1945), apoiado sem vacilações pela burguesia industrial⁸³ (Gorender, 1991), que o Serviço Social se institucionaliza como profissão, como será abordado no item a seguir.

3.2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL E O SURGIMENTO DAS PRIMEIRAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DA PROFISSÃO

A década de 1940 é marcada por importantes determinações no âmbito internacional no qual se inscreve a ampliação do ideário norte-americano para os demais países objetivando estabelecer domínio em detrimento do domínio europeu (Silva, 2014), justamente porque se tratava de um contexto em que os Estados Unidos fora o vencedor da primeira guerra mundial. Desta forma, “seguros de seu poder e tomando por concreto algo profundamente abstrato, o seu eterno poder de classe, a burguesia americana entendia que podia controlar o processo social, assim como controlava o processo econômico” (Martinelli, 1989, p.101).

Neste ínterim, a Inglaterra, antiga detentora desta hegemonia, convivia com uma profunda crise tanto no plano político, quanto econômico, no pós-Revolução Russa, que desenvolveu “um verdadeiro efeito catalisador” no movimento trabalhista em toda a Europa. Em contraponto, havia uma política nazi-fascista em ascensão, que, por outro lado, produziu efeitos na esfera política, social e econômica, no contexto de capitalismo imperialista, levando a população europeia a uma intensa pauperização. Nesse sentido, o continente europeu “estava gravemente enfermo, debilitado e sem condições de manter a sua secular hegemonia no plano mundial” (Martinelli, 1989, p.101).

Como uma profissão inscrita nesta realidade, o Serviço Social não se encontrou imune a essa influência. Seu marco, no âmbito do ensino especializado brasileiro, está no Congresso Interamericano de Serviço Social realizado em 1941 em *Atlantic City* a partir do

⁸³ Se nos primeiros anos da década de 1930 havia uma certa hostilidade e desconfiança entre o governo e a burguesia industrial, a tendência que acabou prevalecendo foi a de aproximação entre ambos (Gorender, 1991).

qual “se amarram os laços que irão relacionar estreitamente as principais escolas de Serviço Social com as grandes instituições e escolas norte-americanas” (Iamamoto; Carvalho, 2010, p.228), representando aí, a afirmação da influência norte-americana no Serviço Social não só brasileiro, como latino-americano.

Isso ocorre porque a partir deste Congresso, serão destinadas 17 bolsas para os países latino-americanos, dentre as quais, 4 para o Brasil, “estabelecendo-se a prática de intercâmbio e continuação da promoção de bolsas de estudo” (Iamamoto; Carvalho, 2010, p.228) o que influirá, por sua vez, na formação dos assistentes sociais, a partir de mudanças curriculares que daí sucedem.

Ocorre que essa influência norte-americana que se alastrava pelo globo, não deixou o governo brasileiro imune, visto que, um ano após o Congresso de *Atlantic City*, este estreitou os laços com o governo estadunidense⁸⁴. Inscrito neste contexto, a influência norte-americana no Serviço Social não só se amplia como também responde às novas demandas postas ao trabalho cujo espaço se expande para as Instituições Assistenciais criadas pelo Estado e pelo empresariado frente ao aprofundamento da industrialização no país durante a década de 1940.

Dentre estas instituições, que desempenharam o papel de zelar pelo disciplinamento e pela reprodução da força de trabalho, por meio do papel político, econômico e ideológico, vital para a manutenção da dominação de classe, resguardadas as suas contradições (Iamamoto; Carvalho, 2010), destacamos: a Legião Brasileira de Assistência (LBA) (1942)- que centralizou as ações assistenciais no país (Behring; Boschetti, 2010) e procurou canalizar apoio político para o governo; a Fundação Leão XIII (1946) – instituição assistencial de atuação com a população residente nas favelas, afastando-a das influências comunistas (Iamamoto; Carvalho, 2010); e, os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), “que construíram hospitais e conjuntos residenciais para operários e setores da baixa classe média” (Gorender, 1991, p.68).

Atrelado às medidas paternalistas, o Estado não deixou de apresentar sua face repressora e violenta, a ele constitutiva (Osório, 2019). Desta forma, criou também uma legislação sindical de caráter controlador das lutas operárias (Yazbek; Martinelli; Raichelis,

⁸⁴ “Em função de interesses políticos e econômicos, o presidente Getúlio Vargas tratou de estreitar as relações com os Estados Unidos, integrando-se oficialmente aos seus aliados em 1942. Dessa aliança Vargas-Roosevelt resultaram inúmeras consequências para o país, no plano político, social e econômico. Restringindo-as ao interesse deste momento de reflexão e situando-as no plano do Serviço Social, o que se teve como decorrência daquele pacto foi a mudança de eixo, em termo de linhas de prática, de perspectivas de ensino e de formas de abordagem.” (Martinelli, 1989, p.118).

2008). As greves foram rigorosamente proibidas, suprimiu-se a independência dos sindicatos, tornando-os corporativistas, “segundo os princípios orgânicos de unicidade, verticalidade e enquadramento oficial tutelado pelo Estado” (Gorender, 1991, p.68) de inspiração fascista. Diante destas medidas repressivas, e da resistência do sindicalismo autônomo, mantinha-se de forma combativa e se opondo ao nazi-fascismo, o movimento estudantil, com destaque para a União Nacional dos Estudantes (UNE) criada ao final da década anterior⁸⁵.

Como forma de controle e adestramento da força de trabalho, o empresariado também criou suas instituições: o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942, e o Serviço Social da Indústria (SESI), em 1946. Enquanto a primeira teve a incumbência da qualificação da força de trabalho e internalização do perfil de operário desejado na indústria, especialmente de jovens, a segunda, teve a atribuição de estudar, planejar e executar medidas para a contribuição do bem-estar dos trabalhadores na indústria (Iamamoto, Carvalho, 2010).

Assim, é diante da emergência dessas instituições, sejam elas estatais, autárquicas ou privadas, que absorverão tanto estudantes, quanto às primeiras assistentes sociais formadas que se dá a institucionalização e a legitimação do Serviço Social como profissão (Iamamoto; Carvalho, 2010). Esta perspectiva coaduna com a análise de Netto (2011) de que o fundamento objetivo da profissionalização do Serviço Social se situa no quadro mais amplo do capitalismo imperialista cuja demanda objetiva engendrar a necessidade desta profissão na divisão social e técnica do trabalho, marcadamente pela intervenção estatal mediante políticas sociais.

Em outras palavras, a demanda por uma “[...] formação técnica especializada crescentemente terá no Estado seu setor mais dinâmico, ao mesmo tempo em que passará a regulamentá-la e incentivá-la, institucionalizando sua progressiva transformação em profissão legitimada dentro da divisão social e técnica do trabalho” (Iamamoto; Carvalho, 2010, p.176).

Os autores analisam ainda que o desenvolvimento das Instituições Assistenciais também representa o momento em que “ocorre um processo de ‘mercantilização’ dos

⁸⁵ A UNE foi criada em 1937. “na Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro, o então Conselho Nacional de Estudantes conseguiu consolidar o grande projeto, já almejado anteriormente algumas vezes, de criar a entidade máxima dos estudantes. [...] Os estudantes brasileiros, recém-organizados, tiveram ação política fundamental no Brasil durante esse processo, opondo-se desde início ao nazi-fascismo de Hitler e pressionando o governo do presidente Getúlio Vargas a tomar posição firme durante a guerra.” (UNE, 2011, s/p)

portadores daquela formação técnica especializada, que se traduz em sua transformação em força de trabalho que pode ser comprada” (Iamamoto; Carvalho, 2010, p.179).

Assim, não necessariamente as assistentes sociais serão moças da sociedade devotas ao apostolado social, transformando-se progressivamente em componentes da força de trabalho, com formação técnica especializada, inseridas na divisão sociotécnica do trabalho, o que, progressivamente também levará a mudanças no perfil das assistentes sociais (Iamamoto; Carvalho, 2010). Mas, isso não significa que, uma vez trabalhadoras assalariadas, havia consciência desta condição tendo em vista os referenciais utilizados, conforme já mencionamos.

Se até então o Serviço Social, sob influência europeia, assumia características paternalistas, autoritárias, doutrinárias e com ausência de base técnica, a incorporação do Serviço Social nas instituições que surgem na década de 1940 concretiza novas indagações ao trabalho profissional. É aí que aspectos técnicos se incorporam na formação e no trabalho profissional (Yazbek, 2009a; Silva; 2014), a partir de “indagações que não derivaram somente de mero ato voluntário, mas responderam também às determinações sociais nos âmbitos nacional e internacional”. (Silva, 2014, p.120)

É, portanto, no Serviço Social norte-americano⁸⁶ que as inquietações do Serviço Social no Brasil encontraram respostas, institucionalizando-se ao incorporar a teoria social positivista (Silva, 2014) considerada “o primeiro⁸⁷ suporte teórico-metodológico necessário à qualificação técnica de sua prática e à sua modernização” (Yazbek, 2009a, p.6). Desta forma, os fundamentos da profissão se desdobraram em um “arranjo teórico doutrinário” (Iamamoto, 2013) “caracterizado pela junção do discurso humanista cristão com o suporte técnico-científico de inspiração na teoria social positivista, [que] reitera para a profissão o caminho do pensamento conservador (agora, pela mediação das Ciências Sociais)” (Yazbek, 2009a, p.5).

⁸⁶ “A aproximação com a experiência americana de Serviço Social foi amplamente facilitada, através de um programa cultural, assim como foi aberta ao Brasil a possibilidade de participar de programas continentais de bem-estar social, já ao longo da década de 1940. Ambas as ofertas inseriam-se em um plano político mais amplo, configurando estratégias dos Estados Unidos para ganharem hegemonia no continente. Sua política [...] recrudescer fortemente após a II Guerra Mundial fornecendo as bases para uma política expansionista e imperialista em relação à América Latina” (Martinelli, 1989, p.118).

⁸⁷ Isso porque, conforme Yazbek (2009b, p.5), “nem o doutrinário, nem o conservadorismo constituem teorias sociais. A doutrina caracteriza-se por ser uma visão de mundo abrangente fundada na fé em dogmas. Constitui-se de um conjunto de princípios e crenças que servem como suporte a um sistema religioso, filosófico, político, entre outros. O conservadorismo como forma de pensamento e experiência prática é resultado de um contramovimento aos avanços da modernidade, e nesse sentido, suas reações são restauradoras e preservadoras, particularmente da ordem capitalista”.

O referencial na teoria social positivista aborda as relações sociais dos indivíduos no plano imediato, trabalhando as relações aparentes dos fatos, de forma fragmentada. Portanto, não permite decifrar a realidade a partir de sua essência, e não questiona o instituído. Pelo contrário, volta-se para propostas de trabalho ajustadoras e manipuladoras desses indivíduos, não apontando mudanças, senão dentro da ordem social estabelecida, logo, reiteradora do *status quo* (Yazbek, 2009a) que, no Brasil, significava “manter a classe possuidora, branca e europeia no poder; manter negros e indígenas, despossuídos e escravizados, subordinados” (Souza, 2020b, p.382)

Vale dizer que o positivismo era a concepção predominante de ciência na época, uma ciência que embora negasse as explicações metafísicas e buscasse explicar a realidade a partir de uma ciência positiva, separava fato de valor, defendia a pretensa neutralidade científica, entendia a técnica como sinônimo de ciência e profissionalismo, e tinha o entendimento de uma sociedade harmônica para a qual a diversidade era considerada como desvio e desajustamento.

Nesse sentido, se já entendíamos que havia uma interlocução do Serviço Social com o racismo em sua manifestação eugenista na sua gênese, é no processo de sua institucionalização, que, ao se apropriar da teoria social positivista, também se apropriou da “ideologia racista, supremacista e eugenista, que compõe a racionalidade positivista” (Souza, 2020b, p.383), teoria esta que passou a nortear as “novas tecnologias” incorporadas do Serviço Social norte-americano (Silva, 2014).

Isso porque, a influência norte-americana se dá também por meio da importação de técnicas do Serviço Social de Caso, em um primeiro momento, seguidas do Serviço Social de Grupo e de Comunidade (Aguiar, 2011), a partir das quais a profissão passa a assumir uma postura terapêutica, desde a abordagem funcionalista do positivismo, buscando o tratamento das feridas sociais nas perspectivas da Psicologia, da Psicanálise, da Medicina⁸⁸

⁸⁸ Isso porque, “quanto ao aspecto técnico, destacou-se o desenvolvimento de práticas restritas a casos individualizados e a metodologia de intervenção profissional inspirava-se no modelo médico, constituído de estudo, diagnóstico e tratamento” (Maciel, 2006, p.89)

e até mesmo do Direito⁸⁹ (Martinelli, 1989), áreas que, conforme Souza (2020b) foram amplamente influenciadas pela eugenia⁹⁰.

No Serviço Social de Casos, orientado pela produção de Mary Richmond e Gordon Hamilton, o trabalho se centrava na personalidade do cliente com o objetivo de estimular mudanças no seu comportamento para ajustá-lo à sociedade. Já o Serviço Social de Grupo fundamentava-se em Gisela Konopka e era utilizado em uma perspectiva educacional, buscando integrar indivíduos, chamados neste período de clientes, ao meio social por intermédio de ações grupais. Por fim, o Serviço Social de Comunidade configurava-se como um trabalho de assistência realizado junto à população em situação de pobreza, visando promover o desenvolvimento integral mediante esforços dos indivíduos e grupos da comunidade (Silva, 2014)

Não podemos deixar de sublinhar, portanto, que a intervenção profissional era reiteradora do modo de produção vigente e que é perceptível a intensa relação da profissão com a herança escravista colonial do país dadas as determinações históricas e sociais de sua gênese. Ora, podemos refletir que a própria intervenção ajustadora, manipuladora e impositiva, reforça intervenções típicas dos colonizadores, num viés etnocida, perpassado pela superioridade, seja racial, moral ou cultural ante a população atendida. Nas palavras de Martinelli (1989, p.119) “no interjogo das relações sociais, na dinâmica da luta de classes, suas alianças eram as alianças burguesas, sua face era a face do poder”.

Ainda na senda da influência norte-americana, e sua afirmação na América Latina, marco de uma nova hegemonia internacional, ocorre, em 1945, o I Congresso Pan-Americano de Serviço Social, realizado no Chile, como continuidade do Congresso em *Atlantic City* de 1941 (Iamamoto; Carvalho, 2010). Dentre os aspectos relevantes trabalhados neste Congresso Pan-Americano, as discussões mais importantes serão em relação à formação em Serviço Social:

Procura-se definir normas para o funcionamento das escolas especializadas, que se multiplicam, a partir de um padrão mínimo de exigências -condições de ingresso nas escolas, currículo básico, planos de trabalho prático etc.- esboçando-

⁸⁹ A profissão “importou a noção do inquérito que passou a ser denominado de inquérito social por uma das precursoras da produção científica da área em 1917 – Mary Richmond. Essa noção supunha que o profissional deveria averiguar e inquirir a situação dos indivíduos, através de diferentes fontes – o próprio indivíduo, a sua família, seus vizinhos, seus empregadores, entre outros, a fim de identificar as causas que os levavam à doença social e, com isto, as possibilidades para tratá-los e reintegrá-los à sociedade” (Maciel, 2006, p.89)

⁹⁰ “Nestas áreas, a raça era tomada como elemento central na construção de análises criminológicas e patológicas, amalgamando-as e resultando na conclusão de que as raças não brancas tinham tendências criminosas, eram degeneradas, naturalmente propensas ao alcoolismo, à violência etc” (Souza, 2020b, p.383)

se uma homogeneização desses elementos no âmbito latino-americano. (Iamamoto; Carvalho, 2010, p.330)

Acerca do debate desencadeado neste Congresso, qual seja a regulamentação do ensino e a luta pelo reconhecimento profissional (Iamamoto; Carvalho, 2010), de acordo com Balbina Ottoni Vieira, houve, em sugestão da representante norte-americana Mrs. Elizabeth Enochs, uma resolução a partir da qual “deveria ser criada uma associação que permitisse a troca de ideias e experiências entre os assistentes sociais e assegurasse o progresso do ensino do Serviço Social em cada país” (Baptista, 1983, p.55).

Neste sentido, diante do surgimento e desenvolvimento das grandes instituições assistenciais e mudanças em termos das novas requisições de trabalho ao Serviço Social, assim como da ampliação das escolas de Serviço Social no país⁹¹, e, considerando as discussões e encaminhamentos do I Congresso Pan-Americano de Serviço Social, criou-se a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS)⁹², em 1946, em São Paulo, e, em seguida, a Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS) (Baptista, 1983; Iamamoto; Carvalho, 2010)

Para a criação de ambas as entidades, Yazbek destaca a importância de Odila Cintra Ferreira (1899-1982), que era ligada à burguesia agrária, uma vez que era filha de fazendeiros do café. Conforme depoimento, “*nunca estudou no Brasil, ela estudou no Brasil até o segundo ano primário, depois ela vai estudar fora do Brasil, vai para Suíça e depois faz outros cursos todos na Europa*” (Maria Carmelita Yazbek, Documentário ABEPSS 70 anos, 2017). Conforme Cintra (2017), Odila também possuía forte vinculação com o surgimento do CEAS e da Escola de Serviço Social de São Paulo, inclusive tendo assumido a presidência do primeiro e direção da segunda. Seu nome também é citado como a primeira presidenta da ABESS (Koike, 1997).

A criação da ABESS, montada a partir das escolas do RJ e SP⁹³, “tem o significado de uma manifestação coletiva organizada de resistência e de compreensão daquele momento histórico e de suas exigências à formação em Serviço Social” diante das “inquietações com o perfil profissional que a sociedade demandava à época” (Koike, 1997, p.8). Yazbek levanta ainda como hipótese de que se tenha “*entendido a importância de difundir para o país a*

⁹¹ Pernambuco (1940); Paraná (1944); Rio Grande do Sul (1945) e, Rio Grande do Norte (1945) (Iamamoto; Carvalho, 2010).

⁹² A ABESS foi “fundada em 10 de outubro de 1946, sob o registro nº 142/L-a/I” (ABESS, 1991, p.97)

⁹³ Trata-se do Instituto Social (RJ), Escola de Serviço Social e Instituto Social (SP) (Iamamoto; Carvalho, 2010).

proposta que elas estavam criando aqui” (Documentário 70 anos da ABEPSS, 2017), tendo em vista que a ABESS “aparece como principal agência de difusão das modificações curriculares e de homogeneização do ensino no âmbito nacional” (Iamamoto; Carvalho, 2010, p.229).

A finalidade inicial da ABESS era definir e coordenar uma política de formação profissional, orientando-se pela regulamentação desse ensino em nível universitário (Iamamoto; Carvalho, 2010; Koike, 1997) buscando imprimir sua homogeneização em âmbito nacional (Silva, 2014).

Para tanto, buscou promover intercâmbio e colaboração entre as escolas filiadas para um padrão mínimo de ensino. Desenvolveu, ainda, “uma campanha constante para o reconhecimento e institucionalização do ensino e da profissão, representando o interesse coletivo das escolas” (Iamamoto; Carvalho, 2010, p.330) com uma articulação que se fazia com “regularidade invejável” à época, “sex fax, sem celular, sem internet, sem e-mail e sem sedex” (Koike, 1997, p.10).

Entretanto, esse não foi um processo isento de disputas e contradições. Balbina Ottoni Vieira relembra que esse processo de criação da ABESS e os critérios exigidos à formação em Serviço Social geraram uma grande confusão tendo em vista que as exigências estabelecidas em estatuto pela ABESS para as escolas de Serviço Social só eram atendidas por uma escola: o Instituto Social do Rio de Janeiro, o que era um impedimento de filiação à ABESS pelas demais escolas (Baptista, 1983).

Já no que diz respeito à ABAS, a qual Balbina Ottoni Vieira acredita que “as novas gerações nem saibam o que era” foi, conforme ela, “uma consequência natural da fundação da ABESS” (Baptista, 1983, p.59; p.56). Esta, foi a primeira associação de assistentes sociais no Brasil, congregando profissionais de norte a sul, [que] preencheu um papel importante na história do Serviço Social (Baptista, 1983).

Tinha como proposta “promover o aperfeiçoamento e a garantia do nível da profissão de Assistente Social”, objetivando o reconhecimento da profissão e a defesa de seus interesses corporativos (Iamamoto; Carvalho, 2010). “Era, justamente, fortalecer o ‘eu’ profissional. Era o sentido de profissão, aperfeiçoar os assistentes sociais e realizar uma série de atividades que congregassem os assistentes sociais” (Baptista, 1983, p.57)

A ABAS “se espalhou logo pelo Brasil, criou secções regionais em vários Estados. Essas secções regionais foram bastante ativas, como a de São Paulo e a de Curitiba” (Baptista, 1983, p.56). É a partir da Seção de São Paulo, inclusive, que, em 1947,

“estabelecerá o primeiro Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais brasileiros, elegendo o competente Conselho” (Iamamoto; Carvalho, 2010, p.330). Porém, como associação profissional particular, não teve força necessária para a fiscalização do exercício profissional (Baptista, 1983).

Além do primeiro Código de Ética profissional, a ABAS ainda “promoveu cursos, ajudou a organizar congressos, publicou uma revista durante algum tempo”, os Cadernos de Serviço Social “com a ajuda da adida Cultural americana Miss Lavínia Keyes”. (Baptista, 1983, p.57; p.60).

Porém, enfrentava algumas dificuldades, lembradas por Balbina Ottoni Vieira:

A ABAS não tinha escritório, nem uma sala de reuniões, recebia mensalidades muito modestas que nem todo mundo pagava... Como você vê, a sua sobrevivência sempre foi muito difícil. Mas todos estavam interessados na ABAS. As pessoas colaboravam imensamente e, como era um movimento que tinha vida, a Embaixada Americana, através de seu adido cultural, se interessou por ele, e lhe deu muita ajuda. (Baptista, 1983, p.57)

Além de dificuldades financeiras e de estrutura, também decorriam aquelas das próprias prerrogativas que dela emanavam como a definição em estatuto de que seus membros eram somente “os diplomados pelas Escolas de Serviço Social filiadas à ABESS” (Baptista, 1983, p.56). Isso excluía aqueles formados em outras escolas que ainda não tinham atendido aos critérios apresentados pelo estatuto da ABESS para a filiação. Dessa forma, apesar de não se restringir ao âmbito de algumas escolas, abrangendo os profissionais, as atividades promovidas pela ABAS acabavam excluindo uma certa parcela da categoria.

Dadas as contradições, temos aí a criação das primeiras entidades representativas do Serviço Social brasileiro, tanto no âmbito da formação quanto no âmbito do exercício profissional que “desempenharão um papel extremamente importante no desenvolvimento do Serviço Social no Brasil” (Iamamoto; Carvalho, 2010, p.330). Ambas eram aconfessionais “de fato, vários de seus membros eram protestantes, judeus, agnósticos. Nada nos estatutos mencionava filiação religiosa” (Baptista, 1983, p.61), o que, conforme Balbina Ottoni Vieira, levou a que a União Católica de Internacional de Serviço Social⁹⁴ (UCISS),

⁹⁴ A UCISS “nasceu em 1922 por iniciativa de um grupo de escolas católicas da Bélgica, da França e da Alemanha. Foi oficializada em 1925 no 1º Congresso Mundial de Serviço Social que aconteceu em Roma. [...] A UCISS reunia as Escolas ‘católicas’ de Serviço Social, as associações ‘católicas’ de assistentes sociais e membros individuais também ‘católicos’, e assistentes sociais. Era uma organização confessional que tinha a aprovação da Santa Sé e cujos membros foram muitas vezes recebidos pelos vários Papas” (Baptista, 1983,

primeira organização internacional de Serviço Social, a qual tinha muita influência no continente, não aceitasse a ABAS como membro, por mais que o desejasse, pois lhe daria o status de internacional. A ABESS, por sua vez, também não podia filiar-se à UCISS.

A ABESS e a ABAS, juntamente com o CEAS, organizaram, em 1947, o I Congresso Brasileiro de Serviço Social (CBSS) (Cardoso, 2013), no qual se evidencia a incorporação da metodologia norte-americana do Serviço Social de Casos, Grupo e Comunidade, de orientação positivista (Cardoso, 2013).

Na Introdução das Conclusões de seus Anais lê-se:

Num país onde há muito o que fazer, e refazer, construir, instaurar e restaurar, o Serviço Social é um estandarte a agitar-se no horizonte de nossa futuridade histórica, como um convite irresistível à dedicação aos mais sobranceiros ideais de solidariedade humana. É um toque de bronze -em cujas vibrações se envolve a **caridade cristã** -a apelar os homens de boa vontade e os governos empenhados no bem do povo, para a grande obra de **redenção do brasileiro, do erguimento do seu nível de vida, da harmonia entre o capital e o trabalho**, da séria compreensão dos direitos e deveres de todos (CBSS, 1947 apud Yamamoto; Carvalho, 2010, p, 247, grifos nossos).

Notamos, a partir do extrato dos anais, que, apesar de as entidades não terem caráter confessional, com exceção do CEAS, elas expressavam o Serviço Social do período, qual seja um Serviço Social conservador, cujo referencial teórico recentemente incorporado, articulado com a Doutrina Social da Igreja, contribuía para a mistificação da realidade e suas contradições, tomando para a profissão um viés um tanto messiânico, intrinsecamente envolto em um projeto de nação que estava sendo submetido ao ideário desenvolvimentista.

Este, foi um período em que, sob a hegemonia imperialista estadunidense, tal ideário terá forte difusão na América Latina, e, conseqüentemente no Brasil a partir da criação de organismos como a Organização das Nações Unidas (ONU)-1945, e, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)-1948, os quais encorajaram a elaboração de teorias destinadas a explicar e justificar as disparidades que separava “um grupo de países que concentram a riqueza material e o conhecimento técnico-científico” (Marini, 2005c, p.222).

A partir da criação da ONU, “a questão do desenvolvimento entre nós, como nos outros países subdesenvolvidos, passou a ter uma significação maior” (Aguiar, 2011, p.94), pois, apesar de ter sido criada para resolver os problemas dos países afetados pela guerra,

p.60). Importante mencionar que Mlle. Marsaud e Odila Cintra, esta última já mencionada neste trabalho, possuíam muita ligação com a UCISS (Baptista, 1983).

dois ou três anos mais tarde, passou a voltar-se para os países considerados subdesenvolvidos, preservando-os de influências comunistas. Suas proposições serão assumidas e repercutirão na América Latina e Caribe pela CEPAL (Aguiar, 2011) “que tinha o objetivo de diagnosticar os principais problemas relativos ao atraso econômico da América Latina” (Traspadini; Stedile, 2005, p.23).

Apesar de haver outras explicações acerca deste atraso, a posição mais disseminada foi a da CEPAL⁹⁵, que estabeleceu um esquema explicativo para o subdesenvolvimento latino-americano que estava atrelado ao conceito de desenvolvimento desigual entre países do centro e da periferia, em que estes últimos se encontram em relações de desvantagem em relação aos primeiros nas relações econômicas internacionais (Traspadini; Stedile, 2005), incidindo na descapilarização da região e depressão das condições de vida da população. Para tanto, a CEPAL, cujos ideólogos não estavam preocupados em “resolver os problemas do capitalismo” (Traspadini; Stedile, 2005), preconizava “uma política de industrialização, assegurada por um mercado protecionismo estatal. Sobre essa base, começariam a se resolver os problemas sociais e a instabilidade política que caracterizam os nossos países” (Marini, 2005c, p.222) e, assim, passaríamos a “ser como eles”⁹⁶,

Tal ideário, começa a repercutir timidamente no Serviço Social a partir dos anos 1950, uma vez que é nesta década que a ONU se volta para o Serviço Social⁹⁷, como instrumento para o desenvolvimentismo por meio do Desenvolvimento de Comunidade, definindo que este último se trata de:

Esforços da população aliados aos do governo, para melhorar a situação econômica, social e cultural das comunidades, integrá-las na vida da nação e torná-las capazes de contribuir decisivamente para o progresso nacional. Esta maneira de proceder se compõe de dois elementos essenciais: participação do povo para elevação de seu nível de vida, baseada na sua própria iniciativa e fornecimento de assistência técnica e de outros serviços para desenvolver essa iniciativa; a ajuda mútua e a assistência podem ser expressas em programas visando grande variedade de campos de melhoramento (Aguiar, 2011, p.95- 96)

⁹⁵ Isso se deve à influência destes organismos internacionais e à inserção de seus intelectuais no governo, citando-se, no Brasil, o intelectual Celso Furtado que teve inserção no Governo de Goulart (Traspadini; Stedile, 2005).

⁹⁶ Referência ao Livro “Ser como Eles” de Eduardo Galeano (1993).

⁹⁷ Cornely (2003) refere que a ONU e as suas agências especializadas passaram a recrutar assistentes sociais latino-americanas para seus quadros. Dentre as brasileiras, menciona Helena Iracy Junqueira, Balbina Ottoni Vieira, não especificando, contudo, as datas em que isso ocorre. Todavia, pela influência de tais profissionais, entende-se que este foi um dos fatores que reforçaram a introdução da concepção de desenvolvimento disseminada por esses organismos no Serviço Social brasileiro.

A partir de tais articulações, o ideário desenvolvimentista vai sendo incorporado por meio de algumas experiências de Desenvolvimento de Comunidade⁹⁸ durante o governo constitucional de Vargas (1951-1954). Essas experiências se voltavam para a população do meio rural, “no sentido de integrá-lo ao sistema, pois como setor ‘disfuncional’, coloca em risco a harmonia e o equilíbrio da sociedade. Esta ótica é enfatizada pelos técnicos dos organismos internacionais e esta preocupação está presente no governo de Vargas” (Aguiar, 2011, p.102).

Já em 1951 temos o registro de um seminário sobre Desenvolvimento de Comunidade promovido pela Organização dos Estados Americanos (OEA) que adere e assume as recomendações da ONU (Aguiar, 2011). Além disso, devido ao rápido crescimento do Serviço Social e a diversidade de sua atuação, a OEA começou a se interessar pela profissão, passando a promover os Congressos Pan-Americanos de Serviço Social (Cornely, 2003).

É, pois, durante este governo, sob tais influências, e devido ao seu crescimento, que o Serviço Social, por meio da Lei 1.889 de 1953, tem seu ensino regulamentado em nível superior e é aprovado o primeiro currículo mínimo para a formação em Serviço Social, tendo como “principal agência de difusão” a ABESS. Tal reconhecimento foi lembrado por Balbina Ottoni Vieira como “um negócio que durou sete anos e que nós no Rio chamávamos de ‘a guerra dos sete anos’. Fazíamos visitas a deputados, senadores, ministros, políticos que não acabavam mais, explicando o Serviço Social e da necessidade de ter nível superior, como era nos Estados Unidos” (Baptista, 1983, p.58).

Devido à influência norte-americana que se propagava na profissão brasileira, há registros se sua inscrição no currículo mínimo aprovado através da incorporação da disciplina de “Serviço Social de Casos - de Grupo - Organização Social da Comunidade” (Lei 1.889 de 1953), o que expressa as reverberações na formação após o retorno das bolsistas desde o Congresso de *Atlantic City* (Iamamoto; Carvalho, 2010). A formação neste período, caracteriza-se, portanto, como “uma formação vinculada ao *dever ser* tradicional com base na doutrina social da Igreja Católica” (Cardoso, 2013, p.119).

⁹⁸ Trata-se da Missão Rural em Itaperuna-RJ que se constitui como um marco importante que nasceu em 1949, do "Seminário Interamericano de Educação de Adultos". Essa experiência contou com assistentes sociais que partiram da ótica de que as populações eram "desajustadas" e era preciso "integrá-las", "adaptá-las" à sociedade. Entretanto, nesse período, a literatura utilizada era toda norte-americana e a maioria dos assistentes sociais ainda eram insensíveis com os programas de Organização de Comunidade.

Demarcamos, contudo, que, apesar de algumas experiências do Serviço Social rural por meio do Desenvolvimento de Comunidade, tímidas, como já referimos, assim como da incorporação da disciplina de Organização Social de Comunidade na formação, o Serviço Social ainda não se encontrava totalmente sensibilizado com a ideologia desenvolvimentista (Iamamoto; Carvalho, 2010; Aguiar, 2011).

Iamamoto e Carvalho (2010) indicam alguns motivos pelos quais o Serviço Social esteve alheio a essa ideologia, entre os quais destacamos que se tratava de uma ideologia populista, exigindo a participação das massas trabalhadoras, o que se contrapunha com a tendência conservadora respaldada pela Igreja, uma vez que tal envolvimento poderia indicar a destruição do poder burguês. Além disso, o momento era de consolidação do Serviço Social em campos de atuação nos equipamentos sociais e assistenciais que foram sendo criados e expandidos no período, conforme vimos apresentando. Ali centravam-se os esforços da profissão, em detrimento das poucas experiências que exigiam as técnicas de DC, voltadas ao meio rural.

Neste ínterim, situamos alguns marcos que sucedem no direcionamento político-governamental em relação ao país⁹⁹. Ainda, no governo Vargas, pautado numa política nacionalista e progressista, monopolizou-se o petróleo (Petrobras), e, a energia elétrica (Eletrobras), entre outras medidas, que foram acompanhadas por uma política trabalhista para garantir o apoio operário. Entretanto, ao final de seu governo, e diante da oposição da direita, implementou-se a Lei de Segurança Nacional e uma política cambial que incidiu no aumento da inflação¹⁰⁰, levando ao aumento das tensões sociais¹⁰¹, além de prorrogar e ampliar o acordo militar entre o Brasil e os Estados Unidos (Marini, 2017).

É com o fim do governo Vargas, que a postura nacionalista entra em xeque. Isso ocorre, em 1955, no governo de Café Filho, a partir da Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC)- atual Banco Central. Essa instrução “facilitava excepcionalmente a entrada de capitais estrangeiros, na medida em que permitia que as máquinas e os equipamentos introduzidos no país por empresas estrangeiras não tivessem

⁹⁹ Entendemos que estes marcos serão importantes para compreender o contexto a partir da década seguinte.

¹⁰⁰ “A inflação é, normalmente, um mecanismo através do qual as classes dominantes de uma sociedade procuram melhorar sua participação no montante de riqueza produzido” (Marini, 2017, p.89).

¹⁰¹ Considerando o aumento da inflação e que esta, por sua vez, aumenta o custo de vida da população, a classe dominante que buscava melhorar sua participação no montante de riqueza produzido, agora precisava lidar com a classe operária organizada, que, por meio dos sindicatos realizava agora greves, cujo direito, “foi conquistado, efetivamente, com a grande paralisação dos metalúrgicos, vidreiros e gráficos em São Paulo, em 1953” (Marini, 2017, p.78).

cobertura cambial, exigência que era mantida para as empresas nacionais” (Marini, 2017, p.80).

Os capitais estrangeiros são amplamente introduzidos no país durante o governo de Juscelino Kubitschek (JK) que assume veementemente a ideologia desenvolvimentista. Esses capitais são destinados “quase totalmente às atividades de infraestrutura e à indústria leve e pesada¹⁰²” (Marini, 2017, p.82). Para o desenvolvimento pretendido, JK ainda se pautou em uma política conciliatória, buscando atender aos interesses de todos os setores da sociedade¹⁰³. Entretanto, também tomou posições autoritárias¹⁰⁴ com a oposição, considerada “inimiga da nação” (Aguiar, 2011).

Se até então o Serviço Social ainda não tinha se sensibilizado com a ideologia desenvolvimentista, é, portanto, ao final do governo JK que passa a assumi-la¹⁰⁵, consolidando, conforme Netto, a influência norte-americana na profissão (9º Seminário de Serviço Social, 2016). Uma vez que este governo se pautou no conceito de desenvolvimento estrutural-dualista, que entende que o subdesenvolvimento consiste na coexistência de uma economia dualista, em que um setor moderno convive com um setor atrasado/arcaico, esta também será a concepção incorporada no Serviço Social (Aguiar, 2011).

Isso ocorre porque o Serviço Social buscava “desenvolver seu trabalho em plena consonância com os governos então no poder. Era partidário de reformas que viessem racionalizar melhor o sistema capitalista e que pudessem inserir as populações do setor atrasado ao moderno” (Aguiar, 2011, p.121), uma vez que a população rural (33.161.506) ainda sobrepuja a população urbana (18.782.891) (Mattos, 2019).

¹⁰² Conforme Netto, é a partir de 1956 que “a industrialização restringida passa a ceder lugar, mormente [...] à industrialização pesada, implicando um novo padrão de acumulação” (2015, p.35)

¹⁰³ Os industriais eram motivados e tinham condições para investirem no setor; as oligarquias latifundiárias mantinham sua propriedade intocada; os operários tinham a simpatia de seu vice, João Goulart, e contavam com aumentos salariais e com a estrutura sindical da era Vargas; a “classe média” era beneficiada pelo crescimento econômico, as Forças Armadas o apoiavam (Aguiar, 2011).

¹⁰⁴ A oposição se dava por parte das esquerdas e da União Democrática Nacional (UDN) em relação à sua postura com o capital estrangeiro. Para tanto, o governo fechou sindicatos e a Tribuna da Imprensa, de Carlos Lacerda (Aguiar, 2011).

¹⁰⁵ Aqui, começam a ser publicadas as primeiras obras sobre DC: “em 1957 o trabalho de José Arthur Rios, com o título de *Educação dos Grupos*. E finalmente a obra de Balbina Vieira, o livro *Introdução à Organização Social de Comunidade*. Essas obras, bem como esses intelectuais, marcaram profundamente o Serviço Social da época. A obra de Balbina está voltada para a análise da comunidade local. Não há perspectiva mais ampla, isto é, não insere a comunidade local dentro da região e da nação. Enquanto isso, a obra de Rios já apresenta uma amplitude maior de análise, embora de maneira geral essas obras não levem em conta as contradições da sociedade. [...] os pressupostos da obra de Balbina são os do positivismo comteano. E Rios tem por base o funcionalismo de Parsons”(Aguiar, 2011, p.116). Essa análise é realizada por Safira Ammann que, na década de 1980 contribui com o DC, de forma crítica, com a obra *Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil*.

Além da simpatia irradiada pelo então presidente, que conflui nesta sensibilização, é no II Congresso Brasileiro de Serviço Social, em 1961, no Rio de Janeiro, que o Serviço Social descobre o desenvolvimentismo (Iamamoto; Carvalho, 2010). Entretanto, para Netto (2015), não se tratou apenas do seu descobrimento, como também “efetivamente, entronizou a intervenção profissional inscrita no Desenvolvimento de Comunidade como aquela área do Serviço Social a receber dinamização preferencial, situada como a ponta da profissão e a mais compatível com o conjunto das demandas da sociedade brasileira” (Netto, 2015, p.181-182). Assim, o Serviço Social entra incisivamente no trabalho de comunidade, ocupando significativa presença no projeto nacional assumido por este governo (Aguiar, 2011).

Neste ínterim, suas entidades preocupam-se “em consolidar a profissão, com grande envolvimento das profissionais da época na tentativa de construir o status profissional do Serviço Social, conferindo-lhe um caráter técnico e científico [...]” (Cardoso, 2013, p.119-120). Dessa forma, além do reconhecimento da formação em nível superior conquistado em 1953, a profissão é regulamentada em 1957, por meio da Lei nº. 3.252, de 17 de agosto, fazendo do Serviço Social uma das primeiras profissões da área social a ter aprovada sua lei. Nesta, define-se quem são os profissionais aptos para o exercício profissional e apresenta atribuições de forma bastante genérica. Entretanto, “é visível a preocupação com a profissionalização uma vez que, até então, ainda não se tinha a exigência da formação em Serviço Social para o exercício da profissão de assistente social” (Cardoso, 2013, p.120).

Segundo Balbina Ottoni Vieira, foi o reconhecimento do ensino do Serviço Social em nível superior que motivou a preocupação com o reconhecimento da profissão. Desta forma “se deram os primeiros passos para a criação da APAS -Associação Profissional dos Assistentes Sociais [...] O movimento foi desencadeado por Maria Augusta Albano [...]. A primeira APAS foi criada no Rio de Janeiro, logo seguida por outras [...]” (Baptista, 1983, p.58).

As APAS, conforme Balbina Ottoni Vieira, se transformaram em sindicatos, neste período em que o direito de greve foi adquirido. Assim, nesta década se inscreve o surgimento dos sindicatos profissionais de assistentes sociais, sendo o primeiro instituído, o Sindicato de Assistentes Sociais do Rio Grande do Sul (SASERS) em 1958. Aqui temos a criação de mais duas entidades representativas do Serviço Social, que “ajudaram muito no reconhecimento da profissão” (Baptista, 1983, p.59).

Além disso, ainda nesta década, a partir da regulamentação das profissões e dos ofícios liberais pelo Estado, este “transfere para os conselhos, como autarquias públicas, a

função de fiscalizar o exercício das profissões” (Santos, 2019, p.87) que passam a deter o poder de validar as condições legais, éticas e técnicas para o exercício profissional em território nacional.

Os conselhos, nesse contexto, têm caráter basicamente corporativo, com função controladora e burocrática. Nesta perspectiva, constituíam-se de forma autoritária, requerendo apenas o pagamento de tributo e inscrição profissional como função fiscalizatória, sem configurar-se como espaço coletivo de aproximação com os profissionais, tendo sido criados “para exercer o controle político do Estado sobre os profissionais, num contexto de forte regulação estatal sobre o exercício profissional (CFESS, 2008, p.162).

Assim sendo, é na década seguinte, com o Decreto nº. 994, de 15 de maio de 1962, que se determina a criação no âmbito do Serviço Social, do Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e dos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS) que teriam a incumbência da disciplina e da fiscalização do exercício profissional, marcando, assim, a criação dos Conselhos de Assistentes Sociais no Brasil (CFESS, 2008). Em decorrências dos CRAS, o território nacional foi dividido inicialmente em 10 regiões, agregando em cada uma delas mais de um estado e/ou território, com exceção de São Paulo (CFESS, 2008; Santos, 2019).

Com os sindicatos profissionais e os CRAS instituídos, “a ABAS perdeu muitas de suas funções. Essas instituições tinham possibilidades de se sustentar com as mensalidades obrigatórias que recebiam de seus membros, enquanto que a ABAS estava cada vez mais desprovida de recursos” (Baptista, 1983, p.59). Segundo Balbina, até 1983 em entrevista concedida a Baptista (1983), ainda não havia se dado a extinção formal da ABAS¹⁰⁶, que, ao seu ver, está na base do conjunto CFAS/CRAS, ainda que não exercesse a fiscalização da profissão à época.

Foi alguns meses após a criação dos Conselhos de Assistentes Sociais que o então presidente Jânio Quadros renuncia o cargo, sobre cujas motivações não iremos nos ocupar aqui. Apesar de um governo de curto tempo, ressaltamos três medidas por ele tomadas: 1) em seu governo implementou-se o programa de âmbito americano intitulado de Aliança para o Progresso (17/08/1961), voltado para assegurar garantias políticas necessárias para manutenção e expansão da hegemonia econômica ocidental (Aguiar, 2011); 2) Jânio

¹⁰⁶ “A última presidente foi Julieta Pires, que procurou, sem resultados, fazer alguma coisa. Já muito doente, entregou todo o arquivo da ABAS ao CBCISS que o guarda cuidadosamente, na esperança de que ele um dia possa servir... pelo menos para a história!” (Baptista, 1983, p.59).

implementou uma nova política cambial, e; 3) depreciou “qualquer tipo de pressão [...] mostrando um desprezo soberano pelos sindicatos, pelas direções estudantis, pelos organismos patronais, pelos partidos políticos, enfim, por qualquer forma de organização” (Marini, 2017, p.91)

Com a sua renúncia, assume em meio a tensões¹⁰⁷, o seu vice, João Goulart, cujo governo buscou conciliar um esquema “burguês-popular” que, por sua vez, fracassou (Marini, 2017). Por um lado, buscou respeitabilidade e estabilidade, a fim de conter a inflação, assim como garantindo a popularidade das organizações populares, atendendo aos interesses das classes dominantes. Por outro, buscava atender às pressões populares, principalmente aquelas do movimento camponês¹⁰⁸, que, de forma sutil, influenciaram os movimentos urbanos. Jango voltou-se para suas reivindicações, e, em 1962, no dia 1º de Maio, pediu ampla reforma agrária. A partir deste ano, então, buscou pôr fim ao parlamentarismo e implementar as reformas de base¹⁰⁹, apoiadas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)¹¹⁰ e pela ala progressista da Igreja Católica. Isso, no entanto, levou ao afastamento das classes dominantes deste governo, inclusive de setores da Igreja, a partir de diferentes frentes¹¹¹, que levaram à deposição do então presidente em 1964 por meio de um golpe militar (Aguiar, 2011; Marini, 2017).

¹⁰⁷ Os ministros militares de Jânio intentaram submeter o país à tutela militar, o que, apesar do fracasso, seria o prenúncio do que viria mais tarde em 1964. Além disso, Jânio desejava que os movimentos populares reivindicassem o seu retorno, mas estes, tomaram o nome de João Goulart como bandeira. Importa mencionarmos ainda a importância da resistência do então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, para que Jango assumisse a presidência (Marini, 2017).

¹⁰⁸ Devido às contradições postas pelo monopólio da terra em nosso país, das profundas contradições vividas pelas populações camponesas por conta da modernização do campo, na segunda metade da década de 1950, as lutas no campo, pela posse da terra, se agudizaram. Segundo Marini (2017, p.87), “o Congresso Nacional dos Camponeses, realizado em 1961, em Belo Horizonte, com a participação de mais de mil líderes rurais de todo o país, expressa a afirmação definitiva do movimento camponês. A reforma agrária deixava de ser um tema de debate entre especialistas e se convertia em um dos fatores mais importantes da luta de massas no Brasil”.

¹⁰⁹ As reformas tinham três objetivos: “1) eliminar um novo tipo de ‘engarramento no processo de desenvolvimento econômico’; 2) distribuição mais equitativa dos frutos do crescimento econômico; e, 3) alteração do equilíbrio político” (Skidmore, 1976 apud Aguiar, 2011, p.127)

¹¹⁰ “Em 1962, a CNBB lançou seu Plano de Emergência. Um Plano de Pastoral para o Brasil. Na parte econômico-social temos na ‘Declaração da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil’ um apoio às chamadas Reformas de Base” (Aguiar, 2011, p.140).

¹¹¹ “Protestando contra a ameaça da reforma agrária, os latifundiários, sob direção da Sociedade Rural Brasileira, começaram a armar milícias. Apareceram formações urbanas desse mesmo tipo- como o Grupo de Ação Patriótica (dirigido pelo almirante Fleck, um dos ministros militares de Jânio), as Milícias anticomunistas (vinculadas ao governador Lacerda) e a Patrulha Auxiliar Brasileira (financiada pelo governador de São Paulo, Ademar de Barros)-, enquanto os industriais de São Paulo e do Rio formavam uma ‘sociedade de estudos’- o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)- que se destinava a reunir fundos para a atuação contra o governo” (Marini, 2017, p.101)

As contradições inerentes a esse período, por sua vez, ganham expressão no Serviço Social, a partir de quatro condutos específicos: 1) O primeiro, diz respeito a um amadurecimento de setores da categoria profissional pela sua relação com outros profissionais devido a sua inserção em equipes multidisciplinares; 2) o segundo, corresponde a um deslocamento de segmentos da Igreja Católica por conta de seu conservantismo e, por outro lado, emerge uma ala progressista, e, mesmo da esquerda católica¹¹², que incide na categoria a partir da sua militância cívica e política; 3) o terceiro, é a revisão crítica operada nas ciências sociais que culmina na deslegitimação da suposta fundamentação “científica” do Serviço Social¹¹³; e, 4) o quarto, é que neste contexto, apesar de registros anteriores¹¹⁴ do movimento estudantil na categoria, este se espraia nas escolas de Serviço Social¹¹⁴ durante toda a década de 1960, sendo, neste momento, dominado pela esquerda católica (Netto, 2015).

As resultantes de todo este processo levam a diferentes posturas assumidas pelo Serviço Social em seu envolvimento no trabalho em Comunidades:

Vemos a presença de assistentes sociais que continuam dentro de uma visão acrítica que sempre tiveram. Outros são partidários de reformas, de mudanças equilibradas dos problemas da sociedade. Assumem uma postura reformista, não colocam em xeque a ordem social estabelecida. Procuram, para isso, adequar o Serviço Social para essa tarefa, buscando novas técnicas e querendo impor-se como científico. [...] Por muito tempo os assistentes sociais, no dizer de Herman Kruse, encontraram no desenvolvimentismo e na Aliança para o Progresso a justificação de sua profissão, não percebendo que o desenvolvimentismo implica o desenvolvimento do sistema capitalista e não a solução para os países subdesenvolvidos (Aguiar, 2011, p.139).

Entretanto, as experiências do DC e do Serviço Social não foram de todo modo conservadoras, pois há um pequeno grupo de assistentes sociais que partem de uma análise crítica da sociedade, percebendo as contradições e a necessidade de mudanças radicais, assumindo gradativamente um compromisso à serviço da população. Deste pequeno grupo,

¹¹² Cornely (2003) rememora “a abertura da Igreja Católica através do Concílio Ecumênico do Papa João XXIII e a legitimação da Teologia da Libertação e da Igreja terceiro-mundista” (p.53).

¹¹³ Conforme retomado por Holanda et al (2016) há documentos do Centro Acadêmico do Instituto de Serviço Social de São Paulo que datam de 1953. Entretanto, “há evidências que constam organização política dos/as estudantes anterior a esta data” (p.421)

¹¹⁴ Joaquina Barata Teixeira, por exemplo, relata que, na condição de estudante foi presidente do Diretório Acadêmico de Serviço Social entre 1960 e 1961 e que teria sido expulsa de uma aula de Serviço Social de Grupo, em 1961, porque contestou o conteúdo positivista da disciplina (CFESS, 2017).

assistentes sociais partem de posicionamentos atrelados à esquerda católica¹¹⁵, engajando-se tanto no Movimento de Educação de Base (MEB) organizado pela CNBB, assim como da Juventude Universitária Católica (JUC). Esse momento também é marcado pelo trabalho de Cultura Popular de Paulo Freire. Tais influências repercutiram não só em profissionais, mas também em estudantes de Serviço Social do período (Aguiar, 2011).

Esta tese se encontra em consonância com a análise de Netto (2015) de que, divisavam-se três vertentes profissionais: 1) a primeira “extrapola para o Desenvolvimento de Comunidade os procedimentos e as representações “tradicionais”, apenas alterando o âmbito da sua intervenção”; 2) a segunda, “que pensa o Desenvolvimento de Comunidade numa perspectiva macrossocietária, supondo mudanças socioeconômicas estruturais, mas sempre no bojo do ordenamento capitalista”; e, 3) a terceira, “que pensa o Desenvolvimento de Comunidade como instrumento de um processo de transformação social substantiva conectado à libertação social das classes e camadas subalternas” (Netto, 2015, p.184).

Assim, vai se desenhando uma crise do Serviço Social “tradicional”, que, de um lado tinha suas práticas e representações criticadas, e, por outro, pela introdução de práticas e representações diferenciadas, ainda que aliadas ao Desenvolvimento de Comunidade. Entretanto, esse processo é abortado pelo golpe de 1964, significando a permanência, de um projeto profissional¹¹⁶ tradicional conservador, único do Serviço Social brasileiro até os anos de 1960, cuja “[...] teleologia aponta para a construção de uma sociedade capitalista mais pretensamente humanizada, atendendo aos interesses do projeto¹¹⁷ das classes dominantes, portanto contribuindo para a manutenção da ordem social vigente” (Cardoso, 2013, p.121).

¹¹⁵ Netto menciona a vinda do Padre Leuret ao Brasil na segunda metade da década de 1950, o que teria refluído em uma concepção diferente de desenvolvimento comunitário que não é a mesma norte-americana e nem da OEA. E abre o caminho para uma renovação nas hostes católicas nos anos 1960. (9º Seminário de Serviço Social, 2016). Leuret e Mounier são inspirações da Ação Popular que emerge da JUC definida por um “socialismo humanista” (Netto, 2014). Essa análise conflui ao considerado por Aguiar (2011) da influência marcante da Igreja Católica ainda neste período. Para tanto cita “a influência da JUC, dos bispos mais progressistas, das encíclicas papais Mater et Magistra, Pacem in Terris e Documentos do Conselho Episcopal Latino-Americano -CELAM sobre a questão do desenvolvimento” (Aguiar, 2011, p.140). Mesmo com tais setores, vale lembrar que sua existência concomitava ainda com os setores conservadores da Instituição.

¹¹⁶ O projeto profissional se trata de “uma antecipação ideal da finalidade que se pretende alcançar, com a invocação dos valores que a legitimam e a escolha dos meios para logr-la” (Netto, 2009, p.142) da profissão. Tais projetos, “delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões, com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a quem cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais)” (Netto, 2009a, p.144).

¹¹⁷ Trata-se do projeto societário que, conforme Netto (2009a) apresenta uma imagem de sociedade a ser construída, que reclama determinados valores para justificá-la e que privilegia certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la.

Para este projeto que se expressou juridicamente no Código de Ética de 1947, no Currículo Mínimo de 1953, e, na Lei de Regulamentação da Profissão, de 1957, identificamos, a importância das entidades representativas da profissão, ABESS, ABAS, APAS e sindicatos profissionais que se empenharam para o reconhecimento do ensino em nível superior assim como pela regulamentação da profissão a partir das exigências postas ao trabalho e à formação desde o movimento engendrado na realidade brasileira. Contudo, como parte e expressão do Serviço Social, essas entidades até então permanecem acríticas em relação a essa realidade, e a direção impressa na profissão converge para a manutenção e mistificação da ordem social vigente. Isto posto, no próximo item buscaremos descortinar acerca dessas entidades no período ditatorial instaurado com o golpe ao governo de Jango em 1964.

3.3 A RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E AS ENTIDADES DA PROFISSÃO: “NÃO TEM RUA TUTOIA QUE NOS PARE. Ó NÓS AÍ OUTRA VEZ!”¹¹⁸

O ano de 1964 foi emblemático para o Brasil, marcado pelo golpe militar que destituiu João Goulart da presidência da República num contexto de profundas tensões provocadas pela luta de classes no país que, como vimos, mobilizava diversas frentes das classes dominantes, mas também, de segmentos da classe trabalhadora.

Apesar de a mobilização da classe trabalhadora, por meio dos sindicatos, movimento estudantil, ligas camponesas, entre outros, não caracterizar um quadro pré-revolucionário, ainda que carregasse em seu bojo conteúdos objetivamente revolucionários, suas requisições “apontavam para uma ampla reestruturação do padrão de desenvolvimento econômico e uma profunda democratização da sociedade e do Estado” (Netto, 2015, p.39).

Antes do que pudesse se desenvolver a partir dessa mobilização, operou-se, no entanto, aquilo que “foi apresentado pelos militares brasileiros como uma revolução e definido um ano depois por um de seus porta-vozes como uma ‘contrarrevolução preventiva’” (Marini, 2017, p.73), a qual, embora sob a hegemonia norte-americana

¹¹⁸ Frase proferida por José Paulo Netto no 9º Seminário de Serviço Social em 2016. A Rua Tutoia, n.921, São Paulo, foi o local em que muitas pessoas foram torturadas até a morte durante a ditadura militar no Brasil.

imperialista¹¹⁹, não seria possível sem as determinações endógenas daquele período e próprias da particularidade histórica brasileira (Netto, 2015).

Conforme o autor, essa contrarrevolução preventiva- inequivocadamente reacionária, operada também em outros países, teve as seguintes finalidades:

adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao novo quadro do inter-relacionamento econômico capitalista, marcado por um ritmo e uma profundidade maiores da internacionalização do capital; golpear e imobilizar os protagonistas sociopolíticos habilitados a resistir a esta reinserção mais subalterna no sistema capitalista; e, enfim, dinamizar em todos os quadrantes as tendências que podiam ser catalisadas contra a revolução e o socialismo (Netto, 2015, p.31).

Para tanto, o Estado abandonou sua fase populista, ou seja, o “Estado de toda burguesia”, e assumiu uma nova fase, ao adotar a doutrina de contrainsurgência, que se caracteriza pela eliminação das forças de oposição, e, por consequência, suprime os movimentos revolucionários, submetendo a sociedade à suspensão temporária dos aparatos democráticos, porque assume a sua forma ditatorial (Marini, 2018), inquestionavelmente necessária para levar à frente aquelas finalidades.

Seus resultados se apresentam de forma mais nítida a partir da segunda metade da década de 1960 quando se afirma um padrão de desenvolvimento econômico subordinado aos interesses imperialistas sob uma nova integração, ainda mais dependente (Netto, 2015). Isso ocorre já durante o governo de Castelo Branco que estreitou a vinculação do Brasil aos Estados Unidos, inaugurando, assim, um novo estilo na política externa do país, cujo principal objetivo parece ter sido “obter uma perfeita adequação entre os interesses nacionais [...] e a política de hegemonia mundial levada a cabo pelos Estados Unidos” (Marini, 2017, p.109).

A consequência dessa integração, ao mesmo tempo em que aumentou a capacidade produtiva da indústria, por conta dos investimentos aqui realizados e da racionalização tecnológica, por outro lado, gerou um desequilíbrio em relação à criação de empregos, não só em relação aos novos contingentes de trabalhadores que chegavam ao mercado de trabalho, por meio dos movimentos migratórios internos, mas também, pela diminuição da participação da mão de obra já em atividade (Marini, 2017).

¹¹⁹ Aqui temos uma nova fase do imperialismo estadunidense, em que este encontra-se em disputa concorrencial monopolista com o japonês e o alemão (Oliveira; Traspadini, 2020).

Com o aumento da incidência do desemprego, e, do exército industrial de reserva, ocorreu “uma agudização da lei geral da acumulação capitalista, isto é, da absolutização da tendência ao pauperismo” (Marini, 2017, p.156), acentuando, desta forma, a superexploração da força de trabalho, e o aprofundamento da centralização do capital e da proletarianização da pequena burguesia (Netto, 2014; Marini, 2018).

Além dessa nova integração aberta pelo governo de Castelo Branco, este também “liquidou os avanços políticos do movimento dos trabalhadores e dos estudantes”, amordaçando ainda o movimento sindical e aplicando medidas “legais” direcionadas para a destruição de entidades democráticas (Netto, 2014, p.88-89).

Dentre essas medidas, temos o decreto, em 1964, pelo ministro da educação, Flávio Suplicy de Lacerda, que extinguiu formalmente a UNE (Netto, 2014), além do fechamento de sindicatos e da eliminação de partidos políticos então existentes (Delgado, 1981; Erundina, 2009). As práticas próprias da ditadura incidiram também nas universidades. Dentre elas, citamos a Universidade de Brasília (UnB), na qual os intelectuais que ali estavam congregados, tais como Ruy Mauro Marini, foram obrigados a deixar o país (Traspadini; Stedile, 2005).

Se neste terreno, as forças democráticas, nacionais e populares, e a alternativa de desenvolvimento econômico social, que a partir delas se conformava, foram derrotadas e amordaçadas, no Serviço Social, as suas entidades representativas “também se calaram e algumas, inclusive, se desarticularam temporariamente, dada a impossibilidade concreta de se desenvolver uma prática organizativa naquela conjuntura” (Delgado, 1981, p.40).

Exemplo disso, é a desativação da APAS-SP (Delgado, 1981), e dos sindicatos que se encontravam ativos em cinco estados até o início da década de 70, os quais, conforme Abramides (2019), foram fechados. Apesar disso, a ditadura militar cumpriu, por outro lado, a função de precipitar a erosão do Serviço Social tradicional cuja crise já vinha se desenhando, conforme referimos no item anterior (Netto, 2015).

Essa crise, contudo, não se restringiu somente ao Brasil, mas foi um processo assinalado em todos os quadrantes, marcada por uma forte crítica ao Serviço Social tradicional caracterizado pela: “prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, orientada por uma ética liberal-burguesa, que, de um ponto de vista claramente funcionalista, visava enfrentar as incidências psicossociais da ‘questão social’ sobre os indivíduos e grupos” (Netto, 2005, p.6), e, portanto, considerava a ordem social capitalista ineliminável.

Na América Latina, essa crítica se expressou no Movimento de Reconceituação, “marco inarredável e incontornável da história do Serviço Social latino-americano” (Netto, 2005, p.6) que teve seu início inscrito na realização do I Seminário Latino-Americano de Serviço Social na cidade de Porto Alegre, em maio de 1965, “reunindo colegas, especialmente da academia, da Argentina, do Brasil, da Bolívia, do Paraguai e do Uruguai, num total de 415” (Cornely, 2003, p.53), conhecidos como “geração 65” (Aguiar, 2011).

Esse Seminário que “*faz referência à Revolução cubana, denuncia o imperialismo, denuncia a dependência latino-americana, [...] que traz a problemática latino-americana no lastro da revolução cubana, dos movimentos sociais, das guerrilhas da luta armada [...]*” (Iamamoto, Documentário 70 anos da ABEPSS, 2017) versou sobre o “Serviço Social face às mudanças sociais na América Latina”.

Pautado, entretanto, na perspectiva desenvolvimentista, enfatizou “a importância da inserção do Serviço Social no processo de desenvolvimento e a necessidade de um Serviço Social latino-americano” (Aguiar, 2011, p.138). Desta forma, a gênese imediata da Reconceituação, conforme Netto (2005), “foi comandada por uma questão elementar: qual a contribuição do Serviço Social na superação do subdesenvolvimento?” (p.9).

Neste marco,

assistentes sociais inquietos e dispostos à renovação indagaram-se sobre o papel da profissão em face de expressões concretamente situadas da “questão social”, sobre a adequação dos procedimentos profissionais tradicionais em face das nossas realidades regionais e nacionais, sobre a eficácia das ações profissionais, sobre a pertinência de seus fundamentos pretensamente teóricos e sobre o relacionamento da profissão com os novos protagonistas que surgiam na cena político-social. (Netto, 2005, p.9).

Assim sendo, foi neste Seminário em que se definiu, conforme relato de Maria Lúcia Martinelli, que dele participou, as principais bandeiras de luta para “ruptura com a Doutrina Social da Igreja e com as influências marcantes do Serviço Social tradicional, americano e europeu, além da construção de novos horizontes para a intervenção profissional, efetivamente comprometida com a libertação do homem latino-americano” (Martinelli, 2009, p.99)

A partir daí, formou-se uma grande união contra o Serviço Social tradicional que marcou os primeiros passos da Reconceituação (Netto, 2005). No plano organizativo, Martinelli (2009) refere ter havido deliberação para a fundação da *Asociación*

Latinoamericana de Trabajo Social (ALAETS)¹²⁰, logo na sequência do Seminário, em 1965 (Cornely, 2003), o que acreditamos ter contribuído para com os objetivos daquele grupo inquieto e disposto à renovação do Serviço Social.

Isso porque, ao mesmo tempo em que a ALAETS respondia aos esforços envidados pela Dra. Katherine A. Kendall, secretária-geral da Associação Internacional de Escolas de Serviço Social, junto a lideranças latino-americanas para que as escolas se organizassem (Cornely, 2003), também teve uma grande contribuição para construir um Serviço Social latino-americano, a partir de um pensamento crítico (Pagaza, 2003), mesmo que, contraditoriamente tenha surgido “*dentro da OEA, dentro do guarda-chuva da ONU, assessorada pela Caroline Ware que era uma especialista em Desenvolvimento de Comunidade*” (Iamamoto, Documentário 70 anos da ABEPSS, 2017).

Entendemos que deste contexto derivam contradições: se por um lado o Movimento de Reconceituação “buscou trazer novas referências à profissão, reconceituando suas bases teóricas, políticas e éticas” (Cardoso, 2013, p.128), socorrendo-se na tradição marxista (Netto, 2015) colocando em xeque as “importações” franco-belga e norte-americana até então vigentes entre nós, por outro, o Serviço Social vinculava-se a organismos e entidades que disseminavam estas mesmas importações, assim como uma concepção de desenvolvimento que não questionava o sistema capitalista.

Assim sendo, mesmo que houvesse uma frente profissional renovadora do Serviço Social, esta era heterogênea, e, compunha-se de dois grandes segmentos: um deles, apostava numa modernização do Serviço Social de modo a torná-lo compatível com as demandas macrossocietárias, vinculando-o a projetos desenvolvimentistas de planejamento; já o outro, apostava numa ruptura radical com o passado profissional, sintonizando-o com projetos de ultrapassagem da ordem social vigente (Netto, 2005).

Essas contradições, por certo, também aparecem na expressão do Movimento de Reconceituação no Brasil, afinal, havia assistentes sociais que aqui também se inquietavam com o Serviço Social tradicional, conforme já demarcamos. Tratou-se do Movimento de Renovação do Serviço Social, no qual emergem três vertentes, representando diferentes projetos profissionais: 1) a vertente modernizadora; 2) a vertente fenomenológica (ou a reatualização do conservadorismo); e, 3) a vertente de intenção de ruptura (Netto, 2015).

¹²⁰ Conforme Cornely (2003), a fundação da ALAETS se deu em assembleia realizada no V Congresso Pan-Americano de Serviço Social, em Lima no Peru.

A vertente modernizadora tem sua formulação ainda na primeira fase da ditadura brasileira. Busca no positivismo, especificamente no funcionalismo, o referencial teórico, e tem como pressuposto filosófico o neotomismo, que orientam a metodologia de Caso, Grupo e DC, e que, inclusive serão evidenciados no Código de Ética de 1965 (Barroco, 2010). A partir desta vertente, o Serviço Social permanecerá contribuindo com a ordem social vigente, por meio do enfrentamento aos desajustes e desequilíbrios para o reenquadramento dos indivíduos, buscando integrá-los à realidade, que, por sua vez, objetivam melhorar. Reconhece também a sua contribuição para com o desenvolvimento e assume a sua concepção dualista (Aguiar, 2011; Netto, 2015).

Esta proposta, emergente desde o Seminário Latino-Americano de 1965, foi demarcada nos encontros de Araxá e de Teresópolis tendo como contexto o fim do governo Castelo Branco, início dos anos de chumbo, com o governo Costa e Silva, e sua transição para o governo de Médici. Neste processo, temos como marcos a passeata dos 100 mil, em 1968 no Rio de Janeiro, organizada por estudantes contra o regime militar, reunindo artistas, intelectuais, e outros setores da sociedade brasileira, a qual teve como antecedente a morte do estudante Edson Luís de Lima Souto. Além disso, ocorrem duas greves metalúrgicas em Minas Gerais, uma em Osasco, e, ainda uma greve geral de bancários em Belo Horizonte; há o registro também do “1º de Maio Vermelho” em São Paulo, que promoveu um comício próprio expulsando representantes do governo à pedradas do local (Marini, 2017).

Ainda neste mesmo ano, o Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS), então vinculado à UNE, em Congresso realizado em junho, debateu sobre a necessidade de construção de um projeto de formação profissional desde a realidade brasileira, desdobramento advindo de um setor hegemônico apoiado na Ação Popular Marxista Leninista (APML), organização de esquerda clandestina no período (Abramides, 2016). Isso nos permite identificar que as inquietações do Movimento de Reconceituação e das organizações de esquerda repercutiam no MESS.

Já no XXX Congresso da UNE, no qual houve expressiva participação de estudantes de Serviço Social, sofreu-se repressão policial, e os estudantes ali presentes, incluindo os de Serviço Social, como Beatriz Abramides, foram todos presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional, que, até a Anistia, pesou muito sobre todos que permaneceram no país ou no exílio (Serviço Social, Memórias e Resistências contra a Ditadura, 2016; Abramides, 2016).

Aí já governava Costa e Silva que, segundo Netto (2014), iniciou uma série de medidas que levariam a um “milagre econômico” nos anos seguintes. Foi durante este ano ainda que, teve início a Reforma Universitária que, “nos anos seguintes constituiria um sistema público de ensino superior [...] ademais de uma multiplicação das instituições particulares, de natureza empresarial” (Netto, 2014, p.107-108)

Mas, sobretudo, este governo inaugurou uma ditadura terrorista com o Ato Institucional n. 5 em dezembro de 1968 com o qual “o Estado tornava a violência o seu instrumento sistemático e prioritário de manutenção- e, a partir de então, a tortura não conheceria nem mesmo fronteiras de classe” (Netto, 2014, p.135).

Nos dias imediatamente seguintes à edição do AI-5, forças militares fizeram manobras de vulto atemorizando a população, o Congresso Nacional foi mutilado com novas cassações e fechado por tempo indeterminado, também foram fechadas sete assembleias estaduais e municipais, milhares de prisões foram realizadas e se procedeu a um radical expurgo em órgãos públicos e universidades (federais e estaduais), bem como à destruição de centros de pesquisa [...] *O AI-5 significou, em termos imediatos, o fechamento de praticamente todas as possibilidades políticas legais para a atividade das forças de oposição.* Com isto, pareceu dar razão aos argumentos e à atividade dos grupos que só concebiam a resistência democrática sob a forma de luta armada [...] (Netto, 2014, p.135-136, grifos do autor).

Com o AI-5, o arbítrio se tornou absoluto a partir de um Estado de Segurança Nacional. A Justiça Militar reinou sem restrições, houve censura, e não havia possibilidade de *habeas corpus* para os presos pela ditadura. Com isso, muitas pessoas foram presas, torturadas e mortas, outras, viveram na clandestinidade ou foram exiladas.

Esse momento de terror que se abre com o AI-5 caracteriza o contexto de formulação das outras duas vertentes do Movimento de Renovação do Serviço Social brasileiro. Uma delas, como já referimos, diz respeito à perspectiva de reatualização do conservadorismo, que se expressou nos Colóquios de Sumaré e do Alto da Boa Vista. Esta vertente não coloca em pauta a “questão social” pois os indivíduos são vistos de maneira transclassista e o trabalho é pautado no referencial fenomenológico, com ênfase à consciência do ser na relação com a consciência do outro ser. Assim como a vertente modernizadora, esta não rompe com o conservadorismo profissional, ainda que travestida de renovação.

A outra, se refere à vertente de intenção de ruptura, que, diferente das outras, emerge no quadro da estrutura universitária¹²¹, tomando por cenário a Escola de Serviço Social da

¹²¹ Apesar de a esquerda ter sido derrotada politicamente em 1964, a partir de 1968, assume a hegemonia cultural, inclusive na universidade (Netto, 9º Seminário Anual de Serviço Social, 2016).

Universidade Católica de Minas Gerais, envolvendo, portanto, estudantes e docentes, dentre os quais se destaca Leila Lima Santos, Consuelo Quiroga e Ana Maria Quiroga. Estas docentes e estudantes, por sua vez, estavam vinculadas aos movimentos sindicais e populares, às lutas dos trabalhadores, à tradição estudantil democrática e revolucionária que atravessava o estado de Minas Gerais no qual, contraditoriamente, também estavam circunscritas elites reacionárias (Netto, 2015).

Esta vertente, representou o esforço para romper substantivamente com o tradicionalismo tanto em sua base teórico-metodológica quanto prático-profissional do Serviço Social, que não mais exclusivamente se apoiaria no caráter religioso e norte-americano, mas sim, na teoria marxista irradiada desde o Movimento de Reconceitualização Latino-Americano, apesar das dificuldades de apropriação próprias daquele momento¹²². Além disso, é legatária daquele período em que se inicia a erosão do Serviço Social no Brasil, concretizando-se em estudantes e profissionais que viveram aquelas experiências aqui já mencionadas, cuja formação está hipotecada ao pré 1968 (Netto, 2015; Netto, 9º Seminário Anual de Serviço Social, 2016).

É durante a formulação destas duas últimas vertentes que também ocorre a federalização¹²³ de algumas escolas de Serviço Social, no contexto da Reforma Universitária de 1968 (Bravo; Raizer; Lemos; Elpídio, 2019), e se instituem os primeiros cursos de mestrado em Serviço Social no Brasil, em 1972, sendo o primeiro na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), e, o segundo, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), marcando o início dos programas de pós-graduação em Serviço Social no país (Silva; Carvalho, 2007).

Netto retoma, neste sentido, que “*a ditadura institucionalizou a pós-graduação para ser a sua coutada de caça, para ser o seu terreno de controle ideológico*” (9º Seminário Anual de Serviço Social, 2016). Contraditoriamente, este vai se constituindo em um lócus fecundo para a vertente de intenção de ruptura, pois “*foi para aí que refluiu aquela garotada formada de 64 e de 68 que fez a resistência possível, que não abandonou, nem seus ideais,*

¹²² A aproximação inicial da profissão com o marxismo apresentou equívocos, que redundam, conforme sinaliza Netto (2015) “[...] de manuais de divulgação de qualidade muito discutível ou de versões deformadas pela contaminação neopositivista e até pela utilização de materiais notáveis pelo seu caráter tosco. Mais ainda: a diluição da especificidade do pensamento de inspiração marxiana no cadinho do ecletismo redundou em equívocos tão grosseiros que se chegou a supor a sua congruência teórico-metodológica com o substrato das propostas de Paulo Freire”. (NETTO, 2015, p.193-194). Trava-se, portanto, de um “marxismo sem Marx” (Yazbek, 2009a).

¹²³ Segundo as autoras, foram federalizadas as Escolas de Belém, São Luís, Fortaleza, Natal, Recife, Paraíba, Niterói e Florianópolis (apud Junqueira, 1980).

nem seus estudos” (9º Seminário Anual de Serviço Social, 2016), a qual acessava os textos da literatura latino-americana do Movimento de Reconceituação que ali eram difundidos em meio à visibilidade que a proposta da Escola de Minas Gerais ia ganhando entre docentes e estudantes naquele espaço (Bravo; Raizer; Lemos; Elpídio, 2019).

Assim, a referida vertente vai ressoando nos trabalhos de conclusão de cursos e ensaios em geral (Netto, 2015), contribuindo para “aprofundar a análise crítica da profissão e de seus fundamentos” (Faleiros, 2009, p.49), ao mesmo tempo em que, ao se adensar, no limite, “vai polarizar os debates profissionais” (Netto, 2015, p.337). Esse adensamento é protagonizado por jovens docentes de diferentes partes do país que ali se inseriam, e fomentavam a discussão de questões relativas à profissão, à formação profissional e sobre as entidades da categoria (Bravo; Raizer; Lemos; Elpídio, 2019).

Nesta senda, já na XVIII Convenção da ABESS em 1973, realizada em São Luís (MA), em meio ao debate sobre a revisão curricular já iniciada nos anos anteriores, foram sendo divulgadas experiências que começavam a ser implementadas nas Unidades de Ensino de Serviço Social. Dentre as propostas, o projeto da Escola de Minas Gerais, apresentado pela docente Leila Lima Santos, apesar das divergências ali apresentadas, foi considerado por parte dos representantes presentes “como importante para nortear a nova proposta curricular do Serviço Social no Brasil” (Bravo; Raizer; Lemos; Elpídio, 2019, p.63).

Contudo, apesar de ressoar no meio acadêmico, a vertente de intenção de ruptura ainda não tinha expressão hegemônica na categoria, o que se evidencia em avaliação realizada pela Escola de Serviço Social de Belo Horizonte do 1º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado em 1974, e que aglutinou um grande número de profissionais. Esta avaliação aponta que, ainda que este tenha feito referência à reconceituação e reconhecido a necessidade de uma elaboração mais próxima da realidade brasileira, segue-se “desempenhando acriticamente as funções de contribuir para a reprodução do sistema capitalista através da perspectiva desenvolvimentista¹²⁴ assumida pela profissão” (ESSBH, s/d apud Faleiros, 2009, p.49).

O autor considera que a ESSBH teria realizado uma avaliação muito generalista do Serviço Social brasileiro (Faleiros, 2009), o que, ao nosso ver, expressa o que havia de

¹²⁴ Interessa-nos observar que nesta década já haviam sido publicadas duas obras de Ruy Mauro Marini no exterior, *Subdesarrollo y revolución* (1969) e *Dialectica de la dependência* (1973) (Traspadini; Stedile, 2005). No entanto, ainda não encontramos suas repercussões na profissão, o que indica a dificuldade de circulação das obras marxistas de intelectuais de oposição ao regime militar no país que, dentre os seus esforços, combateu os marxismos.

hegemônico na profissão (não excluindo outras experiências¹²⁵), e que, conseqüentemente ressoava nas suas entidades, visto que os Currículos Mínimos (1964 e 1970) (Cardoso, 2013), e os Códigos de Ética, tanto o de 1965, quanto o de 1975 (Barroco, 2010) expressavam as vertentes modernizadora e de reatualização do conservadorismo (Cardoso, 2013).

A intenção de ruptura continua ressoando, tendo sua proposta retomada na XIX Convenção da ABESS em 1975 que teve como debate central as mudanças necessárias na formação, polarizando o debate entre o compromisso com a classe trabalhadora, com elementos de ruptura com o Serviço Social Tradicional, e a defesa da neutralidade científica e do caráter predominante técnico da profissão. Contudo, ali não foi tomada nenhuma decisão sobre o projeto que nortearia a formação naquele momento, sendo postergada a decisão para a próxima Convenção em 1977 (Bravo; Raizer; Lemos; Elpídio, 2019).

Apesar de ir ganhando alguma visibilidade em alguns espaços de discussão da profissão, a vertente de intenção de ruptura terá como vetor de dinamização a realidade social perpassada pelo esgotamento do “milagre econômico”, durante o governo Médici, que, nada mais foi o período em que o Brasil se tornou uma das dez maiores economias mundiais¹²⁶, consolidando, a subordinação do capitalismo dependente ao imperialismo norte-americano, sob forte intervenção estatal (Netto, 2014; Erundina, 2009; Marini, 2017), caracterizado pelo surgimento de uma “burguesia monopolista, estreitamente vinculada à burguesia imperialista, em especial à norte-americana” (Marini, 2018, p.4), o que só foi possível devido à condição política terrorista (Netto, 2014) assumida pelo Estado de contrainsurgência (Marini, 2018).

As conseqüências ressoaram na forma de amordaçamento da classe trabalhadora, assim como do aviltamento de sua condição de vida devido à agudização da superexploração da força de trabalho, assim como do pauperismo¹²⁷ provocado pela progressiva concentração

¹²⁵ Ver em Sposati (2009); Franco (2009) Abramides e Cabral (2009; 2019) acerca de experiências de trabalho social com habitação popular no Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (Incoop) em São Paulo e no Rio de Janeiro; trabalho na Secretaria de Bem-Estar Social (Sebes) também em São Paulo.

¹²⁶ “Entre 1967 e 1973 a taxa média anual de crescimento foi de 11,2%, uma das maiores do mundo” (Faleiros, 2009, p.44).

¹²⁷ “Entre 1968 e 1978 a produtividade do trabalho no Brasil cresceu 32%, em termos reais, enquanto a média dos salários, no mesmo período, decresceu 15%. A comparação entre esses dois indicadores demonstra, portanto, o fantástico processo de acumulação registrado no país naquele período, e explica a precarização das condições de vida dos trabalhadores brasileiros” (Erundina, 2009, p.108)

de renda¹²⁸, e de propriedade (Netto, 2014). Ou seja, “os ricos ficaram mais ricos, e os pobres mais pobres ou miseráveis” (Erundina, 2009, p.108), sem quaisquer proteção estatal uma vez que esse refluxo foi acompanhado “de um baixo investimento em políticas capazes de assegurar melhores condições de vida para o conjunto da população” (Martinelli, 2009, p.97).

Se na década de 1950 a população rural sobrepunha a população urbana, a partir da década de 1960 esse quadro começou a se inverter, e isso entendemos que se deva à “extensão do capitalismo ao campo e a fusão do grande capital urbano industrial, por meio do capital financeiro, com a burguesia agrária” (Marini, 2005d, p.255), expulsando, dessa forma, a população do campo para os centros urbanos. Em 1970, a população urbana já somava 52.084.984 pessoas, enquanto a rural, 41.054.053 pessoas (Mattos, 2019). No campo, a população não tinha terras para trabalhar, e, nos centros urbanos, não tinha terras para morar, e ainda convivia com a falta de infra-estrutura urbana de transporte, saneamento básico, entre outras, que contribuía para o agravamento das suas condições de vida (Erundina, 2009).

Nos centros urbanos, a população era composta de muitos migrantes nacionais, dentre os quais negros e indígenas, que, devido à abertura das florestas ao capital durante a ditadura militar, sobretudo da Amazônia, provocou a expropriação de terras, o genocídio, e, a expulsão dessas comunidades para estes centros (Teixeira, Serviço Social, Memórias e Resistências contra a Ditadura, 2016). As consequências do “milagre”, portanto, *não nos tornaram como eles*, pois “o que não pode ser não é, e, além disso, é impossível” (Galeano, 1993, p.9).

Frente à insatisfação popular emergente de tais condições e das restrições impostas pela ditadura, o terrorismo de Estado só conseguiu manter certo silêncio até a segunda metade da década de 1970 (Netto, 2014), não sendo possível utilizar apenas da repressão. A partir daí, num contexto de altas taxas de inflação, crise internacional e recessão mundial, “o Estado autoritário foi obrigado a rever a orientação política adotada, iniciando-se com Geisel o processo de “distensão” política, a ser continuado com a “abertura” proposta por seu sucessor”: (Delgado, 1981, p.41).

¹²⁸ Conforme Netto (2014), “em 1974/1975, cerca de um terço das famílias brasileiras permaneciam abaixo da linha da pobreza absoluta (a preços de 1979, 364 dólares anuais gastos por pessoa” (p.156). Ao mesmo passo, “os 10% mais ricos da população detinham 50,56% da renda total, enquanto os 10% mais pobres ficavam com menos de 1% da renda. Ademais, 5% dos mais ricos ficavam com cerca de 39% da renda gerada anualmente no país em termos de renda média mensal, a diferença era de 40 vezes maior do que a renda de um dos 50% mais pobres” (Erundina, 2009, p.108-109).

Aqui, a classe operária, composta pelo proletariado urbano e rural, é a força social principal, “uma classe operária que cresceu e é muito mais concentrada. Que adquiriu tradições de luta. E isso é evidente e se pode ver claramente no movimento operário” (Marini, 2005d, .255), que, mesmo enfrentando sanções legais, seguiu em marcha pelas suas reivindicações. Além disso, o movimento estudantil começa a retomar seus canais de expressão, surgem oposições sindicais, se rearticulam ou são criadas entidades representativas profissionais (Delgado, 1981).

Havia ainda os movimentos eclesiais, de luta pela saúde, contra a carestia provocada pelo arrocho salarial de Delfim Netto, pois “não bastava sua afirmação para deixar o bolo crescer para depois dividi-lo. O preço não permitia comprar farinha, ovos e demais ingredientes para preparar o bolo” (Erundina, 2009, p.82). Somava-se aí os movimentos por ligação de água e luz nas favelas, resistência contra os despejos, por moradia, melhorias urbanas, escolas de educação infantil, entre outros (Martinelli, 2009; Erundina, 2009).

É durante esse momento de reaparecimento da classe trabalhadora na cena política, que ocorre um processo de mobilização, politização e amadurecimento por parte dos setores críticos da categoria, incidindo em algumas entidades profissionais e representativas que já se encontravam num processo político de autorreconhecimento e compromisso com as lutas mais gerais da classe trabalhadora (Ramos; Santos, 2008; Martinelli, 2009).

Neste ínterim, devido a uma interrupção da vertente de intenção de ruptura, com a demissão das suas formuladoras da Universidade, em 1976, a proposta para o Currículo Mínimo dos Curso de Serviço Social, que vinha sendo discutida desde a XVIII Convenção da ABESS de 1973, e que tinha considerado a proposta da Escola de Minas Gerais importante para norteá-lo, passou pela XX Convenção da ABESS, realizada em 1977, sem decisão alguma, sendo postergada para a Convenção de 1979 (Bravo; Raizer; Lemos; Elpídio, 2019).

Ainda em 1977 surge, em assembleia da ALAETS, o *Centro Latinoamericano de Trabajo Social* (CELATS) consagrado como seu organismo acadêmico (Cornely, 2003). Segundo Iamamoto (2003), o CELATS surge em um “contexto de politização social e profissional e na busca de um aprimoramento teórico-prático. Volta-se às necessidades de capacitação, pesquisa e intercâmbio, [...] em um momento em que a pós-graduação na área dava os seus primeiros passos” (p.106), o que converge para o que vimos expondo até aqui.

Segundo a autora, o CELATS e a ALAETS, “contribuíram para ampliar o horizonte da profissão voltada às particularidades da realidade latino-americana, apoiaram os

profissionais na sua formação, no exercício e na atuação política, na luta contra o arbítrio das ditaduras militares que grassaram no continente” (Iamamoto, 2003, p.106).

Nesta senda, também ocorre o processo de retomada da organização sindical da categoria. Em 1977 se inicia o processo de reativação do Sindicato de Minas Gerais e das Associações Profissionais de Assistentes Sociais (APAS) (pré-sindicais) (Abramides; Cabral, 2019). Quanto à APASSP, criada em 1955 e inativa desde o início da década de 1970, é reativada em 1978¹²⁹ (Delgado, 1981; Peres, 2009; Erundina, 2009).

Apesar da criação e reativação de entidades da profissão, da articulação de muitos profissionais junto aos movimentos mais gerais da classe trabalhadora aqui já mencionados, convivia-se com o medo provocado pelas duras repressões ainda vigentes, pois, neste contexto, “foram vítimas de desconfiança e de perseguição dos agentes da ditadura que os vigiavam nos locais de trabalho, e vários deles foram punidos com demissões” (Erundina, 2009, p.109).

Dentre os depoimentos de assistentes sociais que sofreram com o regime militar, desde 1964, apresentados no Projeto Serviço Social, Memórias e Resistências contra a ditadura, do CFESS, em 2016, destacamos o de Cândida Magalhães:

“Antes de completar uma semana de volta pra casa eu fui sequestrada. Me encapuzaram, me algemaram, me levaram num carro que eu andei. Eu não tinha ideia onde eu ia parar. E eu fui parar no setor do Exército, a polícia do Exército. E lá na portaria mandaram eu tirar minha roupa porque podia ter alguma arma escondida. E aí era a tortura moral, psicológica e eles tinham um objetivo, e principalmente com as mulheres: desmoralizá-las. E diziam que eu era amante de Dom Fragoso. Dom Fragoso era o bispo lá de Crateús onde meu pai morava. Amante de Gonzaga, outros colegas lá de Fortaleza com quem a gente fazia atividade política e aí eu fiquei na prisão noventa dias incomunicável, todos os dias eu era torturada. Fui torturada com choque elétrico, afogamento, pau de arara. Eles deixavam você nua em cima de duas latinhas de refrigerante pra se equilibrar. Depois empurrava a tomada e você voava. Então, eu saía todos os dias sem consciência e às vezes toda urinada. Não tinha condições de fazer nada. E cada dia que eu ia eu sentia minha mente lenta, os movimentos lentos. Você não tinha capacidade de pensar” (Cândida Magalhães, Serviço Social, Memórias e Resistências contra a ditadura, do CFESS, 2016).

Essa parcela da categoria que se opunha ao regime militar, e que foi duramente combatida pelas respostas terroristas do Estado, “com exemplos de destemor, fidelidade a grandes ideais, sacrifícios, solidariedade, enfim, grandeza humana em meio a perseguições, tortura, prisão e exílio” (Netto, 2009b, p.29), também estava presente no contexto da greve

¹²⁹ A data possui divergência com Abramides e Cabral (2019) que apontam que a reativação da APASSP se deu no ano anterior, 1977.

operária do ABC paulista, em 1978¹³⁰. Ali, juntamente com outras categorias profissionais liberais e por meio das suas entidades sindicais, assumia, “além do apoio teórico e solidário, as funções de viabilização de tais greves, por meio de várias atividades, dentre elas a de recolhimento de um ‘fundo de greve’” (Pinheiro, 2009, p.133)

Por outro lado, havia aquelas assistentes sociais, representando o “grosso da categoria” que “atravessou aqueles anos terríveis sem tugar nem mugir” (Netto, 2009b, p.29) cujo trabalho ainda se voltava para os interesses das classes dominantes, e, conseqüentemente para a manutenção do regime, conforme relato de Socorro Cabral sobre o ano de 1978 quando ocorreu a greve de metalúrgicos do ABC paulista:

“na época da dura greve do ABC, as montadoras haviam chamado assistentes sociais para irem às casas dos trabalhadores para convencê-los a voltar ao trabalho. Então isso era parte da nossa categoria. A contradição existia entre nós” (Socorro Cabral, Congresso da Virada, 30 anos).

O que expusemos apresenta as contradições postas na categoria profissional, uma vez que essas perpassam a própria realidade social. Ao mesmo tempo, indicam que o Serviço Social, ao contrário do que as gerações na atualidade possam pensar, não combateu o regime militar de forma homogênea no Brasil, ou seja, “*é um mito dizer que o Serviço Social como categoria profissional resistiu à ditadura*” (Netto, 9º Seminário Anual de Serviço Social, 2016), assim como “*é igualmente falso supor que todo esse corpo profissional foi um obediente batalhão a bater continência aos donos do poder*” (Netto, 2009b, p.29).

No entanto, é inegável o movimento que vai se constituindo no seio da categoria neste final da década de 1970. O MESS que até então tinha tido seus espaços, como os Centros Acadêmicos fechados, com seus documentos históricos queimados e/ou extraviados, precisando utilizar, desde 1968, espaços alternativos para suas ações (Vilarinho, Congresso da Virada, 30 anos, 2014; Lima, 2019), foi, a partir de 1978, se rearticulando.

É neste ano que se assinala a volta dos Encontros Nacionais de Estudantes de Serviço Social (ENESS), tendo sua realização na cidade de Londrina – Paraná, entre os dias 29 e 31 de outubro daquele ano (Braz; Matos, 2008). Neste que é considerado o I ENESS, pós-rearticulação do Movimento¹³¹, inaugurou-se a possibilidade da unidade das lutas, do debate

¹³⁰ De acordo com Abramides e Cabral (2019) as greves que despontam no ABC paulista em 1978 se deram na “ocasião em que veio à tona a denúncia feita pelo Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos (Dieese) referente à falsificação dos índices do custo de vida declarados pelo ministro da Fazenda Delfim Netto, durante a ditadura militar, [...] em 1973” (p.37).

¹³¹ Lima (2019) refere que o I ENESS antes da ditadura teria ocorrido em 1963 em Porto Alegre.

da profissão, da formação profissional e da universidade, entre outros, reunindo 24 escolas do país (ENESSO, 2006/2007; ENESSO, 2014a).

Como encaminhamentos, registra-se a divisão do país em regiões e indica-se a realização dos Encontros Regionais de Estudantes de Serviço Social (ERESS), antecedidos pelo Conselho Nacional de Estudantes de Serviço Social (CONESS) que se constituem como encontros para estabelecer os eixos do debate. Neste mesmo ENESS, que teve como tema “O Serviço Social e a Realidade Brasileira”, foi instituída uma Comissão com o objetivo de discutir a estruturação do próximo Encontro Nacional e a reformulação do currículo mínimo para a formação em Serviço Social (já iniciada pela ABESS¹³²). Essa Comissão passou a ser chamada, no ano seguinte, de Secretaria Executiva Nacional, mesmo ano em que se realizou o Congresso de Reconstrução da UNE, em Salvador (Braz; Matos, 2008; Bravo; Raizer; Lemos; Elpídio, 2019).

Assim sendo, “estava posto, ainda que nos últimos anos da ditadura militar, a volta à cena do Movimento Estudantil” (Braz; Matos, 2008, p.175). A partir deste momento: “o Movimento Estudantil, que muito combateu na ilegalidade a ditadura, passa, [...], a se constituir em um sujeito, aliado a muitos outros movimentos sociais a lutar pela instauração da plena democracia política no país” (Braz; Matos, 2008, p.175).

Em 1979, já sob o governo do general Figueiredo, mais de três milhões de trabalhadores fazem greves em 15 estados, movimento este que irradia pela categoria profissional de assistentes sociais (Franco, 2009). Entretanto, no âmbito da sindicalização, Pinheiro (2009) retoma que se encontrava dificuldade pela categoria, uma vez que a compreensão da sua condição como classe trabalhadora foi lenta, e que, era proibida a sindicalização de funcionários públicos, num contexto em que mais de 70% dos assistentes sociais eram funcionários públicos.

Neste sentido, cita a tese de Patrus Ananias, então advogado do Sindicato de Assistentes Sociais de Minas Gerais de que, “antes de sermos funcionários públicos éramos assistentes sociais e, nessa condição, poderíamos nos sindicalizar. Essa bandeira foi uma das que favoreceram a mobilização necessária ao envolvimento da categoria no movimento sindical” (Pinheiro, 2009, p.134). Nesse processo de rearticulação das entidades sindicais, também menciona a participação do CELATS, que se constituiu “em um instrumento de

¹³² Socorro Cabral refere que a então ABESS “já havia iniciado seu processo de construção de um currículo que identificava também um outro norte para a formação profissional” (Congresso da Virada, 30 anos, 2014). Martinelli (2009) também destaca que durante a década de 1970, sob o patrocínio da ABESS “procedeu-se à revisão do currículo dos Cursos de Serviço Social.” (p.98).

apoio político e financeiro na consolidação da organização sindical” (Abramides; Cabral, 2009, p.64), patrocinando Encontros¹³³ que foram a base de criação da Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais e Pré-Sindicais de Assistentes Sociais (Ceneas) (Pinheiro, 2009).

É em agosto de 1979, mês da aprovação da Lei da Anistia¹³⁴ (n. 6.683 de 28.08.1979) que também ocorre em Santa Teresa, no Colégio Assunção, o Seminário Nacional do CELATS no qual se reuniram e se conheceram profissionais que dali foram se organizando para “implementar um novo currículo e novas propostas de intervenção para mudarmos os rumos do Serviço Social no Brasil” (Franco, 2009, p.126). Esse Seminário, é considerado pela autora como “grande desencadeador do processo que vinha sendo gestado no Rio e nos demais rincões deste país afora” (Franco, 2009, p.126).

Logo no mês seguinte, no III Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais, apoiado pelo CELATS, cria-se a Ceneas que buscou fortalecer as organizações sindicais estaduais e locais (Faleiros, 2009; Erundina, 2009). Este Encontro “teve um papel fundamental no sentido de articular o Serviço Social com as lutas mais gerais da sociedade brasileira, enfatizando também a importância da participação dos estudantes de Serviço Social que estiveram presentes de modo combativo em todo esse processo” (Martinelli, 2009, p.100).

Sob a coordenação da Ceneas, as entidades sindicais em 1979 já somavam 22 no país, e se encontravam todas vinculadas à Articulação Nacional dos Movimentos Sindicais e Populares (Anampos) (Abramides; Cabral, 2019) e alinhadas ao sindicalismo classista, autônomo e independente¹³⁵, com uma ação sindical voltada aos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora (Abramides, 2019), compreendendo que a luta “não era

¹³³ Erundina (2009) cita os Encontros que antecedem a criação da Ceneas. O primeiro em agosto de 1978, no qual discutiram-se assuntos de relevante interesse para o fortalecimento da organização política dos profissionais de Serviço Social, e, o segundo, em novembro daquele mesmo ano, que contribuiu para a compreensão do papel das entidades de representação profissional na sociedade brasileira.

¹³⁴ Não é demais lembrar que mesmo com a sua aprovação “os porões da ditadura continuavam a se mover a partir de setores da repressão, agora clandestina” (Franco, 2009, p.122).

¹³⁵ Diferentemente daquele sindicato patronal que vinha operando até então “o sindicalismo classista se expressou em um sindicalismo de massa, com autonomia e independência dos governos, dos partidos e do patronato, construído desde a base, na direção das lutas imediatas e históricas da classe trabalhadora, nas lutas contra a ditadura antiimperialista, anticapitalista, no horizonte socialista” (Abramides; Cabral, 2009, p.56). Contudo, até então nem todos os sindicatos encontravam-se articulados à Anampos (Abramides; Cabral, 2019), tampouco, na linha crítica, como é o exemplo do SASERJ referido por Franco (2009).

apenas pela corporação, mas também pelos demais trabalhadores¹³⁶, visando melhores condições de vida e trabalho para todos” (Pinheiro, 2009, p.133).

Como desdobramentos da organização da categoria, ocorre em setembro¹³⁷, a XXI Convenção da ABESS que propôs uma significativa mudança no currículo mínimo para a formação em Serviço Social (Faleiros, 2009) “expressando as diferentes tendências do meio profissional numa ênfase pluralista, sendo um grande avanço para a época, correspondendo à correlação de forças existentes naquele momento” (Bravo; Raizer; Lemos; Elpídio, 2019, p.64). Nestes embates, participaram docentes e, conforme Eugênia Célia Raizer relembra, pela primeira vez, também participaram estudantes, que, “*apesar do número pequeno, [...] passaram a estar junto conosco nos grupos de trabalho, tivemos um trabalho intenso*” (Documentário ABEPSS 70 anos, 2017).

Em meio às posições antagônicas em relação à direção da formação, destaca-se a presença da professora Nadir Kfoury (PUC-SP), “fundamental para o avanço da proposta de mudança na formação profissional defendida por jovens docentes que tinham orientação crítica da profissão e estavam mobilizando mudanças na entidade” (Bravo; Raizer; Lemos; Elpídio, 2019, p.64). Nessa proposta, que vinha sendo discutida em Assembleias da ABESS desde o início da década de 1970 (Cabral, 2014; Martinelli, 2009), se buscava não somente a sustentação política, mas também teórica, “*ampliando o debate com os fundamentos das ciências sociais, o viés histórico e sócio-crítico*”. (Raizer, Documentário ABEPSS 70 anos, 2017).

Nesse sentido, “os eixos curriculares foram construídos em torno da história, teoria e método, também com ênfase na pesquisa, consolidando-se a ruptura com a divisão do ensino em serviço social de caso, de grupo e de comunidade” (Faleiros, 2009, p.52). Porém, como “fruto de uma época plena de contradições, ao mesmo tempo em que acolhia contribuições do Movimento de Reconceituação, deixava flancos abertos para a expressão do pensamento conservador” (Martinelli, 2009, p.98), permanecendo, assim, com “resquícios do Serviço Social Tradicional” (Abramides, 2019, p.55).

¹³⁶ “A organização sindical da categoria encontrava-se articulada aos movimentos populares nas lutas: pelo sistema único de saúde, pela reforma sanitária, das mulheres trabalhadoras, de habitação, dos sem-terra, do movimento negro unificado, contra todas as formas de opressão social de classe, raça, gênero, etnia, cujas pautas eram debatidas com as(os) profissionais, mobilizando-as(os) para a luta coletiva” (Abramides; Cabral, 2019, p.39).

¹³⁷ Esta Convenção, “antecedeu o Congresso da Virada” conforme Bravo, Raizer, Lemos e Elpídio (2019).

Assim, mesmo que este Currículo represente “*a matriz da mais profunda revisão curricular que o Serviço Social brasileiro sofreu*”. (Yazbek, Documentário ABEPSS 70 anos, 2017), expressou tanto os anseios por mudança quanto os limites daquele momento histórico (Cabral, 2014; Martinelli, 2009). Em outras palavras, foi “*um texto possível e, portanto, por vezes, contém algumas contradições*” (Raizer, Documentário ABEPSS 70 anos, 2017).

Dados os avanços apresentados em termos de formação, ainda podemos observar que a intenção de ruptura se fortalecia entre docentes e estudantes, ou seja, ganhava expressão no meio acadêmico, e, conseqüentemente, na ABESS e no MESS. Entretanto, com exceção das entidades sindicais, as entidades relativas ao exercício profissionais ainda não haviam incorporado os reflexos dos movimentos gerais da classe trabalhadora que se engendraram na sociedade brasileira.

Como exemplo disso, temos o conjunto CFAS/CRAS, criado no pré-1964, mas que, apesar disso, tem o seu desenvolvimento logrado à ditadura militar no Brasil e vinculado ao Ministério do Trabalho. Assim, as características do regime, conseqüentemente, marcam a origem da organização da categoria no âmbito do exercício profissional que foi considerada “braço ditatorial do Estado ou organismos da ordem” (Sposati, 2009, p.87).

Assim, o Conjunto, que era o reflexo dos pressupostos neotomistas e positivistas que orientavam a profissão na época (Barroco, 2010), contém uma trajetória “[...] marcada pela repressão e pelo controle político-ideológico do Estado, atuando, durante muito tempo, no interior da categoria, especialmente no período da ditadura militar, como uma entidade repressiva, controladora e burocrática [...]” (Silva, 2011, p.254).

Com esse caráter, o CFAS inclusive impediu neste período¹³⁸, no Rio de Janeiro, que a chapa de oposição à chapa da situação do CRAS, assumisse o referido Conselho. Nesta ocasião, em que a chapa da oposição mesclava diferentes posições políticas, inclusive de setores de esquerda, a chapa foi eleita, mas não foi empossada, porque a então chapa da situação, após rasurar os votos, solicitou a sua recontagem. O CFAS “no lugar de punir o(s) fraudador(es), puniu a representação legitimamente eleita¹³⁹” (Franco, 2009, p.127)

¹³⁸ Se refere ao processo desencadeado em 1975.

¹³⁹ A autora refere que nos anos que se seguiram, o grupo de oposição seguiu organizado e mobilizando assistentes sociais à sindicalização, inclusive, que fez nova tentativa para assumir o então CRAS no RJ. Destaca, ainda, que devido ao desconhecimento da direção do Sindicato sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais foi criada uma Comissão Permanente de Estudos dos Assistentes Sociais (CPEAS) que, no RJ, encaminhou todo o processo de organização da categoria no estado no período seguinte, tornando-se representação legítima dos profissionais (Franco, 2009).

Em outras palavras, nossas entidades representativas nem sempre se constituíram como espaços contra-hegemônicos, representando, durante longo período, os interesses conservadores das classes dominantes, sendo, inclusive, “[...] dirigidas por profissionais de tendências tecnicistas e conservadoras” (Abramides, 2016, p.459), “alinhadas à vertente modernizadora e de reatualização do conservadorismo” (Abramides; Cabral, 2009, p.60).

O caráter dessas entidades, plasmado em “uma visão formalista, endógena, modernizadora e conservadora da profissão, hegemônica nas entidades de representação do exercício profissional” (Abramides; Cabral, 2009, p.61-62), se expressa na organização do III Congresso Brasileiro de Serviço Social (CBAS), realizado entre 19 e 23 de setembro de 1979, que, na análise de Abramides e Cabral (2019, p.42) “evidencia um caráter nitidamente conservador e autoritário” sobre a organização das Direções do CFAS, e do CRAS de São Paulo, estado onde o Congresso foi realizado.

As autoras sinalizam que estas entidades:

tomaram decisões sem nenhuma consulta à categoria, o que vai se refletir: em um número restrito de participantes, na quase inexistência de participação de estudantes, na condução fragmentária das temáticas, no alto custo do congresso, no convite e homenagem a figuras políticas alinhadas com a ditadura militar [...]; desconhecendo que o momento da sociedade brasileira era o da retomada das lutas sociais, sindicais e populares, nas quais a organização político-sindical da categoria se inseria e parcela significativa da categoria já se engajara (Abramides; Cabral, 2019, p.42).

A postura tomada pelo Conjunto expressa o autoritarismo e o conservadorismo destas entidades, conforme já referenciamos, e converge com a análise de Netto de que “*o CFAS, durante a ditadura, foi um batedor de calcanhar e lambe botas da pior espécie*” (Netto, 9º Seminário Anual de Serviço Social, 2016). Podemos identificar assim, que mesmo no momento de reabertura democrática e circunscrito nas lutas sociais da classe trabalhadora, a entidade permaneceu politicamente alinhada aos ditames da autocracia burguesa.

Diante do caráter conservador da organização deste Congresso, que “estava de costas para a história real das lutas sociais” (Peres, 2009, p.141-142), demonstrando “subserviência explícita ao regime autoritário, vigente no país” (Erundina, 2009, p.115), a Ceneas e as entidades sindicais, pré-sindicais e de oposições sindicais da categoria se organizaram para participar do CBAS, num processo que vinha se gestando desde agosto daquele ano no Seminário Nacional do CELATS e, posteriormente, num Encontro de Entidades Sindicais ocorrido às vésperas do Congresso, também apoiados pelo CELATS. Neste último, foi

elaborado um documento de denúncia que passou a ser lido em todas as sessões temáticas ganhando adesão de profissionais e estudantes (Franco, 2009; Abramides; Cabral, 2019).

Organizando assembleias paralelas à programação oficial, tais entidades garantiram, com ampla participação, um redirecionamento do CBAS, numa perspectiva democrática, alinhada ao movimento que ocorria na sociedade brasileira, substituindo, inclusive, as figuras apoiadoras da ditadura, por representantes de trabalhadores(as) e de movimentos sociais e sindicais (Abramides; Cabral, 2019; Pinheiro, 2009) verificando-se, assim, que a categoria não apoiava o movimento de fora, mas fazia-o como um sujeito vivo (Silva, 2011).

Tanto o é, que Socorro Cabral, reconhece não só o protagonismo das entidades sindicais neste Congresso, como também refere que ele é fruto de vários caminhos que nele chegam:

“Chega pelo debate latino-americano da reconceituação, chega pelo apoio e o debate que se promovia no CELATS e ALAETS, ele chega pela experiência do movimento estudantil, ele chega pela conjuntura densa e de luta que existia naquele momento. Rediscutir o CBAS hoje nos remete exatamente à conjuntura do período. É um momento de luta, é um momento que muitos trabalhadores enfrentavam durante a ditadura militar, e muitos companheiros nossos estavam nessas frentes. A chegada aos CBAS também passa pela militância de muitos partidos de esquerda, na luta clandestina”. (Cabral, Congresso da Virada, 30 anos, 2014).

Neste sentido, consideramos que o redirecionamento do CBAS, de forma democrática, repleto de “atos de coragem, de forte expressão política, que culminaram com a alteração da programação estabelecida, da dinâmica do Congresso, da ampliação de seus espaços democráticos (Martinelli, 2009, p.102) é legatário daquela geração que se articulava às lutas e discussões que remontam ao pré-64, e que constituíram a “geração 65”.

Tal movimento, que só foi possível “*porque as entidades se articularam*” (Vilarinho, Congresso da Virada, 30 anos, 2014), garantiu a destituição da Comissão de Honra e do então patrono do Congresso, Paulo Maluf, sendo eleito em seu lugar, o então líder sindical Luís Inácio Lula da Silva que, inclusive expressou em seu discurso: ‘pensei que ia encontrar uma categoria de cabeça baixa, mas encontro uma categoria de cabeça erguida’ (Pinheiro, 2009, p.134)

Tal discurso evidencia que aquela geração, mesmo silenciada, torturada, e perseguida, em meio às tantas ruas Tutoias do regime militar, não parou, inserindo-se, neste momento, tanto nas entidades sindicais ali presentes, como também compondo a massa

crítica do Congresso, (juntamente com as novas gerações), sem a qual, “*a virada também não se consolidaria*” (Martinelli, 2009; Cabral, Congresso da Virada, 30 anos, 2014).

De forma ilustrativa, a Figura 3 reproduz a fotografia apensa à matéria “O início de fato do III CBAS”, que teve a seguinte legenda: os assistentes sociais protestam e reivindicam.

Figura 3: O início de fato do III CBAS



Fonte: Publicada originalmente no Jornal do III CBAS, em 23 de setembro de 1979, página 3, fotografia de Nelson Correa. Acervo CFESS. CFESS (2009).

Assumindo um compromisso com a classe trabalhadora, o III CBAS, é sintetizado por Socorro Cabral como “*um momento político em que esta categoria toma a história em suas mãos e assume o seu protagonismo político*” (Congresso da Virada, 30 anos, 2014), aprovando-se, o seguinte manifesto, de acordo com os seus Anais: que as temáticas fossem escolhidas e referendadas pela categoria; que houvesse a possibilidade de inter-relação entre os diversos espaços sócio-ocupacionais; que as despesas com as atividades sociais do Congresso (almoço de confraternização) fossem destinadas para o Fundo de Greve dos Trabalhadores Brasileiros; que os estudantes¹⁴⁰ passassem a ter livre presença na organização e participação no Congresso, juntamente com os Assistentes Sociais; que fossem discutidas

¹⁴⁰ Trata-se da Proposição 3 que refere “Repúdio à participação restrita de apenas dois estudantes de Serviço Social por entendermos que não é legítimo estabelecer a separação entre estudantes e profissionais de Serviço Social, uma vez que compreendemos ambos como parte de uma mesma categoria, possuindo objetivos e anseios comuns, lutando juntos pela transformação do Serviço Social” (Franco, 2009, p.125).

as condições salariais e de trabalho da categoria profissional; e, que houvesse participação de representantes das comunidades e lideranças sindicais em todas as mesas e painéis do Congresso (Martinelli, 2009; Franco, 2009; Erundina, 2009).

Portanto, neste Congresso, que representa uma “Virada” no Serviço Social, a vertente de intenção de ruptura se revelou por inteiro (Martinelli, 2009), inaugurando publicamente a direção social por ela assumida (Abramides; Cabral, 2019) “de compromisso com as lutas democráticas da classe trabalhadora” (Peres, 2009, p.142).

Além de substituir aquela Comissão de Honra por representações da classe trabalhadora, também foi realizada uma homenagem em seu encerramento a “Todos os que morreram pelas lutas democráticas no país”:

Em nome da Ceneas e do conjunto das entidades sindicais, Luiza Erundina de Sousa expressa, na Plenária Final do Congresso, o compromisso público e coletivo de uma categoria:

O que está acontecendo hoje neste Congresso é fruto do que está acontecendo na sociedade brasileira, é uma luta de alto preço e uma conquista efetiva de espaço para o pleno exercício da liberdade. Essa luta e essa conquista de espaço não se fazem sem um alto custo, que começou a ser pago de forma concreta e que hoje continua pelas novas conquistas dos trabalhadores. São os trabalhadores que estão nos dando inúmeras lições contra o medo, com determinação da unidade e da organização. Este Congresso é a prova de que os tempos mudaram, e eu acredito que depois dele haverá o teste de nossa coerência e do nosso compromisso relativamente fácil, embora isso tenha, também, suas implicações, determinando o novo rumo dos destinos com um evento como este. Isso não se faz de graça. Todos nós sofreremos imensas tensões estes dias. Tivemos de atingir alguns colegas e companheiros, mas o que estava em causa era o motivo coletivo, o processo coletivo se sobrepõe ao individual. O que se fez aqui foi o compromisso da categoria como povo, que está expressão hoje, por seu próprio interesse, através das camadas mais exploradas da população (CFESS, III CBAS, p.194 apud Abramides; Cabral, 2019, p.43-44).

Diante do que expusemos, podemos identificar que a profissão assume, no III CBAS, um compromisso público com a classe trabalhadora brasileira, num contexto em que esta ressurgia na cena política, e cujo protagonismo já era compartilhado por alguns segmentos da categoria de assistentes sociais. Por certo, e considerando que nossas entidades são parte e expressão do Serviço Social inscrito na realidade brasileira, identificamos neste processo tanto entidades que se opunham ao regime militar, como ALAETS/CELATS, entidades sindicais e pré-sindicais e movimento estudantil, quanto aquelas que ainda contribuía com a sua manutenção, como o Conjunto CFAS/CRAS.

Tendo isso em vista, podemos concluir que as nossas entidades “*não estiveram no terreno da luta sempre*”, visto que “*as nossas entidades da época, foram servis, tanto que*

não foram incomodadas” (9º Seminário Anual de Serviço Social, 2016) (Netto, 9º Seminário Anual de Serviço Social, 2016), especialmente aquelas relativas ao exercício e à formação profissional, pois, na ABESS e no Conjunto CFAS/CRAS, daqueles projetos profissionais em disputa durante a ditadura militar no Brasil, somente aqueles de cariz conservador, ainda que com “novas” roupagens, mostraram-se hegemônicos.

Consequentemente, isso refluía na reiteração de um trabalho e de uma formação profissional, por meio dos Códigos de Ética e Currículos Mínimos aprovados no seio dessas entidades, reiteradores da ordem do capital, justamente porque tais projetos profissionais, pautados na perspectiva desenvolvimentista, se articulavam a um projeto de sociedade que, como vimos, significou o aprofundamento da dependência que, sob o jugo imperialista, sangrava (e ainda sangra) entre nós na forma da superexploração da força de trabalho e do aviltamento das condições de vida da classe trabalhadora brasileira.

Mas como ressalta Faleiros (2009), o CBAS “significa, ao mesmo tempo, um ponto de chegada e um ponto de partida” (p.52), pois “seus desdobramentos vão muito além do movimento episódico do evento” (Abramides; Cabral, 2009, p.68), fazendo-se sentir desde o seu término em mudanças que ressoam na profissão. Essas mudanças foram asseguradas mediante a organização daquela parcela crítica da categoria que tinha assumido um compromisso coletivo no “Congresso da Virada” e que passou a assumir a direção das entidades da categoria, ABESS e Conjunto CFAS/CRAS, cuja trajetória, será por nós apresentada no próximo capítulo, no qual abordaremos o processo de redirecionamento do trabalho e da formação profissional sintonizados com o compromisso com a classe trabalhadora e com a construção de uma nova ordem societária.

4. A “VIRADA” DAS ENTIDADES DO SERVIÇO SOCIAL E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL: “OS NOSSOS SONHOS NÃO ENVELHECERAM”¹⁴¹

*“só existe uma vacina realmente eficaz
contra a resignação: a memória”
(Eric Nepomuceno, 1990, p.8)*

O III CBAS, realizado em 1979, sobre o qual já nos referimos no capítulo anterior, foi um divisor de águas na trajetória do Serviço Social, e, conseqüentemente de suas entidades representativas e político-organizativas. Como uma profissão que se explica na interlocução com a realidade, este Congresso foi sintonizado com as pulsões da história, em cujas contradições, a sua síntese repousou em um compromisso coletivo e público da categoria “na defesa dos interesses imediatos e históricos dos trabalhadores e no reconhecimento pelos profissionais de sua condição de assalariamento, como parte da classe trabalhadora” (Abramides; Cabral, 2009, p.59)

A categoria, sob a direção das entidades sindicais naquele momento, buscou, de forma democrática, em plena ditadura militar, romper com o conservadorismo na profissão, que, até então, assentava-se predominantemente no positivismo em seu viés funcionalista. Contudo, o conservadorismo não se extinguiu naquele momento, justamente porque, como vimos apontando ao longo desta tese, encontra-se entranhado na dinâmica e estrutura do capitalismo dependente em nosso país.

Conseqüentemente, assim como Netto (2015) denomina, tratou-se de uma *intenção* de ruptura, justamente porque seu rompimento “não se reduz a um movimento “interno” da profissão. Faz parte de um movimento social mais geral, determinado pelo confronto e a correlação de forças entre as classes fundamentais da sociedade” (Iamamoto, 2013, p.42).

Nesse sentido, se entendemos que “*o Serviço Social é uma profissão que interpela a realidade, que é interpelado por ela e que está sempre nesse movimento contínuo de relação com os processos maiores da vida social, com o grande processo de produção e reprodução da sociedade capitalista*” (Yazbek, 9º Seminário Anual de Serviço Social, 2016), entendemos que as mesmas contradições que perpassam a realidade social se expressam na profissão, porque nela está inscrita.

¹⁴¹ Frase proferida por Mione Sales (2023), (30 anos do Código de Ética da/o Assistente Social: o Reencontro).

Portanto, se naquele momento confluíam diferentes projetos de sociedade em disputa, também no Serviço Social se expressou a correlação de forças entre diferentes projetos profissionais, conforme já expusemos. Assim sendo, mesmo assumindo democrática e predominantemente aquele projeto de intenção de ruptura no III CBAS, aqueles alinhados ao conservadorismo permaneceram em disputa, assumindo, no percurso que viria, inclusive novas roupagens¹⁴².

Dessa forma, como ponto de chegada, expressando os interesses da e enquanto classe trabalhadora, o III CBAS também foi o ponto de partida da categoria de assistentes sociais para assegurar os compromissos e a direção social ali assumidos, pois, ainda que a ruptura com o conservadorismo não seja uma tarefa relegada a uma única profissão, isso “não exclui a responsabilidade da categoria pelo rumo dado às suas atividades e pela forma de conduzi-las (Iamamoto, 2013, p.42).

Assim, tomando a história/memória, encharcada daquilo que o Serviço Social foi, do que era, e do que viria a ser, a categoria de assistentes sociais não se resignou após o Congresso, passando a “construir, em todos os rincões deste país, seu novo momento, com novos atores, com novas práticas, com novas ferramentas teóricas para a compreensão da sociedade e do Serviço Social” (Franco, 2009, p.129-130).

Para tanto, organizou-se para enfrentar, tanto os desafios postos àquela conjuntura, quanto os setores conservadores da profissão, ocupando os espaços corporativos, especialmente o Conjunto CFAS/CRAS e a ABESS, e os partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais em geral, junto aos quais construiu caminhos para a conquista de direitos e da democracia. A “virada” das entidades corporativo-profissionais foi fundamental neste processo para que se pudesse, a partir dali, sintonizar a formação e o exercício profissional com os novos anseios que emergiam da realidade.

Essa trajetória, feita por muitas mãos comprometidas com outro mundo possível, que, como já referia Eduardo Galeano, ainda está na barriga deste, é de importância fundamental ao Serviço Social, pois evidencia as possibilidades postas e aquelas que podem ser construídas na contraditória realidade na qual nos inserimos, nos deixando, sobretudo, um legado que nos “alerta para que estejamos sempre atentos às exigências da realidade, e sempre fiéis ao compromisso profissional de servirmos aos excluídos da sociedade e de contribuirmos na construção de uma sociedade justa e igualitária” (Erundina, 2009, p.117)

¹⁴² Aqui nos referimos ao Serviço Social Clínico, Serviço Social Libertário, dentre outros.

Tomando isso por pressuposto, iremos apresentar no item 4.1 deste capítulo, “Os desdobramentos do “Congresso da Virada” no Serviço Social e nas suas entidades representativas: “a certeza na frente, a história na mão””, enfatizando a organização da categoria após o III CBAS de forma a garantir o direcionamento social da profissão a partir do projeto de intenção de ruptura.

No item 4.2, nos dedicamos a evidenciar o protagonismo e a articulação entre as entidades, a partir das quais se construiu, coletivamente, um novo projeto profissional: o atual projeto ético-político. E, por fim, no item 4.3, indicamos as estratégias empreendidas pela nossa categoria por meio de suas entidades, sistematizadas a partir da pesquisa bibliográfica realizada para este trabalho.

4.1 OS DESDOBRAMENTOS DO “CONGRESSO DA VIRADA” NO SERVIÇO SOCIAL E NAS SUAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS: “A CERTEZA NA FRENTE, A HISTÓRIA NA MÃO¹⁴³”

O ano de 1979, sob o governo do general Figueiredo, como vimos no capítulo anterior, foi permeado pela ascensão das lutas sociais da classe trabalhadora brasileira, nas quais um segmento crítico de assistentes sociais e estudantes de Serviço Social se empenharam pelas liberdades democráticas, e, alguns, pela luta anticapitalista, buscando melhores condições de vida e de trabalho para toda a população que vivia o aprofundamento da superexploração da força de trabalho frente à nova integração do país ao imperialismo orquestrado pelo modelo econômico ditatorial.

Sintonizado com as pulsões da história, esse mesmo segmento, principalmente aquele que compunha as entidades sindicais da categoria, “traz à cena política as tendências democráticas contidas e reprimidas no Serviço Social” (Netto, 2009b, p.27) no III CBAS, o “Congresso da Virada”. A partir deste Congresso, conforme já referimos, a categoria se organizou, sob a direção da Ceneas e das entidades sindicais, para garantir que aquele compromisso coletivo e público assumido com o conjunto da classe trabalhadora, fosse levado a cabo. Para tanto, desempenhou um importante papel no processo de democratização das entidades da categoria durante a década de 1980.

¹⁴³ Referência à música “Pra não dizer que não falei das flores”, composta e cantada por Geraldo Vandré durante a ditadura militar no Brasil.

Na ABESS, ainda antes do III CBAS, esse processo já havia sido iniciado, visto que a entidade contava, naquele momento, com “docentes que já se articulavam ao movimento docente” em seu interior (Abramides; Cabral, 2009, p.62), e, na XX Convenção, por ela promovida naquele ano, havia redirecionado a formação profissional, com a aprovação do Currículo Mínimo para a formação em Serviço Social, processo de discussão que já vinha ocorrendo desde a Convenção de 1973 no Maranhão.

É a partir desse processo que a então ABESS, na Convenção de 1979, se desdobra na Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), ao assumir “um papel relevante no direcionamento teórico-político acerca da discussão da formação profissional” (Ramos; Santos, 1997, p.142). Com isso, consideramos que a ABESS “foi tomada em 79” (Netto, 9ª Seminário Anual de Serviço Social, 2016), pois “*consegue consolidar o seu processo de democratização a partir do Congresso da Virada*” (Bravo, Congresso da Virada, 30 anos, 2014), podendo, assim, “desalojar o conservadorismo (político e acadêmico)” de seu interior (Netto, 2009b, p.34) nos anos seguintes.

Entretanto, “mais difícil foi a batalha para sintonizar os conselhos profissionais [...] com as mudanças emergentes a partir do III Congresso” (Netto, 2009b, p.34), desde o qual ficou “patente que não era mais suportável um modelo de conselho federal ou de conselho regional da categoria, que não seguisse aliado com a nova perspectiva do Serviço Social latino-americano” (Sposati, 2009, p.94). Para que isso fosse possível, foi se desencadeando “uma articulação que passa por dentro das entidades sindicais para a formação de chapas combativas e de lutas para concorrer às direções dos conselhos regionais e federal de assistentes sociais, na disputa com o conservadorismo.” (Abramides; Cabral, 2009, p.59).

Isso porque, como já vimos, esses espaços eram caracterizados até então por um perfil conservador, corporativo e burocrático (CFESS, 2016; Abramides, 2019). Por meio dessa articulação, portanto, objetivou-se a sua democratização, a articulação às demais entidades representativas (Abramides, 2019), o fortalecimento e o adensamento do projeto de intenção de ruptura, conforme já expusemos.

Para tanto, a passagem para a década de 1980 foi de suma importância neste processo que testemunhou um novo afluxo do movimento operário e sindical. Já no apagar das luzes de 1979, o Congresso Nacional aprovou a nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei n. 6.767, de dezembro) (Netto, 2014), que permitiu a reestruturação partidária¹⁴⁴ que levou à

¹⁴⁴ Até então, a ditadura só contava com dois partidos políticos oficiais. Assim, na análise de Marini, a organização da classe operária no Brasil, sobre a qual vimos apresentando, havia se dado independente da

criação do Partido dos Trabalhadores (PT) no ano seguinte, “como resultado da confluência da mobilização de trabalhadores, intelectuais e dos movimentos pastorais aglutinados em torno das Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s)” (Pinheiro, 2009, p.133)

Na fundação do PT, parte daquele segmento crítico da categoria, encontrava-se profundamente envolvido, para o qual ressaltamos a então líder sindical daquele período, Luíza Erundina de Souza, que, inclusive, foi uma de suas fundadoras (Sposati, 2009; Pinheiro, 2009). Tal envolvimento traduziu-se numa “partidarização” da categoria, pois “a quase totalidade da vanguarda ou aderiu formalmente ao recém-nascido Partido dos Trabalhadores/PT ou seguiu suas orientações” (Netto, 2009b, p.34), criando-se, inclusive, conforme relembra Sposati (2009), uma setorial dos assistentes sociais do partido, com o qual “mantinham uma relação forte [...] através da militância na categoria” (p.92).

Entretanto, apesar dos avanços em termos de representação e organização da classe trabalhadora no Brasil, assim como das conquistas dali advindas, o ano de 1980 apresentou uma queda no número das greves que vinham ocorrendo desde a década anterior, “cuja causa primeira -mas não única- deve ser buscada na eficiente conjugação de mecanismos coercitivos do patronato com a brutalíssima repressão governamental” (Netto, 2014, p.229), o que, aliás, não nos é novidade.

Esse giro descendente, associa-se com a derrota dos metalúrgicos na greve do ABC, declarada para 1º de abril daquele ano, que durou 41 dias. Em seu decurso, foi duramente combatida, tanto pelo patronato, com suas propostas inaceitáveis, quanto pelo governo Figueiredo, que além de declarar a ilegalidade daquela greve, também “jogou pesado na repressão” ao proibir a negociação das empresas com os trabalhadores e, ao intervir nos sindicatos tomando suas sedes. Ao final da greve, quando os metalúrgicos retornaram ao trabalho, sua derrota lhes custou caro: “vitoriosos, os patrões tripudiaram, inclusive com recurso a massivas demissões¹⁴⁵” (Netto, 2014, p.230).

Tal refluxo, além da repressão governamental e patronal, explica-se também pela conjuntura recessiva, fruto do esgotamento do “milagre econômico” inserido no contexto

esquerda “porque se deu exatamente no período em que a esquerda estava sendo violentamente golpeada, exilada, assassinada, presa, e sem condições portanto de enfrentar o problema da reorganização da classe operária” (Marini, 2005d, p.259). Frente às dificuldades internas do PCB na transição dos anos 1970/1980, emergiam outras forças que se reclamavam no campo revolucionário, várias das quais se abrigaram no PT e no PDT (Netto, 2014).

¹⁴⁵ Conforme o autor, esse era um dos recursos tomados pelo patronato. Além disso, este vinha acentuando sua perseguição às atividades sindicais no interior das fábricas, passando, inclusive, a fazer circular uma lista com a identificação dos ativistas que, ao serem demitidos, tinham seus nomes comunicados a outras empresas para que não fossem admitidos. (Netto, 2014).

internacional de ascensão da direita¹⁴⁶ e da crise que se desenhava desde a década de 1970 nos países centrais. As medidas adotadas, dentre elas, a elevação da taxa de juros tomada pelo Banco Central norte-americano, o *Federal Reserve* (FED), impactou duramente os países latino-americanos, especialmente aqueles com dívidas externas, como o Brasil, levando à retração do setor industrial, bem como à agudização da pobreza e do desemprego (Netto, 2014).

Apesar da recessão do movimento operário, o autor aponta seus saldos no âmbito organizativo, “o aporte que trazem ao desenvolvimento da consciência de classe, a contribuição que oferecem ao conjunto do movimento dos trabalhadores e o impacto positivo com que rebatem no campo das forças democráticas” (Netto, 2014, p.231). Neste último, ressaltamos a conversão efetiva daquela distensão iniciada com Geisel, em um processo de abertura democrática.

Deste processo de lutas protagonizadas pela classe trabalhadora desde 1978, seus avanços no plano organizativo se evidenciaram na realização, em 1981, da 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) (Faleiros, 2009), “que reuniu 5.247 delegados, representantes de 1.126 sindicatos (entre os quais 480 urbanos e 384 rurais). (Netto, 2014, p.232).

Todavia, as condições de vida da população brasileira seguiam numa onda regressiva. Em 1981, o desemprego registrava 900 mil desempregados apenas nas regiões metropolitanas, que, juntamente com a população subdesempregada concentrava um percentual de 30,3% da população economicamente ativa. A situação de pobreza também cresceu, atingindo 50,6% da população naquele ano, além de 18,8% daquela considerada indigente (Netto, 2014).

Diante dessas condições de vida e do saldo político conquistado pela classe trabalhadora e seus rebatimentos no âmbito do Serviço Social, a organização política da categoria continuava na ordem do dia. Em artigo intitulado “A organização política dos Assistentes Sociais” publicado por Maria Berenice Delgado em 1981, a autora analisa que

¹⁴⁶ “Ao mesmo tempo, do ponto de vista político, constata-se a ascensão da direita no governo da Inglaterra (Thatcher em 1979) e dos Estados Unidos (Reagan em 1981), com políticas neoliberais de redução do Estado e valorização do mercado. As ditaduras de Pinochet no Chile (1973), com os “Chicago Boys” e de Videla (1976) na Argentina, com Martinez de Hoz, impuseram as políticas neoliberais, aliadas a uma repressão brutal de vastos setores da sociedade tais como militantes de correntes socialistas, sindicalistas, intelectuais” (Faleiros, 2009, p.43)

essa organização era “preocupação de considerável contingente da categoria (embora outro considerável contingente não tenha sequer despertado para a questão” (Delgado, 1981, p.39).

Em sua análise, a autora cita a existência, até então, de quarenta entidades representativas de Assistentes Sociais, entre Sindicatos, Associações profissionais e Núcleos Pró-Associação, além de um embrião de organização nacional da categoria, a Ceneas, e considera que este processo de organização da categoria que vinha se desenvolvendo, constituía-se como um dado novo na realidade da nossa profissão (Delgado, 1981):

Se no passado existiram momentos em que os profissionais se reuniram pra discutir temas relativas à prática profissional (Congressos, Encontros, Seminários, etc.), o que temos hoje significa um passo além, na medida em que os Assistentes Sociais querem se organizar enquanto categoria profissional que tem lutas concretas a desenvolver, lutas estas decorrentes tanto da sua situação de trabalhador quanto da sua inserção, enquanto trabalhador, no quadro mais amplo das questões hoje levantadas pelos trabalhadores em geral (Delgado, 1981, p.39).

Apesar de a autora não desconsiderar as entidades criadas antes de 1964, discordamos, diante do exposto, de que a organização da categoria em torno de pautas concretas tenha se iniciado somente neste momento histórico na década de 1980. Pelo contrário, o que temos identificado ao longo desta tese, é de que a categoria o tem feito desde a década de 1940.

O elemento que nos parece novo neste processo foi a direção social e política da organização profissional e a ultrapassagem de lutas tão somente corporativistas, ampliando-se para as necessidades que a classe trabalhadora como um todo vivencia, pois, ao longo de toda a sua história, o Serviço Social “possuiu uma dimensão inequivocadamente política, desde a sua gênese e os seus primeiros momentos de consolidação” (Netto, 2009b, p.27).

Além disso, notamos que entre as entidades representativas da categoria citadas por Delgado (1981), o conjunto CFAS/CRAS, tampouco, a então ABESS, não são mencionados. Nisto, entendemos que tal ausência diga respeito ao caráter conservador até então nelas impresso, e que, embora tivesse ocorrido um recente redirecionamento na ABESS, este ainda vinha se consolidando.

Esta consolidação se evidencia na realização da XXII Convenção da ABESS, ocorrida em Vitória-Espírito Santo, também em 1981. Nesta Convenção, que contou pela primeira vez com a presidenta e vice-presidenta da ALAETS, deliberou-se por um novo estatuto, que mudou a forma de deliberação e a composição da Assembleia Geral, prevendo-

se a paridade entre professores e estudantes¹⁴⁷, além da garantia da participação dos supervisores ou “professores de prática”. Tal mudança foi concebida como “decisiva para a garantia do processo de democratização e virada da ABESS (Bravo; Raizer; Lemos; Elpídio, 2019, p.68).

Importante mencionarmos que a participação de estudantes na ABESS já vinha sendo tensionada desde o ano anterior, na realização do III ENESS¹⁴⁸ em Minas Gerais. Neste momento, a organização dos estudantes de Serviço Social avançava, aprofundando-se discussões, principalmente em torno da formação profissional, iniciadas em 1978, as quais vieram se desdobrando nos Encontros seguintes. Especialmente em 1981, no VI ENESS em Pernambuco, “marcados pela presença de profissionais e diversos partidos políticos” (Lima, 2019, p.41), “os debates relacionados à formação profissional evidenciavam a necessidade de rompimento com o modelo tradicional norte-americano e com a dicotomização entre teoria e prática no Serviço Social” (Hollanda, 2016, p.422). Isso demonstra, em nosso entendimento, a preocupação e sintonia do MESS com o projeto de intenção de ruptura.

O ano seguinte contou, no âmbito nacional, com o primeiro pleito eleitoral multipartidário desde 1965, e mobilizou todo o país, contando com a candidatura de políticos que foram exilados¹⁴⁹ ou caçados, possibilitada pela anistia. Mesmo com todos os esforços envidados pelos trabalhadores, o governo de Figueiredo venceu o pleito, já que se valeu “de todos os recursos imagináveis para tornar o processo eleitoral um instrumento de validação do projeto de autorreforma do regime” (Netto, 2014, p.233).

Contudo, o regime continuava permeado pelas consequências do esgotamento do modelo econômico que, na verdade, não passou de um “desastre econômico-social”. Por consequência da dívida externa, em 1982, iniciaram-se negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o governo declarou uma moratória parcial deixando “clara a vulnerabilidade a que o ‘modelo econômico implementado pelo regime ditatorial conduziu o país” (Netto, 2014, p.213). Ao mesmo tempo, ao assinar o acordo com o Fundo, o governo renunciou “a qualquer pretensão de independência na formulação de suas políticas” e passou “a dispor de um grau de autonomia praticamente nulo. Impõe-se, assim, uma política de

¹⁴⁷ De acordo com Hollanda et al (2016), garantiu-se, a partir dali, a participação de um estudante por região, no âmbito da ABESS.

¹⁴⁸ Já referimos neste trabalho sobre a realização do I ENESS em 1979. No ano seguinte, foi realizado o II ENESS, seguido do III em 1981 (ENESSO, 2014b).

¹⁴⁹ Citamos como exemplo o gaúcho Leonel de Moura Brizola.

reconversão econômica funcional aos objetivos dos grandes centros capitalistas.” (Marini, 2005g, p.230).

Neste marco, ao mesmo tempo em que nos colocam a obrigação de abastecer esses centros capitalistas com matérias-primas, estas sofreram uma queda de preços (Marini, 2005g; Netto, 2014), o que, ao nosso ver, aprofundou a superexploração da força de trabalho da classe trabalhadora brasileira para a compensação dessa queda nas transações internacionais. O abastecimento dos centros capitalistas com matérias primas foi acompanhado pelas manufaturas de segunda ou terceira classe, às custas do desmonte de nossas estruturas produtivas, implicando na recessão da indústria, e de nossos próprios mercados internos (Marini, 2005g; Netto, 2014).

Como é de praxe do Estado e da burguesia nacional, pouco importou que esse processo significasse “dar as costas à satisfação das necessidades mais elementares da população” (Marini, 2005g, p.230), cujas condições de vida permaneceram regredindo. Apesar de um percentual um pouco menor em termos de desemprego, do que no ano anterior, 6,3%, cresceu o percentual da população em situação de pobreza para 51,9% e daquela considerada indigente, para 19,4%. Entretanto, mesmo que num movimento descendente, conforme já referimos, às manifestações populares, em geral espontâneas e violentas, continuaram sacudindo o país neste íterim (Netto, 2014).

No âmbito do Serviço Social, em meio às contradições postas na realidade social, aquele Currículo Mínimo construído na XXI Convenção da ABESS em 1979, recebeu parecer positivo do conselheiro Paulo Nathanael Pereira de Souza e foi referendado em agosto, pelo Conselho Federal de Educação (CFE), através do parecer 412/82 (Martinelli, 2009), cuja implementação trouxe ganhos significativos para a intenção de ruptura com o conservadorismo. Ainda, tendo em vista a consolidação da pós-graduação na década de 1980¹⁵⁰, inicia-se também, com apoio da ABESS, os eventos de pesquisa a nível nacional, tendo sido realizado, ainda neste ano, o I Encontro Nacional de Pesquisa, em São Luís-Maranhão (Bravo; Raizer; Lemos; Elpídio, 2019).

Outro importante marco em 1982 foi a publicação do livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, de Marilda Villela Iamamoto e Raul de Carvalho, considerado como obra “inaugural no legado marxiano e na tradição marxista, referência histórica e teórica do processo de ruptura com o conservadorismo” (Abramides; Cabral, 2019, p. 46). Este livro,

¹⁵⁰ Em 1981 inicia-se a primeira turma de doutorado em Serviço Social na PUCSP.

foi fruto de um projeto de investigação do CELATS, ao qual os autores estavam vinculados junto a outros pesquisadores, sobre “a história do trabalho social na América Latina” (Celats, 2010).

Nesse sentido, podemos identificar a presença importante do CELATS, não só no processo de organização da categoria, mas também no desenvolvimento de pesquisas, voltadas para “a investigação da história, natureza e condicionantes da profissão que permeou a formação de novas gerações, junto à criação de uma consciência crescente sobre a importância da articulação dos/as assistentes sociais em toda a América Latina” (Santos, 2012, p.80).

Ainda neste mesmo ano, no mês de outubro, realiza-se no Rio de Janeiro, o IV CBAS, sob direção da Ceneas (Abramides, 1989). Este, “refletiu um conjunto de preocupações da categoria em relação ao exercício profissional, entre as quais destacou-se o resultado¹⁵¹ da pesquisa conduzida pela Ceneas, [...] a respeito do salário-mínimo profissional” (Comitê Editorial, 1982, p.3).

Também, o Congresso “apostou na luta conjunta das Entidades nacionais da categoria para a construção de uma nova proposta de Serviço social em consonância com os anseios de mudança da sociedade brasileira” (Faleiros, 2009, p.51), “por entender que a responsabilidade pelo rumo da profissão é coletiva e apresenta dimensões organizativas: político-sindical, da formação e do exercício profissional” (Abramides, 1989, p.34).

Assim, vai se tornando evidente o protagonismo das entidades sindicais na organização e redirecionamento político da categoria, as quais, “juntamente com os grupos acadêmicos mais críticos, [...] foram responsáveis pelas profundas transformações operadas no Serviço Social, numa soma de esforços que requalificou a luta da categoria” (Franco, 2009, p.135).

Como consequência desses avanços político-organizativos, no ano seguinte, na I Assembleia Nacional Sindical de Assistentes Sociais, em Salvador-Bahia, foi criada a Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS) (Abramides; Cabral, 2009), “entidade político-sindical, que contribuiu para uma maior participação dos(as) assistentes sociais no movimento sindical” (Ramos; Santos, 1997, p.142).

¹⁵¹ Esta pesquisa foi realizada pelo Sindicato de Assistentes Sociais em Minas Gerais e teve sua realização desencadeada desde o I Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais. Os resultados podem ser acessados na Revista Serviço Social e Sociedade, ano IV, nº 10.

Isso porque, a partir dela, “buscou-se articular tanto os sindicatos como as associações profissionais (APAS) que existiam no país, desde longa data, para promover atividades de interesse dos associados como cursos, debates, reivindicações” (Faleiros, 2009, p.51-52), unificando, as reivindicações da categoria enquanto classe trabalhadora, constituindo-se, para tanto, como “ponta de lança e esteio de muitos outros movimentos”. (Franco, 2009, p.130)

A ANAS teve “como referência a perspectiva do novo sindicalismo defendido pela [Central Única dos Trabalhadores] CUT” (Ramos; Santos, 1997, p.142) criada em agosto daquele ano, cuja comissão para a sua criação havia sido formada ainda em 1981, no 1º CONCLAT (Faleiros, 2009). Esta comissão, por sua vez, teve majoritária participação de dirigentes sindicais e representações de base das APAS, dos Sindicatos, da Ceneas e da Anas que participaram de todo o processo do novo sindicalismo, não só nesta comissão, como também na articulação na Anamos e do Congresso de sua Fundação em 1983, o qual contou com 90% das entidades sindicais de assistentes sociais (Abramides; Cabral, 2009).

Com o surgimento da ANAS, e, segundo as autoras, com a conquista hegemônica da direção política das entidades relativas ao exercício profissional, a Ceneas cumpre seu papel e deixa de existir ainda naquele ano (Abramides; 2019; Abramides; Cabral, 2019). Entretanto, isso não significa que automaticamente tenha ocorrido uma virada no conjunto CFAS/CRAS, pelo contrário, aqui se inicia o seu processo de democratização (CFESS, 1996).

Notamos, ao longo da literatura consultada, que não há uma data específica para essa virada do Conjunto CFAS/CRAS. Conforme referimos no capítulo anterior, já havia um movimento na disputa eleitoral nos CRAS antes do III CBAS, como no caso no Rio de Janeiro, para que os segmentos críticos da categoria pudessem ocupá-los. Nos parece que esse movimento vai tomando força a partir da organização e direção das entidades sindicais da categoria, principalmente a partir da criação da ANAS, em 1983.

Portanto, ao que temos acompanhado no decorrer deste estudo, revela-se que “das entidades da categoria, são as relativas ao exercício profissional que mais tardiamente se democratizaram”. (Abramides; Cabral, 2019, p.44). Ou seja, “a *última cidadela do conservadorismo aonde eles chegaram foi no campo das representações corporativo-profissionais: CFAS/CRAS. Foi o último lugar aonde a renovação se deu*” (Netto, 9º Seminário Anual de Serviço Social, 2016), constituindo-se, desta maneira como os espaços

mais refratários aos processos de politização, visto que foi ‘conquistado’ para o direcionamento político crítico “somente em meados dos anos 1980” (Santos, 2019, p.86).

Tal conquista só foi possível devido àquela tática político-organizativa adotada pela Ceneas/Sindicatos de assistentes sociais desde o Congresso da Virada que neste momento “foi vitoriosa posto que a grande maioria das entidades do exercício profissional que estava sob a direção do setor modernizador e conservador da profissão se renovam nos marcos do projeto de intenção de ruptura” (Abramides; Cabral, 2009, p.59).

No âmbito da formação profissional, a ABESS seguia consolidando o seu direcionamento crítico, pois, na XXIII Convenção da ABESS, realizada em João Pessoa/Paraíba, em 1983, “foi aprovada a realização da Pesquisa sobre Formação Profissional¹⁵², explicitando de forma mais clara a direção social do currículo e a orientação de privilegiar, na formação, o materialismo histórico e dialético” (Bravo; Raizer; Lemos; Elpídio, 2019, p.68).

Ao mesmo passo que se identificam avanços em relação a uma formação crítica no Serviço Social, também identificamos um distanciamento dessa formação com a América Latina. Esse elemento é apontado por Josefa Batista Lopes (2003), que analisa que, apesar de até então haver uma história de significativa participação de assistentes sociais na articulação e na organização profissional de Serviço Social na América Latina, e da presença significativa do CELATS em apoio a eventos da categoria no Brasil, havia, por outro lado, “um profundo desconhecimento desses processos por parte da massa profissional, mesmo nas Escolas de Serviço Social, à época, antes com direito à filiação na ALAETS” (Lopes, 2003, p.64).

Nesse sentido, mesmo o Serviço Social brasileiro passando por um movimento intenso de democratização interna, Lopes (2003) relembra que não havia uma prioridade de participação da categoria nos processos de articulação latino-americana, assim como não se estava discutindo sobre a América Latina naquele momento. Para ela, isso representava um problema, inclusive, para a participação na chapa para eleição da ALAETS/CELATS a que, contraditoriamente, junto com Regina Marconi, foi convocada a integrar.

Essa convocação partiu, segundo Lopes (2003), da delegação da Nicarágua, pois não havia proposta política ou eleitoral por parte das entidades brasileiras. Segundo a autora, essa delegação buscava articular-se com o Brasil considerando: a expectativa dos

¹⁵² Trata-se da pesquisa “A Formação Profissional do Assistente Social no Brasil: determinantes históricos e perspectivas” (ABESS, 1991).

movimentos revolucionários internacionais (dos quais a Nicarágua era, naquele momento, uma importante referência) em relação ao Brasil; e, a dinâmica do movimento acadêmico e organizativo do Serviço Social brasileiro.

Tal articulação expressava também, “uma demanda do Governo Sandinista¹⁵³ (à época carecendo ampliar seu apoio internacional face ao avanço da ofensiva dos “contra” que tinham o apoio dos Estados Unidos) para o qual era importante aprofundar os laços com os movimentos combativos no Brasil” (Lopes, 2003, p.66), apesar de não ser algo aberto para a massa profissional que participava dos eventos promovidos pela então ALAETS/CELATS.

Embora Josefa Lopes tenha assumido a vice-presidência naquele período, e ter se entendido que “era urgente o encaminhamento, no Brasil, do debate em torno da questão latino-americana e dos organismos de organização da categoria no continente” (Lopes, 2003, p.66), mobilizando a categoria profissional pela ABESS, ANAS, CFAS e organização estudantil. A partir daí, assinala, que o fato de “o debate sobre a América Latina e os organismos de organização da categoria no continente não [ter sido] colocado, com a devida relevância, na agenda do movimento nacional brasileiro dos assistentes sociais” (Lopes, 2003, p.65) até então, é uma curiosidade que deve ser posta para a reflexão coletiva.

Tal reflexão nos parece crucial, tendo em vista que particularmente o CELATS esteve na base do Congresso da Virada, como vimos, apoiando política e financeiramente os encontros das entidades sindicais desde a criação da Ceneas, além de que, tivemos importantes representações de pesquisadores e profissionais vinculados tanto às pesquisas, como Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, quanto às direções daquele organismo, como Seno Cornely e Leila Lima Santos¹⁵⁴.

Além disso, o CELATS, conforme referido, vinha desempenhando um papel importante de articulação dos assistentes sociais em toda a América Latina, incentivando, inclusive, a aproximação da categoria junto aos movimentos políticos e populares em diferentes países da região, e junto às mais expressivas entidades das ciências sociais latino-americanas como: Faculdades Latino-Americanas de Ciências Sociais (Flacso), Conselho

¹⁵³ Tratava-se de um momento recente da vitória da Frente Sandinista de Libertação Nacional que, em 1979 derrubou a ditadura Somoza com um exército guerrilheiro composto de agricultores, artesãos, operários, intelectuais da classe média e mulheres que, após a vitória, passou a constituir um governo popular de Reconstrução Nacional. O acúmulo da vanguarda sandinista foi analisado por Marini em 1978 (2005e) e os desdobramentos da revolução podem ser consultados em Junior (2019).

¹⁵⁴ A professora Leila Lima Santos, que havia sido demitida em 1976, assumiu a presidência do CELATS de 1977 a 1983 (Iamamoto, 2007).

Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso) e Conselho Superior Universitário Centroamericano (CSUCA) (Santos, 2012).

Mesmo com todos os esforços, e com algumas aproximações aos processos sociais, aos profissionais e às entidades latino-americanas da categoria, chama-nos a atenção o fato de tais aspectos não se constituírem preocupação do Serviço Social brasileiro até aquele momento. Entendemos, no entanto, que mesmo Lopes (2003) indicando se tratar de “um debate difícil que, à época, as escolas não assumiam efetivamente” (p.66), nos parece que a ausência de tais preocupações não era um fator exclusivo do Serviço Social e não estava relegado a um movimento endógeno da categoria. Pelo contrário, conforme referimos, esta estava profundamente envolvida com o processo de democratização da sociedade, ocupando espaços como os partidos políticos, CUT, entre outros movimentos sociais.

Em nosso entendimento, a ausência de tais preocupações ultrapassam as fronteiras do Serviço Social, pois encontram-se inscritas nos campos progressistas e de esquerda nos quais docentes, profissionais e estudantes da área estavam inseridos. Isso porque, recentemente havia ocorrido uma “renovação conservadora” na agenda marxista brasileira, que implicou numa importação do pensamento ocidental, apagando, por outro lado, intelectuais marxistas brasileiros e latino-americanos com produções de relevância para a compreensão da particularidade da nossa região (Farias, 2017; Souza; Teles, 2021).

Se entendemos que o Serviço Social é parte e expressão da sociedade, logo, esse silenciamento em relação à América Latina e ao pensamento social latino-americano, ecoou (e ainda ecoa) na formação e na produção científica da área, movimento este que, como já referimos, não nos é endógeno, e para o qual devem ser buscados outros elementos que expliquem esse divórcio e suas implicações tanto para a análise e intervenção profissional, como, do direcionamento das entidades da categoria frente ao trabalho e à formação profissional.

Na esteira dessas reflexões, vale ainda destacarmos que o ano de 1983 foi marcado por sucessivos golpes à classe trabalhadora, voltando-se à aplicação de uma política recessiva e de controle salarial por meio dos Decretos 2.012; 2.024; 2.045; e, 2.036. Esta política, desencadeou uma onda de greves que se espalharam pelo país, e que foram duramente combatidas pelo Ministério do Trabalho e pelo governo federal, que estabeleceu o Decreto 88.540 prevendo a subordinação das Polícias Militares ao Exército, buscando dividir com os estados os ônus de operações contra as atividades sindicais e de movimentos sociais e populares. No final daquele ano, o Congresso Nacional rejeitou o Decreto 2.045, e

aprovou o Decreto 2.065 que estabelecia uma política salarial para ser aplicada até 1988 (Netto, 2014).

Foi ainda em 1983 que teve início a campanha pelas “Diretas Já” que se estendeu até 1984, demandando eleições diretas para a presidência da República, e, mobilizou, democraticamente, todas as forças da sociedade civil com centenas e centenas de milhares de pessoas (Netto, 2014), com participação efetiva da ANAS (Abramides, 1989). Ao explicitar a reivindicação de profundas mudanças políticas, as Diretas Já catalisaram “as exigências de transformações que afetassem a organização econômica e social do Brasil” (Netto, 2014, p.242).

Apesar de a proposta de eleições diretas, expressa pela emenda constitucional de Dante de Oliveira, não ter sido vitoriosa na Câmara dos Deputados, o desalento da população deu lugar a grandes manifestações cívicas, tomando-se como uma das condições para se avançar no processo de democratização, em que se convertera aquela abertura, a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, no sentido de contemplar a vontade política da população.

Como alternativa, os políticos que até então eram suportes partidários da ditadura, compreenderam que o processo que se desencadeava poderia comprometer sua existência. Neste sentido, formou-se uma Frente Liberal a partir da qual as classes dominantes e seus representantes transferiram para as Forças Armadas o ônus daquele regime:

A oligarquia financeira, a grande burguesia urbana e rural, o latifúndio integrado a ela e os gestores dos interesses imperialistas a que todos aqueles estratos estavam associados lavavam as mãos por 20 anos de superexploração dos trabalhadores [e sabemos que não só], de transferência de renda para os monopólios, de alienação de riquezas nacionais, de concentração de renda, propriedade e poder, de obscurantismo e de crimes hediondos- e, da noite para o dia tornavam-se democratas... (Netto, 2014, p.244).

Estava posto que “a burguesia, tal como em toda a América Latina, buscou assumir a liderança no processo de democratização” (Marini, 2005g, p.227), estabelecendo, a partir dali, mediante negociações com as Forças Armadas, a coalização da Aliança Democrática que selava “um compromisso ‘pelo alto’, um pacto elitista que poderia derivar numa transição truncada à democracia” (Netto, 2014, p. 247). Essa coalizão levou Tancredo Neves à presidência, e José Sarney, à vice-presidência. Assim, em 1985, a ditadura foi derrotada.

Entretanto, com a morte de Tancredo antes mesmo de sua posse, José Sarney assumiu a presidência. Ele, que contraditoriamente havia pouco tempo, ainda presidia o partido da

ditadura, agora, estava à frente da condução do processo de democratização em nosso país. As implicações dessa incongruência caracterizam aquilo que Netto (2014) considera ter sido um processo de transição truncada à democracia, para a qual sobram, conforme Osório (2019), somente arremedos.

Em todo esse processo, no qual a categoria de assistentes sociais se encontrava envolvida, frente a todos os golpamentos nos salários e condições de trabalho da classe trabalhadora brasileira, sob a direção da ANAS, construiu-se o Projeto de Lei de nº 4.645/1984, a partir de uma Pesquisa¹⁵⁵ financiada pelo CELATS, que previa a definição de um número quantitativo de profissionais, consideradas as particularidades de cada espaço socioprofissional, assim como dispunha sobre as condições de trabalho, carga horária e salário de assistentes sociais.

Como vimos apresentando, em todas essas construções, discussões e polêmicas se faziam presentes estudantes de Serviço Social (Braz; Matos, 2008) que, neste segmento, encontravam-se organizados em nível nacional, vinculados à União Nacional de Estudantes (UNE). Conforme registros (ENESSO, 2014a; Braz; Matos, 2008), desde o início da década de 1980¹⁵⁶ discutia-se sobre a criação de uma Subsecretaria de Serviço Social na UNE (SESSUNE), cuja deliberação pela sua criação se dá somente no ENESS de 1985.

Ainda neste ano, realizou-se o V CBAS, organizado, a partir da compreensão daquele Congresso ocorrido em 1982, pelas entidades nacionais da categoria, contando com representações da ALAETS/CELATS. Nele, “os objetivos, temário, realização e deliberação [...] colocam claramente a perspectiva e compromisso das entidades e da categoria no sentido de solidificar o projeto profissional articulado ao projeto histórico das classes trabalhadoras” (Abramides, 1989, p.35).

Dentro desta perspectiva, ocorreu também a XXIV Convenção da ABESS, realizada em Niterói-RJ, cujo eixo de discussão foi “centrado nas exigências da formação profissional na atual conjuntura, os novos desafios na política de ação da ABESS, colocando a necessidade de ampliar a discussão nas Unidades de Ensino e na própria categoria profissional da redefinição na formação de assistentes sociais em uma perspectiva crítica, comprometida e consciente” (Bravo; Raizer; Lemos; Elpídio, 2019, p.68).

¹⁵⁵ Segundo as autoras, em sua fase não estruturada, esta pesquisa também se constituiu em um instrumento central de mobilização e organização dos assistentes sociais (Abramides; Cabral, 2009).

¹⁵⁶ Há divergências entre os registros. Enquanto para a ENESSO inicia em 1981, para Braz e Matos (2008) a discussão inicia no CONESS em 1980.

A Convenção “incluiu palestras sobre conjuntura nacional, formação profissional, teoria, método e história” (Oliveira; Chaves, 2017, p.155) e em seus eixos foram discutidos elementos que fundamentaram o Código de Ética profissional aprovado em 1986. Segundo Santos (2019):

Talvez o primeiro e mais profundo resultado desse processo que realinhou o perfil profissional após a “virada” tenha sido a revisão do Código de Ética de 1975, que pela primeira vez altera integralmente os fundamentos da ética profissional e afirma o *ethos* de ruptura por meio do Código de Ética promulgado em sua substituição, no ano de 1986 (Santos, 2019, p.87).

A deliberação deste Código ocorreu no Encontro CFAS/CRAS em maio de 1986, no qual “foi reafirmado o compromisso por uma prática profissional vinculada às lutas e interesses da classe trabalhadora” (CFAS, Resolução CFAS Nº 195/86), uma vez que “as posições defendidas pelas(os) representantes vinculadas(os) ao projeto de ruptura foram majoritárias e resultaram na hegemonia materializada no Código de Ética”. (Abramides; Cabral, 2019, p.44).

A partir do Código de Ética de 1986, houve, inegavelmente, um grande avanço político na categoria, resultado da sua inserção nas lutas da classe trabalhadora. Apesar, no entanto, de este Código romper com o neotomismo, com a imparcialidade e com a neutralidade, expressou

uma concepção ética mecanicista; ao derivar, imediatamente, a moral da produção econômica e dos interesses de classe, não apreende as mediações, particularidades e dinâmicas da ética. Ao vincular, mecanicamente, o compromisso profissional com a classe trabalhadora sem estabelecer a mediação dos valores próprios à ética, reproduz uma visão tão abstrata quanto a que pretende negar. (Barroco, 2010, p. 176-177)

Embora com tais limites que, como lembram Abramides e Cabral (2019), derivam do fato de que, “naquele momento não havia na profissão um acúmulo teórico-filosófico que pudesse adensar as bases ontológicas necessárias a sua formulação” (p.44-45), entendemos que os avanços ali possibilitados, expressam o processo de democratização que vinha acontecendo nas entidades da categoria, sob direção das entidades sindicais da profissão, sobretudo, no Conjunto CFAS/CRAS.

É incontestável a importância que as entidades sindicais da profissão tiveram nesse período, como temos visto ao longo desta tese. Entretanto, a partir deste ano iniciaram

discussões acerca de organização dos sindicatos por categoria profissional devido à nova¹⁵⁷ estrutura sindical que se desdobra a partir do II Congresso Nacional da CUT, realizado em agosto de 1986. Neste, as entidades deliberaram pela construção de “[...] sindicatos por ramo de atividade econômica; em sindicatos gerais por esfera de contratação (servidores/as públicos/as municipais e estaduais) ou por atividade de trabalho (sindicato de trabalhadores/as da saúde, da previdência)” (Abramides, 2019, p.45).

Essa decisão parte da compreensão de que

se o trabalhador é coletivo, partícipe do trabalho socialmente combinado, a luta sindical deve se desenvolver a partir da inserção das(os) trabalhadoras(es) na divisão sociotécnica do trabalho. Posto que é nessa relação direção de inserção no mundo do trabalho que se negociam as questões trabalhistas e sindicais nas esferas da produção e reprodução social (Abramides, 2014, p.235).

Logo, se entendemos que os rebatimentos do capital, apesar de assumirem particularidades nas diferentes categorias profissionais, atingem toda a classe trabalhadora, as negociações não devem ser isoladas “posto que são reivindicações que se vinculam à inserção do(a) trabalhador(a) coletivo que não se restringe a uma categoria” (Abramides, 2014, p.235). Os sindicatos de categoria classistas, por mais relevantes que tenham sido desde o final da década de 1970, tendem a pulverizar as reivindicações, a organização e também às respostas a elas, além de dividir a classe, ao invés de unificá-la¹⁵⁸. Partindo, portanto, dessa compreensão e da referida deliberação em 1986, as decisões na categoria de assistentes sociais, contudo, só serão tomadas mais tarde.

Já no âmbito da formação profissional, o mês de outubro marca o início das publicações da série Cadernos ABESS, em coedições com a Cortez Editora. Esta série, buscou “se constituir num espaço de circulação de ideias e de estímulo ao debate, à crítica e à produção teórica do âmbito do Serviço Social [...] para a constante superação do debate profissional [...] com vistas a estabelecer uma relação efetiva e dinâmica entre profissão e as demandas da sociedade” (ABESS, 1986, p.3). Além disso, tratou-se de um veículo” de difusão e intercâmbio de conhecimentos para subsidiar as reflexões e debates nas unidades

¹⁵⁷ Abramides (2014) retoma que a organização por categoria foi uma estratégia adotada pelo governo getulista ainda na década de 1930 para pulverizar a classe trabalhadora cuja organização avançava naquele período.

¹⁵⁸ Não nos parece exagerado lembrar aos possíveis jovens leitores(as) desta tese que a transformação da sociedade em si, é uma tarefa de classe e não de uma categoria profissional. Ademais, não é qualquer classe, se trata da classe trabalhadora que como Marx e Engels já nos advertiam é a única efetivamente revolucionária. Logo, está posta a necessidade precípua de nos contrapormos à todas as estratégias político-burguesas engendradas para capitaneá-la e dividi-la.

de ensino de Serviço Social” (ABESS, 1998, p.3), expressando os objetivos da ABESS no direcionamento do ensino e da pesquisa na área.

Em se tratando, portanto, da pesquisa no Serviço Social, e seguindo os eventos iniciados em 1982, realizou-se também o III Encontro Nacional de Pesquisa em Campinas-SP. Neste, “a diretoria da ABESS deliberou pela alteração do nome, formato e exigências de participação para os próximos encontros nacionais, passando a ser Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social” (ENPESS) (Bravo; Raizer; Lemos; Elpídio, 2019, p.69). Importa destacarmos que durante a década de 1980, a ABESS/CEDEPSS realizaram encontros, apoiando as iniciativas das universidades em criar programas de mestrado e doutorado (ABEPSS, 2017) o que cremos, contribuiu para a consolidação da pós-graduação no país e para o seu reconhecimento como área do conhecimento¹⁵⁹.

Também, “*a concepção de pensar um organismo de pesquisa acadêmica, [...] foi concebido nesse encontro de Campinas*” (Raizer, Documentário ABEPSS 70 anos, 2017), para o qual constituiu-se um grupo de professoras para a formulação da proposta do que viria a ser o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS). (Bravo; Raizer; Lemos; Elpídio, 2019).

Quanto ao Serviço Social latino-americano, notamos avanços, pois, se em 1983 o debate acerca da América Latina e dos organismos da categoria no continente não eram preocupação, desde que se entendeu como urgente o encaminhamento do debate no Brasil, Lopes (2003) assegura que “as entidades lograram introduzir a fazê-lo avançar nos eventos regionais e nacionais da categoria” (p.66) no país.

Segundo ela, chegou a ser constituída uma articulação sistemática das entidades para questões correlatas à América Latina. Uma vez que naquele ano estava prevista a realização da Convenção da Alaets, em Medellín na Colômbia, essa articulação, no Brasil contou com um Encontro preparatório¹⁶⁰ em Salvador-Bahia no qual participou “Emir Sader, entre outros estudiosos da questão latino-americana e das relações internacionais [...] Aí Sader lembra

¹⁵⁹ “Em 1984, o Serviço Social obteve reconhecimento pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) como uma área específica de Pesquisa, fato de extrema relevância para fazer fecundar a pesquisa na área” (Guerra, 2011, p.136)

¹⁶⁰ O debate político-acadêmico produzido neste encontro está, em grande parte, registrado na segunda edição dos Cadernos ABESS (Lopes, 2003).

uma tese segundo a qual o Brasil “sempre esteve de costas para a América Latina¹⁶¹ e virado para Europa” (Lopes, 2003, p.66).

Esse Encontro além de introduzir o debate da América Latina e da categoria em seu âmbito também incluiu a participação brasileira nas eleições para a ALAETS/CELATS que se realizaria na Convenção daquele ano (Lopes, 2003). Diferente do que ocorrera na eleição anterior, além da organização para o evento, perspectivou-se a presidência de Josefa Batista Lopes, até então vice-presidenta da Associação, cuja chapa também se constituía de representantes de setores do Serviço Social crítico latino-americano, com propostas que se articulavam a um programa voltado aos interesses populares (Abramides; Cabral, 2019).

Assumindo a presidência, Josefa Lopes refere que a necessidade de articulação e trato da questão latino-americana ficou mais evidente, e para tanto destaca três iniciativas:

a) a constituição do que se chamou articulação das Entidades de Serviço Social para as questões latino-americanas; b) o esforço de inclusão sistemática das questões latino-americanas no debate nacional, a partir dos eventos nacionais, regionais e locais. A terceira foi uma experiência mais restrita, porque de iniciativa de uma unidade de ensino: trata-se da introdução da disciplina “Questão Social e Relações Internacionais”, como disciplina obrigatória-tendo como um dos eixos centrais a América Latina – no currículo do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão¹⁶² [...] (Lopes, 2003, p.67).

É notável, a partir do que temos apresentado até aqui, o avanço organizativo da categoria e o direcionamento crítico que as entidades vão imprimindo na formação e no exercício profissional. Também, se evidencia o reconhecimento da necessidade de inserção da América Latina no debate da categoria, assim como, na participação ativa nos organismos latino-americanos do Serviço Social, o que já vinha sendo, a longa data, esforço de alguns profissionais. Nos parece, entretanto, que no decorrer da década de 1980, a pauta assume relevância e se estende para outros setores da categoria, passando a envolver não só a ABESS, mas também a ANAS, o CFAS e a organização estudantil.

Tais avanços se expressam ainda, naquele ano, na mobilização de 500 profissionais em Brasília para acompanhar e lutar pela aprovação daquele projeto de lei n° 4.645 criado em 1984, cujos elementos estruturantes se encontravam em Pesquisa realizada sob o financiamento do CELATS, conforme já referimos. Embora o projeto tenha sido aprovado

¹⁶¹ Apesar das determinações deste afastamento não se constituírem como objeto desta tese, apontamos para a importância do adensamento dessa reflexão, no sentido de buscar compreender, inclusive, seus rebatimentos no Serviço Social.

¹⁶² Universidade na qual a então professora exercia a docência.

no Congresso Nacional, mediante algumas mudanças¹⁶³, e negociações com a ANAS e com as entidades sindicais, foi vetado em dezembro pelo então presidente José Sarney (Abramides; Cabral, 2009)

Sob a presidência de Sarney, essa não foi a única perda da categoria, pois, enquanto classe trabalhadora também perdeu direitos na Assembleia Nacional Constituinte (ANC), cujos trabalhos foram abertos em 1987 por meio de um Congresso com poderes constituintes (Abramides, 1989). Isto ocorreu porque esta não se tratou de uma Constituinte livre, soberana e exclusiva, pois foi cercada pela investidura de poderes constituintes ao parlamento recém-eleito, no qual *lobbies* em defesa da classe dominante passaram a operar. Além disso, “no seu interior se articulou um bloco parlamentar, com a clara simpatia e o aberto apoio do presidente da República (para não mencionar o quase absoluto respaldo da grande imprensa)” (Netto, 2014, p.261).

Em outras palavras, houve forças conservadoras que atuaram majoritariamente na ANC (Pereira, 2012), que disputaram seus interesses frente à participação ativa de 12.277.423 brasileiros e brasileiras que assinaram 122 emendas, e à força de diversos movimentos sociais (Behring; Boschetti, 2010), dentre os quais os Movimentos Negros¹⁶⁴ (Almeida, 2013). Nesta disputa, tivemos assistentes sociais que se engajaram ocupando “o espaço público na busca por assinaturas nas propostas que formatariam a nova Constituição Brasileira” (Pinheiro, 2009, p.136).

O resultado dessa confluência de forças, foi a conquista de direitos sociais, com convivência contraditória entre o caráter universal e seletivo, bem como do suporte ao setor privado, e a derrota da classe trabalhadora em relação às emendas sobre reforma agrária sob a vitória dos ruralistas e latifundiários (Behring; Boschetti, 2010).

Esses direitos foram inscritos na Constituição Federal, em 1988, a chamada Constituição “Cidadã”, cuja expressão remete ao reconhecimento do ineditismo dos direitos sociais¹⁶⁵ que constituem, junto aos direitos civis e políticos, o que se concebe como

¹⁶³ O projeto original previa condições de trabalho de 30 horas semanais e 10 salários-mínimos, mas o projeto foi aprovado no Congresso Nacional com 30 horas e seis salários-mínimos e meio de piso (Abramides; Cabral, 2009).

¹⁶⁴ Em maio de 1988, registra-se uma organização do MN nacionalmente em denúncia à farsa da Abolição após esta completar 100 anos (Almeida, 2013).

¹⁶⁵ Os direitos sociais para Couto (2010, p.48), “são fundamentados pela ideia de igualdade, uma vez que decorrem do reconhecimento das desigualdades sociais gestadas na sociedade capitalista” tendo caráter redistributivo. Além disso, objetivam a promoção da igualdade de acesso a bens socialmente produzidos. São considerados direitos sociais na sociedade brasileira: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia,

cidadania, e que, por sua vez, permanecem em disputa para a sua efetivação (Couto, 2010), pois o empresariado, logo de sua promulgação, já se manifestava contrário à sua aplicação (Abramides, 1989).

Apesar de avanços, amplamente já analisados pela literatura da área, aquela característica de nossa sociedade, por nós anunciada no Capítulo 2 desta tese, qual seja, a modernização sem mudança, permanece sendo a tônica nos processos sociais que acompanhamos. Isso porque, mesmo com o acolhimento dos direitos políticos e sociais no âmbito da Constituição, através do chamado Centrão¹⁶⁶, “as classes possuidoras ganharam hegemonia, [e] puderam neutralizar os impactos das lutas conduzidas pelos trabalhadores e assegurar, [...] uma ordem constitucional que consagrava a sua renovada dominação” (Netto, 2014, p.262).

Em síntese, podemos compreender que, unida ao imperialismo, a burguesia atingiu seu objetivo a partir da “implementação de um projeto de caráter democrático-liberal” que, do ponto de vista da reconstrução democrática, obteve maioria, “por meio da elite política a seu serviço” (Marini, 2005g, p.227), garantindo, com isso, a reprodução da dependência, e, inevitavelmente, da superexploração da força de trabalho.

Neste ínterim, no âmbito do Serviço Social, foi fundado, em 1987, o CEDEPSS (ABESS 1998), na XXVI Convenção da ABESS, em Fortaleza-Ceará que teve como tema “A relação teoria-prática na formação profissional”. O CEDEPSS, constituiu-se como uma “entidade civil, de âmbito nacional, sem fins lucrativos, sendo órgão acadêmico da ABESS, constituindo-se em um espaço de debate e difusão de conhecimentos críticos da área das políticas sociais e do Serviço Social.” (Bravo; Raizer; Lemos; Elpídio, 2019, p.68-69).

Sua criação, fazia parte da formulação de uma política de pesquisa da ABESS (Netto, 2009b), e “veio a atender às novas demandas potencializadas com o surgimento dos Programas de Pós-Graduação, a partir de 1972” (Behring; Ramos, 2009, p.159), potencializando a pesquisa que, a partir de sua criação, “veio crescentemente adquirindo centralidade na formação acadêmica” (ABESS, 1998, p.3). Tratava-se, para Iamamoto, de uma “*disputa teórico-política, organizativa e de trazer a pós-graduação pra dentro da ABESS*” (Documentário 70 anos da ABEPSS, 2017).

o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados (Brasil, 1988).

¹⁶⁶ Tratou-se de um bloco que reuniu parlamentares do PDS e do PFL sob o comando do segmento mais conservador e elitista do PMDB, que “garantiu, nos trabalhos constituintes, que as prescrições constitucionais mais decisivas na área da economia não afetassem os interesses do grande capital” (Netto, 2014, p.261).

Ainda, até 1987, as eleições para as direções do CFAS CRAS eram indiretas (Abramides; Cabral, 2019), passando, a partir deste ano, a serem realizadas de forma direta, com eleições a cada três anos, com voto não obrigatório para os profissionais, o que conflui com o processo de democratização da entidade, deliberação encaminhada pelos participantes do Encontro Nacional do Conjunto (Vinagre, 2009).

Em 1988, foi realizado no Rio de Janeiro um Encontro Nacional de Pesquisa da Pós-Graduação lato sensu e stricto sensu, como uma das primeiras ações do CEDEPSS ainda tensionado pela pressão dos Programas de Pós-Graduação e pelo CNPq quanto à primazia de espaço para a pesquisa na Pós-Graduação (Bravo; Raizer; Lemos; Elpídio, 2019, p.69-70). Neste Encontro, ficou definido que o CEDEPSS assumiria uma pesquisa nacional sobre a Formação profissional, a partir da qual, indicou-se um grupo de pesquisadores para elaborar o Projeto e Executar a Pesquisa que recebeu o título de “Avaliação da Formação Profissional do Assistente Social brasileiro-pós-novo *curriculum*: avanços e desafios” (ABESS, 1991; Bravo; Raizer; Lemos; Elpídio, 2019).

Em relação à organização estudantil, a discussão sobre a criação da SESSUNE deliberada no ENESS de 1985, teve um debate “extremamente polarizado e mais uma vez adiado” (Braz; Matos, 2008, p.985) no ENESS de 1986. Uma vez que em 1987 não houve ENESS, devido a problemas na escola que o sediaria, os estudantes não deixaram de se reunir em outros eventos, tanto estudantis, quanto da categoria, citando-se a XXVI Convenção da ABESS que aqui mencionamos.

Diante disso, a SESSUNE foi criada somente em 1988, durante o X ENESS, no Rio de Janeiro (ENESSO, 2014a; Lima, 2019) sob o tema “se muito vale o já feito, mais vale o que será...” (Braz; Matos, 2008) que “refletia um marco na história do MESS, posto que muitas propostas já haviam sido efetivadas no processo de organização dos(as) estudantes” (Ramos; Santos, 1997, p.159).

Com a criação da SESSUNE se fazia necessária uma organização mais sistemática, pronunciando

[...] muitas lutas e conquistas na nova fase da trajetória que ali se iniciava. A criação dessa entidade indicava um salto qualitativo no processo de articulação entre as entidades de base do MESS, bem como revelava a possibilidade de fomentar maior discussão política entre os(as) estudantes e de intensificar a relação do movimento com outros MS's [Movimentos Sociais] (Ramos; Santos, 1997, p.159)

Além disso, com a entidade, o MESS assume “uma maior organização e, conseqüentemente, intervindo mais qualitativamente nos debates sobre os rumos da profissão” (Ramos; Santos, 1997, p.142). Vale mencionarmos que, o nome da entidade, SESSUNE, “refletia o debate nos anos 1980 de criação de Executivas de Curso” (Braz; Matos, 2008, p.176), e, partia do pressuposto de que ficariam vinculadas a secretarias por áreas (humanas, tecnológicas etc.) da UNE, junto à qual buscava-se potencializar a sua organização política (Lima, 2019). Contudo, “essa relação nunca aconteceu” (Braz; Matos, 2008, p.176).

No que concerne ao exercício profissional, a ex-presidenta do CRAS-RJ, Magali da Silva Almeida, relembra que participou, neste ano, enquanto integrante do MNU¹⁶⁷, da construção da Marcha Contra a Farsa da Abolição. No CRAS, levou como pauta em reunião do conselho pleno “a necessidade da entidade assumir essa bandeira de luta, ou seja a luta contra o racismo e suas mazelas” (Almeida, 2013, p.231). Assumindo essa bandeira, junto ao MNU, o CRAS também passou a compor a organização da Marcha de 1988, participando do núcleo de organização estadual, participação esta que levou a entidade da categoria a se tornar uma referência para as outras entidades de classe no Rio de Janeiro sobre esse tema (Almeida, 2013).

Se apontamos no capítulo 2 desta tese sobre a relação intrínseca entre terra, trabalho e racismo na estrutura da questão social brasileira, e sobre, o Serviço Social ter incorporado o racismo na profissão, o envolvimento de assistentes sociais junto aos MN na década de 1980, como a própria Magali Almeida, assim como da crítica ao conservadorismo na profissão, permitiram galgar os primeiros passos na visibilidade ao silêncio do racismo estrutural e institucional até então quase inexistente na produção teórica da área e no processo de formação (Almeida; Rocha; Branco, 2019).

Este ano ainda é marcado pelos encontros preparatórios ao VI CBAS que ocorre em 1989, em Natal- RN. Este Congresso é construído a partir da compreensão de que seu espaço se configura como uma instância de construção coletiva de um projeto profissional

¹⁶⁷ Para Gorender (1991), o MNU que surgiu no final da década de 1970, as diversas instituições e concorrentes que nele confluíam “contribuíram para o surgimento da consciência social que julgou de maneira negativa o 13 de maio de 1988. Sob tal aspecto, o veredicto partiu de um ponto de vista ideológico. O enfoque da Abolição emergiu e se configurou a partir da situação atual das massas negras. Discriminação racial e pobreza dos dias de hoje se constituíram como critérios historiográficos e conduziram a concluir: a Abolição não se realizou. Mero engodo, a Lei Áurea proclamou o que não houve” (p.6). O autor ainda complementa que apesar de nem todos os representantes aderirem a esta argumentação, grande maioria teve identificação com ela e indica que mais tarde também na Igreja Católica que apoiou a escravidão durante séculos, conforme também já indicamos no capítulo 2, teve reverberação interna e pressão dos negros na Igreja.

alternativo¹⁶⁸. Neste sentido, sua construção conta com permanentes consultas e contribuições da categoria, assim como “inova ao estender a participação de trabalhadores sociais latino-americanos através de representação de dois trabalhadores sociais de cada entidade nacional: de formação, gremial e estudantil de cada país, referendados pelas entidades em seus fóruns de representação” (Abramides, 1989, p.36).

Tendo como eixo condutor dos debates a temática “Serviço Social: as respostas da categoria aos desafios conjunturais” apresentou, dentre as suas resoluções a “Análise da conjuntura econômica, política e social brasileira no contexto latino-americano referenciado no capitalismo internacional”. Conforme Almeida, Rocha e Branco (2019), esta resolução “trouxe várias questões relacionadas à discussão étnico-racial no Serviço Social [abordando] elementos como diversidade, racismo, desigualdade [e] machismo” (p.177).

Já no que se diz respeito à organização sindical da categoria, a ANAS, que até então tinha “atuado com o movimento sindical de forma a dar resposta organizada à situação de exploração e miséria que vive a classe trabalhadora” (Abramides, 1989, p.33), juntamente com a suas filiadas, “após um amplo debate e assembleias nos sindicatos de base estadual, deliberaram, por unanimidade, pela construção e inserção da categoria nos sindicatos de trabalhadores em serviço público, que foram autorizados legalmente a existir com a Constituição de 1988” (Abramides; Cabral, 2019, p. 46-47).

Esta deliberação se encontrava alinhada ao Congresso Nacional da CUT de 1986. Ora até então, e principalmente, desde 1977, “os sindicatos de categoria cumpriram um papel fundamental na organização dos trabalhadores em serviço público” mas, durante a década de 1980 foram sendo construídos Sindicatos por Contratação, nos municípios, e, por ramo de atividade, nos âmbitos estadual e federal (Abramides; Cabral, 2019).

Uma vez que já indicamos que a categoria majoritariamente integrava o serviço público, foram se inserindo na esfera desta organização sindical, a partir de 1989, quando passaram a se extinguir as entidades sindicais de assistentes sociais, as quais, do ponto de vista organizativo, vinham contribuindo até então com a democracia interna das entidades de representação do Serviço Social (Abramides, 1989), conforme temos evidenciado até aqui.

¹⁶⁸ Esta era a terminologia adotada para aquele projeto articulado “ao projeto histórico dos setores populares” não só no Brasil, mas na América Latina (Abramides, 1989) que hoje entendemos se tratar do projeto ético-político profissional.

Ainda em outubro de 1989 foi realizada a XXVI Convenção da ABESS, em Florianópolis-Santa Catarina na qual foram apresentados os resultados¹⁶⁹ da Pesquisa intitulada “A formação profissional do assistente social pós-novo currículo: avanços e desafios”, promovida pela ABESS/CEDEPSS, que permitiu o monitoramento do processo de implantação do Currículo de 1982, apresentando, inclusive, indicações para a revisão que será realizada na próxima década (Bravo; Raizer; Lemos; Elpídio, 2019).

Assim, finalizamos a década de 1980 com uma verdadeira virada democrática nas entidades representativas da categoria no Brasil, cuja tática político-organizativa foi encabeçada e efetivada a partir das entidades sindicais da profissão. Percebemos que no decorrer de toda a década, foram realizados encontros, congressos, convenções, entre outros, que foram importantes espaços para a discussão, construção e consolidação do projeto de intenção de ruptura comprometido com os interesses populares.

Foi nessa década que esse projeto iniciou seu processo de consolidação acadêmica, para o qual o papel da ABESS foi significativo, além do processo de espraiamento para a categoria por meio das entidades relativas ao exercício profissional, que, apesar de terem sido os espaços em que a batalha foi mais difícil, “já na transição dos anos 1980/1990, também neles o conservadorismo estava deslocado (Netto, 2009b, p.34).”

Identificamos, neste ínterim, a ultrapassagem das entidades às pautas tão somente corporativistas, passando ao comprometimento e luta em conjunto com os diversos segmentos da classe trabalhadora. Destacamos, neste sentido, a participação de assistentes sociais no MNU, que levou a pauta antirracista para as entidades, assim como para os encontros da categoria, disseminando-se, ainda que timidamente, na formação e no exercício profissional.

Também, e ainda, acompanhamos a preocupação e comprometimento assumidos com a questão da América Latina e suas entidades, o que, entendemos, só foi possível através da ALAETS/CELATS cujas articulações confrontaram o Serviço Social brasileiro neste período. Disso, derivou-se um movimento nas entidades da categoria, sobretudo da ANAS e da ABESS, que passaram a promover e disseminar o debate sobre a América Latina para além das representações que assumiam a direção das entidades.

Tudo isso em um contexto em que, apesar de contar com o fim da ditadura, seus tentáculos permaneceram fortemente enraizados na sociedade, pois, passando por uma certa

¹⁶⁹ Os resultados desta pesquisa podem ser acessados na Série Cadernos ABESS, n.4 (ABESS, 1991)

“modernização” com a transição democrática, a fazia “sem mudanças” efetivas na estrutura social brasileira. Assim, mesmo com a promulgação da Constituição Federal em 1988, manteve-se o monopólio da terra, a subordinação econômica, a exclusão da população das decisões e rumos do país, numa construção de uma democracia “trucada” ou, melhor, de seu “arremedo”, além de outras profundas consequências da herança ditatorial.

A década de 1980, apesar de fecunda ao Serviço Social, finaliza com a prorrogação ilegítima¹⁷⁰ de mais um ano no Governo Sarney que, para sustentá-la, recorreu ao fisiologismo, clientelismo e corrupção, ignorando o esgotamento de seu governo e as insatisfações populares (Netto, 2014): não é demais o registro de uma greve geral de 48h em 1989 que parou 35 milhões de trabalhadores (dos 50 milhões ativos) (Mattos, 2010).

Este governo, que finaliza com índices de inflação¹⁷¹, abriu uma senda que se aprofundou dos anos seguintes, como veremos no próximo subitem, de uma política recessiva, repercutindo em cortes nos investimentos públicos (Abramides, 1989). É também, no entanto, nesse futuro próximo que se avista difícil, que o Serviço Social consolida o seu projeto ético-político, carinhosamente chamado de PEP (Abramides; Cabral, 2019), em cuja construção nossas entidades não se esquivaram, mas foram protagonistas, conforme também veremos no item 4.2, a seguir.

4.2 O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E O PROTAGONISMO DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DA PROFISSÃO: “SE MUITO VALE O JÁ FEITO, MAIS VALE O QUE SERÁ...”¹⁷²

Conforme já abordamos no item anterior, a década de 1980 foi fecunda para o Serviço Social brasileiro, pois é em seu decorrer que cresce o espírito da Reconceituação que “antes chegava aqui capilarizado e debaixo do pano e não havia clima sociopolítico para o seu desenvolvimento” (Netto, 9^a Seminário Anual de Serviço Social, 2016). Esse Movimento, em sua expressão no Brasil, possibilitou, conforme temos acompanhado, “que a profissão

¹⁷⁰ Isso não causou incômodos nas classes dominantes que preferiram arcar com o desgaste da imposição de cinco anos de tal governo, a serem ameaçadas com eleições na qual tinham baixa representatividade política (Abramides, 1989).

¹⁷¹ Segundo refere Behring e Boschetti (2010), a partir de Tavares, a média de inflação da década de 1980 foi de 200%.

¹⁷² Referência à música “O que foi feito de vera (de Vera)” cantada por Milton Nascimento e Elis Regina, cujos versos foram tema do X ENESS realizado no Rio de Janeiro.

caminhasse para a superação do monopólio conservador no âmago profissional e construísse bases de legitimação, vinculadas à perspectiva de intenção de ruptura” (Moreira; Caputi, 2016, p.99), ancorada na tradição marxista que aqui se consolidou (Netto, 9ª Seminário Anual de Serviço Social, 2016).

Para tanto, além do contexto sociopolítico favorável que vivemos desde o final da década de 1970, destacamos a importância da estratégia político-organizativa das entidades sindicais da profissão sob a direção da Ceneas e, depois, da ANAS, para que isso fosse possível. Pois, para assegurar o compromisso assumido no III CBAS, e buscando avançar no projeto de intenção de ruptura, tanto no exercício, quanto na formação profissional, iniciou-se um processo de democratização das demais entidades, sobretudo, do Conjunto CFAS/CRAS que, conforme já referimos, foi o mais refratário a este processo.

Também identificamos a participação do movimento estudantil junto aos debates relacionados à área, cujo reconhecimento vinha sendo apontado pelas entidades sindicais desde o III CBAS. A partir de então, os espaços junto às entidades, especialmente da ABESS, foram sendo tensionados, desencadeando-se, assim, para além de uma democratização isolada, a sua articulação na participação e na organização conjunta de eventos, atividades, lutas coletivas, e, principalmente, na construção e na consolidação do projeto profissional de intenção de ruptura.

Porém, como indicamos no título deste subitem, “se muito vale o já feito, mais vale o que será”. Este verso expressa o processo sobre o qual trataremos neste item, que compreende a década de 1990 na qual a perspectiva de intenção de ruptura avança ainda mais na categoria profissional, “na constituição da hegemonia do que hoje se denomina projeto ético-político profissional do Serviço Social, em um processo de continuidades e rupturas com o momento que o antecedeu” (Cardoso, 2013, p.195).

Contraditoriamente, no contexto nacional, sucedia à prorrogação ilegítima do Governo Sarney, Collor de Mello, eleito presidente pelo voto direto em detrimento da derrota de Lula. Sua eleição coroava a perpetuação da sociedade capitalista no país, sob a égide imperialista, cuja condução se deu pelas classes dominantes. Isto porque o projeto que vinha sendo construído pela classe trabalhadora passou por deturpações do tipo social-democrata¹⁷³, ao ser subordinada às frações burguesas naquele momento.

¹⁷³ Para Marini “não há projeto político próprio para a classe operária que não seja socialista. Que isso fique claro. E um projeto socialista não pode passar por deturpações do tipo socialdemocrata. Não é por aí que vai o caminho. Isso apenas subordinaria a classe operária a outras frações burguesas” (2005d, p.260)

Assim, desde o final da década de 1980, além do aprofundamento da dependência econômica e política herdado da ditadura militar no Brasil, a classe dominante passou a gestar um Estado que impôs “limites muito mais estreitos à ação das massas e trata de se suprimir de seguranças militares muito maiores do que antes, para enfrentar tal ação” (Marini, 2005f, p.248). Lembremos para isso dos acordos “pelo alto” referidos por Netto (2014) entre o governo de transição democrática e os setores militares no país. Neste sentido, “a questão militar já é uma questão atual para a esquerda latino-americana [e] o será cada vez mais, pelas leis de ferro da luta de classes” (Marini, 2005f, p.249).

Outra configuração que passa a ser assumida pelo Estado diz respeito ao seu papel na vida econômica, visto que, a partir daquela crise internacional que vinha se desenhando desde a década de 1970, além da parceria (e ao mesmo tempo descolamento) entre o capital bancário e industrial, o projeto burguês-imperialista passou a assumir o neoliberalismo como resposta à crise, visando:

adequar a economia latino-americana aos interesses dos grandes centros, privatizar o capital social que se encontra na esfera pública e limitar a capacidade da intervenção na economia de que dispõe o Executivo, seja transferindo parte de suas atribuições ao Congresso Nacional, seja apropriando-se ela mesma (a burguesia) da outra parte, em nome dos supostos direitos da iniciativa privada.” (Marini, 2005g, p.227)

Com a política neoliberal “nos obrigam à prática de uma política de privatizações, que transfere nossas empresas -criadas com fundos públicos, fundos que têm sido formados pelos nossos povos com enorme sacrifício- a preços ínfimos para as mãos dos grandes grupos, estrangeiros em sua maioria” (Marini, 2005g, p.230), restando para o Estado, conforme o autor, a função de reprimir as massas para garantir a consecução desses propósitos, para a qual se vale do aparelho militar como já referimos.

Mesmo abrindo o caminho para o neoliberalismo no Brasil, o Governo Collor, não teve a mesma durabilidade que seu antecessor. “Com comprovações de desvio de dinheiro e roubos ao patrimônio público e o apelo nacional pela ‘ética’ na política, em um grande processo de mobilização social, em 1992, ocorre o *impeachment* [...] dando continuidade ao seu governo, com a mesma política neoliberal, seu vice, Itamar Franco” (Cardoso, 2013, p.198). Assim, o projeto neoliberal seguiu sendo a palavra de ordem no país, condenando, desde já, ao não reconhecimento e à deturpação daqueles direitos inscritos na CF88.

No Serviço Social, inscrito neste contexto, além da reafirmação, em 1991¹⁷⁴ da filiação da categoria de assistentes sociais em sindicatos por ramos de atividade econômica e dissolução da ANAS e suas filiadas (Abramides; Cabral, 2019), os estudantes vinham apontando a necessidade de revisão do projeto de formação profissional.

Conforme relembra Maurílio Matos, estudante na época: “*A gente tinha críticas ao currículo de 82, que a história mostrou que tinha avanços em relação ao que existia anteriormente, mas a importância de apontar pra sua reforma*” (Matos, Documentário ABEPSS 70 anos, 2017). Tais eram as necessidades reconhecidas pelos estudantes que lançaram “inclusive um ‘anteprojeto pela reestruturação da formação profissional’ [...] buscando mobilizar a ABESS [...] para isso” (Braz; Matos, 2008, p.177).

Nesta feita, no ano seguinte realizou-se um processo de debate e produção coletiva no âmbito da ABESS/CEDEPSS acerca da formação em Serviço Social. Conforme registros, foram realizados seis encontros regionais cujas temáticas se encontravam envoltas das “novas demandas postas pela realidade social e o exercício profissional ao ensino do Serviço Social” (ABESS, 1993, p.3).

A partir desses encontros regionais, realizou-se o Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, em dezembro daquele ano. Neste encontro, permitiu-se “uma avaliação crítica do atual estágio do ensino e da pesquisa em Serviço Social e avançou no sentido de recomendar a urgente e necessária revisão do Currículo Mínimo dos Cursos de Serviço Social” (ABESS, 1993, p.3)

Além do processo que se iniciava em torno da revisão do Currículo Mínimo de 1982, sob cujas fragilidades já apresentamos neste trabalho, também se gestava no interior da categoria a revisão do Código de Ética de 1986, apontada desde 1991¹⁷⁵, o qual, apesar de apresentar conquistas e ser um documento mais recente, também apresentou limitações. Assim, a gestão do CFAS (1990-1993), assumiu o compromisso quanto à necessidade de revisão do então Código de Ética, constituindo, para tanto, uma Comissão Técnica que contou com 5 (cinco) assistentes sociais, 1 (uma) assessora jurídica e 1 (um) assessor legislativo.

Segundo Beatriz Paiva, que compôs essa Comissão Técnica “*era um momento muito veloz, a gente tinha que fazer as coisas naquele momento [...] Para nós era tudo muito*

¹⁷⁴ Este encaminhamento se deu no Congresso da ANAS daquele ano.

¹⁷⁵ Já neste ano se “apontava para a necessidade de revisão desse instrumento para dotá-lo de maior eficácia na operacionalização dos princípios defendidos pela profissão hoje” (CFESS, 1996 apud CFESS, 2008, p.163-164).

urgente, a gente estava vivendo um clima no país, na categoria, de que as coisas tinham que acontecer". Apesar da recente saída da ditadura e das recentes conquistas, lembra que a sociedade brasileira havia elegido recentemente um *"presidente da república que era uma tragédia para o país"*. Já no âmbito da categoria, vivia-se um *"processo de ascenso do seu momento de constituição de uma práxis política mais racionalizada, dentro de um projeto que foi cada vez ganhando um formato mais nítido, na sua construção baseada no marxismo, numa ética anticapitalista"* (30 anos do Código de Ética: o reencontro, 2023).

Nessa perspectiva, Lúcia Barroco, também integrante da Comissão Técnica, aponta que *"o Código de 93 veio na esteira dessas conquistas e foi mais um passo na consolidação do projeto de ruptura com o Serviço Social conservador. [...] ele teve essa função, de resgatar e conservar essas conquistas, mas colocá-las num novo patamar"*. Conforme seu relato, este foi um processo profundamente democrático, pois, a partir da elaboração de um documento pela Comissão, esse foi compartilhado por todo o Brasil, em momento de votação por expressão massiva de assistentes sociais: *"Foram votando, votando, até chegar no documento final"* (30 anos do Código de Ética: o reencontro, 2023), envolvendo também as demais entidades e segmentos da categoria em eventos¹⁷⁶ ocorridos desde 1991 (CFESS, 2008).

Em sua análise, o Código de 1993

"conseguiu explicitar os princípios e valores do projeto profissional sem perder o vínculo com o projeto de sociedade, onde os valores possam ser viabilizados por todos, sem alienação, sem exploração. Eu acho que ele inovou na medida em que conseguiu traduzir, na prática concreta do exercício profissional os valores e princípios, isso, o Código de 86 não conseguiu fazer. Então ele inovou frente ao Código de 86 nesse sentido: conseguindo fazer uma tradução daqueles valores, do compromisso com os interesses da classe trabalhadora em práticas concretas, acho que ele conseguiu fazer isso. Acho não, tenho certeza. [...] foi, principalmente, um processo democrático, extremamente democrático, que percorreu o Brasil e conseguiu chegar a uma etapa final" (Barroco, 30 anos do Código de Ética: o reencontro, 2023).

Essa revisão, portanto, *"considerou e incorporou os pressupostos históricos, teóricos e políticos da formulação de 1986 e avançou na reformulação do Código de Ética Profissional, concluída em 1993"* (CFESS, 2008, p.164). Diante desse esforço envidado pela Comissão Técnica, pelas Assessorias e pela categoria como um todo, o novo e quinto Código de Ética do Serviço Social brasileiro foi aprovado em março de 1993, processo no qual, o

¹⁷⁶ Seminários Nacionais de Ética, ENESS, VII CBAS e encontros nacionais CFAS/CRAS.

Movimento Estudantil também participou ativamente nos debates coletivos gestados na profissão (Braz; Matos, 2008).

Creemos que essa ampla participação da categoria, que se encontrava vinculada aos mais diversos setores da sociedade, sobretudo, com experiências advindas dos movimentos sociais que saltaram à cena desde o final da década de 1970, juntamente com a referência à tradição marxista, resultaram em grandes avanços na profissão, dentre os quais destacamos: a compreensão não endógena, corporativista e messiânica¹⁷⁷, indicando como princípio a articulação aos movimentos sociais e a outras categorias profissionais; e, a incorporação da questão de gênero e da questão étnico-racial no empenho pela eliminação de todas as formas de preconceito e de discriminação. Este, para nós, foi um marco inarredável na ruptura com o conservadorismo, pois, como vimos no capítulo 2 desta tese, além de constituir-se majoritariamente feminina, a profissão vinha desde a sua gênese vinculada ao racismo, apesar de demonstrar avanços nas discussões desde a década de 1980¹⁷⁸.

Mais tarde, mas ainda naquele ano, aprovou-se também a nova versão da Lei de Regulamentação da profissão, cujas discussões já decorriam desde 1966, quando da realização do I Encontro Nacional CFAS/CRAS “que colocara em pauta a discussão acerca da normatização do exercício profissional, constatando-se, na ocasião, a fragilidade da legislação em vigor em relação às atribuições profissionais” (CFESS, 2008, p.164). Desde então, vinha-se discutindo sobre as alterações, chegando a ser elaborado um Projeto de Lei¹⁷⁹ e encaminhado na década de 1980¹⁸⁰, em um longo processo de tramitação até a sua aprovação por meio da Lei nº. 8.662 de junho de 1993.

Essa nova legislação “assegurou à fiscalização profissional possibilidades mais concretas de intervenção, pois define com maior precisão as competências¹⁸¹ e atribuições

¹⁷⁷ Aqui nos referimos a uma compreensão equivocada que vigorou na profissão na década de 1980, hipotecando ao Serviço Social à função de organização da classe trabalhadora, que na verdade, não cabe às profissões e, sim, aos partidos políticos (Cardoso, 2013).

¹⁷⁸ A título de lembrança: discutiu-se sobre diversidade, desigualdade, racismo e machismo no VI CBAS de 1989.

¹⁷⁹ Em 1971 se discute o primeiro anteprojeto de uma nova lei no IV Encontro Nacional CFAS/CRAS (CFESS, 2008).

¹⁸⁰ Somente em 1986 é encaminhado pelo deputado Airton Soares por meio do PL n.7.669, “arquivado sem aprovação, devido à instalação da Assembleia Nacional Constituinte. O tema volta ao debate nos encontros nacionais, onde se elabora a versão final do PL, apresentado dessa feita pelas deputadas Benedita da Silva e Maria de Lourdes Abadia” (CFESS, 2008, p.164). Este último PL, é retomado ainda em 1989 nos XVII e XVIII Encontros Nacionais CFAS/CRAS que produziram a versão do projeto de lei n.3.903/89 (Santos, 2019, p.88)

¹⁸¹ Até então, na Lei de Regulamentação de 1957, não constavam as competências profissionais, além de um reduzido e genérico escopo acerca das atribuições.

privativas do assistente social.” (CFESS, 2008, p.164) colocando, desta forma, o exercício profissional em outro patamar (Santos, 2019).

Além disso, inova ao reconhecer os encontros nacionais como fórum máximo de deliberação (CFESS, s/a), os quais possuem periodicidade anual e definem a agenda de trabalho dos Conselhos Federal e Regionais de forma amplamente democrática visto que conta “com a presença de delegados/as de direção e também da base da categoria em todos os estados, eleitos em assembleias convocadas ordinariamente para este fim, nos termos do Estatuto do Conjunto CFESS/CRESS” (Santos, 2019, p.89).

Outra mudança referiu-se à democratização do processo eleitoral¹⁸² que, em ambas as esferas do Conselho, passaram a ser realizadas de forma direta, configurando-se, conforme Santos (2019, p.88), em “uma das características distintivas dos Conselhos de Serviço Social ante outros Conselhos de profissão”. Assim, aquele árduo trabalho na democratização dessas entidades desde os anos 1980, como vimos, é assumido como prática, garantindo que essas entidades passassem a ser construídas “de modo participativo com o poder de decisão partilhado entre profissionais de direção e da base das entidades” (Santos, 2019, p.89).

A nova Lei, passou a organizar o Conselho em 27 Regiões (Apêndice C), antes 10, e renomeou os então CFAS e CRAS, passando a denominá-los Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). Esta mudança, conforme analisa Santos (2019), não foi apenas semântica, uma vez que indicou uma diretriz importante que passou a ser observada em todo o conjunto de normativas posteriores à Lei, qual seja:

o conselho defende a imagem social da profissão em nome dos interesses da sociedade, dos usuários/as, e não necessariamente os/as profissionais que a exercem. Explico-me: ao exercer sua atribuição de fiscalizar o exercício profissional, considerando-se o aparato normativo que a regula, os conselhos atuam prioritariamente em defesa da qualidade do serviço prestado pelos/as assistentes sociais à população (Santos, 2019, p.89, grifos da autora).

Em síntese, o CFESS, compreendido como autarquia pública federal, tem a atribuição de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do(a) assistente social no Brasil (CFESS, s/a). Assim, juntamente com os CRESS, são

¹⁸² Como vimos, já em 1987 havia tido mudança em relação ao processo eleitoral, conquista que permaneceu no âmbito dos Conselhos.

obrigados a apurar as faltas éticas e disciplinares dos profissionais, sem desconsiderar as condições da categoria como assalariada (Santos, 2019), mas assumem também uma dimensão pedagógica que busca “romper com a histórica identificação desses espaços como restritos à metodologia de fiscalização de caráter mais “punitivo” que tiveram em sua gênese” (Reidel; Corrêa; Knevez, 2022, p.147).

Ainda no decorrer de 1993, em julho, a SESSUNE passou a denominar-se Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) (Braz; Matos, 2008; Ramos, 2011), mudança definida no XV ENESS¹⁸³, realizado em São Leopoldo/RS, após um longo debate acerca da atuação da UNE, da qual registrava-se um distanciamento cada vez maior desde o final dos anos 1980¹⁸⁴. (Braz; Matos, 2008)

Essa mudança “*foi um consenso entre as diferentes tendências do movimento estudantil*” (Matos, Documentário ABEPSS 70 anos, 2017) e objetivou garantir uma maior autonomia política com relação à UNE, bem como, para o fortalecimento das lutas específicas do Serviço Social, rompendo também com a vinculação que o nome anterior sugeria. Ainda neste ano foi criada uma Secretaria de Formação Profissional a qual competia “trabalhar especificamente pela questão de formação profissional, ante-projeto e coordenação dos representantes estudantis de ABESS” (ENESSO, 1993) que atuava junto à ENESSO, e era eleita entre os pares e mais um Centro Acadêmico (Matos, Documentário ABEPSS 70 anos, 2017), garantindo, assim, a estreita vinculação entre as entidades.

A criação dessa Secretaria, acreditamos, foi de suma importância para a revisão curricular que seria construída na sequência e sobre cuja necessidade o MESS vinha apontando desde 1991. Essa revisão foi um compromisso assumido n’*“a Convenção Nacional da ABESS de Londrina que elegeu a Marieta Koike e um grupo de professores, na sua grande maioria na UFPE”*. Na ocasião, Matos relembra que, ao final da Convenção, após a eleição da nova diretoria da ABESS, *“a Marieta pediu uma reunião com os estudantes presentes. Eu estava lá, e ela dizendo isso, que ela reconhecia, que ela sabia, e se comprometendo com a reforma do currículo”*. (Matos, Documentário ABEPSS 70 anos, 2017)

No que se sucedeu, quando do início da sua gestão, Marieta Koike relembra a incumbência que recebeu naquela Assembleia Geral da ABESS para instaurar o processo de

¹⁸³ Registra-se ENESS anteriores, porém, definimos apenas dar visibilidade àqueles que incidiram em mudanças no MESS.

¹⁸⁴ Mesmo assim há registros de que nesse mesmo período a Sessune vinha participando dos congressos da UNE (Braz; Matos, 2008).

revisão do currículo vigente, conhecido como currículo/82” (Koike, 2011, p.344), cujo processo perdurou por duas gestões da entidade, 1994/95 e 1996/97 sob sua presidência.

Segundo ela, “a entidade tinha acúmulo e o movimento era propício dado o nível de mobilização nas unidades de formação acadêmica e na categoria” (Koike, 2011, p.345), legatário dos intensos debates em torno da atualização do Código de Ética e da Lei de Regulamentação da Profissão em 1993. A autora avalia que “*a perspectiva da reforma curricular já estava posta no Código de ética profissional. Os fundamentos já estavam ali*” (Koike, Documentário ABEPSS 70 anos, 2017). Assim, “desencadear o processo de revisão curricular naquela circunstância era dar continuidade ao clima de mobilização existente” (Koike, 2011, p.345).

Entretanto, apesar do clima propício no interior da categoria, Marieta assinala o difícil contexto social do país naquele momento em que a nova proposta vinha sendo elaborada. No entanto, compreende que, contraditoriamente:

O aprofundamento da natureza, das dimensões e impactos da crise, o debate do significado da profissão e a análise do alcance sócio-histórico dos princípios da liberdade, equidade, democracia, justiça e do que representam na perspectiva da construção do projeto societário no qual ganhem efetividade iam aclarando o que poderia constituir os eixos nucleadores do currículo, conteúdos programáticos e demais componentes que o projeto deveria contemplar (Koike, 2011, p.347-348)

Assim, esse processo iniciado em 1994 vai se desenvolvendo e amadurecendo, e vai se reafirmando a posição da categoria em relação à sua direção e organização. Exemplo disso, no âmbito da organização sindical da categoria, que havia tanto contribuído para o momento que se gestava na profissão, registra-se a extinção da ANAS em 94, “ficando cinco sindicatos na ativa, apesar de terem votado pela extinção para caminhar na construção das entidades por ramo de atividade” (Abramides; Cabral, 2019, p.47), o que, conforme vimos, vinha sendo debatido nacionalmente desde o final dos anos 1980.

Todavia, no ano seguinte, assume a presidência do país Fernando Henrique Cardoso (FHC), cujo governo foi um grande escárnio para a classe trabalhadora em todas as suas dimensões, inclusive político-organizativas. Nesta, chamamos atenção para a repressão ao movimento grevista em curso¹⁸⁵ e a promoção de contrarreformas, dentre as quais a trabalhista e a sindical, incorporando câmaras setoriais de negociação com ínfima

¹⁸⁵ “Aconteceram 557 greves em 1992, 653 no ano seguinte, 1034 greves em 1994, 1056 em 1995 e, no ano mais agitado da década sob este aspecto, em 1996, 1258 greves, que se reduziram, em 1997, par 630” (Mattos, 2010, p.86)

participação de trabalhadores¹⁸⁶ e descobertura de trabalhadores sob contratos precários de trabalho¹⁸⁷ (Abramides, 2014).

Esse governo, escancarou as portas do país ao neoliberalismo “diante da clara vinculação com os interesses do capitalismo internacional, seguindo todas as determinações do Banco Mundial e do FMI” (Cardoso, 2013, p.193), seguindo à risca as recomendações do Consenso de Washington¹⁸⁸. Nesse sentido, assim como os demais políticos da América Latina, tornou-se representante dos proprietários privados (inter)nacionais abrindo alas à hegemonia da ação do capital financeiro no país, assim como ocorria no continente (Traspadini, 2017).

Portanto, se como já dissemos, sob a égide neoliberal nos obrigam a vender empresas públicas (Marini, 2005g), “o principal discurso desse período enfatizava a ineficiência do público diante do privado” (Traspadini, 2017, s/p). Como consequência, vivemos o maior período de privatizações no país. Tais privatizações, conforme Mattos (2010), foram associadas à reestruturação produtiva sob o paradigma toyotista, que abarca “a multifuncionalidade, a polivalência, a desespecialização e a captura da subjetividade operária pelo “trabalho em equipe” como novas estratégias de exploração” (Bueno; Traspadini; 2014, p.202).

Além disso, foi em seu governo que houve a maior incompatibilidade entre os direitos sociais previstos na CF88, e a agenda governamental, ao desfinanciar as políticas públicas sociais, principalmente através da Desvinculação de Recursos da União (DRU) (Pereira, 2012) que transforma “os recursos destinados ao financiamento da seguridade social em recursos fiscais para a composição do superávit primário e, por consequência, os utiliza para pagar juros da dívida” (Salvador, 2017, p.429).

Não bastou, portanto, transferir recursos oriundos do fundo público, condensado principalmente por recursos provindos diretamente da classe trabalhadora, ao grande capital, por meio das privatizações (Marini, 2005g), mas transferi-los para o pagamento da dívida pública mediante o desfinanciamento das políticas públicas sociais, que aliás, nunca foram universais, tampouco prioridade do Estado no capitalismo dependente. Consequentemente, esse recurso segue sustentando o capital financeiro-internacional, que se alimenta,

¹⁸⁶ Por outro lado, participavam das negociações o patronato e os sindicatos.

¹⁸⁷ Ficaram sem cobertura sindical, conforme a autora “o conjunto dos trabalhadores precarizados (terceirizados, contratados por tempo parcial, subcontratados)” (Abramides, 2010, p.238)

¹⁸⁸ Fizeram parte do receituário as privatizações, a abertura da economia e o controle da inflação e do déficit público.

sobretudo, da superexploração da força de trabalho e de suas consequências sobre a classe trabalhadora brasileira.

Estavam, portanto, dilaceradas aquelas “veias abertas” desde a invasão de nosso país: “venderam terras, empresas públicas estatais, substituíram direitos sociais por mercadorias e flexibilizaram leis trabalhistas” (Traspadini, 2017, s/p). Ora, se somos, como assistentes sociais, trabalhadores(as) assalariados, e compomos a classe trabalhadora, e, majoritariamente vimos nos inserindo no âmbito dos serviços públicos, especialmente nas políticas públicas, logo, todas essas incidências repercutem em nossas condições e relações de trabalho, assim como da população que atendemos, historicamente superexplorada.

Como já dissemos, esse não foi um processo exclusivo brasileiro, mas atravessou a América Latina. Por isso mesmo, as dificuldades a ele atreladas, conforme refere Koike (2003), aparecem nos debates no âmbito da ALAETS/CELATS: “há perplexidade e desconstrução das identidades institucionais, políticas e até mesmo éticas, diante do desmonte do Estado, da perda dos direitos, do desmantelamento das políticas públicas, da reconfiguração do mercado de trabalho, da precarização que se generaliza configurando a barbárie” (p.74).

Segundo a autora, esse cenário, por sua vez, reverberou em demandas para a formação e o exercício profissional no continente. No âmbito da formação,

algumas escolas fecharam nesse período [...] outras, transformaram-se em cursos de gerência social, outras se fundiram com cursos de sociologia, muitas foram privatizadas, seus cursos passaram a ser pagos e as práticas acadêmicas mercantilizadas, redefinindo completamente seus referenciais, suas condições de funcionamento e sua própria lógica (Koike, 2003, p.74).

Diante do relato, nos parece interessante observar alguns pontos elencados pela autora. O primeiro, se refere ao fato de serem observadas no âmbito das escolas de Serviço Social duas tendências da profissão: aquela que aderiu aos imperativos do mercado, e, aquela que dava continuidade ao projeto fundador, crítico. Sobre tais tendências, a autora aponta que naquele momento não havia condições no âmbito da ALAETS/CELATS para um enfrentamento organizado e qualificado.

Outro ponto, é que, diante das dificuldades enfrentadas pela entidade, sobretudo financeiras, buscou-se naquele momento “conseguir o status de ONG consultiva de primeiro grau para a ALAETS/CELATS” mantendo-se, para isso, “vários contatos com a ONU e seus

organismos especializados, particularmente a CEPAL” os quais, “não chegaram a bom termo”. (Koike, 2003, p.58).

E, por fim, que foi diante deste contexto que, em 1995, enquanto presidenta da ABESS/CEDEPSS, Marieta Koike participou do XV Encontro Latino-Americano de Escolas de Serviço Social, que ocorreu na Guatemala em julho, no qual havia expectativa de o Brasil assumir a Presidência e/ou Vice-Presidência da entidade. Entretanto, indica que não havia uma organização da profissão no país naquele momento, não tendo sido realizados debates prévios com as Unidades de Ensino e demais entidades, além da falta de debate acerca das entidades latino-americanas nos últimos anos.

Diante desses aspectos, observamos mais uma vez uma certa relação entre o Serviço Social e os organismos internacionais, sobretudo, com a ONU e a CEPAL. Não temos elementos para aqui tecer análises sobre os termos dessa relação no período em tela, mas apontamos a necessidade de intentar esforços para buscar identificar as suas incidências na profissão no âmbito latino-americano.

O outro aspecto é aquele relacionado às entidades da profissão no continente, sobre cuja relação havia tido um estreitamento na década anterior, e, neste momento, registra-se a falta de debates novamente. Temos entendido como fundamental a vinculação ABESS/CEDEPSS com a ALAETS/CELATS para o reconhecimento de processos similares vivenciados pela categoria na América Latina, tanto no sentido de fortalecer a direção crítica da profissão, quanto de coletivizar esforços frente aos desafios enfrentados no continente.

Por fim, acrescentamos que Marieta Koike assumiu a condição de Fiscalia da ALAETS e, Maria Carmelita Yazbek, a Diretoria do CELATS, após avaliações e debates coletivos com representantes brasileiros que participaram daquele Encontro, ainda que num momento em que a revisão curricular capitaneada pela ABESS/CEDEPSS estivesse em pleno curso, e sobre a qual mobilizavam-se o Conjunto das Unidades de Ensino (Koike, 2003).

Na esteira dos marcos importantes para o Serviço Social brasileiro, neste mesmo ano, e, inclusive no mesmo mês em que na Guatemala evidenciavam-se as investidas do grande capital e suas consequências neoliberais na América Latina e na profissão, realizou-se, no Brasil, o VIII CBAS, que teve um importante significado “pelo seu caráter político em face às expressões concretas do projeto neoliberal na vida dos(as) trabalhadores(as) e, particularmente, nas condições de trabalho dos(as) assistentes sociais” (Ramos, 2011 p.115)

Segundo a autora, este foi um evento que reuniu um grande contingente de profissionais, o que considera um feito histórico, além da sua radicalidade em abordar temáticas que demonstravam “a necessidade de se discutir a disputa entre os projetos societários, [...] se contrapondo ao posicionamento do projeto neoliberal em relação às políticas públicas e às condições de vida as classes trabalhadoras” (Matos, 2003 apud Ramos, 2011 p.115)

Ao final daquele ano, na XXIX Convenção Nacional da ABESS, em Recife, a Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional, elaborada desde o início de 1994, contendo os pressupostos, diretrizes, metas e núcleos de fundamentação do novo desenho curricular, foi apresentada e aprovada (ABESS/CEDEPSS, 1996). Nesta Convenção, enfatizou-se a relevância da ENESSO e do CFESS, cuja articulação vinha protagonizando, desde os anos 1980, a defesa e a direção social na perspectiva de um novo projeto profissional:

A ENESSO, particularmente, através de sua secretaria de formação profissional, realizou grandes investimentos teórico-políticos na ampliação e aprofundamento do debate. Como parceira da ABESS no processo de construção da hegemonia que define a direção social e política da formação profissional, a ENESSO, coordenadora da participação do Movimento Estudantil, torna-se presença importante necessária. No âmbito do exercício profissional e da organização da categoria, o CFESS constitui-se incentivador e co-participante da direção construção neste percurso (ABEPSS/CEDEPSS, 1995 apud Ramos, 2011, p.114)

Assim, em um esforço coletivo, deu-se continuidade no ano seguinte, à elaboração do projeto de formação profissional, realizando-se oficinas com a assessoria de um grupo de consultores que conduziu a elaboração de um segundo documento intitulado “Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional: Novos Subsídios para o Debate”. (ABESS/CEDEPSS, 1996)

Destacamos que este foi um processo amplamente democrático, não sem divergências¹⁸⁹, em que foram recebidas proposições do conjunto das Unidades de Ensino, as quais foram sistematizadas e resultaram em seus documentos regionais. A partir destes documentos, a Diretoria da ABESS, a representação da ENESSO e do CFESS, o Grupo de

¹⁸⁹ Marilda Yamamoto relembra que houve polêmicas teóricas, um grupo que defendia a política social como fundante da profissão e, outro, que defendia a questão social como prevalente da fundação da profissão na sociedade, o que levou a um “enfrentamento teórico denso, consistente, que a questão social explica a política social, mas que a política social em si não explica a questão social” (Documentário ABEPSS 70 anos, 2017).

Consultores de Serviço Social e a Consultoria Pedagógica elaboraram a Proposta Nacional de Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social (ABESS/CEDEPSS, 1996).

Não é demais mencionar que para a construção desta Proposta foram realizadas aproximadamente 200 (duzentas) oficinas locais nas 67 Unidades Acadêmicas filiadas à ABESS, 25 (vinte e cinco) oficinas regionais e duas nacionais, entre 1994 e 1996 (ABESS/CEDEPSS, 1996), realizadas, muitas vezes, somente com o empenho do grupo local que recebia as oficinas, do compromisso e da solidariedade entre a categoria, pois não havia recursos, senão aqueles aportes que o CFESS fazia (Koike, Documentário ABEPSS 70 anos, 2017).

Este processo que evidencia um esforço coletivo e democrático, de articulação conjunta entre as entidades da categoria e seus diferentes segmentos, possibilitaram a construção daquela Proposta que “foi apreciada na II Oficina Nacional de Formação Profissional e aprovada em Assembleia Geral da ABESS, ambas realizadas no Rio de Janeiro, entre os dias 07 e 08 de novembro de 1996” (ABEPSS/CEDEPSS, 1996, p.4).

Entretanto, na senda do governo FHC, aprovou-se, no mês seguinte, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Lei n. 9.394), de 20 de novembro de 1996. Esta lei, inscrita num oceano neoliberal e sob as diretrizes dos organismos internacionais, prevê o ensino como livre à iniciativa privada, indicando que instituições privadas podem oferecer Ensino Superior, abrindo espaço para a oferta da Educação à Distância e definindo a substituição dos Currículos Mínimos por Diretrizes Curriculares para os Cursos, buscando assegurar, com isso, autonomia no âmbito da formação nas Unidades de Ensino.

Ocorre que, contraditoriamente, a lógica da educação como direito social é subvertida pela lógica de mercado, assim como, abre-se espaço para o sucateamento da educação pública, incentivo à expansão do ensino superior por meio do ensino privado e na modalidade à distância, incidindo em dificuldades na efetivação da articulação ensino-pesquisa e extensão. A substituição dos Currículos Mínimos, por outro lado, ao mesmo tempo que confere autonomia às Unidades de Ensino, mostra, por outro, que as Diretrizes por si só não garantem a presença de disciplinas, temáticas, nem, tampouco, da direção social assumida nos projetos profissionais.

Perante a nova Lei, o Serviço Social encaminha para apreciação do MEC as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, com base no Currículo Mínimo aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1996. Com essa construção temos, então, a coroação dos componentes básicos que compõem o projeto ético-político profissional do

Serviço Social brasileiro, que envolve, nos termos de Netto (2009) “uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas, etc”.

Esse projeto, que conquistou hegemonia no Serviço Social durante a década de 1990 e que vinha sendo gestado desde a década anterior, conforma-se, portanto, por três dimensões que lhe são constitutivas conforme Teixeira e Braz (2009): 1) a produção de conhecimento da área, sedimentada na tradição marxista; 2) as instâncias político-organizativas, que compreendem as entidades representativas da categoria; e, 3): a dimensão jurídico-política que compreende um conjunto de legislações, resoluções, documentos e textos políticos que balizam a atuação profissional como, tais como o Código de Ética Profissional (1993), a Lei de Regulamentação da profissão nº 8.662/1993, as Diretrizes Curriculares de 1996, Resoluções do Conjunto CFESS/CRESS, dentre outros.

Essas dimensões articuladas constituem os componentes que materializam os elementos constituintes do projeto ético-político profissional, quais sejam os princípios e valores ético-políticos, a matriz teórico-metodológica em que se ancora, a crítica radical à ordem social vigente, e, nas lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria através de suas formas coletivas de organização política em aliança com os setores mais progressistas da sociedade brasileira (Teixeira; Braz, 2009).

Netto (2009) considera que a hegemonia conquistada no interior do corpo profissional se deu devido a dois elementos: 1) o crescente envolvimento de segmentos cada vez maiores do corpo profissional nos diversos espaços ao longo da construção daqueles elementos que compõem o PEP em sua dimensão jurídico política; e, 2) a sintonia deste projeto com as tendências significativas dos movimentos das classes sociais, que foram processadas e refratadas no interior da categoria profissional, com raízes efetivas na vida social. Para o autor, a vontade político-organizativa das vanguardas profissionais soube articular esses elementos numa definida direção social estratégica.

Nesse sentido, e, a partir dos estudos logrados nesta tese, acrescentamos um terceiro elemento: as entidades político-organizativas e representativas da categoria. Para nós, e conforme temos evidenciado, as vanguardas da categoria eram compostas, dentre outros, pelas entidades sindicais da época sob a direção da Ceneas e depois da ANAS, assumindo um importante trabalho para a democratização da ABESS e do conjunto CFAS/CRAS, o que, em nosso entendimento foi fundamental, tanto para a incorporação das vontades coletivas inscritas no interior da luta de classes, quanto, para a capilarização e mobilização

dos mais diversos segmentos da profissão por todo o país pelo papel que essas assumem na direção da formação e do exercício profissional. Assim, seu protagonismo é incontestável na construção, aprofundamento, direção, e amadurecimento deste projeto profissional, permitindo que aqueles elementos confluíssem, portanto, para o corpo profissional.

Tais pressupostos são fundamentais para assegurar a hegemonia conquistada pelo PEP, pois esta não significa que este projeto esteja consumado, nem, tampouco exclui a confluência de outros projetos profissionais que a disputam no âmbito da profissão. Nesse sentido, importa mencionarmos ainda que, uma vez sendo conformado de uma estrutura básica, e estando aberto para novas questões que acompanham o movimento da realidade, e que este projeto se encontra em contínuo processo de desdobramento, é necessário fazê-lo sem que este descaracterize seus eixos fundamentais.

Portanto, e, frente ao intenso avanço da reestruturação produtiva e do neoliberalismo, e, tomando o PEP por referência, as entidades da categoria, como seus componentes estratégicos e protagonistas em sua construção, seguem, nos anos que sucedem, em sua defesa, construindo estratégias para fazer frente aos desafios postos para assegurar uma formação e um trabalho profissional de qualidade, conforme demonstraremos no próximo item.

4.3 AS ENTIDADES REPRESENTATIVAS E POLÍTICO-ORGANIZATIVAS DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE AOS DESAFIOS DA FORMAÇÃO E DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL NA CENA CONTEMPORÂNEA: “O QUE FOI FEITO É PRECISO CONHECER PARA MELHOR PROSSEGUIR”

Finalizamos o ano de 1996 com o avanço da reestruturação produtiva, das privatizações, da desarticulação das entidades sindicais, do aumento do desemprego e da precariedade das contratações de trabalho, assim como da desestruturação dos direitos sociais sob a égide do mercado, arquitetando um cenário que, como já nos advertiu Iamamoto (2015b) não é apenas um pano de fundo, mas atravessa e conforma o exercício e a formação profissional.

Para essas duas dimensões, muito havia se avançado, uma vez construídas, coletiva e democraticamente, com ampla participação dos diversos segmentos da categoria profissional pelo Brasil a fora: a proposta das Diretrizes Curriculares para os Cursos de

Serviço Social de 1996; o Código de Ética; e, a Lei de Regulamentação Profissional de 1993, que compõem a estrutura básica do projeto ético-político profissional (Netto, 2009), em sua dimensão jurídico-política (Teixeira; Braz, 2009).

Tendo em vista o que expusemos anteriormente, acerca de que o PEP não é um projeto acabado, consumado, e nem mesmo que a sua existência garante a sua hegemonia, e, frente aos desafios postos ao longo dessas construções e aqueles que se avistava, buscamos, neste item visibilizar as ações do conjunto das entidades, registradas nas fontes bibliográficas e documentais da Revista *Temporalis* (2010-2021), que, nesta tese contemplam 45 produções.

Enfatizamos que as ações registradas e rememoradas nestas fontes, certamente não abarcam todas aquelas construídas no decorrer desses últimos anos, pois entendemos que a produção de conhecimento e os periódicos são apenas uma forma de veiculação dessas ações. Além do mais, a Revista *Temporalis* não é o único periódico da área, mas é aquele que contempla o maior número de publicações sobre as entidades, por ser um organismo vinculado à ABEPSS.

Para organização dos achados, dividimos este subitem em três partes: na primeira, apresentamos às ações frente à contrarreforma da política de educação, voltadas à formação profissional; na segunda, as ações voltadas ao exercício profissional diante da reestruturação produtiva. Na terceira, tecemos nossas reflexões a partir dos dados apresentados, chegando, à tese desta tese. Em ambos os subitens, apresentamos as ações mais expressivas encontradas na pesquisa.

4.3.1 Ações das entidades representativas do Serviço Social frente à contrarreforma da política de educação

Em 1997, ano seguinte ao envio da Proposta das Diretrizes Curriculares para o MEC, foi realizado pelo conjunto das entidades nacionais do Serviço Social o Encontro Nacional de organização da categoria, em Brasília. Este Encontro, teve como temática “Serviço Social e o Projeto Político Profissional-Rumo ao Século XXI” e debateu o Serviço Social frente à reestruturação produtiva e à reforma do Estado. Segundo Ramos (2011), as reflexões partiram da concepção do assistente social enquanto trabalhador e sujeito político, problematizando “os dilemas do Projeto Ético-político profissional, a organização sindical,

a formação profissional e o movimento estudantil, tendo sido possível discutir estratégias e mecanismos para fortalecer a organização desta categoria no Brasil” (Ramos, 2011, p.116), estando sintonizado, tanto com o contexto social, quanto com a contradição que estava posta desde a construção das Diretrizes de 1996.

Neste ano, que finalizou com a reeleição de FHC, chegava ao fim a gestão da ABESS que tinha conduzido todo o processo de construção, coletiva e democrática, das Diretrizes que ainda não havia recebido aprovação do MEC. Frente ao contexto de desestruturação do ensino superior, sobretudo, público, avaliava-se, naquele momento, que era necessária uma entidade mais fortalecida e em condições de realizar o enfrentamento aos alçozes que se avistava desde a aprovação da LDB para a concretização do projeto de formação nas Unidades de Formação.

Pontes (2011) retoma que a então presidenta da ABESS, Marieta Koike, entendia que “a forma institucional em que se apresentava a entidade era insustentável administrativa e financeiramente, [apontando-se] a necessidade de uma reforma estatutária que lograsse superar esse entrave e também a antiga polarização entre ensino de graduação e pesquisa/pós-graduação” (Pontes, 2011, p.18). Para que isso fosse possível, deliberou-se na XXX Convenção da ABESS/CEDEPSS, realizada em dezembro de 1997, em Assembleia Geral, uma gestão de transição (1997-1998) para: “**reestruturação institucional;** construção de um novo estatuto com a criação de uma entidade única, extinguindo o CEDEPSS; aprovação das Diretrizes da área junto ao MEC e favorecimento da construção dos novos Currículos Plenos dos cursos de Serviço Social no Brasil” (Pontes, 2011, p.18).

Em vista do legado democrático que vinha se desenvolvendo nas construções realizadas pelas e com as entidades da categoria, manteve-se a dinâmica de **oficinas** em todos os níveis, de agosto a outubro de 1998, acolhendo-se críticas, sugestões e propostas para o novo Estatuto. Além das oficinas, também foi realizado um Fórum de Pós-Graduação, em maio/1998, na UFRJ, “cujo produto foi um documento síntese (ABESS/Fórum), por sua vez, apresentado à deliberação superior da Assembleia Geral, em dezembro de 1998, na Universidade de Brasília, sendo o novo estatuto da entidade aprovado por unanimidade” (Pontes, 2011, p.20).

Das principais mudanças postas no novo estatuto, citamos a alteração do nome da entidade, que passou a se chamar Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Essa mudança não foi apenas semântica, mas resulta da extinção do CEDEPSS, a partir da qual se buscou dar amparo “jurídico-legal a uma concepção que vinha

sendo construída coletivamente: a relação orgânica entre graduação e pós-graduação e a indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão como eixo que estrutura a formação graduada e pós-graduada” (Guerra, 2011, p.127), além de expressar o avanço e o grau de maturidade da pesquisa e da produção do Serviço Social brasileiro (Boschetti, 2011; Guerra, 2011).

Segundo Boschetti (2011), a preocupação com a garantia da indissociabilidade entre a tríade supracitada, estava embutida no novo estatuto “como condição para enfrentar o desafio da capacitação ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa da profissão, conforme as diretrizes curriculares” (p.30). Ainda segundo ela, buscava-se, com a reestruturação da entidade, consolidá-la como uma entidade científica voltada não somente para a qualificação da formação, mas também para a estruturação dos núcleos e grupos de pesquisa.

Assim, no âmbito da estrutura da Diretoria Executiva Nacional e Regionais, **incluiu-se os cargos de Coordenador Nacional de Graduação e Coordenador Nacional de Pós-Graduação e Conselho Fiscal** (Apêndice D). Essa proposta, além de assegurar a associação de sócios institucionais, com cursos de graduação e de pós-graduação da área, ampliou, ainda, a modalidade de sócios individuais, para a qual tornou-se possível a associação individual de professores, assistentes sociais- supervisores e pesquisadores, e de estudantes (graduação e pós-graduação), possibilitando maior capilaridade da entidade entre os diferentes segmentos profissionais (Pontes, 2011). Esta também foi uma estratégia para garantir maior sustentabilidade financeira para a Associação, com possibilidade de ampliação de sócios. Para a preocupação financeira, consideramos ainda que a criação do Conselho Fiscal, com a incumbência de zelar pelo funcionamento regular da gestão financeira da entidade, também foi de suma importância.

Entretanto, cabe mencionarmos, conforme Boschetti (2011), que, apesar de incluir os sócios individuais no estatuto em 1998, este não previa a forma de sua participação na vida política da ABEPSS, sendo necessário, na gestão seguinte (1999/2000), a elaboração de um Regimento Interno que contou com a participação das docentes Maria Beatriz Abramides e Maria do Socorro Reis Cabral, apresentando-se ainda uma proposta de revisão do estatuto que foi aprovada em Assembleia no ano 2000.

Diante da necessidade de aprofundamento e debate em torno das Diretrizes Curriculares, e buscando subsidiar as unidades de ensino em Serviço Social, foram realizadas **oficinas** em todas as regionais da entidade, dando continuidade para todo aquele

processo iniciado em 1993, o que permaneceu nas gestões seguintes (Cassab; 2011) Outras duas ações importantes nesta perspectiva, foram: 1) **Publicação temática dos Cadernos ABESS n.8**¹⁹⁰ que apresentou conteúdos voltados ao entendimento do processo de formação profissional, tendo a pesquisa como transversal à formação (Guerra, 2011), “num contexto de reforma universitária, e ao processo de construção dos projetos pedagógicos” (Pontes, 2011, p.22); e, 2) o Projeto de Capacitação Profissional, que, conforme Pontes (2011) já havia sido idealizado na gestão anterior (1996/97) e foi lançado em 1998 por meio do **I Curso de Especialização em Serviço Social e Política Social**, através de **convênio** firmado com o CFESS e com o Cead/UnB.

Este Curso “constituiu-se em uma estratégia acadêmico-política de fortalecimento da fundamentação teórico-metodológica, tanto dos profissionais quanto dos docentes em todo o país” (Pontes, 2011, p.22), pois, naquele momento em que foi lançado, o autor avalia que havia uma demanda reprimida por cursos de especialização *lato sensu*, devido à pouca oferta nas universidades públicas, e altos custos nas universidades privadas. Apesar de vir sendo intencionado desde a gestão 1996/97 da ABESS e lançado em 1998, o Curso foi ofertado somente em 1999 a preço de custo aos seus participantes, que, entre professores e assistentes sociais totalizou 1.654 inscritos. Seu conteúdo, contudo, não ficou restrito às participações, pois, sua bibliografia passou a integrar a formação profissional nos cursos de Serviço Social em todo o país, uma vez que “os cinco módulos impressos [...] foram encaminhados gratuitamente às UFAS e distribuídos aos alunos”(Boschetti, 2011, p.40) o que atesta “o êxito da estratégia de capacitação continuada no sentido de impulsionar a implantação das novas diretrizes curriculares, e em última análise nutrir as bases do Projeto Ético-Político da profissão” (Pontes, 2011, p.22).

Ainda neste processo, para assegurar a reestruturação estatutária, desde 1998 as gestões empenharam-se para regularizar e organizar as documentações da entidade, o que também havia sido deliberado em assembleia. Boschetti relembra que este era um grande problema da ABEPSS, pois ela era uma entidade itinerante: a cada nova gestão que assumia, a documentação era transportada para o estado da federação do docente que estava à frente da presidência, o que provocava “perdas, danos e excessivos gastos de transporte a cada mudança de gestão” (Boschetti, 2011, p.31). Diante disso, a **ABEPSS firmou um convênio com o CFESS** que cedeu uma sala central em Brasília, um computador e uma impressora.

¹⁹⁰ Esta foi a última edição dos Cadernos ABESS, sendo substituídos, após, pela Revista Temporalis sobre a qual nos referimos mais adiante neste item.

Assim, após um árduo trabalho de atendimento a exigências cartoriais¹⁹¹, 70 caixas¹⁹² na época foram transferidas com os documentos que ali foram classificados e organizados. Esse processo, contudo, só se consolidou mais tarde¹⁹³ quando a Unb cedeu uma sala para se tornar a sede definitiva da ABEPSS.

Outro importante espaço estratégico construído pela ABEPSS foram os **Fóruns de Pós-Graduação da área**, envolvendo os cursos de mestrado e doutorado. Registra-se em sua realização, importantes resultados em 1998, como: a elaboração de uma nova revista científica da área, em substituição aos Cadernos ABESS; elaboração e divulgação da trajetória da pós-graduação em Serviço Social no Brasil; além da contribuição, conforme já referimos, para a reforma estatutária em 1998. Estes fóruns permaneceram acontecendo nos anos seguintes, constituindo-se de profunda relevância frente às mudanças na política de pós-graduação e pesquisa dos órgãos de fomento (Capes e CNPq), assim como dos critérios de avaliação dos programas (Boschetti, 2011; Cassab, 2011), propiciando o debate e o aprofundamento de discussões, principalmente àquelas relativas às mudanças no âmbito da pós-graduação em curso, tecendo críticas e posicionando-se. Ao mesmo tempo, também se constitui em um espaço potente de elaboração conjunta, que se mostra solidário, possibilitador de parcerias e construção de pesquisas conjuntas, na contramão da lógica do produtivismo acadêmico suscitado pelas políticas governamentais.

Uma vez encaminhada a criação de revista científica da área, foi instituída ainda a **Revista Temporalis** (do latim, que marca o tempo): “*Temporalis seria uma forma de demarcar essa mudança de tempo[...]A mudança que incorpora o que vem de toda história da ABEPSS antes, e marcar que ali também era um tempo de mudança, de transformação em relação ao que viria pela frente como ABEPSS*” (Boschetti, Documentário 70 anos da ABEPSS, 2017). Seu primeiro número foi publicado com recursos do CNPq no ano de 2000¹⁹⁴ abordando a temática da reforma do ensino superior e Serviço Social. A Revista Temporalis, na atualidade¹⁹⁵, consiste no único periódico da área vinculado a uma entidade

¹⁹¹ A personalidade jurídica da ABEPSS ainda se encontrava registrada em cartório de Belo Horizonte desde 1992. Para regularizar a transferência para Brasília, exigiu-se todos os documentos referentes às assembleias realizadas em 1992, exigindo, para isso, a busca pelos documentos que, apesar de estarem em caixas, não tinham indicação de conteúdo e ano.

¹⁹² Segundo a autora, as caixas ainda se encontravam na UFPE desde a gestão 1994-1996.

¹⁹³ Isso ocorreu apenas durante a gestão 2009-2010, pois, a gestão 2001-2002 ao encerrar o então convênio com o CFESS tomou a decisão de transferir as documentações para a PUC-SP. (Boschetti; 2011; Behring, 2011).

¹⁹⁴ Sua formalização em estatuto se deu, contudo, em 2008 (Bravo; Raizer; Lemos; Elpídio, 2019).

¹⁹⁵ Tivemos, entre 1997-2013, 14 números da Revista Inscrita vinculada ao CFESS.

representativa da categoria, e marca um tempo em que a pesquisa passou a ter outro significado na profissão, conforme já abordamos.

Em relação à comunicação, avançou-se em 1998 com a **criação de uma página eletrônica para a ABEPSS** em provedor próprio com **email institucional**. Isso “facilitou enormemente a difusão das informações e contatos com as UFAS e docentes” (Boschetti, 2011, p.32). Assim, tendo em vista que “o fortalecimento da entidade está centralmente depositado na sua relação com as unidades de ensino” (Cassab, 2011), a comunicação pelo site tem sido associada a outros canais como publicações na Revista Temporalis, envio de documentos, orientações, entre outros. Porém, independente destes outros canais, o site, além de um meio de comunicação com a categoria, também se constitui em uma fonte histórica da entidade, e assim deve ser. Portanto, sua atualização é de suma importância, assim como a disponibilização pública de fontes históricas para que possam ser socializadas, estudadas e utilizadas como subsídio pedagógico na formação profissional.

Na senda de uma política neoliberal que seguia avassaladora e “que assolava os países capitalistas seguidores das normas do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI)” a gestão 1999-2000 considerou “que as implicações dessa reforma ainda não estavam suficientemente debatidas no âmbito do Serviço Social e [...] precisavam ser desmistificadas e analisadas criticamente” (Boschetti, 2011, p.35). Diante disso, outra importante estratégia adotada neste decurso foi a realização de **debates entre a diretoria nacional**, buscando assessoria sobre o tema; **reuniões, eventos** e a **elaboração de documentos/posicionamentos** críticos, especialmente sobre os cursos sequenciais (graduação) e mestrado profissionalizante¹⁹⁶ (pós-graduação), enviados para as UFAS; além da realização de **oficinas** locais e regionais e de **Seminário Nacional** sobre o tema, em cujo relatório “é possível identificar um verdadeiro plano de lutas contra essa reforma” (Boschetti, 2011, p.36).

O documento elaborado como síntese do Seminário apontava que para a defesa do projeto ético-político profissional, no contexto de contrarreforma do ensino superior, era fundamental:

[...] manter e **reforçar cada vez mais a unidade política das entidades** – Abepss, Conjunto CFESS/Cress e Enesso – na condução da resistência ao aligeiramento e

¹⁹⁶ Este, “titula para o mercado de trabalho e contribui com o alcance da meta do país no que se refere ao aumento do número de titulados. Neste, em razão da sua natureza, formato e objetivos, a pesquisa inovadora e autônoma desaparece. A educação se realiza cada vez mais conectada com a lógica do mercado, como bem de consumo imediato. Neste formato, há o interesse no aproveitamento de mestres nos setores produtivos e de doutores na pesquisa” (Guerra, 2011, p.142). A este modelo, a ABEPSS se contrapõe.

desqualificação da formação acadêmica, com suas consequências para o exercício profissional.

[...] que as **ações deveriam se articular ao movimento docente e ao movimento mais amplo dos trabalhadores** contra o projeto neoliberal no Brasil e não se restringir ao Serviço Social.

[...] **a consolidação da resistência ao projeto neoliberal requeria respostas concretas, cotidianas e qualificadas** à conjuntura e aos desafios, porém, sem abrir mão da luta por uma nova sociabilidade (Boschetti, 2011, p.36, grifo nosso).

Percebemos, portanto, além de atividades que envolvem toda a categoria, o aprofundamento de temáticas no âmbito da gestão, e nisto, identificamos a importância da formação dos quadros que assumem a direção das entidades para a compreensão de temáticas, de forma a imprimir qualificadamente a direção social do projeto de formação a partir da compreensão aprofundada e crítica sobre elas. Além disso, a ampla participação e subsídios à categoria, permite a construção de estratégias coletivas e solidárias, entre as diferentes realidades. No caso registrado, o resultado desse esforço ampliado foi, como apontou a autora, um verdadeiro plano de lutas, que mais tarde se constituirá como tal, conforme veremos.

Em nossa análise, os apontamentos ali sinalizados naquele documento reconhecem a importância da luta coletiva- com as entidades político-organizativas da categoria, e para além delas, envolvendo os demais segmentos da classe trabalhadora e do movimento docente. Importante acrescentarmos a avaliação de Boschetti (2011) de que “os debates e estratégias implementados naquele momento foram capazes de impedir a abertura de cursos sequenciais no âmbito do Serviço Social, que eram fortemente estimulados pelo MEC” (p.36).

Contudo, as ações não foram de todo modo exitosas, não sendo possível impedir os rebatimentos da contrarreforma da educação nas Diretrizes Curriculares. Essa era uma preocupação política das gestões que sucederam o envio da proposta para o MEC, temendo que fossem desconfiguradas. Diante disso, e defendendo a sua aprovação na íntegra, a ABEPSS acompanhou “cotidiana e sistematicamente sua tramitação por meio de constantes contatos presenciais, telefônicos e em reuniões com a Sesu/MEC” (Boschetti, 2011, p.37).

Além do acompanhamento, outras quatro ações foram empreendidas pela ABEPSS entre 1999-2000: 1) a primeira, corresponde à adaptação¹⁹⁷ das Diretrizes Curriculares ao modelo de enquadramento do MEC, visto que este órgão pretendia fazê-lo, reduzindo e

¹⁹⁷ Este enquadramento foi realizado pela Coordenação de Graduação da ABEPSS, enviada ao MEC e a todas as unidades de ensino em 18 de janeiro de 1999 (Boschetti, 2011)

desconfigurando a proposta original; 2) a segunda diz respeito à reunião com representante do CFESS para apresentação de contribuição para elaboração do parecer final da Comissão de Especialistas da área de Serviço Social no MEC; 3) a terceira, consiste na socialização com as UFAS sobre a tramitação das diretrizes no MEC; e, 4) a quarta, relaciona-se à mobilização das UFAs para assegurar hegemonia na indicação da Comissão de Especialistas da área de Serviço Social junto ao MEC¹⁹⁸ (Boschetti, 2011).

Como já dissemos, essas ações e a vigilância da ABEPSS, juntamente com as demais entidades e segmentos da categoria, não impediram a desestruturação da proposta original. Os pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE), reduziram e simplificaram conteúdos¹⁹⁹, além de reduzir a carga horária mínima dos cursos (Boschetti, 2011), o que foi avaliado pela ABEPSS “como parte de uma política que pretende submeter a educação e a universidade [...] às regras do mercado, tanto como campo privilegiado da acumulação quanto como no intento de fazer da universidade, esvaziada de seu papel de produtora de conhecimento, uma emissora de certificados [...]” (Cassab, 2003, p.146 apud Cassab, 2011, p.44-45).

Cassab (2011) menciona que uma das marcas centrais da gestão 2001-2002 da ABEPSS, “foi a interferência nos parâmetros e processos de avaliação institucional dos cursos de Serviço Social” (p.45) que vinha sendo objeto de debates desde a gestão anterior, e que desdobrou-se em outras ações²⁰⁰ como: 1) avanço na formulação de uma política acadêmica para o Serviço Social; 2) introdução de interlocutores na reflexão crítica sobre a política de ensino superior; 3) debates, estudos, publicações e acompanhamento das ações do Inep/MEC; 4) tratamento dos padrões para autorização e reconhecimento de cursos, problematização sobre o tema avaliação; 5) mobilização em torno do cadastro de avaliadores; 6) debates de experiências em andamento; 7) posicionamento em relação à indicação de nomes para o comitê de assessores (Cassab, 2011).

Na gestão seguinte (2002-2004), seguiu-se um processo de **acompanhamento e apoio na implementação das Diretrizes Curriculares** nas UFAs, disponibilizando-se, para isso, **assessoria pela ABEPSS**. Nesta mesma gestão, “de forma inovadora, foram incluídos

¹⁹⁸ De acordo com Boschetti (2011, p.37): “Os professores nomeados pelo MEC, em 1999, após gestão das entidades (Abepss, CFESS e Enesso) e indicação das escolas foram José Paulo Netto (UFRJ), Ivete Simionato (UFSC) e Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida (UFPB)”.

¹⁹⁹ Conforme Cassab (2011), as funções da comissão de especialista da área foram reduzidas, o que prejudicou a sua interferência no processo.

²⁰⁰ Entendemos como importante mencionar as ações, apesar de que as mesmas não são aprofundadas ou descritas com maiores detalhes no documento.

na agenda da oficina nacional temas relativos à pós-graduação, buscando contemplar uma demanda tanto desses programas, como a própria plataforma de gestão 2002-2004” (Mendes, 2011, p.54).

Devido à ampliação de cursos nas universidades privadas, o que foi amplamente incentivado, como já referimos, a partir da contrarreforma da educação, houve um impulsionamento de busca de apoio e instrumentalização de docentes, especialmente àqueles vinculados aos cursos novos, junto à ABEPSS. Ainda no âmbito do ensino, Mendes (2011) refere que a **indicação de representantes para compor a Comissão Assessora do Inep/MEC** para organização do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) foi um desafio enfrentado pela gestão. Para tanto, relembra que essa comissão foi nomeada por indicação das regionais da ABEPSS contando ainda com nomes indicados pelo CFESS, que, em conjunto, apresentaram uma única lista.

Essa estratégia e organização nacional para a composição da referida Comissão se deve ao “compromisso de assumir os espaços institucionais para viabilizar a concretização das diretrizes curriculares aprovadas pela ABEPSS” e, neste sentido, a ex-presidenta da entidade avalia que a Comissão foi de suma relevância pois criou normas alinhadas às diretrizes, acompanhando para que todo o processo de avaliação estivesse pautado pelos princípios do projeto de formação construído pela categoria profissional de assistentes sociais (Mendes, 2011, p.54).

Ainda sobre a avaliação do Enade, registra a presença de tensões e embates marcados por movimentos legítimos, dentre os quais, o movimento de estudantes que repudiaram o tipo de avaliação proposta (Mendes, 2011). Cabe sinalizarmos, que durante muitos anos, estudantes de Serviço Social se mobilizaram e realizaram o boicote ao Enade. Contudo, avaliou-se mais tarde que a estratégia de boicote estava sendo utilizada pelo governo de forma a punir os cursos e estudantes. Nesse sentido, a ABEPSS se posicionou contra o boicote em 2016²⁰¹, sem, contudo, deixar de fazer a crítica a esse modelo de avaliação sobre o qual, não somente o Serviço Social deve contrapor-se, mas também as outras áreas e a própria sociedade.

Ainda na gestão 2002-2004, Mendes (2011) ainda menciona uma outra mobilização importante **construída em conjunto com o CFESS, ENESSO, docentes, discentes e UFAs** contra a proposta de redução da carga horária de formação em Serviço Social de 3.200 horas

²⁰¹ Para acessar o acúmulo em torno desta discussão ver em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/ok-sobre-o-processo-de-avaliacao-do-ensino-superior-no-brasil-201609010310280544930.pdf>

para 2.400 horas que entraria em votação no CNE. Segundo ela, a mobilização se deu em uma semana, e nela, destacou-se a direção do Curso de Serviço Social da PUC-SP, vice-presidente e reitor conselheiro do CNE, cujo resultado logrou a aprovação de 3.000h.

No quesito articulação internacional, a ABEPSS filiou-se na IASSW, em 1998, e também participou no Congresso no Uruguai, em Reunião com representação da profissão na Itália, e, no Congresso da ALAETS (Pontes, 2011). Entretanto, não há indicação sobre a compreensão da entidade naquele momento acerca dessa articulação. Entretanto, em 2003, registra-se a realização de um importante evento no Brasil, o **Seminário Latino-Americano de Serviço Social**²⁰², que teve como intuito discutir sobre a articulação e inserção da ABEPSS na ALAETS.

No Seminário, realizado em Porto Alegre, contando com depoimentos e análises críticas de muitos sujeitos que fizeram essa história, como Seno Cornely, “as unidades de ensino presentes no evento foram unânimes: à ABEPSS caberia fortalecer os laços com o Cone Sul e assumir o papel de articulador em relação à ALAETS, reafirmando a potencialidade do Projeto de Formação Profissional Brasileiro no âmbito da América Latina” (Mendes, 2011, p.52).

Concomitante ao evento, “realizou-se uma oficina nacional e foram oferecidos diversos **minicursos** centrados nas demandas e necessidades apontadas pelos assistentes sociais” (Mendes, 2011, p.52). Ainda, este acúmulo conduziu a ABEPSS para compor a Junta Diretiva da ALAETS, em assembleia realizada no XVIII Seminário Latino-Americano de Escuelas de Trabajo Social realizada em 2004 na Costa Rica, no qual também houve a deliberação pela reestruturação do organismo do continente²⁰³, em que, conseqüentemente, a representação brasileira participou²⁰⁴.

A autora cita que na realização do XX Seminário Latino-Americano, estiveram presentes 594 assistentes sociais, representando 72 unidades de ensino de Serviço Social de diferentes regiões do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Portugal. A deliberação deste Seminário foi “de que à ABEPSS caberia estabelecer estratégias de articulação com o Cone

²⁰² Os painéis deste Seminário foram posteriormente publicados na Revista Temporalis n.7.

²⁰³ Conforme Mendes (2011), essa reestruturação se deu a partir de novas bases políticas, ideológicas e jurídicas, considerando a crise que vinha sofrendo nos últimos anos.

²⁰⁴ “À Junta Diretiva competia realizar mudanças urgentes e imprescindíveis a fim de superar a gama de problemas que vinham enfrentando a ALAETS e o CELATS desde muitos anos, com problemas jurídicos, econômicos, de participação e representação. As mudanças tornaram-se imprescindíveis para que a Associação recuperasse sua condição de um organismo compatível com as novas demandas e requerimentos para uma formação profissional delineada por um projeto ético-político coerente com a realidade sócio-cultural-político-econômica com a qual se convive na contemporaneidade” (Mendes, 2011, p.52-53)

Sul, reafirmando a potencialidade do Projeto Ético-Político brasileiro no âmbito da América Latina” (Mendes, 2011, p.53), processo que seguiu na gestão seguinte.

Não podemos deixar de assinalar que, com essa gestão (2002-2004) da ABEPSS, inicia-se também o período marcado pelos governos petistas no Brasil, que se estendem de 2003 até 2016, com duas gestões do então líder sindicalista que participou do Congresso da Virada, Luís Inácio Lula da Silva, seguido da gestão de Dilma Rousseff que foi interrompida por um golpe e *impeachment*. Esses governos, embora “tenham conseguido gerar substantivas diferenciações em relação ao processo neoliberal das décadas de 1970 a 1990” (Traspadini, 2017, s/p), seguiram implementando-o, em que pese suas diferenciações.

No âmbito do ensino superior, embora tenhamos tido um amplo acesso²⁰⁵ ao ensino superior durante esses governos, assim como de criação de universidades públicas, entre outros, também houve ampliação do endividamento de estudantes e suas famílias por meio dos programas de financiamento, como o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), assim como transferência de recursos públicos para as universidades privadas, pelo Programa Universidade para Todos (Prouni), e, incentivos para a ampliação do ensino à distância com o Decreto 5.622²⁰⁶ (Corrêa et al, 2021).

Perante este contexto, em que a CUT²⁰⁷ e a UNE encontram-se vinculadas ao governo²⁰⁸, há um importante posicionamento da ENESSO em relação à UNE, avaliando-se que essa entidade não só não mobilizou “os estudantes para lutar por seus direitos que estavam sendo atacados por um ex-companheiro de luta, como apoiou acriticamente suas medidas.” (ENESSO, 2014a, p.5). Assim, a ENESSO, até então organizada em 7 regionais “estrategicamente pensadas para melhor realização e fortalecimento da entidade” (Lima, 2019, p.44), suprime²⁰⁹, o artigo 1º do estatuto que reconhecia a UNE como representação dos estudantes de Serviço Social (ENESSO, 2014a).

²⁰⁵ Reconhecemos que essa discussão é polêmica na área, pois, apesar de todas as críticas direcionadas aos programas criados nos governos petistas, para muitas famílias, essa foi a única possibilidade de inserção no ensino superior.

²⁰⁶ Este Decreto “significou a regulamentação do ensino a distância no país, incluída nove anos antes na LDB, repercutindo na ampliação da oferta desta modalidade no país” (Corrêa et al, 2021, p.103).

²⁰⁷ Com essa nova roupagem de um sindicalismo corporativista, aqueles dirigentes e correntes sindicais “comprometidos com um horizonte sindical classista e combativo deixou a CUT, progressivamente, desde o episódio da “reforma da previdência” proposta pelo governo no primeiro ano do mandato de Lula da Silva e apoiada pela Central” (Mattos, 2014, p.93-94).

²⁰⁸ O período, apesar de marcado por uma rearticulação da classe trabalhadora, também é caracterizado pela institucionalização dos movimentos sociais no aparato estatal (Mattos, 2014).

²⁰⁹ Esta decisão foi deliberada no XXXIII ENESS, “em meio a um tenso debate entre diversos setores políticos centralizados entre os militantes da ANEL e da oposição de esquerda da UNE” (Enesso, 2014a, p.6).

Neste ínterim, e frente ao avanço da precarização da formação profissional, realizou-se importante **pesquisa avaliativa de implementação das Diretrizes Curriculares pela ABEPSS** (2005-2006 e 2007-2008) que revelou questões atreladas à relação entre Serviço Social e trabalho ou mesmo com a questão social e os estágios, as quais foram fundamentais para a formulação de estratégias pela categoria profissional (Behring, 2011; Lewgoy, 2013).

Dentre essas estratégias, destaca-se os estágios, cuja supervisão direta foi regulamentada a partir da importante Resolução n. 533 do CFESS de 2008 que gerou muitas discussões e dúvidas no âmbito da formação (Lewgoy, 2013), ao mesmo tempo em que buscou assegurar maior qualidade no processo formativo dos estudantes. No ano seguinte a essa resolução, iniciou-se um processo de **elaboração da Política Nacional de Estágios (PNE)** que foi conduzida pela “Coordenação Nacional e Coordenadores Regionais de Graduação, um Grupo de Trabalho Interno e um Grupo de Especialistas indicados por região, [...] uma grande mobilização nacional envolvendo UFAs, professores, estudantes e assistentes sociais” (Behring, 2011, p.88) assim com as demais entidades: Conjunto CFESS/CRESS e ENESSO. Foram contabilizados nesse processo 80 eventos que contaram com a participação de 175 UFAs e 4.445 participantes.

A PNE foi uma importante ação que incidiu no redirecionamento das políticas de estágio das UFAs, assim como da instituição dos Fóruns de Supervisores, mais tarde transformados em Fóruns de Supervisão de Estágios²¹⁰. Segundo Behring (2011), a PNE “também se constituiu num argumento forte contra a banalização e precarização da formação profissional, já que os cursos à distância encontram dificuldades profundas para implementar o estágio com qualidade, tal como preconiza o documento” (p.89).

Não podemos deixar de mencionar que durante esse período, as gestões CFESS (2008-2011) e ABEPSS (2009-2010) “realizaram um novo convênio com a perspectiva de **elaboração do Plano Nacional de Lutas em Defesa da Formação e do Trabalho Profissional**, que estava fundamentado ainda naquelas discussões e acúmulos realizados durante a gestão da ABEPSS (1999-2000) (Boschetti, 2011). Uma das ações deste Plano, por sua vez, foi a referida PNE que aqui mencionamos (Behring, 2011).

Além da PNE, uma outra ação inserida neste Plano de Lutas foi a **Campanha “Educação não é fast food: diga não para a graduação à distância em Serviço Social”**, que foi lançada em 2011 (Boschetti, 2011) e cujo Grupo de Trabalho havia sido montado na

²¹⁰ A mudança de nomenclatura passa a englobar os diferentes sujeitos que compõem a tríade de estágios, considerando não só os supervisores acadêmicos e de campo, mas também os discentes em estágio.

gestão anterior da ABEPSS (2009-2010). Essa campanha, pretendeu “chamar a atenção da sociedade, de uma forma provocativa, para a realidade desses cursos, comparando as aparentes facilidades do ensino à distância com um lanche rápido, mas pouco nutritivo” (CFESS, 2011, s/p), ou seja, “pautar politicamente a discussão acerca da realidade mercantilizante do ensino e suas consequências para a formação profissional” (Costa, Silva, Silva, 2017, p.603).

A campanha, que conforme Costa, Silva e Silva (2017) sofreu censura, “defrontou-se com relações sociopolíticas e econômicas conservadoras, que se materializam em perspectivas baseadas na modernização com apelo ao uso da tecnologia em favor do desenvolvimento e democratização do acesso ao ensino, sem revelar os reais interesses político-econômicos que perpassam tais ações” (p.603). Além da ampla repercussão nacional, a campanha resultou em uma publicação²¹¹ pelo CFESS. Importante ainda demarcarmos que as entidades do Serviço Social se posicionaram no sentido de indicar que não são contra estudantes do EaD ou profissionais formados nesta modalidade, mas sim, à precarização com que a educação é acessada nestes termos.

As produções da pesquisa que realizamos também destacam a criação dos **Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs)**, ocorrida no XIII ENPESS, realizado no RJ em 2010. Estes GTPs “se apresentam como uma estimulante forma de articulação dos grupos e pesquisas que cresceram de forma impressionante” (Boschetti, 2011, p.30), assim como expressam o direcionamento da ABEPSS em relação ao fortalecimento da pós-graduação que vimos apresentando até aqui.

Segundo Behring (2011), a criação dos GTPs se deu mediante a construção inicial de um documento intitulado “**A ABEPSS e o Fortalecimento da Pesquisa na área de Serviço Social: a estratégia dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs)**”, construído com ampla participação da Executiva Nacional da entidade, sob articulação da Coordenação Nacional de Pós-Graduação, discutido nas Oficinas Regionais e nos PPGs da área, finalizado no Seminário Nacional de Pós-Graduação, e, publicado em 2009.

Sua criação, teve o seguinte intuito:

servirem de base para criação de redes de pesquisadores e interlocuções entre pesquisas, no sentido de se tornarem um espaço estratégico de resistência ao produtivismo, ao isolamento entre os pesquisadores e à precarização da formação

²¹¹ A partir da campanha, a publicação original foi republicada e pode ser acessada em: https://www.cfess.org.br/arquivos/incompatibilidadevolume1_2015-Site.pdf.

seja na graduação e na pós-graduação, pela via do fortalecimento da pesquisa e da produção de conhecimento na área de Serviço Social. (Mauriel, 2017, p.263).

Com base nesta intencionalidade, “várias ações vêm sendo realizadas desde então pelas comissões coordenadoras dos sete GTPs para implementar essa iniciativa nas consecutivas gestões da ABEPSS”. (Mauriel, 2017, p.263), dentre as quais tem-se buscado a permanente articulação entre a graduação a pós-graduação, “conhecer e socializar o “estado da arte” de cada área temática; aproximar, estimular e fortalecer vínculos entre os(as) pesquisadores(as) e participação de forma mais orgânica da organização do ENPESS” (Mauriel, 2017, p.266).

Os GTPs, organicamente vinculados à ABEPSS, são reconhecidamente necessários à reflexão teórica, mostrando-se “como um espaço dinâmico, estimulante e efetivo de elaboração, produção e circulação do conhecimento” (ABEPSS, s/a, s/p), podendo, a partir do “estado da arte” de cada área temática, identificar nas produções, também aquelas direções sociais que divergem da que defendemos no âmbito da profissão e que vem sendo assegurada pela ABEPSS.

No Quadro 5 a seguir, apresentamos os GTPs criados em 2010 e aqueles existentes na atualidade a partir de suas distintas áreas temáticas.

Quadro 5: Grupos Temáticas de Pesquisa no âmbito da ABEPSS

Trabalho, Questão Social e Serviço Social	Trabalho, Questão Social e Serviço Social
Política Social e Serviço Social	Política Social e Serviço Social
Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional	Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional
Movimentos Sociais e Serviço Social	Movimentos Sociais e Serviço Social
Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social	Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social
Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidades	Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades
Ética, Direitos Humanos e Serviço Social	Ética, Direitos Humanos e Serviço Social
-	Serviço Social, Geração e Classes Sociais

Elaborado pela autora a partir de Mauriel (2017) e do site da ABEPSS (s/a), 2024.

Conforme é possível identificar, tivemos a inclusão do GTP “Serviço Social, Geração e Classes Sociais”, em 2016, cuja criação se deu no XVI ENPESS, como fruto do desmembramento do então GTP “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidades”, resultado de debates e amadurecimentos que vinham ocorrendo desde antes do XV ENPESS, de 2014.

O acúmulo desses GTPs tem como intuito ser socializado com a categoria profissional, a partir de debates e da produção de conhecimento, constituindo-se em um importante balizador a partir das Diretrizes Curriculares para a formação em Serviço Social no país. Conhecimento este que, por sinal, extrapola a profissão, visto que trata de temas de relevância social, tanto para categoria quanto para forças progressistas da sociedade.

Importante lembrar que, apesar das dificuldades, visto que esses espaços também “não estão ilesos das determinações que vem sofrendo a pós-graduação, a pesquisa e a educação superior como um todo” (Mauriel, 2017, p.267), esses grupos também buscam dialogar entre si, o que consideramos importante para não fragmentar discussões que compõem a totalidade da trama social da sociedade.

Por fim, os GTPs têm buscado caminhar na contramão da lógica posta à pesquisa e à pós-graduação brasileira (Behring, 2011), promovendo, para isso, “a integração entre a pesquisa desenvolvida nas unidades de formação acadêmicas (UFAs) e as linhas de pesquisa consideradas relevantes para a área, estimulando e fortalecendo as instâncias do debate sobre a política científica no país, ao lado e em articulação com outras associações científicas” (ABEPSS, s/a, s/p), além de se constituir como espaço para viabilizar a pesquisa como parte do processo de formação e do exercício profissional (Mauriel; Guedes, 2013).

Ainda no campo da pós-graduação, foi realizado, neste íterim, o segundo Curso *latu sensu* parceria entre ABEPSS, CFESS, SER-UnB e Cead-UnB intitulado “**Curso de Especialização Serviço Social: direitos e competências profissionais**”. Este, envolveu 922 profissionais em todo o país, 80 tutores e orientadores de monografias (mestres e doutores), que teve 648 concluintes, ou seja, 70,28% do total. O Curso, foi realizado à distância, contando com três encontros presenciais, o que, na avaliação de Behring (2011) “nos deu ainda mais clareza e convicção sobre os limites dessa metodologia num curso de graduação, bem como das potencialidades da tecnologia como um complemento nos processos de formação” (p.92).

O Curso foi denso em debates e forneceu “uma espécie de termômetro da categoria durante a sua duração”, cujos conteúdos, foram balizados pelas Diretrizes Curriculares de

1996, e publicados, posteriormente, em um livro com mais de 700 páginas (Behring, 2011, p.92), que, assim como ocorreu com a primeira edição do curso, passou a ser amplamente utilizada como bibliografia básica nas UFAs em todo o país.

Além das estratégias que envolveram a pós-graduação, também identificamos a implementação do **Projeto ABEPSS Itinerante**, que surgiu na gestão da ABEPSS (2009/10), em oficina da regional leste da entidade (Santos, Documentário ABEPSS 70 anos, 2017), mas foi elaborado por uma comissão de membros da diretoria nacional e regionais na gestão seguinte (2011-12), sendo implementado no decorrer de 2012 (Abreu, 2013).

Esse projeto sucede a finalização da Pesquisa realizada em 2006 sobre o processo de implantação das Diretrizes nas UFAs, o Projeto buscou “fortalecer as estratégias político-pedagógicas de enfrentamento à precarização do ensino superior, por meio da difusão ampla dos princípios, conteúdos e desafios colocados para a consolidação das Diretrizes Curriculares” (ABEPSS, 2012, p. 13) “na direção social que a profissão vem construindo nos últimos 30 anos”. (Guerra; Backx; Repetti, 2013; Moreira; Caputti, 2016).

Nessa perspectiva, o Projeto constitui-se “numa instância de discussão, de aprendizagem, [...] bem como de estratégia política para fortalecimento e permanência do debate sobre as questões que envolvem os desafios à formação em Serviço Social (Lewgoy, 2013, p.86), potencializando ainda a troca de experiências, a reflexão-crítica e a avaliação coletiva (Ceolin; Silva, 2013) em diferentes regiões.

Tendo em vista que “a defesa do projeto de formação do Serviço Social transcende a ação voluntariosa dos sujeitos individuais e coloca-nos a todos o compromisso com uma formação emancipatória.” (Abreu, 2013, p.127), sua realização envolve docentes, discentes e supervisores (Abreu, 2013), das UFAs, assim como só é possível perante a articulação com o conjunto CFESS/CRESS e ENESSO “como parceiros na defesa da formação e do exercício profissionais com qualidade” (Sousa, Santos, Cardoso, 2013, p.34-35).

Em síntese, o Projeto tem sido uma importante estratégia política da ABEPSS, frente ao contexto regressivo de avanço da formação à distância, sucateamento e aligeiramento dos cursos de graduação, e da hegemonia da racionalidade instrumental, e soma-se “ao conjunto das estratégias em defesa do projeto de formação profissional preconizado nas Diretrizes [...] da defesa da educação como um direito no horizonte das políticas públicas brasileiras”. (Abreu, 2013, p.117).

Mais recentemente, após a destituição da presidenta Dilma Rousseff, durante a interinidade de seu vice Michel Temer, a educação, assim como demais políticas públicas

sofreu duros golpeamentos com a apresentação do Projeto de Lei Future-se, com ampla tendência à privatização das universidades públicas, e, congelamento dos investimentos públicos com a aprovação da Emenda Constitucional 95. No governo seguinte, de Jair Bolsonaro, a ciência, e sobretudo as ciências humanas e sociais foram prejudicadas com o corte de bolsas para o financiamento de pesquisas e produções científicas, assim como pela instituição do Ensino Remoto Emergencial (ERE) durante a pandemia da Covid-19 iniciada em 2020 (Fernandes; Goin; Rocha, 2021).

Em relação à essas medidas, as entidades do Serviço Social se **posicionaram** de maneira crítica “indicando a educação como direito e não como negócio; a defesa do trabalho intelectual, docente e discente, com autonomia e condições de trabalho; e a autonomia universitária com financiamento público” (Fernandes; Goin; Rocha, 2021, p.99). Esses posicionamentos, se deram mediante a **publicação de notas, documentos orientativos, realização de lives, bem como, de pesquisas**²¹² para tornar conhecidos os impactos nas diferentes realidades do país.

Diante das ações que expusemos, e, como já ressaltamos que elas não compreendem a totalidade daquelas construídas pela categoria, podemos identificar: ações voltadas à qualificação da formação com a oferta de Cursos que, ao serem direcionados aos profissionais, também abarcam docentes dos cursos de Serviço Social Brasil afora; acompanhamento e fortalecimento das Diretrizes Curriculares da ABEPSS; realização de pesquisas para apreensão da realidade; construção de documentos, que, apesar de não terem força de lei, têm se constituído como balizadores e orientadores do processo de formação nacionalmente; reestruturação das entidades para assegurar os princípios e a estrutura física, econômica e política necessárias para a defesa do PEP; e, por fim, que as ações realizadas envolvem não somente a ABEPSS, mas têm sido construídas junto às demais entidades, com ampla mobilização e participação da categoria nacionalmente, assegurando o legado democrático conquistado desde a década de 1980 na profissão.

4.3.2 Ações das entidades representativas do Serviço Social em tempos de reestruturação produtiva

²¹² A ABEPSS realizou no período pandêmico pesquisa acerca do monitoramento do ERE nos cursos de graduação e de pós-graduação e a ENESSO também realizou pesquisa acerca da realidade de estudo dos estudantes durante o período de isolamento social e ERE.

Como temos acompanhado no decorrer desta tese, o desenvolvimento do capitalismo em sua fase superior- o imperialismo- tem implicado, por consequência, o aprofundamento da dependência e, nesta, da superexploração da força de trabalho cujos mecanismos têm sido intensificados sobre a classe trabalhadora em nosso país. Além disso, desde a década de 1990, o Estado, sob a égide do neoliberalismo, virou-se de frente para o mercado, o que incidiu na precarização ainda maior das políticas públicas sociais, responsabilizando a população individualmente pela satisfação de suas necessidades. Lembremos: uma população historicamente relegada da proteção estatal.

Uma vez que os assistentes sociais se constituem como trabalhadores assalariados, (Raichelis, 2011), e se inserem, majoritariamente em serviços públicos, no âmbito das políticas públicas, essas incidências repercutiram em suas condições e relações de trabalho, uma vez que não ficaram imunes a todos esses rebatimentos. Logo, isso tem requerido maior atuação do Conjunto CFESS/CRESS em defesa da categoria e da qualidade dos serviços (Lima, 2018).

Perante esse contexto, o CFESS, balizado no Código de Ética e na Lei de Regulamentação da profissão de 1993, tem criado uma série de **resoluções**, as quais são um importante instrumento de orientação e normatização do exercício profissional que expressam o acúmulo e a maioria, intelectual e política, da categoria. As resoluções identificadas na pesquisa bibliográfica foram organizadas para melhor visualização no Quadro 6 a seguir:

Quadro 6: Resoluções do CFESS identificadas nas fontes documentais e bibliográficas da pesquisa

489/2006	Estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética Profissional
493/2006	dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social
512/2007	reformula as normas gerais para o exercício da Fiscalização Profissional e atualiza a Política Nacional de Fiscalização
533/2008	regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social
489/2006	estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética Profissional

569/2010	dispõe sobre a vedação da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social
615/2011	dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do/a assistente social transexual nos documentos de identidade profissional
594/2011	altera o Código de Ética do/a Assistente Social, introduzindo aperfeiçoamentos formais, gramaticais e conceituais em seu texto e garantindo a linguagem de gênero
785/2016	dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e da/do assistente social transexual no Documento de Identidade Profissional

Fonte: Construída pela autora, 2024.

As resoluções supramencionadas, não representam o conjunto daquelas publicadas desde 2003 no site do CFESS, que compreendem “o estatuto do conjunto CFESS-CRESS, homologação do resultado final de eleições das entidades representativas, regulamentação da supervisão de estágio, pagamento de anuidade, entre outros”. (Costa; Silva; Silva, 2017, p.603)

Na amostra que constitui nossa pesquisa, as resoluções são relativas às condições de trabalho, à fiscalização e à orientação do exercício profissional. A resolução 493/2006 “estabelece parâmetros mínimos e dá outras orientações para a realização das atividades do Serviço Social, sobretudo, os atendimentos aos/às usuários/as que exigem a garantia do sigilo das informações prestadas” (Lima, 2018, p.331), o que perpassa, diretamente, àquele compromisso que indicamos no item 4.2, com a qualidade dos serviços prestados e à defesa da categoria.

Para a defesa do mínimo de condições ao exercício profissional, a resolução 512/2007 tem fundamental importância, por instituir a **Política Nacional de Fiscalização**, que compreende a fiscalização do exercício profissional de assistentes sociais como “uma ação estratégica para o fortalecimento da categoria articulando suas bandeiras de lutas às da classe trabalhadora por melhores condições salariais e objetivas de trabalho e não apenas como uma mera execução de ações normativas do Conjunto CFESS/CRESS, sem expressar um direcionamento político.” (Lima, 2018, p.325).

Para a execução dessa Política, é de fundamental importância o papel do Agente Fiscal, desempenhado por profissional assistente social, inserido nos CRESS por meio de Concurso Público, que dentre as atividades por ele desenvolvidas, consistem em:

Realizar visitas de fiscalização de rotina e, também, para a verificação de possíveis irregularidades; Elaborar relatórios após as visitas realizadas constatando os fatos identificados; Assessorar a Diretoria quanto a questões sobre o exercício profissional; fiscalização de concursos e processos seletivos com vagas para Assistente Social; Propor e realizar atividades preventivas de orientação e

discussão junto a categoria e instituições; Verificar as atribuições desenvolvidas pelos/as Assistentes Sociais durante as visitas; Verificar as condições físicas, técnicas e éticas no exercício profissional do/a assistente social, baseando-se nas normativas do Conjunto CFESS/CRESS; Supervisionar estágio (CFESS, 2007)

Além disso, o Agente Fiscal compõe a **Comissão de Orientação e Fiscalização**²¹³ (COFI), que, junto a outros conselheiros eleitos pela diretoria, pode identificar situações de irregularidade e orientar sobre a resolutividade da questão ou comunicar à COFI para os devidos encaminhamentos. “Contudo os/as conselheiros/as não possuem a condição de assalariamento que o/a Agente Fiscal possui enquanto trabalhador/a do conselho, não podendo, assim, assumir completamente as funções que devem ser desempenhadas pelo/a ocupante do cargo”. (Lima, 2018, p.326).

Assim, sendo, e como qualquer outro trabalho, é necessário que sejam asseguradas condições objetivas para a sua realização, e para tanto, isso inclui recursos financeiros, os quais, neste caso, são advindos das anuidades da categoria profissional inscrita no Conselho. Lima (2019) avalia que devido às condições instáveis e precárias de trabalho da categoria, há um alto índice de inadimplência, o que incide, por sua vez, nas receitas dos Conselhos e na ampliação do quadro de Agentes Fiscais, cuja demanda vem crescendo, tanto em decorrência da ampliação de profissionais inscritos no Conselho (fruto da formação massificada pelo EaD), quanto da precarização do trabalho, que, como já referimos, vem demandando maior atuação dos CRESS.

Nesse sentido, foi lançada em 2017 a **Política Nacional de Enfrentamento à Inadimplência pelo Conjunto CFESS/CRESS** que “traz diversas orientações de atuação dos regionais nos âmbitos Administrativo-financeiro, Política de Comunicação, Política de Orientação e Fiscalização Profissional e da Política de Educação Permanente, [...] colocando como prioridade as intervenções político-pedagógicas” (Lima, 2018, p.329).

Essa política, portanto, contribui para o conhecimento das assistentes sociais inscritas no Conselho sobre os benefícios acerca do pagamento das anuidades, uma vez que elas são elementares para o funcionamento dos Conselhos e garantia de suas funções precípuas, que requerem, como já dissemos, condições para sua realização.

Outra resolução mencionada nesta pesquisa, foi a nº 533 /2008. Além de contribuir nos processos de estágio, conforme já explicamos no item 4.3.2, ela também define no art 3º

²¹³ Esta é uma Comissão Regimental que cumpre junto à Comissão Permanente de Ética, a função precípua do CRESS (Reidel; Corrêa; Knevez, 2022).

§ único, o número de estagiários a serem supervisionados, cujo limite não deve exceder 1 (um) estagiário para cada 10 (dez) horas semanais de trabalho do profissional de campo (Lewgoy, 2013). Em nosso entendimento, essa resolução possui uma dimensão relativa ao exercício profissional, pois assegura condições mínimas de trabalho para a realização da supervisão, que se constitui em uma atribuição privativa do Assistente Social.

As resoluções elaboradas pelo Conjunto CFESS/CRESS além de balizadas no Código de Ética e na Lei de Regulamentação da profissão, também se encontram em consonância com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, e, portanto, com os acúmulos teórico-políticos construídos pela profissão nos últimos anos. Neste sentido, a menção à Resolução 569/2010, que considera que a realização de terapias não dialoga com as competências e atribuições profissionais, nem tampouco com a formação profissional em Serviço Social, preconizadas no projeto ético-político profissional. Tal resolução, assegura, portanto, a construção democrática e coletiva da profissão e crítica à reatualização do conservadorismo no âmbito de outros projetos profissionais que disputam a hegemonia com o PEP.

Uma vez articuladas com o PEP, as resoluções refletem, assim, algumas das importantes conquistas de uma categoria comprometida com a disseminação de um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero. Nesta perspectiva, a vedação do exercício discriminatório, independente de gênero ou etnia e a garantia do “nome social de assistentes sociais travestis ou transexuais evidenciam a importância do respeito[...]. A linguagem de gênero modificada e atualizada nos materiais também garante a representação de todas as pessoas”. (Costa; Silva; Silva, 2017, p. 605).

As resoluções, embora não possuam força de Lei, são instrumentos normativos, construídos na perspectiva de reafirmar os valores e princípios defendidos pela profissão, e são resultado de longos, amplos e profundos debates travados no interior da categoria, sustentando, direcionando e respaldando o exercício profissional. Isso não significa que não haja discordância de posição, uma vez que já referimos a existência de outros projetos profissionais que disputam hegemonia com o PEP. Independente disso, “o respaldo legal concedido a essas entidades (sobretudo ao CFESS) torna a observação desse instrumento obrigatória no exercício da profissão” (Costa; Silva; Silva, 2017, p.604).

Outra importante ação identificada na pesquisa, se trata dos boletins **CFESS Manifesta**, lançados no dia 15 de setembro de 2004. Esses boletins expressam “o

posicionamento político do CFESS a partir de alguma temática ou situação que seja pertinente ao trabalho profissional ou as lutas sociais na conjuntura (Costa, Silva e Silva, 2017, p.600).

Dentre as temáticas abordadas desde então, os boletins informam, problematizam, questionam e denunciam sobre:

direitos da criança e do adolescente; violência contra a mulher; luta pela reforma urbana e direito a cidade; reforma agrária; dia do trabalhador; dia do orgulho LGBT; luta pela descriminalização e legalização do aborto; população em situação de rua; conferências nacionais de assistência social; entre inúmeros outros temas (Costa, Silva e Silva, 2017, p.600).

Tais publicações agregam, portanto, elementos da realidade social que incidem diretamente no exercício profissional e perpassam a vida dos usuários atendidos pela profissão no cotidiano de trabalho. Dessa forma, os boletins do CFESS Manifesta se constituem em uma forma de dialogar com a categoria, fazendo conhecidos os posicionamentos políticos, permitindo o registro do acúmulo coletivo construído e pautado numa perspectiva crítica. Em síntese, trata-se de uma das importantes estratégias que “viabilizam a consolidação do projeto ético político profissional, articulando as pautas dos sujeitos e movimentos sociais em luta, com os valores historicamente e coletivamente defendidos pelo conjunto CFESS/CRESS”. (Costa, Silva e Silva, 2017, p. 602)

Para que tais publicações chegassem à categoria, a pesquisa bibliográfica destaca a **página oficial do CFESS**, que vem sendo construída desde 2004 pelas gestões que passaram pelo conselho. Desde então a página tem disseminado, por meio da internet, as resoluções, os instrumentos jurídico-normativos, os boletins do CFESS Manifesta, dentre outros, constituindo um importante banco de materiais que podem ser acessados pela categoria e mediados no exercício profissional. Além disso, a página e sua atualização constante imprime visibilidade às ações e construções da entidade junto à categoria profissional. A importância da comunicação e da democratização das informações das lutas travadas pela categoria desdobraram-se mais tarde na criação da **Política Nacional de Comunicação do conjunto CFESS/CRESS**.

Outra ação destacada na pesquisa foi em relação às **Comissões Temáticas do CRESS** que têm se constituído como importante estratégia ao trabalho e à formação profissional. Na pesquisa realizada, encontramos duas publicações sobre as Comissões Temáticas. A primeira, relaciona-se à Comissão Temática de Empresa do CRESS do RJ,

ativa **desde 2011**. Segundo Gomes, Salvador e Costa (2019), o CRESS-RJ “tem contribuído com o debate sobre a atuação em empresas através da constituição de uma Comissão formada por profissionais que trabalham em instituições de distintos segmentos e portes, contando também com a participação de estudantes do curso de graduação e pós-graduação” (p.240).

Nesse espaço, “a Comissão busca promover debates sobre a contribuição do Serviço Social, suas possibilidades e limites de atuação em empresas consideradas as contradições do modo de produção capitalistas vivenciadas no cotidiano profissional” (Gomes; Salvador; Costa, 2019, p.240), as quais se desenvolvem em reuniões mensais, palestras e seminários. As autoras avaliam, que, apesar dos limites postos na atuação da Comissão, as trocas e atividades desenvolvidas no e em parceria com o meio acadêmico “podem favorecer o aprimoramento profissional auxiliando no fortalecimento de todos os envolvidos”. Além disso, complementam que “discutir sobre o trabalho profissional, os diferentes limites e desafios de forma coletiva fornecem possibilidade de pensar a superação de boa parte das dificuldades encontradas no cotidiano profissional” (Gomes; Salvador; Costa, 2019, p.249)

Já a segunda publicação, menciona a experiência das Comissões Temáticas de Educação que identifica 10 Conselhos com esta Comissão ativa em 2019, além de outros 9 Conselhos que ou possuem Grupo de Trabalho, Câmara Temática, ou ainda Comissão de Formação (Férriz; Martins, 2020). Conforme as autoras, esses espaços se dedicam não só à discussão sobre o trabalho na política de educação, mas também à luta coletiva pela inserção de assistentes sociais neste espaço, o que para nós é de suma importância considerando a aprovação da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que prevê que as redes públicas de Educação Básica contarão com serviços da Psicologia e do Serviço Social.

Portanto, destacamos a importância das Comissões Temáticas, que são importantes espaços de debate, construção e luta coletiva. Por serem espaços abertos, e sem custo para a participação (Reidel; Corrêa; Knevitz, 2022), congregam profissionais inseridos em diferentes espaços sócio-ocupacionais, estudantes de graduação e de pós-graduação. Para o exercício profissional, possibilita, ainda, a permanente atualização acerca das discussões relativas às diversas temáticas que ali perpassam, assim como compartilhar sobre os desafios que permeiam o cotidiano profissional.

As Comissões ainda permitem a interlocução com as UFAS, socialização e realização de pesquisas, como é o caso da pesquisa interinstitucional realizada junto com o CRESS-RS, UFRGS e PUCRS cujo projeto foi articulado, em um primeiro momento, junto à

Comissão de Formação e Trabalho do referido Conselho. Esta pesquisa²¹⁴, buscou investigar o perfil as condições e relações de assistentes sociais no Rio Grande do Sul “permitindo, além da aproximação junto aos profissionais e estudantes, o desvendamento dos desafios e possibilidades postos na particularidade de cada realidade para a construção de estratégias que possam ser implementadas” (Corrêa; Reidel, 2021, p.151).

Considerando a importância da atualização profissional, na pesquisa bibliográfica também identificamos a construção da **Política de Educação Permanente** elaborada pelo conjunto CFESS/CRESS, estudantes e a categoria, a partir de debates e reflexões em torno do ensino superior, “constitui-se uma estratégia possível de resistência na atual conjuntura em defesa de uma proposta de formação e qualificação profissional crítica e contínua dos/as assistentes sociais” (Nascimento; Oliveira, 2016, p.135)

Esta Política foi elaborada, seguindo a tradição democrática conquistada pelas entidades: através de debates e reflexões em torno da problemática do ensino superior brasileiro e os requisitos de qualificação profissional contemporâneo, principalmente se considerarmos os desafios impostos à formação presencial, mas, principalmente, à formação à distância. Neste sentido, a Política se configura “como possível estratégia de defesa do projeto formativo do Serviço Social e afirmação do projeto ético-político no exercício profissional na perspectiva de defesa dos direitos na sociabilidade contemporânea”. (Nascimento; Oliveira, 2016, p.136)

Segundo as autoras:

A educação permanente no exercício profissional para além do requisito de empregabilidade implica na estratégia de inserção e permanência qualificada dos assistentes sociais no mercado de trabalho contemporâneo, não na subserviência funcional a ordem de acumulação do capital, mas na perspectiva de uma formação crítica, construção de práticas emancipatórias junto à classe trabalhadora, defesa intransigente dos direitos sociais e humanos e construção de uma nova sociabilidade. (Nascimento; Oliveira, 2016, p.137)

Neste sentido, e sintonizado com as diretrizes de potencializar as análises teóricas substanciais acerca da realidade para qualificar o exercício profissional e contribuir para a consolidação da direção política do Conjunto CFESS-CRESS na defesa da profissão e dos interesses dos/as usuários/as do Serviço Social (CFESS, 2016), a iniciativa mais recente

214 Os resultados desta pesquisa podem ser acessados na íntegra pelo e-book: <http://www.alexabooks.com.br/assistentessociaisebook.pdf>.

identificada na pesquisa bibliográfica, qual seja, a **série Assistente Social no Combate ao Preconceito**.

Esta série, tem por objetivo “[...] orientar e estimular assistentes sociais a uma compreensão crítica das variadas situações de preconceito que podem acompanhar os encaminhamentos cotidianos do exercício profissional, provocando a categoria a refletir sobre sua responsabilidade ética na defesa do projeto ético-político” (CFESS, 2016, n/p). As temáticas da série indicam e reforçam “a importância do trabalho dos assistentes sociais na luta contra toda a forma de opressão e exploração e ressalta o compromisso das entidades nesta esfera” (Costa; Silva; Silva, 2017, p.607).

Por fim, destacamos, a partir da pesquisa, a articulação das **campanhas** do Conjunto CFESS/CRESS com as lutas da classe trabalhadora e seus diferentes segmentos como a Campanha intitulada “O amor fala todas as línguas²¹⁵”, “na qual foi trabalhado o conteúdo em defesa da livre orientação e expressão sexual das pessoas através de cartazes e revista digital” (Costa; Silva; Silva, 2017, p. 606); e a campanha “Sem movimento não há liberdade”, “demonstrando posições contrárias ao preconceito contra mulheres lésbicas e todas as formas de homo/lesbofobia, para a qual convergem distintas formas de movimentar-se na defesa de direitos.” (Oliveira; Medeiros, 2015, p.286-286).

Diante do exposto, podemos identificar a articulação do Serviço Social com as lutas mais amplas da sociedade, “devendo destacar que os resultados serão mais ricos quanto mais as expressões políticas extrapolarem o campo das publicações, adentrando os diferentes espaços de atuação profissional [...]” (Oliveira; Medeiros, 2015, p.286). Além disso, o Conjunto CFESS/CRESS cumpre “um importante papel na produção e disseminação de documentos que direcionem o exercício profissional do assistente social no horizonte da defesa dos direitos humanos e sociais, ainda que reconhecendo os limites da sociabilidade capitalista”. (Costa; Silva; Silva, 2017, p.591).

Ainda nesta esteira, mesmo que não tenhamos identificado ações relativas ao exercício profissional no período pandêmico, cabe mencionarmos que nossas entidades mantiveram-se posicionando-se em defesa das condições de vida da classe trabalhadora, suas condições de trabalho, e de políticas públicas de qualidade para atendimento das necessidades sociais.

²¹⁵ A partir desta campanha foi que se instituiu a Resolução CFESS nº 489/2006 (Oliveira; Medeiros, 2015).

Com isso, destacamos que nossas entidades têm, ao longo desses anos, imprimido “uma dinâmica de debates coletivos e democráticos, bem como posicionamentos em torno das diversas dimensões da profissão” (Ramos, 2006, p.163), assim como têm se constituído em um “lócus de debates teórico-políticos e lutas que põem em cena os limites e contradições da ordem do capital[...]” (Ramos, 2006, p.163), fortalecendo a direção assumida pela categoria publicamente em 1979, na defesa da classe trabalhadora.

4.3.3 Algumas notas reflexivas: desafios postos às entidades representativas no capitalismo dependente brasileiro

Até aqui expusemos ações construídas pelas entidades representativas e político-organizativas do Serviço Social após constituídas as bases do atual projeto ético-político profissional. Tais ações, conforme apresentamos, têm buscado consolidar a direção social assumida pela profissão desde o Congresso da Virada, tanto na formação, quanto no exercício profissional.

Apesar, entretanto, da relevância e do protagonismo destas entidades desde o processo de institucionalização da profissão, da ampla mobilização e debates que vêm sendo realizados desde a década de 1980 na construção do PEP, ainda há incompreensão acerca do seu papel, ou até mesmo desconhecimento sobre elas no cotidiano da profissão.

Esse distanciamento e desconhecimento acerca das entidades da categoria foram identificados em pesquisa realizada junto ao CRESS-RS em 2019²¹⁶. No que diz respeito aos Conselhos (CFESS/CRESS), identificamos que, apesar de ser a instância de maior proximidade com a categoria, estes também haviam sido sintetizados “pelo Código de Ética Profissional e Lei de Regulamentação da Profissão, ou vinculados somente ao pagamento das anuidades e às denúncias, remetendo ao Conjunto características da gênese dos conselhos no Brasil” (Corrêa, 2020, p.115).

Sobre a ABEPSS, identificamos profissionais que não haviam tido contato com a entidade. Entre aquelas que tinham tido, houve referência à Política Nacional de Estágio e demais materiais produzidos pela entidade, mas, ao mesmo tempo, manifestou-se a compreensão de que a ABEPSS poderia “*ter uma interface maior, uma aproximação maior*

²¹⁶ Embora essa pesquisa tenha sido realizada na particularidade do Rio Grande do Sul, entendemos que os dados ali revelados são importantes para refletirmos as entidades em âmbito nacional.

entre a ABEPSS e os profissionais que estão atuando no campo (Assistente Social 10)” (Corrêa, 2020, p.106). Outra participante, também indicou que a entidade nunca fez uma visita em seu local de trabalho. Por fim, em relação à ENESSO, alguns participantes referiram que apesar de terem tido contato, por diversas questões objetivas da vida-trabalho-formação profissional, não puderam participar ou se envolver mais com a entidade. Outros, comentaram sobre a inexistência do MESS em algumas UFAS. (Corrêa, 2020).

Apesar dos resultados recentes da referida pesquisa, nos chama a atenção que o Conjunto CFESS/CRESS esteja reduzido ao Código de Ética e à Lei de Regulamentação da Profissão, pois, como temos visto, a entidade tem publicado uma série de resoluções, orientações, materiais pedagógicos, inclusive, em parceria com as demais entidades da categoria. Ainda, ressaltamos acerca da redução da entidade ao pagamento de anuidades e às denúncias, que, conforme referimos, remete à atividade dos Conselhos durante o regime ditatorial, em que, de fato, os Conselhos eram reduzidos ao pagamento das anuidades e à fiscalização de forma punitiva. Retomamos, diante disso, que é função dos Conselhos a fiscalização do exercício profissional, mas, tem-se buscado, no âmbito da categoria, construir a fiscalização a partir de uma dimensão pedagógica desde o processo de democratização da entidade, em meados da década de 1980.

Ressaltamos ainda, que essa não é a única função dos Conselhos, pois, como já referimos, estes têm a atribuição de, além de fiscalizar, orientar, disciplinar, normatizar e defender o exercício profissional do(a) assistente social no Brasil (CFESS, s/a). Além disso, o Conjunto CFESS/CRESS tem assumido lutas importantes do que diz respeito à defesa da profissão e do exercício profissional, como a da Jornada de 30 horas²¹⁷ para a categoria que foi aprovada em lei promulgada em 2010²¹⁸, e, mais recentemente, da aprovação da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que prevê a inserção de psicólogos e assistentes sociais nas escolas. Em ambas, o Conjunto CFESS/CRESS tem sido protagonista, não só para a conquista, mas também para a sua efetivação nos diferentes entes federados. Importante mencionar, que, em relação à Lei 13.935, a luta tem sido articulada aos Conselhos de Psicologia e demais instâncias políticas da sociedade.

Aqui, cabe acrescentarmos que, apesar de o Conjunto CFESS/CRESS estar à frente dessas lutas, estas instâncias não se constituem em entidades sindicais do ponto de vista

²¹⁷ Ao longo deste item faremos outras reflexões acerca desta Lei.

²¹⁸ Lembremos que o projeto de lei preliminar havia sido encaminhado e negociado pela ANAS ainda na década de 1980, mas foi vetado por Sarney.

político-organizativo (Abramides, 2014). No exercício de suas atribuições, e nos diversos espaços que têm sido criados pela entidade, nos últimos anos conforme mencionamos no item 4.3.2, muitas questões relativas às condições de trabalho, ao assédio, negociação de rescisão, entre tantas outras, são identificadas, e até mesmo levadas aos Conselhos na busca por apoio. Aqui, reforçamos a importância da articulação do Conjunto aos sindicatos por ramo de atividade profissional, em reconhecimento à posição construída e deliberada pela categoria, considerando os limites dos Conselhos profissionais.

Nossa ênfase aqui se dá por dois motivos: 1) o primeiro, diz respeito ao perigo de os Conselhos tomarem para si uma atribuição que não lhes cabe, sob o risco de não cumprirem àquelas que lhe são precípuas; 2) o segundo, diz respeito ao desconhecimento acerca dos acúmulos políticos da categoria como a deliberação pela extinção dos sindicatos profissionais, que pode incorrer no risco de reforçar esses espaços que, na atualidade, inclusive, têm sido ocupados por setores conservadores da profissão, divergindo, portanto do PEP²¹⁹. Isso porque, mesmo com a referida deliberação, alguns sindicatos permaneceram ativos e outros foram reativados²²⁰. Nesse sentido, é imperioso que, as posições construídas pela categoria acerca dos sindicatos profissionais sejam reafirmadas, e apropriadas pelos profissionais que se inserem no âmbito das nossas entidades.

Já em relação à ABEPSS, entidade mais antiga da área ainda em atividade, temos acompanhado, ao longo desta tese, o importante papel que ela vem desempenhando nas últimas décadas na mobilização das demais entidades da categoria, assim como de docentes, discentes, profissionais, supervisores acadêmicos e de campo, nas discussões relativas à formação profissional em suas diversas dimensões. Além disso, e conforme indicamos, além do trabalho realizado pelas e nas regionais da entidade, essas discussões têm assumido maior capilaridade no país, desde o início do Projeto ABEPSS Itinerante, em 2010.

Contudo, apesar de essas atividades envolverem diferentes segmentos da categoria, é importante refletirmos sobre o momento atual da entidade que, mesmo com o crescimento de cursos, conforme expusemos anteriormente, o percentual em relação àqueles que se

²¹⁹ O caso mais recente sobre o qual temos conhecimento diz respeito ao Sindicato de Assistentes Sociais do Rio Grande do Sul que, em 2018, promoveu um evento sobre o Serviço Social clínico, sobre o qual, inclusive, e como já mencionamos nesta tese, o Conjunto CFESS/CRESS se contrapõe.

²²⁰ Nesta reativação, e, apesar de não ser a nossa ênfase aqui, Abramides (2014) menciona a criação da Federação Nacional dos Assistentes Sociais (Fenas) em 2000. Segundo ela, os dirigentes dos cinco sindicatos profissionais ainda ativos naquele momento, se alinham majoritariamente à CUT alinhada ao PT. Ocorre que com a contrarreforma sindical, os sindicatos podem existir mesmo com número reduzido de profissionais. Assim, a criação da Fenas impulsionou a retomada dos sindicatos da categoria em vários estados, independente da base de sustentação política.

encontram filiados à ABEPSS não representa 20% em relação ao total de UFAS que ofertam o Curso de Serviço Social no Brasil, conforme buscamos demonstrar na Tabela 2, a seguir.

Tabela 2: Quantidade de UFAs que ofertam Curso de Serviço Social por regional e filiação à ABEPSS

Regional	Quantidade de UFAs que ofertam Curso de Serviço Social	Quantidade de UFAs Filiadas	Porcentagem de UFAs filiadas à ABEPSS em relação à oferta de Curso
Sul I	47	17	36,17%
Sul II	67	18	26,86%
Centro-Oeste	22	4	18,18%
Nordeste	128	14	10,98%
Norte	72	7	9,72%
Leste	69	15	21,73%
Total	405	75	18,51%

Elaborado pela autora a partir dos dados disponibilizados no E-MEC (2023) e no site da ABEPSS (2023), 2023.

Apesar da possibilidade de tais dados estarem desatualizados, uma vez que não há referência no site sobre a última data de atualização, chamamos a atenção, além da pequena porcentagem de filiação à ABEPSS, em relação à quantidade de Cursos ofertados no país, o fato de que, das 75 UFAS filiadas, 40 são públicas, ou seja, mais da metade (53,33%).

Ora, se apontamos no decorrer deste item uma ampliação da oferta de cursos, principalmente nas universidades privadas, inferimos três motivos para a pouca adesão das dessas UFAS à ABEPSS: 1) os Cursos não se filiam à perspectiva político-pedagógica construída coletivamente pela categoria; 2) Os cursos são ofertados na modalidade de EaD, e, devido ao posicionamento da categoria em relação a essa modalidade, essas UFAS tomaram distanciamento das entidades da categoria, sobretudo da ABEPSS; e, 3) os cursos presenciais, nas UFAS privadas/confessionais/comunitárias têm sofrido, nos últimos anos, com a diminuição do número de discentes, o que tem implicado em dificuldades financeiras para a manutenção da filiação na entidade.

Essas inferências encontram-se inscritas num contexto em que a formação profissional tem sido, historicamente, voltada para o atendimento das necessidades de mercado, e não para o aprofundamento, para a crítica e para a densidade necessárias à apreensão da realidade e ao atendimento das necessidades da classe trabalhadora. Isso pois, (in)justamente, se trata de uma educação voltada à manutenção do capitalismo dependente e à correspondente superexploração da força de trabalho (Souza; Teles, 2021).

Essa lógica, que tem sido cada vez mais fortalecida em decorrência do aligeiramento, esvaziamento de conteúdos, fragmentação de saberes atrelados ao caráter privatista e mercadológico que vem sendo ampliado nas últimas décadas, se choca profundamente com o projeto de formação defendido pelo Serviço Social, qual seja, uma formação pública, gratuita, laica, democrática, presencial e socialmente referenciada. A defesa dessa formação tem requerido das entidades da categoria, sobretudo, da ABEPSS, um conjunto de esforços para construir mediações entre o horizonte que defendemos e as condições objetivas em que a formação profissional tem acontecido, impondo desafios ainda maiores, tanto políticos, quanto financeiros para a Associação.

Evidentemente não podemos afirmar que todos os cursos não filiados à ABEPSS estejam dissociados do projeto de formação defendido e difundido pela entidade, pois as suas atividades são acessíveis para todos, independente de filiação²²¹. Contudo, não podemos afirmar o contrário. Ao mesmo tempo, tanto a não filiação quanto a não adesão às atividades realizadas, pode interferir enormemente no acesso da categoria às ações desenvolvidas pela entidade, visto que as UFAS assumem um papel importante de difusão entre os discentes, docentes, e profissionais supervisores de campo, as atividades realizadas pelas e nas regionais da ABEPSS.

Acerca da não filiação de UFAS à ABEPSS, e não somente as privadas, entendemos que um grande desafio seja construir uma política financeira a partir das particularidades referentes à natureza das instituições, bem como à quantidade de estudantes matriculados nos cursos, de forma a garantir tanto a filiação quanto a sua manutenção pelas UFAS na entidade. Isso porque, a diminuição do quantitativo de estudantes nas instituições comunitárias e confessionais, por exemplo, pode ser um dos fatores que vem levando à não manutenção da filiação dessas instituições, mesmo que historicamente tenham se mantido vinculadas à ABEPSS. Outra consideração importante, é o corte de investimentos nas universidades públicas nos últimos anos, que também pode estar incidindo em dificuldades financeiras nestas instituições, o que tende a impactar na não filiação à ABEPSS. Entendemos que essas considerações podem ser decisivas quanto à estrutura financeira²²² da entidade que historicamente tem sido um desafio por ela enfrentado.

²²¹ Com exceção do direito a voto nas deliberações da entidade.

²²² Recentemente, a atual gestão da ABEPSS (2023-2024) iniciou uma nova campanha para a filiação institucional e individual de sócios na entidade, como forma de fortalecê-la, incluindo informações sobre a sua importância e sobre os benefícios dos associados.

Além disso, salientamos que, apesar de haver uma concentração maior de UFAs públicas filiadas à ABEPSS e de esta entidade se posicionar na defesa intransigente do ensino público, laico, gratuito, universal, não se pode desconsiderar na construção de ações e orientações, a oferta de Cursos em instituições de outra natureza, e àqueles que são ofertados na modalidade à distância, sob o risco de imprimir uma leitura parcial da realidade. Para nós, isso não significa renunciar aos princípios da entidade, mas construir ações a partir de uma análise da totalidade da formação em Serviço Social no país²²³.

Entendemos, com isso, que a qualidade da formação requer unidade na diversidade e que os pressupostos aqui apresentados são fundamentais para maior aproximação da entidade à categoria profissional. Inclusive, compreendemos que a defesa da formação de qualidade não deve ser realizada somente por estudantes e docentes, mas pela categoria como um todo, e, para isso, o envolvimento dos profissionais com as pautas relativas à formação em seus diferentes níveis, é fundamental. Ao mesmo tempo, essa luta deve extrapolar a própria profissão, visto que as dificuldades vivenciadas no âmbito da formação assolam todas as áreas do conhecimento, e não somente o Serviço Social.

Nesta senda, retomamos sobre a referência à impossibilidade de participação de estudantes nas atividades do MESS mencionada por algumas profissionais que participaram da pesquisa que referimos (Corrêa, 2020). De acordo com Vasconcelos (2015) essa baixa participação no movimento estudantil, se desdobra, posteriormente, na baixa participação dos profissionais nas demais entidades da categoria. Entretanto, como temos visto ao longo desta tese, essa dificuldade também não é particular ao Serviço Social.

Isso porque, historicamente os espaços de organização e luta política em nosso país têm sido reprimidos e criminalizados de diversas formas pelas classes dominantes, sobretudo, pelo aparelho estatal. Desde a explosão das lutas sociais entre as décadas de 1970 e 1980, tivemos efeitos regressivos na capacidade de mobilização da classe trabalhadora, que, segundo Mattos (2010) têm relação direta com os elevados índices de desemprego e com as mudanças decorrentes da reestruturação produtiva, implicando em um crescimento absurdo da informalidade desde os anos 1990.

²²³ Nesse sentido, ressaltamos a recente criação da Comissão Temporária de Trabalho (CTT) das UFAs Comunitárias e Profissionais, no âmbito da ABEPSS (2023), tendo em vista o fechamento de cursos históricos na área de Serviço Social, em instituições destas naturezas, como é o caso dos cursos de graduação e de pós-graduação em Serviço Social da PUCRS, Unisinos, UCPEL, UCSAL, entre outros.

Para nós, esse movimento está intrinsecamente relacionado ao aumento do exército industrial de reserva e, em nossa particularidade, da superexploração da força de trabalho. Vale lembrarmos o que expusemos no capítulo 2 desta tese, acerca das dificuldades objetivas para a organização e a luta de classes em nossa realidade, pois os trabalhadores e trabalhadoras em nosso país trabalham a maior parte da carga horária de seus dias e se encontram exauridos frente aos mecanismos de exploração, às violências, às condições de vida e de trabalho aviltantes a que estão submetidos.

Ainda nessa perspectiva, e como já mencionamos, nos últimos anos também tivemos alguns setores representativos da classe trabalhadora que se institucionalizaram, como foi o caso da CUT e da UNE²²⁴, assim como, mais recentemente, quando do *impeachment* de Dilma Rousseff da presidência, houve ainda um forte investimento do Estado – de segurança do grande capital com verniz eleitoral -na militarização²²⁵ das ruas, perseguição às representações políticas²²⁶, tirando-as de cena (Osório, 2019), incidindo ainda na penalização individual²²⁷ das lutas sociais.

Essas dificuldades para a organização e luta coletiva, não afeta, portanto, somente os estudantes, mas toda a classe trabalhadora, e devem ser consideradas para a organização das atividades no âmbito das entidades representativas da categoria. Sobre isso, e a partir do que indicamos ao longo dos itens 4.3.1 e 4.3.2, temos avançado a partir da realização de atividades com maior capilaridade entre a categoria e, inclusive, com realização na modalidade *online*, por meio de *lives* e distintas plataformas. Contudo, por nos constituirmos como classe trabalhadora, os horários e tempo de duração continuam sendo fatores que incidem, na participação ou não, da categoria profissional nesses espaços.

Diante disso, apontamos a importância de pesquisas que permitam conhecer o perfil dos estudantes e dos assistentes sociais no âmbito do Serviço Social para a construção de estratégias pelas entidades da categoria. Nesse sentido, destacamos a recente publicação sobre o perfil de assistentes sociais no Brasil, publicada pelo CFESS em 2022, depois de 17²²⁸ anos sem dados concretos sobre a profissão.

²²⁴ Traspadini também analisa o processo de institucionalidade do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST).

²²⁵ Não esqueçamos que isso já era apontado por Marini conforme mencionamos ao longo desta tese.

²²⁶ Como exemplos: a vereadora Marielle e, na época, o ex-presidente Lula.

²²⁷ Citamos aqui a prisão do ativista Paulo “Galo” de Lima que queimou a estátua de Borba Gato em São Paulo, em 2021 (El País, 2021); assim como o caso da estudante Juliana Guerra e do professor Felipe José Comunello, que foram processados pela reitoria interventora da UFRGS sob acusação de liderarem o movimento que luta por moradia estudantil para as e os estudantes do Campus Litoral Norte (PCB, 2023).

²²⁸ A última pesquisa publicada datava de 2005.

Os dados ali apresentados, permitem-nos²²⁹ analisar, entre outros, como os mecanismos da superexploração da força de trabalho incidem no Serviço Social. Mesmo não sendo nosso objetivo nesta tese, vale indicarmos a título de exemplo que as particularidades da superexploração na categoria profissional apresentam implicações, inclusive, para cumprimento da jornada de 30 horas, pois, conforme demonstram os dados, 2.519 profissionais que responderam a pesquisa, trabalham de 51 a 60h (CFESS, 2022), ou seja, o dobro previsto na lei.

Como vimos, as extensas e intensas jornadas de trabalho constituem mecanismos da superexploração da força de trabalho, constitutiva do capitalismo dependente em nosso país. Logo, além de identificarmos a dificuldade de cumprimento da lei da jornada de 30h, também compreendemos que a sua garantia transcende as forças internas da profissão, ou seja, não é no âmbito de uma categoria profissional que conseguiremos garantir uma jornada de trabalho justa e com remuneração suficiente aos trabalhadores. Trata-se de uma luta da classe trabalhadora brasileira e latino-americana.

E aqui, apontamos, mais uma vez, os limites de nossas entidades, pois, mesmo que sua articulação tenha se constituído como um patrimônio político da profissão nos últimos anos (Ramos, 2011), são entidades que representam trabalhadores assalariados que vivenciam a particularidade dos dilemas que são vividos pelo conjunto da classe trabalhadora (Raichelis, 2011), requerendo, para isso, uma articulação que transcende os muros internos da profissão.

Essas articulações foram identificadas nas produções que analisamos junto às fontes bibliográficas e documentais da Revista Temporalis, apontando a participação das entidades em Fóruns, Conselhos de Direitos e de Políticas Públicas, articulação aos movimentos sociais, entre outros.

Porém, consideramos que não é exagerado ressaltar a importância de:

articular as lutas institucionais vividas no cotidiano profissional com as lutas mais gerais da sociedade, em defesa das políticas públicas e universais e de responsabilidade do Estado; construir alianças estratégicas com os movimentos sociais, na luta pela radicalização da democracia e pelo fortalecimento da participação da classe trabalhadora nos espaços políticos, com vistas à socialização da política; continuar, enquanto grande legado do Congresso da Virada, a articulação entre as entidades da categoria, que tem sido fundamental para a consolidação do projeto ético político do Serviço Social e seu espraiamento no meio profissional; e, por fim, fortalecer o contato com o Serviço Social dos

²²⁹ Fizemos uma aproximação recentemente nesta análise em: Corrêa; Damascena e Vaz (2023).

diversos países da América Latina e Caribe e com as lutas dos movimentos sociais realizados nesses países. (Bravo, Congresso da Virada, 30 anos, 2014).

Diante dos desafios do que temos pela frente, destacamos que nossa intencionalidade na construção desta tese foi também a de visibilizar o que temos feito. Isso porque, sabemos que em nosso continente, as memórias-histórias têm sido apagadas, aniquiladas, roubadas de nosso povo desde a invasão de nosso continente. Nesse sentido, assim como é preciso trazer para “o presente a memória e a história da luta de classes ocorrida ao longo de todo o desdobrar violento do capitalismo, com enraizamento na formação política revolucionária” (Traspadini, 2017, s/p), também compreendemos que essa necessidade perpassa a nossa categoria.

Portanto, compreendemos que, diante desse contexto, revelar essas histórias-memórias do passado no presente também se constitui como um grande desafio. Porém, destacamos as estratégias empreendidas pelas nossas entidades na realização de *lives* que proporcionam reencontros, documentários, assim como de eventos em que são registrados depoimentos de marcos importantes na história do Serviço Social e, conseqüentemente de suas entidades representativas, que lhes são constitutivas.

Entendemos que o legado e os acúmulos historicamente construídos pela nossa categoria profissional são insumos estratégicos para a manutenção do PEP. Nossas entidades, compostas de gente, que vive a superexploração da força de trabalho cotidianamente, e que atende gente que a vive também, têm construído uma trajetória nos últimos anos que não somente expressa o compromisso com a profissão, mas, sobretudo, com a classe trabalhadora que, assim como na América Latina, em meio a tantos desafios, tem ousado sonhar e lutar por outro mundo possível.

5. CONCLUSÃO

A viagem não acaba nunca. Só os viajantes acabam. E mesmo estes podem prolongar-se em memória, em lembrança, em narrativa. Quando o visitante sentou na areia da praia e disse: “Não há mais o que ver”, saiba que não era assim. O fim de uma viagem é apenas o começo de outra. É preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o que se viu já, ver na primavera o que se vira no verão; ver de dia o que se viu de noite, com o sol onde primeiramente a chuva caía, ver a seara verde, o fruto maduro, a pedra que mudou de lugar, a sombra que aqui não estava. É preciso voltar aos passos que foram dados, para repetir e para traçar caminhos novos ao lado deles. É preciso recomeçar a viagem. Sempre. (José Saramago; Viagem a Portugal)

Com a epígrafe de José Saramago, iniciamos as conclusões desta tese, que teve como objetivo geral “investigar como se constituem as entidades representativas do Serviço Social no capitalismo dependente brasileiro, enquanto dimensão constitutiva dos Fundamentos do Serviço Social e um dos componentes que materializam os elementos do projeto ético-político profissional a partir do resgate e análise da memória histórica das entidades, considerando sua relação intrínseca com a questão social, formação e trabalho profissional, com vistas a contribuir com a qualificação da formação e do trabalho profissional e construir um registro histórico acerca da importância das entidades organizativas como componente dos fundamentos da profissão”.

Esse objetivo, que tomou as entidades representativas do Serviço Social no capitalismo dependente brasileiro como temática, partiu de reflexões e de viagens anteriores: da nossa vinculação com estas entidades desde o movimento estudantil, à pesquisa junto ao CRESS-RS no mestrado, e a inserção na gestão atual da ABEPSS (2023-2024). Além disso, trouxe a nossa descoberta e aproximação acerca da Teoria Marxista da Dependência durante esse processo de doutoramento, e que foi para nós, ainda que num movimento de aproximação e de apreensão, indispensável para esta tese.

A partir desta Teoria, que não nega a teoria marxiana, mas se constitui como sua continuidade, buscamos, em um primeiro momento, compreender a particularidade da questão social, ou seja, do capitalismo dependente brasileiro, no intuito de compreender suas características e configurações. Para isso, perquirimos a formação sócio-histórica latino-

americana desde a invasão colonial, para chegarmos à particularidade brasileira, onde encontramos as raízes do nosso capitalismo “sui generis”.

Esse processo, marcado por mais de três séculos, é atravessado pela violência, sobretudo, à população negra e indígena, que sob diferentes formas, resistiu às insígnias do colonialismo e foi duramente reprimida pelas raízes de um Estado posto para atender aos interesses da Metrópole e das classes dominantes. Aqui, entendemos que foi se conformando um Estado muito mais voltado para a repressão da população do que para a sua proteção. Em determinado momento, servindo à estrutura escravista, e, após, abrindo caminho para o desenvolvimento do capitalismo em meio a uma “modernização sem mudança”, característica que, por sinal, é constitutiva da estrutura de nossa sociedade.

Também identificamos que a terra foi apropriada pelas elites agrárias e brancas, tendo seu acesso amplamente dificultado a outros grupos. Por meio da Lei de Terras, isso não mudou, mantendo-se o monopólio da terra nas mãos de poucos e tornando-a uma mercadoria. As populações negra e indígena, ficaram relegadas ao direito de posse, e, portanto, sem o direito à moradia.

Como consequência da escravidão, temos o racismo, que vai constituir -junto ao monopólio da terra, a estrutura do capitalismo do lado de cá. Neste processo, principalmente na última fase do escravismo, encontramos ainda elementos que demonstram que, mesmo que houvesse aqui alguma acumulação capaz de ser investida na indústria nascente, esta não foi capaz de permitir a constituição de um capitalismo autônomo, justamente porque foi impedido pelo poderio econômico e político inglês de fazê-lo, não restando outra possibilidade de capitalismo, senão que fosse dependente, implicando, por isso, em nossa subordinação política, econômica, cultural e econômica em relação aos países centrais.

Mas a dependência a esses países não diz respeito apenas a essa subordinação, implica, como vimos, na superexploração da força de trabalho que atravessa a nossa classe, e se constitui por três mecanismos que podem e tendem a ser combinados: intensificação e ampliação da jornada de trabalho, assim como de um salário muito aquém da satisfação de suas necessidades (Marini, 2005).

Pela heterogeneidade que perpassa a nossa classe trabalhadora, carregando consigo o componente étnico-racial, este se constitui como uma mediação na vivência desses mecanismos. Isso porque, como vimos no capítulo 2 desta tese, a população negra e indígena de nosso país é aquela que vivencia esses mecanismos em maior intensidade, pois, como vimos, com a Abolição e a Proclamação da República, não houve espaço para o trabalhador

liberto senão ocupar a “reserva da reserva” ou, a “franja marginal” do exército de reserva no Brasil. Assim, se a classe trabalhadora brasileira é submetida à superexploração da força de trabalho, à população negra e indígena, cabe o fardo mais pesado, uma vez inserida em condições de vida e de trabalho cuja degradação é mais amplamente acentuada.

Nesse sentido, e constituindo-se componente fundamental na luta de classes, não podemos desconsiderar as condições da classe trabalhadora em nosso país, principalmente de negros, indígenas e das mulheres, que sob as condições que já assinalamos, e mesmo em meio a construção e manutenção de espaços de resistência, convivem com dificuldades nas não só em relação às condições objetivas de vida, mas também para a organização e luta de classes: trabalham a maior parte da carga horária de seus dias e se encontram exauridos frente aos mecanismos de exploração, às violências, às condições de vida e de trabalho aviltantes em que vivem. Foi neste primeiro momento que buscamos responder ao objetivo específico de “Compreender as características e configurações do capitalismo dependente no Brasil”.

É nesse solo sócio-histórico assentado no monopólio da terra, no racismo, e na superexploração da força de trabalho que identificamos “a gênese e o desenvolvimento das entidades representativas do Serviço Social como organizações políticas de classe na sua relação com o capitalismo dependente brasileiro”. Por tal concepção, compreendemos que a realidade social não é um pano de fundo que apenas emoldura o Serviço Social e suas entidades. Pelo contrário, a realidade social conforma e atravessa a profissão e sua dimensão político-organizativa, uma vez que não permanecem isentos de suas marcas constitutivas, conferindo-lhes, por isto, características que se explicam no movimento histórico da sociedade.

Nesse sentido, o surgimento do Serviço Social no Brasil na década de 1930 encontra-se associado às demandas advindas da transição recente do escravismo colonial para o capitalismo dependente, não isentando-se, portanto, das marcas da sociedade da qual emerge. Cumpre, em sua gênese, a determinação do controle e do ajustamento da classe trabalhadora, contribuindo para a mistificação e reprodução da superexploração da força de trabalho e das desigualdades emergentes do desenvolvimento do modo de produção capitalista dependente em nosso país.

Assume ainda, por sua vinculação com a Igreja Católica (com laços com a AIB), um caráter conservador e de apostolado, com referenciais que não questionavam a “questão social”. Entendemos, assim, que o Serviço Social assumia um caráter repressivo e eugenista à população atendida, pois, uma vez vinculada às instituições da Igreja, em um primeiro

momento, voltava-se para o atendimento daquela população, sobretudo negra, excluída do mercado de trabalho “livre” atrelado à indústria nascente.

É somente na década de 1940, quase uma década após o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social do país, que surgem as primeiras entidades representativas do Serviço Social: a ABESS e, em seguida, a ABAS, em 1946, as quais, em muito contribuíram para a institucionalização e legitimação do Serviço Social no país. A finalidade inicial da ABESS era definir e coordenar uma política de formação profissional, orientando-se pela regulamentação desse ensino em nível universitário (Iamamoto; Carvalho, 2010; Koike, 1997) buscando, desta forma, imprimir sua homogeneização em âmbito nacional (Silva, 2014). Já a finalidade da ABAS, era a de promover o aperfeiçoamento da profissão, assim como garantir o seu reconhecimento e defender seus interesses corporativos.

É a partir da década de 1940 que o Serviço Social passa a ser demandado pelas instituições sociais e patronais que emergem de um contexto de implementação das políticas sociais e do desenvolvimento da indústria no país. Lembremos que essas instituições assistenciais, em sua maioria, voltavam-se para os trabalhadores brancos e com registro formal de trabalho, excluindo seus benefícios do exército industrial de reserva e todas as suas camadas, inclusive da sua franja marginal.

A partir da inserção do Serviço Social nessas instituições, este depara-se com novas questões, que encontram respostas no Serviço Social norte-americano, que passa a ser incorporado no Brasil, em um contexto de ampliação do imperialismo norte-americano e seu poderio ideológico e econômico pelo mundo. A metodologia norte-americana, compreendida pelo Serviço Social de Caso, de Grupo de Desenvolvimento de Comunidade, foi associada à incorporada da teoria social positivista, que, em nosso país, entrelaça-se com a manutenção do status quo, sendo, portanto, necessário para manter negros e indígenas, excluídos e subordinados. Essa teoria e a concepção conservadora da profissão, por sua vez, será impressa no primeiro Código de Ética em 1947, construído a partir da ABAS de SP, e, do primeiro Currículo Mínimo para os Cursos de Serviço Social em 1953, construído a partir da ABESS.

Esse período, também é marcado pela disseminação da ideologia desenvolvimentista no Brasil, difundida principalmente por meio da CEPAL, organismo da ONU que foi criada para resolver os problemas do subdesenvolvimento sem, contudo, suprimir a sua causa. É, contudo, somente ao final da década de 1950 que o Serviço Social se mostrará sensível a essa ideologia.

Isso ocorre principalmente por meio da metodologia de Desenvolvimento de Comunidade incorporada a partir do Serviço Social norte-americano, que, atrela-se à ideologia desenvolvimentista, especialmente durante o governo desenvolvimentista de JK. Neste ínterim, também identificamos a relação do Serviço Social com a OEA, também vinculada à ONU, mas não tivemos elementos suficientes nesta pesquisa para analisar a sua incidência na profissão.

As experiências de Desenvolvimento de Comunidade, ao final da década de 1950 e início da década de 1960, vão se diferenciando daquelas mais tradicionais. Cremos que isso se associa diretamente ao contexto de efervescência das lutas sociais, no campo e nos centros urbanos, apresentando novas questões e novos dilemas ao Serviço Social, levando, por consequência, ao questionamento do Serviço Social Tradicional.

Também acompanhamos neste período o surgimento da APAS e dos primeiros sindicatos de assistentes sociais. Lembremos que os sindicatos, desde a década de 1930, haviam assumido uma postura corporativista, estando diretamente associados ao Ministério do Trabalho e, portanto, ao governo- seu controle e interesses. Logo em seguida, surgem os Conselhos Profissionais, levando à criação do Conjunto CFAS/CRAS em 1962. Com o surgimento dos sindicatos e dos Conselhos na profissão, a ABAS foi se extinguindo, uma vez que suas funções não eram mais necessárias.

Contudo, logo da criação do CFAS/CRAS, ocorre o Golpe Militar de 1964, cujas implicações se desdobrarão nesses conselhos, assim como, na interrupção daquelas experiências que vinham se diferenciando do Serviço Social tradicional. Lembremos que este golpe foi operado pelo conjunto das classes dominantes, para a manutenção do seu poderio, mantendo mais uma vez o monopólio da terra e o silenciamento das lutas sociais. Isso pois, esse período é profundamente marcado pela violência a todas as formas de resistências, incidindo, portanto, também no Serviço Social que teve seus sindicatos e as APAS até então instituídas, desativadas.

Apesar disso, aquelas indagações proporcionadas pelas novas experiências do Serviço Social, bem como da incorporação da ideologia desenvolvimentista na profissão, levam ao questionamento do seu papel para a superação do subdesenvolvimento na América Latina, expresso no I Seminário Latino-Americano de Serviço Social em Porto Alegre. Neste Seminário, que dá início ao Movimento de Reconceituação Latino-Americano de Serviço Social, também se fez a crítica à incorporação dos fundamentos franco-belga e norte-americanos na profissão, buscando uma renovação a sua renovação.

A partir das bandeiras de luta e da união de profissionais para a superação do Serviço Social tradicional, é fundada então, dentro do guarda-chuva da ONU, a ALAETS, e, mais tarde o CELATS, como um organismo acadêmico latino-americano. Assim, identificamos uma contradição: se por um lado colocava-se em xeque as “importações” franco-belga e norte-americana, a ALAETS se vinculava a um organismo que disseminava estas mesmas importações, assim como uma concepção de desenvolvimento que não questionava o sistema capitalista.

Disso deriva uma certa heterogeneidade, em que repousavam dois grandes segmentos: um deles, apostava numa modernização do Serviço Social de modo a torná-lo compatível com as demandas macrosociedade, vinculando-o a projetos desenvolvimentistas de planejamento; já o outro, apostava numa ruptura radical com o passado profissional, sintonizando-o com projetos de ultrapassagem da ordem social vigente (Netto, 2005).

Essas contradições do Movimento de Reconceituação também ressoam no Brasil, por meio do Movimento de Renovação do Serviço Social, no qual emergem três vertentes, representando diferentes projetos profissionais: 1) a vertente modernizadora; 2) a vertente fenomenológica (ou a reatualização do conservadorismo); e, 3) a vertente de intenção de ruptura (Netto, 2015).

Enquanto as duas primeiras surgem em encontros da categoria, a terceira surge no âmbito acadêmico, especificamente na Universidade, expressando ali a primeira elaboração ancorada em substratos do marxismo, ainda que com equívocos derivados de uma aproximação que não se dava em suas fontes, por conta do período ditatorial que se combinava com uma “caça aos comunistas”.

O que queremos enfatizar é que, mesmo com a direção conservadora nas entidades do Serviço Social que se mantiveram ativas durante a ditadura, ABESS e Conjunto CFAS/CRAS, e a expressão conservadora nos Códigos de Ética e Currículos Mínimos durante o período, a vertente de intenção de ruptura encontrava espraiamento nas discussões sobre a formação desde 1973 nas Convenções da ABESS, assim como nos programas de pós-graduação da área criados na década de 1970 no Brasil.

Entretanto, é só a partir de 1977, com a explosão dos movimentos sociais no Brasil, e reaparecimento dos sindicatos profissionais, das APAS e do movimento estudantil, que o compromisso com a classe trabalhadora passa a ressoar com maior força na categoria. Importante frisarmos, contudo, que a vertente de intenção de ruptura não era hegemônica na

profissão, e que, para tornar-se, precisou de uma grande mobilização e organização dos setores mais críticos da categoria, pois, mesmo em meio ao movimento reivindicatório da classe trabalhadora no cenário Brasileiro, havia assistentes sociais que ainda colaboravam com o regime militar.

Como fruto dessa reorganização da categoria, registramos, em 1979, o surgimento da Ceneas, com apoio do CELATS, como forma de fortalecer as organizações sindicais estaduais e locais do Serviço Social, que, em sua maioria estavam vinculadas ao sindicalismo classista, e não corporativista que vigorava desde 1930. Dessa forma, juntamente com a rearticulação do movimento estudantil, o compromisso com a classe trabalhadora, vai ganhando maior expressão na categoria profissional.

Esse avanço se registra na Convenção da ABESS de 1979, que pela primeira vez contou com a participação de estudantes. Nesta Convenção, também ficou definido um novo Currículo Mínimo para a formação em Serviço Social no país, pautado na perspectiva crítica, ainda que com limitações próprias do período. Essa mudança assinala, sobretudo, outros rumos à profissão e à ABESS, demarcando o início do seu processo de democratização. É aqui também que a ABESS se redimensiona para Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social.

Neste ínterim, registra-se a organização das entidades sindicais sob direção da Ceneas para redirecionar o então III CBAS que se organizava pelo CFAS e pelo CRAS-SP, numa perspectiva conservadora, antidemocrática e evidentemente articulada ao regime militar. Contrárias a essa perspectiva, as entidades sindicais, passaram a realizar diversas assembleias com os estudantes e profissionais que ali participavam, garantindo não somente o seu redirecionamento, mas também novos rumos à profissão, que ali assume um compromisso público com a classe trabalhadora.

Para assegurar esse compromisso, desde então, as entidades sindicais se organizam para ocuparem a direção da ABESS e do Conjunto CFAS/CRAS, organizando-se para disputar as suas eleições. Se a ABESS já vinha sendo redirecionada desde 1979, o CFAS/CRAS foi considerado o espaço mais refratário ao processo de democratização que vai se desenvolvendo no interior da profissão. Esta virada nos conselhos só se concretiza com o Código de Ética de 1986, cujas bases já se encontravam no Currículo aprovado em 1979.

Em todo esse processo interno, o Serviço Social também participava da democratização do país, na luta pelos direitos sociais, vinculando-se aos mais diversos

movimentos sociais e aos partidos políticos que, ou voltavam à cena, ou surgiam, como foi o caso do PT. Neste partido, vale mencionarmos, houve assistentes sociais que participaram inclusive de sua criação, integrando-se em núcleos da categoria que ali forjavam-se.

Neste ínterim, é criada também a CUT, em cuja criação também houve participação ativa de assistentes sociais e à qual estavam vinculadas as entidades sindicais da categoria. Entretanto, em Congresso da CUT realizado em 1986, deliberou-se pela organização sindical por ramo de atividade econômica no país, o que levou à decisão, mais tarde, de extinção da Ceneas e das entidades sindicais da categoria.

A categoria também participou na década de 1980 junto aos Seminários promovidos pela ALAETS/CELATS. Notamos, contudo, que, além de um movimento que se voltava para a profissão e à realidade brasileira naquele momento, havia pouca discussão sobre a organização a nível continental, e, além disso, pouco tratava-se sobre as questões atreladas à América Latina. A partir do Encontro de 1983, contudo, a organização do Serviço Social latino-americano constrange as entidades brasileiras, que desencadeiam, por isso, discussões nacionais, que refluem entre os estudantes e profissionais.

A década de 1980, portanto, demarca uma virada nas entidades representativas e político-organizativas do Serviço Social brasileiro, fortalecendo, a partir de um movimento democrático, o projeto profissional de intenção de ruptura, que refluirá, na década seguinte, na construção e na hegemonia do atual projeto ético-político da categoria.

Suas bases serão conformadas a partir de um novo Código de Ética e da Lei de Regulamentação de 1993, assim como na proposta das Diretrizes Curriculares em 1996, expressões jurídico-políticas construídas com ampla participação da categoria, expressando o aprofundamento e a consolidação da tradição marxista na profissão, e do desenvolvimento do conhecimento da área, na pós-graduação.

Essas bases também trarão um redimensionamento nas entidades da categoria. O Movimento Estudantil de Serviço Social, em 1993, até então vinculado como Subsecretaria na UNE (SESSUNE), passa a constituir-se na Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), como uma forma de garantir maior autonomia para as pautas relativas à formação na área. Neste mesmo ano, com a aprovação do novo Código de Ética e da Lei de Regulamentação, o então conjunto CFAS/CRAS passa a ser denominado Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS/CRESS), cuja mudança para além da nomenclatura, buscou imprimir um novo caráter para essas entidades, pautado na perspectiva democrática conquistada pela articulação e organização da categoria.

Na mesma perspectiva, após a aprovação das Diretrizes Curriculares de 1996, e devido à contrarreforma do ensino superior aprovada no mesmo ano por intermédio da LDB, entendeu-se a necessidade de que a então ABESS passasse por uma reestruturação no sentido de garantir condições físicas, financeiras e políticas para seguir assegurando a direção da formação profissional nos anos seguintes, diante do desmonte anunciado e das dificuldades que a entidade enfrentava. Assim, há uma mudança no estatuto da entidade, em 1998, em que a ABESS é redimensionada para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), inserindo a dimensão da pesquisa no âmbito da entidade, cuja articulação com o ensino e com a extensão já se encontrava inscrita na proposta das Diretrizes.

Contudo, além da contrarreforma da educação, o contexto social, econômico e político brasileiro foi marcado pelo aprofundamento da dependência, sob crescimento da dívida externa, sob a égide imperialista estadunidense. A crise do capital na década de 1970, respondida a partir de um receituário neoliberal que dilacera as veias da América Latina, passa a entregar ainda mais dos nossos recursos ao grande capital por meio das privatizações e da transferência do fundo público para pagamento da dívida pública, e por isso, submetendo a vida da classe trabalhadora à deriva do mercado.

Ao mesmo tempo, temos uma crescente desmobilização e desarticulação das organizações de esquerda, tendo como dinamizadores os aparelhos militares, o controle e o corporativismo assegurados pelo Estado, e a criminalização amplamente difundida pela mídia. Estes, atrelados à individualização pregada pelo ideário neoliberal, reverberam num movimento de declínio e descrédito das mobilizações, greves e reivindicações da classe trabalhadora, num país em que, historicamente, a burguesia, por meio do Estado, intentou esforços para destruí-la.

Com isso, vemos os direitos sociais descaracterizados pela lógica de mercado, e o aprofundamento dos mecanismos da superexploração da força de trabalho, a partir da reestruturação produtiva, o que impacta, sobremaneira, a formação e o exercício profissional em Serviço Social, tendo em vista a condição assalariada de assistentes sociais e a sua inserção majoritária no âmbito das políticas públicas.

Nesse contexto, as entidades representativas e político-organizativas do Serviço Social assumem um papel estratégico na defesa e na manutenção do projeto ético-político profissional. Isso porque, a hegemonia deste projeto não exclui a existência de outros projetos que a disputam no âmbito da categoria profissional. Assim, e tomando por fundamento as bases desse projeto, as entidades representativas da categoria, seguem

afirmando a direção social emancipatória tanto no direcionamento da formação, quanto do exercício profissional.

Essa direção, conforme identificamos nesta pesquisa, se expressa em diferentes ações que tomam a forma de: publicações, livros, *lives*, documentos, cursos, espaços de discussão, fóruns, oficinas, seminários, encontros, pesquisas, documentários, entre tantas outras. Para a construção e concretização dessas ações, evidenciamos a articulação entre as entidades representativas e o seu papel político-organizativo na mobilização dos demais segmentos da categoria profissional, garantindo que essas construções sejam feitas de forma ampla e democrática.

Esse elemento nos parece fundamental, pois, como dissemos na introdução desta tese, em tempos de presenteísmo, e numa sociedade em que as memórias-histórias são destruídas, a perda da dimensão dessas construções é uma arma para os setores conservadores da categoria que, ao contrapor-se ao projeto ético-político profissional, acusam-no de autoritário.

Nesse sentido, ressaltamos a importância da continuidade do registro das ações das entidades da categoria, seja através da produção de documentos, da preservação da documentação histórica, ou, ainda, pela realização de entrevistas e de depoimentos de profissionais e estudantes que construíram e que ainda constroem essa história. Entendemos, que esse registro faz parte da memória histórica do Serviço Social, construída a muitas mãos, que deve ser, das mais diversas formas, divulgada entre a categoria profissional.

Tomando por base a articulação do conjunto de reflexões que tecemos neste percurso, construímos então a seguinte tese:

As entidades representativas e político-organizativas do Serviço Social brasileiro são (re)construções histórico-políticas da profissão, que, inscritas no capitalismo dependente, expressam, ao longo de sua trajetória, características e interesses atrelados à dinâmica da luta de classes nesta particularidade, sob distintos projetos profissionais. Nesta dinâmica, imprimem direção e materialidade aos fundamentos do Serviço Social, cuja expressão se manifesta tanto na formação quanto no exercício profissional. Na atualidade, essas entidades compreendem: o conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS e a ENESSO, e, sua articulação, historicamente conquistada, tem sido um componente estratégico, tanto para a construção do projeto ético-político profissional, quanto para a sua manutenção, espraiamento e

inteligibilidade entre a categoria profissional, de forma ampla e democrática. Essa articulação, entretanto, transcende a categoria, pois, as dificuldades que perpassam o trabalho e a formação profissional na particularidade do Serviço Social se inscrevem em uma tecitura que só pode ser superada na perspectiva da luta de classes.

Ressaltamos, a partir desta síntese, que ela se constitui como provisória diante das muitas viagens possíveis que dela se desdobram para a sua continuidade, assim como para a apreensão de outros ângulos por nós não explorados pela nossa delimitação e limitação. Das questões que daqui emergem, destacamos: Quais os outros fatores, além da renovação conservadora do marxismo no Brasil, que incidiram no Serviço Social para o seu distanciamento em relação à América Latina? Se a Teoria Marxista da Dependência ainda tem pouca repercussão no Brasil, haveria tido alguma repercussão diferente no Serviço Social em outro país do continente? Como a articulação internacional das nossas entidades vem sendo debatida pela profissão na atualidade? Como as entidades, e sobretudo a ABEPSS, podem contribuir para a discussão e incorporação do pensamento social latino-americano crítico na formação profissional? Como se dá a organização da categoria profissional nos demais países da América Latina? Como a organização da categoria profissional vem sendo estudada na formação profissional em Serviço Social?

Os questionamentos que mencionamos, perpassam, sobretudo, a particularidade da profissão e da sua organização político-profissional no continente latino-americano. Essa apreensão, mediada com o pensamento social latino-americano e à Teoria Marxista da Dependência, que tomou relevo durante a realização desse curso de doutorado, ganhou ainda mais sentido a partir desta produção, reconhecidas as limitações de uma aproximação ainda inicial nas condições objetivas de vida próprias da nossa realidade, que perpassam a compressão do espaço-tempo diante da necessidade da sobrevivência.

Resguardados os nossos limites, ressaltamos o nosso compromisso na continuidade de estudos e pesquisas sobre a temática, e a necessidade de perquirirmos, coletivamente e com muito respeito, passos de lutas já travadas, acúmulos já construídos, numa trajetória que, como já dissemos, foi construída à muitas mãos de pessoas cujas vidas se confundem, muitas vezes, com o trabalho não remunerado, mas encharcado de compromisso de classe, nessas entidades.

Dito isso, esperamos que essa construção, possa contribuir de alguma forma para fortalecer os espaços de organização da nossa categoria, seja na formação ou no exercício

profissional, reiterando a sua importância e imprimindo sentido para a profissão. Entendemos que esta é uma forma de garantir a formação de quadros comprometidos com o projeto ético-político profissional para seguirem ocupando esses espaços e garantindo a direção social assumida na profissão desde a década de 1980.

REFERÊNCIAS

ABESS. Apresentação. **Cadernos ABESS**, n.1, outubro de 1986.p.3-4. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/sumario-apresentacao-conferencia-conjuntura-a-universidade-e-o-profissional-luiz-eduardo-wanderley-201609151332173814440.pdf>. Acesso em fevereiro de 2024.

ABESS. Relatório do momento preliminar da pesquisa Avaliação da formação profissional do assistente social no brasil-pós-novo curriculum: avanços e desafios. **Cadernos ABESS**, n.4, outubro de 1991.p.97-144.

ABESS. Apresentação. **Cadernos ABESS**, n.8, outubro de 1998. p.3-4.

ABESS. Apresentação. **Cadernos ABESS**, n.6, setembro de 1993. p.3-5.

ABEPSS. Documentário ABEPSS 70 anos. **TV ABEPSS**, 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=j1f9a_9NLIw. Acesso em fevereiro de 2024.

ABEPSS/CEDEPSS. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: 1996.

ABEPSS. **Estatuto da ABEPSS**. 2008. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/arquivo_201604041530365473870.pdf. Acesso em janeiro de 2024.

ABEPSS. **GTPS**. s/a. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/gtps.html>. Acesso em janeiro de 2023.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Movimento sindical e Serviço Social: organização sindical por ramo de atividade ou por categoria profissional?. In: Abramides, Maria Beatriz Costa; Duriguetto, Maria Lucia (Org.). **Movimentos sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014, p.177-194.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social e Sociedade**, nº 127, set-dez, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.080>. Acesso em Novembro de 2023.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2019.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. **A organização política do Serviço Social e o Papel da Ceneas/ANAS na Virada do Serviço Social Brasileiro**. In: Conselho Federal de Serviço Social (org). Conselho Regional de Serviço Social S. Paulo (CRESS 9ª Região), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) (co-orgs). Brasília, 2009, p.55-78. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf_Maior.pmd ([cfess.org.br](https://www.cfess.org.br)) Acesso em janeiro de 2024.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. 40 anos do “Congresso da Virada”. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. (org). **Congresso da Virada e o Serviço social hoje**: reação conservadora, novas tensões e resistências. São Paulo: Cortez, 2019.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. A ANAS e sua relação com o projeto profissional alternativo de Serviço Social no Brasil: contribuições ao debate. **Serviço Social e Sociedade**, n. 30, ano X, abril de 1989, p.29-39.

ABREU, Maria Helena Elpídio. A experiência da “ABEPSS Itinerante”: A atualidade do projeto de formação profissional frente à contrarreforma da educação. **Temporalis**, ano 13, n. 25, janeiro a junho de 2013, p.113-132. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/4853>. Acesso em fevereiro de 2024.

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e Filosofia**: das origens a Araxá. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALMEIDA, Magali da Silva. Entrevista com Magali da Silva Almeida: pioneirismo da discussão étnico-racial no Serviço Social. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, jan./jun. 2013, p. 231 – 239. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18263/9504?Itclid=>. Acesso em fevereiro de 2024.

ALMEIDA, Magali da Silva; ROCHA, Roseli da Fonseca; BRANCO, Suelma Inês de Deus. **Assistentes Sociais negras na construção da “virada” do Serviço Social brasileiro**. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (org). Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências. São Paulo: Cortez, 2019.

ALVES, Rubem. **Filosofia da Ciência**: introdução ao jogo e suas regras. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BÁEZ, Fernando. **A história da destruição cultural da América Latina e Caribe**: da conquista à globalização. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

BAMBIRRA, Vânia. **Teoría de la dependencia**: una anticrítica. Serie Popular Era: México, 1978.

BAPTISTA, Myriam Veras. “As primeiras lutas...as primeiras organizações- entrevista com Balbina Ottoni Vieira”. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, ano IV, n. 12, 1983.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Edição Revista e Atualizada. Lisboa/Portugal: edições 70, 2009.

BARROCO; Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social**: Fundamentos ontológicos. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BEHRING, Elaine Rosseto. ABEPSS 2009-2010-estágio, pesquisa e consolidação institucional. **Temporalis**, ano 11, n.22, julho a dezembro de 2011, p.81-98. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1728>. Acesso em fevereiro de 2024.

BEHRING; Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9ª ed. Cortez, São Paulo, 2010.

BEHRING; Elaine Rossetti; RAMOS, Samya Rodrigues. **ABEPSS - O Protagonismo da ABEPSS no Passado e no Presente: 30 Anos de Lutas**. In: Conselho Federal de Serviço Social (org). Conselho Regional de Serviço Social S. Paulo (CRESS 9ª Região), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) (co-orgs). Brasília, 2009, p.157-172. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf?_Maior.pmd (cfess.org.br) Acesso em janeiro de 2024.

BOSCHETTI, Ivanete. Desafios e atuação da ABEPSS no contexto da “reforma” do ensino superior no final dos anos 1990: gestão 1998-2000. **Temporalis**, ano 11, n.22, julho a dezembro de 2011, p.27-42. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1726>. Acesso em fevereiro de 2024.

BRASIL. Lei Nº. 8.662, de 7 de junho de 1993. **Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências**. Brasília, DF, 7 de junho de 1993. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm. Acesso em 30 de novembro de 2016.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 1988.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, DF: Presidente da República, 1934.

BRAVO, Maria Inês de Souza; RAIZER, Eugenia Célia; LEMOS, Esther Luíza de Souza; ELPIDIO, Maria Helena. **O protagonismo da ABESS/ABEPSS na virada da formação profissional em Serviço Social**. In. SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (org). Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências. São Paulo: Cortez, 2019.

BRAZ, Marcelo; MATOS, Maurílio Castro de. 30 anos de rearticulação do movimento estudantil de Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.95, p.174-182, Set/2008.

BUENO, Fábio Marvulle; TRASPADINI, Roberta Sperandio. Lenin e a interpretação do imperialismo nos séculos XX e XXI. **REBELA**, v.4, n.2, mai./ago. 2014, p.186-204. Disponível em: [Lenin e a interpretação do Imperialismo nos séculos XX e XXI | REBELA - Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos \(ufsc.br\)](http://www.revista.ufsc.br/revista/lenin-e-a-interpretacao-do-imperialismo-nos-seculos-xx-e-xxi). Acesso em janeiro de 2024.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e Projetos Profissionais: os Diferentes Caminhos do Serviço Social no Brasil**. Campinas/SP: Papel Social, 2013.

CASSAB, Maria Aparecida Tardin. ABEPSS Gestão 2001-2002. **Temporalis**, ano 11, n.22, julho a dezembro de 2011, p.43-48. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/download/1723/1591/3362>. Acesso em fevereiro de 2024.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CELATS. Apresentação. In: **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. 31 ed. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2010.

CEOLIN, George Francisco; SILVA, Neimy Batista. Desafio da ABEPSS Itinerante na defesa da qualidade na formação em Serviço Social. *Temporalis*, ano 13, n.25, janeiro a junho de 2013, p.155-179. Disponível em:

<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/4862>. Acesso em fevereiro de 2024.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

CENSO SUAS 2016: Resultados Nacionais: Centros de Referência da Assistência Social: CRAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, Brasília, 2016 Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Censo%20SUAS%202016>. Acesso em dezembro de 2021

CFAS. **Resolução CFAS Nº 195/86**. Disponível em: <https://cress-sp.org.br/wp-content/uploads/2015/10/C%C3%B3digo-de-%C3%89tica-1986.pdf>. Acesso em fevereiro de 2024.

CFESS. **Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS/CRESS**. CFESS: 2012. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_POL-EDUCACAO-PERMANENTE.pdf. Acesso em fevereiro de 2024.

CFESS. **Histórico**. s/a. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/o-cfess>. Acesso em 21 de janeiro de 2020.

CFESS. Serviço Social, Memórias e Resistências contra a Ditadura. **CFESS Vídeos**, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7IPG63P8CWQ&t=1210s>. Acesso em fevereiro de 2024.

CFESS. **30 anos do Congresso da Virada**. Conselho Federal de Serviço Social (org). Conselho Regional de Serviço Social S. Paulo (CRESS 9ª Região), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) (co-orgs). Brasília, 2009. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf> [Maior.pmd](#) ([cfess.org.br](http://www.cfess.org.br)) Acesso em janeiro de 2024.

CFESS. **Educação não é fast-food!** Campanha diz não para a graduação à distância em Serviço Social. 2011. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/603>. Acesso em fevereiro de 2024.

CFESS. O CFESS e os desafios político-profissionais do Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.95, p.161-172, Set/2008.

CFESS. O Serviço Social a caminho do século XXI: o protagonismo ético-político do conjunto CFESS/CRESS. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 50, 1996.

CINTRA, Soraia Veloso. **O Serviço Social na Divisão Social do Trabalho – Permanências e Condiionalidades para as Mulheres**. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis,

2017. Disponível em: [1527505614_ARQUIVO_ST115-Oservicosocialnadvisaosocialdotrabalho-Soraia.pdf \(dype.com.br\)](https://1527505614_ARQUIVO_ST115-Oservicosocialnadvisaosocialdotrabalho-Soraia.pdf(dype.com.br)). Acesso em janeiro de 2024.
- CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- CLOSS, Thaísa Teixeira. **Fundamentos do Serviço Social: um estudo a partir da produção da área**. Curitiba: CRV, 2017.
- COMITÊ EDITORIAL. Editorial. **Revista Serviço Social e Sociedade**, ano IV, agosto de 1989, p.3-10.
- CORNELY, Seno Antônio. História da organização político-acadêmica do Serviço Social na América Latina: uma visão panorâmica. **Temporalis**, ano IV, n. 7, janeiro-junho de 2003, p.50-62.
- CORRÊA, Laís Duarte; et al. A política de educação no Brasil: um “museu de grandes novidades”. In: **Alterações Político-Econômicas Contemporâneas na América Latina: O Caso no Brasil, Cuba e Chile**. Jane Cruz Prates, Rosa Maria Marques e Thiana Orth (Orgs). Alexa Cultural: São Paulo / Edua: Manaus, 2021. p.93-117.
- CORRÊA, Laís Duarte Corrêa. 2020. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2020. Disponível em: [O trabalho do\(a\)s assistentes sociais em tempos de precarização do trabalho e das políticas sociais : desafios e resistências \(ufrgs.br\)](https://trabalho.do(a)s assistentes sociais em tempos de precarização do trabalho e das políticas sociais : desafios e resistências (ufrgs.br)). Acesso em fevereiro de 2024.
- CORRÊA, Laís Duarte Corrêa. DAMASCENA, Monique Bronzoni; VAZ, Ana Carolina. **Superexploração e Perfil dos Assistentes Sociais no Brasil: Mediações Preliminares**. In: v. 1, n. 1, 2023: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/41334>. Acesso em fevereiro de 2024.
- CORRÊA, Laís Duarte; REIDEL, Tatiana. Perfil, condições e relações de trabalho de assistentes sociais gaúchos (as). **Temporalis**, ano 21, n.41, janeiro de junho de 2021, p.136-154. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/34499>. Acesso em fevereiro de 2024.
- CORTEZ. O Serviço Social no Brasil: história, fundamentos, tendências e desafios para reafirmação do projeto ético-político na história do Serviço Social. In: 9º Seminário de Serviço Social. **Cortez Editora**. 2016. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=JNpmYmBKTFQ>. Acesso em fevereiro de 2024.
- COSTA, Micaela Alves Rocha da; SILVA, Lizete Augusta Vidal Pereira Lopes; SILVA, Andréa Lima da. Agenda feminista em construção e a direção emancipatória do conjunto CFESS/CRESS. **Temporalis**, ano 17, n.34, julho a dezembro de 2017. https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/17888/pdf_1. Acesso em fevereiro de 2024.
- COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010

CUEVA, Agustín. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global, 1990.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição**. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 1995.

DELGADO, Maria Berenice. A organização política dos Assistentes Sociais. **Serviço Social e Sociedade**, n. 5, ano2, março de 1981, p.39-43.

EL PAÍS. **Prisão de ativista que queimou Borba Gato provoca debate sobre a memória de São Paulo**. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-29/prisao-de-ativista-que-queimou-borba-gato-provoca-debate-sobre-a-memoria-de-sao-paulo.html>. Acesso em fevereiro de 2024.

ENESSO. **Resgate histórico da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social: história de luta e organização política do movimento estudantil**. 2006/2007. Disponível em: [Para fazermos um resgate histórico da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social precisamos antes de tudo fazer um pequeno relato sobre a história não documentada desta entidade, que tem indícios de organização estudantil já na década de 60, tend \(wordpress.com\)](https://www.ressooficial.files.wordpress.com/2011/06/histc3b3ria-da-nesso.pdf). Acesso em Novembro de 2023.

ENESSO. **História da ENESSO**. 2014b. Disponível em: <https://ressooficial.files.wordpress.com/2011/06/histc3b3ria-da-nesso.pdf>. Acesso em 12 de Maio de 2019.

ENESSO. **Estatuto da ENESSO**. 2019. Disponível em: [estatuto-revisado-2019-3.pdf \(wordpress.com\)](https://www.ressooficial.files.wordpress.com/2019/03/estatuto-revisado-2019-3.pdf). Acesso em Novembro de 2023.

ENESSO. **Estatuto da ENESSO**. 1993. Disponível em: <https://ressooficial.wordpress.com/estatutos-antigos/estatuto-sessune-sao-leopoldo-rs-1993/>. Acesso em janeiro de 2024.

ENESSO. **Que bicho é esse?** [s.l.]: ENESSO, 2014a. Disponível em: <https://ressooficial.wordpress.com/2014/04/26/nesso-que-bicho-e-esse/>. Acesso em jul. 2021.

ERUNDINA, Luiza. **Processo e significado da virada**. In: 30 anos do Congresso da Virada. Conselho Federal de Serviço Social (org). Conselho Regional de Serviço Social S. Paulo (CRESS 9ª Região), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) (co-orgs). Brasília, 2009, p.107-119. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf> [Maior.pmd \(cfess.org.br\)](https://www.cfess.org.br) Acesso em janeiro de 2024.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais na Conjuntura dos Anos 70**. In: 30 anos do Congresso da Virada. Conselho Federal de Serviço Social (org). Conselho Regional de Serviço Social S. Paulo (CRESS 9ª Região), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) (co-orgs). Brasília, 2009, 43-54.

Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf> **Maior.pmd** (cfess.org.br) Acesso em janeiro de 2024.

FARIAS, M. Uma esquerda marxista fora do lugar: pensamento adstringido e a luta de classe e raça no Brasil. in: *Questão Étnico-Racial, Estado e Classes Sociais*. **SER Social**. V. 19, n. 41, 2. sem./2017. Disponível em: Vista do Uma esquerda marxista fora do lugar: (unb.br). Acesso em setembro de 2023.

FERNANDES, Laryssa Danielly Silva; GOIN, Marileia; ROCHA, Islânia Lima da. Capital pandêmico e ensino remoto: o posicionamento político do Serviço Social. **Temporalis**, ano 21, n.41, janeiro a junho de 2021, p.87-101. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/34819>. Acesso em fevereiro de 2024.

FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira; MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. Aproximações do Serviço Social com a política de educação: a contribuição das comissões de educação dos Conselhos Regionais de Serviço Social no Brasil. **Temporalis**, ano 20, n.39, janeiro a junho de 2020, p.209-224. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/24114>. Acesso em fevereiro de 2024.

FRANCO, Regina Marconi. **Processo e significado da virada**. In: 30 anos do Congresso da Virada. Conselho Federal de Serviço Social (org). Conselho Regional de Serviço Social S. Paulo (CRESS 9ª Região), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) (co-orgs). Brasília, 2009, p.121-130. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf> **Maior.pmd** (cfess.org.br) Acesso em janeiro de 2024.

GALEANO, Eduardo. **As palavras andantes**. Porto Alegre: L&PM, 1994.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina e Caribe**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2016.

GALEANO, Eduardo. **Dias e noites de amor e guerra**. Porto Alegre: L&PM, 2019.

GALEANO, Eduardo. **O Livro dos Abraços**. Porto Alegre: L&PM, 2020.

GÓES, Weber Lopes. **Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)- Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita. Marília, SP, 2015.

GOMES, Márcia Regina Botão; SALVADOR, Maria Elizabeth Freire; COSTA, Dácia Cristina Teles. Comissão de empresa: espaço de interlocução profissional e resistência. **Temporalis**, ano 19, n.37, janeiro a junho de 2019, p.239-252. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/24035>. Acesso em fevereiro de 2024.

GORENDER, Jacob. **A Escravidão Reabilitada**. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.

GORENDER, Jacob. **A burguesia brasileira**. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2019.

GUERRA, Yolanda. A pós-graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. *Temporalis*, ano 11, n. 22, julho a dezembro de 2011, p.125-158. Disponível: [A Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado | Temporalis \(ufes.br\)](#). Acesso em fevereiro de 2024.

GUERRA, Yolanda; BACKX, Sheila; REPETTI, Gustavo. O lugar da pesquisa na formação profissional: algumas questões a partir dos relatórios das regionais da ABEPSS. *Temporalis*, ano 13, n.25, janeiro a junho de 2013, p.205-232. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/4891>. Acesso em fevereiro de 2024.

HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. A construção de vilas operárias no sul do Brasil: o caso de Galópolis. *Scripta Nova- Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona. Vol. VII, núm. 146(080), 1 de agosto de 2003. Disponível em: [A construção se vilas operárias no sul do Brasil: o caso de Galópolis \(ub.edu\)](#). Acesso em janeiro de 2024.

HOLLANDA, Aline Ayres de. Discente em ABEPSS: que bicho é esse? *Temporalis*, Brasília (DF), ano 16, n.31, jan/jun 2016, p.419-428. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/12372>. Acesso em fevereiro de 2024.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. *Temporalis*. Ano 2, n. 3, 2001. p.9-32. Disponível em: [temporalis n 3 questao social-201804131245276705850.pdf \(abepss.org.br\)](#). Acesso em Janeiro de 2024.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 31 ed. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 26.ed. São Paulo: Cortez, 2015b.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2015a.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Entrevista Memória com Leila Lima Santos. **Revista em Pauta**, n.20, 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/167/193>. Acesso em janeiro de 2024.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço Social, “questão social” e trabalho em tempo de capital fetiche. In: **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria (orgs). São Paulo: Cortez, 2018. p.66-87.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço Social brasileiro e a articulação latino-americana. *Temporalis*, ano IV, n. 7, janeiro-junho de 2003, p.102-111.

IASI, Mauro Luis. **Meta Amor Fases: Coletânea de Poemas**. Editora Expressão Popular, São Paulo: 2008.

IZQUIERDO, Ivan. **Memória**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.

KOIKE, Maria Marieta. Discurso de Marieta Koike na oficina nacional da ABEPSS (UFRJ, 2011). **Temporalis**, ano 11, n.22, julho a dezembro de 2011, p.343-350. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2149>. Acesso em fevereiro de 2024.

KOIKE, Maria Marieta. História da organização político-acadêmica do Serviço Social na América Latina: o Brasil na Junta Diretiva da ALAETS. **Temporalis**, ano IV, n. 7, janeiro a junho de 2003, p.70-77.

JUNIOR, Nelson Kautzner Marques. Breve história da revolução Sandinista na Nicarágua. **Rebela**, Vol. 9, n. 2, maio/agosto 2019, p.341-375. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/rebela/article/view/4002>. Acesso em janeiro de 2024.

KOIKE, Maria Marieta dos Santos. Jubileu de Ouro. **Cadernos ABESS**, n.7, 1997. Disponível em: [02-caderno-abess-n7-jubileu-de-ouro-201702011413482320210.pdf](https://abepss.org.br/02-caderno-abess-n7-jubileu-de-ouro-201702011413482320210.pdf) (abepss.org.br). Acesso em janeiro de 2024.

LARA, Ricardo; MARANHÃO, César. **Fundamentos do trabalho, “questão social” e Serviço Social**. p. 37-60. *in*: Trabalho, questão social e serviço social: a autofagia do capital / organização Edvânia Â. de Souza, Maria Liduina de Oliveira e Silva (orgs). São Paulo: Cortez, 2019.

LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal / lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991

LÊNIN, Vladimir Ilitch. A Doença Infantil do “Esquerdismo” no Comunismo. In. *Marxists*, 1920. Disponível em: [esquerdismo-doenca-infantil.pdf](https://marxists.org/esquerdismo-doenca-infantil.pdf) (marxists.org). Acesso em Out. 2023.

LIMA, Isabelle Cristina Custódio de. 40 anos do Movimento Estudantil de Serviço Social: desafios e perspectivas na atualidade. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 19, n.38, jul/dez, 2019, p.189-205. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/24093>. Acesso em fevereiro de 2024.

LIMA, Mícarla de Moura. Fiscalização do exercício profissional dos/as assistentes sociais e suas peculiaridades. **Temporalis**, ano 18, n.36, julho a dezembro de 2018, p.320-335. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/19678>. Acesso em fevereiro de 2024.

LOPES, Josefa Batista. História da organização político-acadêmica do Serviço Social na América Latina: significado e perspectivas da ALAETS e do CELATS para a organização dos profissionais no Brasil. **Temporalis**, ano IV, n. 7, 2003, p.63-69.

MACIEL, Ana Lúcia Suárez. **Universidade em crise** : uma travessia necessária para a formação em serviço social. 2006. 220 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MARINI, Ruy Mauro. O Estado de Contrainsurgência. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, V.12, n.3, 2018. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/download/20985/19316/36652>. Acesso em janeiro de 2024.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. Centelho: Coimbra, 1976.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. In: TRASPADINI, Roberta Sperandio; STEDILE, João Pedro. (Org.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005a. p. 137-180.

MARINI, Ruy Mauro. **Sobre a Dialética da Dependência**. In: TRASPADINI, Roberta Sperandio; STEDILE, João Pedro. (Org.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005b. p. 181-194.

MARINI, Ruy Mauro. **Desenvolvimento e Dependência**. In: TRASPADINI, Roberta Sperandio; STEDILE, João Pedro. (Org.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: - Expressão Popular, 2005c. p. 221-224.

MARINI, Ruy Mauro. **Análise da conjuntura política brasileira pré-anistia**. In: TRASPADINI, Roberta Sperandio; STEDILE, João Pedro. (Org.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: -Expressão Popular, 2005d. p. 251-260.

MARINI, Ruy Mauro. **O reascenso das massas e as tarefas dos revolucionários**. In: TRASPADINI, Roberta Sperandio; STEDILE, João Pedro. (Org.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: -Expressão Popular, 2005e. p. 237-242.

MARINI, Ruy Mauro. **Três tarefas da esquerda: socialismo, unidade e luta armada**. In: TRASPADINI, Roberta Sperandio; STEDILE, João Pedro. (Org.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: -Expressão Popular, 2005f. p. 243-250.

MARINI, Ruy Mauro. **Sobre o Estado na América Latina**. In: TRASPADINI, Roberta Sperandio; STEDILE, João Pedro. (Org.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: - Expressão Popular, 2005g. p. 225-235.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2017.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução na América Latina e Caribe**. Bacurau: Editora Terra sem Amos, 2020.

MARKONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **A perspectiva do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. In: 30 anos do Congresso da Virada. Conselho Federal de Serviço Social (org). Conselho Regional de Serviço Social S. Paulo (CRESS 9ª Região), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) (co-orgs). Brasília, 2009, p.97-104. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf> [Maior.pmd \(cfess.org.br\)](https://www.cfess.org.br) Acesso em janeiro de 2024.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 1989.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editora Boitempo, 2010.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo**. São Paulo: Boitempo, 2019.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Movimento Sindical brasileiro: o desafio da sua reorganização**. In: Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária. ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs). São Paulo: Cortez, 2010, p.85-101.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. Os Grupos Temáticos de Pesquisa da ABEPSS na relação entre pós-graduação e graduação. **Katalysis**, Florianópolis, v. 20, n.2, maio/agosto de 2017, p.262-271. Disponível em: scielo.br/j/rk/a/xFsRJwNKCCzWRz9FvY7q77R/?format=pdf&lang=en. Acesso em fevereiro de 2024.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas; GUEDES, Olegna de Souza. Desafios da pesquisa na formação profissional do assistente social: um olhar a partir da experiência do curso “ABEPSS-Itinerante”. **Temporalis**, ano 13, n. 25, janeiro a junho de 2013, p.13-32. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/4835>. Acesso em fevereiro de 2024.

MENDES, Jussara Maria Rosa. Gestão ABEPSS 2003-2004: “Quem é de luta avança!”. **Temporalis**, ano 11, n. 22, julho a dezembro de 2011, p.49-58. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1725>. Acesso em fevereiro de 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14 ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier; CAPUTI, Leslieane. As diretrizes curriculares da ABEPSS e os valores éticos e políticos para a formação em Serviço Social. **Temporalis**, ano 16, n. 32, julho a dezembro de 2016, p.97-121. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/14006>. Acesso em fevereiro de 2024.

MOURA, Clóvis. **Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo**. Afro-Ásia, Salvador, n. 14, p. 124-137, 1983. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/download/20824/13425>. Acesso em jan. de 2024.

MOURA, Clóvis. Os quilombos e a luta de classes no Brasil. **Debate sindical**. Ano 9, n.20, dez/jan/fev, 1995/1996. p.43-48.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. 3ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

MOURA, Clóvis. **O negro, de bom escravo a mau cidadão?** 2 ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

NASCIMENTO, Chrislayne Caroline dos Santos; OLIVEIRA, Carla Montefusco de. Educação permanente e Serviço Social: apontamentos sobre a formação profissional. **Temporalis**, ano 16, n.31, janeiro a junho de 2016, p.133-165. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/12321>. Acesso em fevereiro de 2024.

NEPUMUCENO, Eric. **Apresentação**. In: Nós dizemos não. Galeano, Eduardo. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**. N. 3. 2001. p.41-49. Disponível em: temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf (abepss.org.br). Acesso em Janeiro de 2024.

NETTO, José Paulo. Apresentação. In. **O projeto ético-político do Serviço Social Brasileiro: Ruptura com o conservadorismo**. ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. São Paulo: Cortez, 2019.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 17 ed., São Paulo: Cortez, 2015

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social**. In: Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. Mota, Ana Elizabete; et al. (orgs). 4ª ed, São Paulo: Cortez, 2009, p.141-151.

NETTO, José Paulo. **III CBAS: algumas referências para a sua contextualização**. In: Conselho Federal de Serviço Social (org). Conselho Regional de Serviço Social S. Paulo (CRESS 9ª Região), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) (co-orgs). Brasília, 2009b, p.15-42. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf> [Maior.pmd \(cfess.org.br\)](https://www.cfess.org.br) Acesso em janeiro de 2024.

NETTO, José Paulo. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. **Serviço Social e Sociedade**, nº 40, ano XXVI, novembro de 2005. p.5-20

OLIVEIRA, Ana Cristina Oliveira de; TRASPADINI, Roberta Sperandio. **Lastro Conservador e Capitalismo Dependente: um presente recheado de passado**. In: Políticas regressivas e ataques aos direitos sociais no Brasil: dilemas atuais em um país de capitalismo dependente. PEREIRA. L.D; BARBOZA, D.R (orgs). Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. P.79-101.

OLIVEIRA, Edístia Maria Abath Pereira de; CHAVES, Helena Lúcia Augusto. 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.128, janeiro-abril 2017, p.143-163. Disponível

em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/GhVdbyXB4rmF4qgcbQzhKxF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em fevereiro de 2024.

OSORIO, Jaime. **O Estado no Centro da Mundialização**: A sociedade civil e o tema do poder. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

PAGAZA, Margarita Rozas. Historia de las organizaciones politico/academicas em América Latina. **Temporalis**, ano IV, n.7, janeiro-junho de 2003. p.40-49.

PAIVA, Beatriz Augusto; OURIQUES, Nildo. Uma perspectiva latino-americana para as políticas americana para as políticas americana para as políticas sociais: quão distante está o sociais: quão distante está o sociais: quão distante está o horizonte? **KATÁLYSIS** v. 9 n. 2 jul./dez. 2006 Florianópolis SC 166-175. Disponível em: [RKv9n2.pmd \(scielo.br\)](#). Acesso em nov. 2023.

PAIVA; Beatriz Augusto de; ROCHA; Mirella; CARRARO, Diceane. Política social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista. **SER Social**, Brasília, v. 12, n. 26, p. 147-175, jan./jun. 2010. Disponível em: [Vista do Política social na América Latina: \(unb.br\)](#). Acesso em janeiro de 2024.

PCB. **Lutar não é crime**. 2023. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/30114>. Acesso em fevereiro de 2024.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, out./dez. 2012, p. 729-753. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/bSGwqYTyTpMqHc5SXkSKK7h/?format=pdf>. Acesso em fevereiro de 2024.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Necessidades Humanas**: Subsídios à crítica dos mínimos sociais. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PERES, Célia Fernandes Vilarinho. **Processo e significado da virada**. In: 30 anos do Congresso da Virada. Conselho Federal de Serviço Social (org). Conselho Regional de Serviço Social S. Paulo (CRESS 9ª Região), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) (co-orgs). Brasília, 2009, p.139-142. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf_Maior.pmd \(cfess.org.br\)](https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf_Maior.pmd (cfess.org.br)) Acesso em janeiro de 2024.

PINHEIRO, Márcia. **Processo e Significado da Virada**. In: 30 anos do Congresso da Virada. Conselho Federal de Serviço Social (org). Conselho Regional de Serviço Social S. Paulo (CRESS 9ª Região), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) (co-orgs). Brasília, 2009, p.131-136. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf_Maior.pmd \(cfess.org.br\)](https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf_Maior.pmd (cfess.org.br)) Acesso em janeiro de 2024.

PONTES, Reinaldo. De ABESS a ABEPSS: crise, transição e conquistas. **Temporalis**, ano 11, n. 22, julho a dezembro de 2011, p.15-26. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2142>. Acesso em fevereiro de 2024.

PRATES, Jane Cruz. A Pesquisa Social a partir do paradigma dialético-crítico: do projeto à análise do dado. In: FERNANDES, Idília; PRATES, Jane Cruz Prates (org.).

Diversidade e estética em Marx e Engels. Campinas: Papel Social, 2016. p.105-138.

PRATES, Jane Cruz. Serviço Social e pesquisa: O método marxiano de investigação e o enfoque misto. 2012. Disponível em: [Serviço Social e pesquisa: O método marxiano de investigação e o enfoque misto \(cressrn.org.br\)](http://cressrn.org.br). Acesso em Mar. 2022.

PRATES, J. C.; PRATES, F. C. Problematizando o uso da técnica de análise documental no serviço social e no direito. **Sociedade em Debate**, Pelotas, n. 15, 2009.

RAMOS, Sâmia Rodrigues; SANTOS, Tassia Rejane Montes dos. Dilemas do movimento sindical brasileiro: a particularidade da organização dos(as) assistentes sociais. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 94, 2008.

RAMOS, Sâmia Rodrigues. A importância da articulação entre ABEPSS, conjunto CFESS/CRESS e ENESSO para a construção do projeto ético-político do serviço social brasileiro. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.113-122, jul./dez. 2011. Disponível em: [A importância da articulação entre Abepss, conjunto Cfess/Cress e Enesso para a construção do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro | Temporalis \(ufes.br\)](http://ufes.br). Acesso em novembro de 2023.

RAMOS, Sâmia Rodrigues; SANTOS, Silvana Mara Moraes dos. Movimentos Estudantil de Serviço Social: parceiro na construção coletiva da formação profissional do(a) Assistente Social Brasileiros. **Cadernos ABESS**, v. 07, 1997, p.141-168. Disponível em: [08-caderno-abess-n7-movimento-estudantil-do-servico-social-201702011419597144220.pdf \(abepss.org.br\)](http://abepss.org.br). Acesso em Janeiro de 2024.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações dos seus direitos. **Serviço Social e Sociedade**, nº107, Set 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000300003>. Acesso em outubro 2023.

REIDEL, Tatiana et al. **Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul**: Perfil, Formação e Trabalho. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2022.

REIDEL, Tatiana; CORRÊA, Laís Duarte; KNEVITZ, Agnaldo Engel. Assistentes Sociais gaúchos/as e as instâncias político-organizativas. In: REIDEL, Tatiana et al. **Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul**: Perfil, Formação e Trabalho. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2022.

ROSTWOROWSKI, Maria. **Historia del Tahuantinsuyu**. 2 ed. Lima: IEP/Promperú, 1999.

SALVADOR, Evilasio da Silva. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.130, p.426-446, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n130/0101-6628-sssoc-130-0426.pdf>. Acesso em Fevereiro de 2020.

SANTOS, Josiane Soares. A “virada” do CFAS ao CFESS e o exercício profissional hoje. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (org). Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências. São Paulo: Cortez, 2019.

SANTOS, Leila Lima. **Mesa dos depoimentos históricos**: A chama em Meu Peito Ainda Queima, Saiba! Nada foi em vão... In: CFESS. Seminário Nacional: 30 anos do Congresso da Virada. Brasília: CFESS, 2012.

SILVA, Nelson do Valle; BARBOSA, Maria Lúcia de O. População e Estatísticas Vitais. In: Estatísticas do Século XX. IBGE (org). Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv37312.pdf>. Acesso em fevereiro de 2024,

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o Popular**: resgate teórico-metodológico do Projeto Profissional de Ruptura. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão Social e Serviço Social no Brasil**: fundamentos sócio-históricos. 2ª ed. Campinas: Papel Social, 2014.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de. A pós-graduação e a produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro. **R B P G**, Brasília, v. 4, n. 8, p. 192-216, dezembro de 2007. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/129/123>. Acesso em Dezembro de 2021.

SOUSA, Adrianyce A. Silva de; SANTOS, Silvana Mara Morais dos; CARDOOS, Priscila. Ética e Serviço Social: um itinerante caminhar. **Temporalis**, ano 13, n.25, janeiro a junho de 2013, p.33-61. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/18990>. Acesso em fevereiro de 2024.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. Cooperação antagônica e a dupla articulação dependente: a dinâmica da luta de classes no Brasil. **Temporalis**, ano 17, n. 34, jul./dez. 2017. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/17934/pdf_1. Acesso em Janeiro de 2024.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. **Racismo e Luta de Classes na América Latina**: as veias abertas do capitalismo dependente. São Paulo: Hucitec, 2020a.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. Racismo, conservadorismo e Serviço Social. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.20, n.2, p. 373-391, jul. / dez. 2020b. Disponível em: [Vista do Racismo, conservadorismo e Serviço Social \(ufjf.br\)](#). Acesso em Janeiro de 2024.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de; TELES, Heloísa. Pressupostos para uma análise histórico-estrutural da questão social no Brasil. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 21, n. 42, p. 44-61, jul./dez. 2021. Disponível em: [Vista do PRESSUPOSTOS PARA UMA ANÁLISE HISTÓRICO-ESTRUTURAL DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL \(ufes.br\)](#). Acesso em Dezembro de 2022.

SPOSATI, Aldaíza. **A perspectiva do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. In: 30 anos do Congresso da Virada. Conselho Federal de Serviço Social (org). Conselho Regional de Serviço Social S. Paulo (CRESS 9ª Região), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) (co-orgs). Brasília, 2009, p.81-96. Disponível em:

https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf_Maior.pmd (cfess.org.br) Acesso em janeiro de 2024.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do serviço social. In: **Serviço social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p.1-18.

TRASPADINI, Roberta Sperandio. Venenos presentes de um passado vivo: Dependência, Superexploração e neoconservadorismo na América Latina. **Le monde diplomatique Brasil**, 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/dependencia-superexploracao-eneoconservadorismo-na-america-latina/>. Acesso em outubro de 2021.

TRASPADINI, Roberta Sperandio. Questão agrária e América Latina: breves aportes para um debate urgente. **Revista Direito e Práxis**, Vol. 9, N. 3, setembro de 2018. Disponível em: [SciELO - Brasil - Questão agrária e América Latina: breves aportes para um debate urgente Questão agrária e América Latina: breves aportes para um debate urgente](#). Acesso em fevereiro de 2024.

TRASPADINI, Roberta Sperandio. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina**: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas. Marília: Lutas anticapital, 2022.

TRASPADINI, Roberta Sperandio. Fome, estômago e consciência da superexploração. **Outras Palavras**: Jornalismo de Profundidade e pós-capitalismo, 2021. Disponível em: [Fome, estômago e consciência da superexploração - Outras Palavras](#). Acesso em janeiro de 2024.

TRASPADINI, Roberta Sperandio; AMARAL; Marisa Silva. A superexploração e seus dois sentidos. **Outras Palavras**, 2020. Disponível em: outraspalavras.net. Acesso em janeiro de 2022.

TRASPADINI, Roberta Sperandio. As lutas sociais da América Latina nas encruzilhadas do neoliberalismo. **Le Monde Diplomatique Brasil** – edição 116 – março de 2017. Disponível em: [América Latina nas encruzilhadas do neoliberalismo - Le Monde Diplomatique](#). Acesso em fevereiro de 2024.

TRASPADINI, Roberta Sperandio; STÉDILE, João Pedro. **Introdução**. In: Ruy Marini: vida e obra. TRASPADINI, Roberta Sperandio; STÉDILE, João Pedro (orgs). São Paulo: Expressão Popular, 2005. p.17-49.

TRASPADINI, Roberta Sperandio; AMARAL; Marisa Silva. O vazio teórico no pensamento crítico latino-americano: a Teoria Marxista da Dependência como ápice da elaboração sobre o continente. In: **Anais do XXVII Encontro Nacional de Economia Política (Uberlândia, UFU 2022)**. Disponível em: [1308_1647106039_ArtigoSEP_COM-Identificação_pdf_ide.pdf](#). Acesso em setembro de 2023.

TRIVIÑOS, Augusto Nilbaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa**. São Paulo: Atlas, 2019.

UNE. **História da UNE**. 2011. Disponível em: [UNE - União Nacional dos Estudantes - União Nacional dos Estudantes](#). Acesso em janeiro de 2024.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A/O Assistente Social na Luta de Classes: Projeto Profissional e Mediações Teórico-Práticas**. São Paulo: Cortez, 2015.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. O Movimento de higiene mental e a emergência do Serviço Social no Brasil e no Rio de Janeiro. **Serviço Social e Sociedade**, n.63, ano XXI, julho de 2000, p.151-188.

VAZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Praxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

VINAGRE, Marlise. A “Virada” na ética e nos Conselhos de Fiscalização Profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 100, p. 720-727, out./dez. 2009.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social**. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009a.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O significado sócio-histórico da profissão**. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009b. Disponível em: [O significado social da profissão \(cressrn.org.br\)](https://cressrn.org.br/). Acesso em janeiro de 2024.

YAZBEK, Maria Carmelita. Expressões da questão social brasileira em tempos de devastação do trabalho. **Temporalis**, ano 21, n.42, jul/dez 2021, p.16-30. Disponível em: [EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL BRASILEIRA EM TEMPOS DE DEVASTAÇÃO DO TRABALHO | Temporalis \(ufes.br\)](https://ufes.br/expressoes-da-questao-social-brasileira-em-tempos-de-devastacao-do-trabalho). Acesso em janeiro de 2024.

YAZBEK, Maria Carmelita; MARTINELLI, Maria Lúcia; RAICHELIS, Raquel. O Serviço Social em movimento: fortalecendo a profissão na defesa de direitos. **Serviço Social e Sociedade**, n. 95, ano XXIX, setembro de 2008, p.5-32.

APÊNDICE A- INSTRUMENTO COLETA DE DADOS EM PERIÓDICOS

1. Dados de Identificação do Documento	
1.1 N° de identificação	
1.2 Descritor	
1.3 Referência Completa do Documento	
1.4 Revista	
1.5 Vol. N. Ano	
1.6 Título	
1.7 Palavras-Chave	
2. Dados de identificação de autores(as) e conteúdo	
2.1 Autores(as)	
2.2 Área de formação graduação	
2.3 Tipo	() Resultado de pesquisa () Relato de Experiência () Revisão de literatura ()
2.4 Modalidade	() Artigo () Informe () Debate () Resenha () Entrevista () Comunicação de Pesquisa () Fascículo

APÊNDICE B- INSTRUMENTO PARA ANÁLISE DE DOCUMENTOS

3. Dados de Identificação do Documento	
1.1 N° de identificação	
1.2 Referência Completa do Documento	
4. Conteúdo	
2.1 Qual(is) abordagem(ns) constam os documentos	<input type="checkbox"/> Historicidade das Entidades <input type="checkbox"/> Concepção de Entidades <input type="checkbox"/> Ações <input type="checkbox"/> Desafios para o fortalecimento das entidades
2.2 Transcrição dos aspectos de historicidade abordados	
2.3 Transcrição da concepção de entidades	
2.4 Transcrição das ações	
2.5 Transcrição dos desafios	

APÊNDICE C- CONSELHOS REGIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL

Estado/DF	Conselho	Seccional
Pará	Conselho Regional de Serviço Social 1ª Região	Seccional de Santarém
		Seccional de Marabá
Maranhão	Conselho Regional de Serviço Social 2ª Região	-
Ceará	Conselho Regional de Serviço Social 3ª Região	-
Pernambuco	Conselho Regional de Serviço Social 4ª Região	-
Bahia	Conselho Regional de Serviço Social 5ª Região	-
Minas Gerais	Conselho Regional de Serviço Social 6ª Região	Seccional de Juiz de Fora
		Seccional de Uberlândia
		Seccionais de Montes Claros
Rio de Janeiro	Conselho Regional de Serviço Social 7ª Região	Seccional Campos dos Goytacazes
		Seccional de Volta Redonda
Brasília	Conselho Regional de Serviço Social 8ª Região	-
São Paulo	Conselho Regional de Serviço Social 9ª Região	Seccional de Santos
		Seccional de São José dos Campos
		Seccional de Sorocaba
		Seccional de Campinas
		Seccional de Ribeirão Preto
		Seccional de Baurú
		Seccional de São José do Rio Preto
		Seccional de Araçatuba
		Seccional de Presidente Prudente
		Seccional de Marília
Rio Grande do Sul	Conselho Regional de Serviço Social 10ª Região	Seccional de Caxias do Sul
		Seccional de Pelotas
Paraná	Conselho Regional de Serviço Social 11ª Região	Seccional de Londrina
		Seccional de Cascavel
Santa Catarina	Conselho Regional de Serviço Social 12ª Região	
Paraíba	Conselho Regional de Serviço Social	Seccional de Campina Grande
Rio Grande do Norte	Conselho Regional de Serviço Social 14ª Região	Seccional de Mossoró

Amazonas	Conselho Regional de Serviço Social 15ª Região	-
Alagoas	Conselho Regional de Serviço Social 16ª Região	-
Espírito Santo	Conselho Regional de Serviço Social 17ª Região	-
Sergipe	Conselho Regional de Serviço Social 18ª Região	-
Goiás	Conselho Regional de Serviço Social 19ª Região	-
Mato Grosso	Conselho Regional de Serviço Social 20ª Região	-
Mato Grosso do Sul	Conselho Regional de Serviço Social 21ª Região	-
Piauí	Conselho Regional de Serviço Social 22ª Região	-
Rondônia	Conselho Regional de Serviço Social 23ª Região	-
Amapá	Conselho Regional de Serviço Social 24ª Região	-
Tocantins	Conselho Regional de Serviço Social 25ª Região	-
Acre	Conselho Regional de Serviço Social 26ª Região	-
Roraima	Conselho Regional de Serviço Social	-

Elaborado pela autora a partir do site do CFESS (2023), 2023.

**APÊNDICE D- COMPOSIÇÃO DAS DIRETORIAS EXECUTIVAS
NACIONAL E REGIONAIS DA ABEPSS**

Diretoria	Cargos	Qual
Diretoria Executiva Nacional	Presidente(a)	Um(a)
	Secretário(a)	Um(a)
	Tesoureiro(a)	Um(a)
	Coordenador(a) Nacional de Graduação	Um(a)
	Representante Discente Nacional de Graduação	Um(a)
	Coordenador(a) Nacional de Pós-Graduação	Um(a)
	Representante Discente Nacional de Pós-Graduação	Um(a)
	Coordenador(a) de Relações Internacional	Um(a)
	Vice-Presidentes(as)	Seis**
	Docentes suplentes da Diretoria Nacional	Dois(duas)
	Discente suplente nacional de graduação	Um(a)
	Discente suplente nacional de pós-graduação	Um(a)
Diretorias Regionais	Vice-Presidente(a)	Um(a)
	Coordenador(a) regional de graduação	Um(a)
	Representante discente regional de graduação	Um(a)
	Representante de supervisores(as) de campo de estágio	Um(a)
	Suplentes docentes	Seis*
	Suplentes discentes regionais de graduação	Seis*
	Suplentes discentes regionais de pós-graduação	Seis*

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Estatuto da ABEPSS (2008), 2023.

*Um(a) para cada Diretoria Regional

**Trata-se daqueles(as) que compõem as Diretorias Regionais.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 1 – Térreo
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone: (51) 3320-3513
E-mail: propesq@pucrs.br
Site: www.pucrs.br